

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

LEONARDO RIBEIRO GOMES

“Progreder sempre”

Os jovens rurais mineiros nos Clubes 4-S:

Saber, Sentir, Saúde, Servir.

(1952-1974)

Belo Horizonte

2013

LEONARDO RIBEIRO GOMES

“Progreder sempre”

Os jovens rurais mineiros nos Clubes 4-S:

Saber, Sentir, Saúde, Servir.

(1952-1974)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira.

Linha de Pesquisa: História da Educação.

BELO HORIZONTE

2013

Dissertação intitulada “*Progredir Sempre*. Os jovens rurais mineiros nos clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir – 1952-1974” de autoria do mestrando Leonardo Ribeiro Gomes, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (Orientador) – FAE/ UFMG

Profa. Dra. Katya Mitsuko Zuquim Braghini – PEPG – / PUC-SP

Profa. Dra. Thais Nívia de Lima e Fonseca – FAE/ UFMG

Profa. Dra. Cynthia Greive Veiga (Suplente) – FAE/ UFMG

Profa. Dra. Liane Bertucci (Suplente) – PPGE/ UFPR

Belo Horizonte, 26 de agosto de 2013.

***Para meus amores,
Karine e Livia.***

AGRADECIMENTOS

O término desta dissertação é motivo de grande satisfação, pois, depois de idas e vindas, a sua conclusão representa muito em minha trajetória pessoal e profissional. Este trabalho não seria possível, entretanto, se não fosse a colaboração desmedida de tantas pessoas. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha querida família: meu pai João Leonardo, minha mãe Stela Ribeiro, meu irmão Demetrius Gomes, que além de serem grandes incentivadores, estiveram sempre ao meu lado, principalmente nos momentos em que o cansaço e o desânimo quase falaram mais altos. Muitíssimo obrigado. Também sou devedor dos mais sinceros agradecimentos a outras tantas pessoas queridas:

à professora Dr(a) Maria Efigênia Lage de Resende que apresentou-me o acervo do Centro de Documentação da EMATER-MG;

ao Sr. Franklin Delano Martins Ramos, funcionário do referido Centro de Documentação, mais do que um incentivador, um amigo por toda a vida;

ao amigo Leonardo Palhares, companheiro antigo em várias “caminhadas pela história”, por ter reacendido o desejo pela pesquisa acadêmica e pelo incentivo constante;

ao amigo e “socorrista” nos segredos da informática, Ronaldo Pires, leitor atento das primeiras versões do texto e sempre disposto a colaborar;

ao amigo Sandro Rogério pelo apoio constante em tudo;

aos amigos da turma de mestrado 2011: Éder, Daniela, Gabriela, Gyna, Priscilla e Taciana, por dividir a ansiedade da pesquisa, mas principalmente por compartilhar as alegrias e experiências de vida;

aos amigos dos grupos de pesquisa: GEPHE, PMMM, CEMEF e NUPES pelos comentários, contribuições críticas e trocas de conhecimentos nesses anos;

aos funcionários da biblioteca, da secretaria da pós graduação e da lanchonete da FAE pelo atendimento sempre muito respeitoso;

aos professores do Programa de Mestrado pelos ensinamentos, interesse e atenção com esta pesquisa;

às professoras: Dr(a) Thaís Nívea, pelo Parecer do Projeto e Dr(a) Katya Braghini pela participação na Qualificação, bem como a ambas por integrarem a banca de defesa e por todas as contribuições;

às senhoras Marisa Dulce Pereira e Auckje Mary Werkema pelo pronto atendimento na concessão das entrevistas e pela contribuição fundamental para a conclusão desta dissertação;

ao senhor Sebastião Pereira Vítor pela concessão da entrevista e aos seus filhos por terem contribuído de forma fundamental para a conclusão dos trâmites exigidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/ UFMG;

aos colegas do Colégio que também sempre se interessaram pela pesquisa: Rogério, Leandro, Débora, Fábio e Luiz Itaborahy;

à Dona Vanda pelo incentivo constante.

Gostaria de agradecer de forma especial ao professor Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira. Mais do que orientador foi um grande amigo e incentivador desde o primeiro momento que tomou contato com o projeto. Muitíssimo obrigado pelas sugestões de leituras, pelas dicas em relação à escrita, pela amizade e respeito.

Por fim, gostaria de agradecer às duas pessoas que, mais do que todas as outras conviveram com minhas ausências, meus silêncios e minha ansiedade: a minha amada esposa Karine e Lívia, nossa querida filha, minha maior inspiração durante todo esse trabalho. Amo vocês.

“Os que os filhos podiam aprender com os pais tornou-se menos óbvio do que o que os pais não sabiam e os filhos sim. Inverteram-se os papéis das gerações”.
(HOBSBAWM, 1998, p.320).

RESUMO

Esta pesquisa investiga as propostas de formação de jovens rurais em torno dos clubes juvenis denominados **Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir)**, no período de 1952 a 1974, em Minas Gerais, sob responsabilidade da Associação de Crédito e Assistência Rural – **ACAR-MG**, instituição fundada em 1948 com a incumbência de implementar o Serviço de Extensão Rural no estado. A definição de Extensão Rural que adotamos englobou o conjunto de atividades educativas que conjugava assistência técnica e crédito rural aos pequenos e médios proprietários rurais. Segundo os documentos consultados, os jovens dos clubes foram tomados como elementos mais propícios às mudanças do que seus pais. Segundo o discurso oficial extensionista, os adultos teriam uma tendência maior para recusar as inovações científicas e culturais propostas. Assim, o jovem rural, considerado aberto às mudanças, seria um multiplicador das transformações que se pretendia alcançar junto às suas comunidades. Consultamos relatórios, revistas, textos mimeografados, folhetos de divulgação, material utilizado em cursos, palestras, aulas, jornais, acervo oral, fotografias e programas anuais da ACAR-MG. Tais fontes, no geral, apresentaram dados referentes às áreas de atuação, corpo técnico, investimentos, projetos desenvolvidos, recursos financeiros disponibilizados pelo Governo e pelas instituições participantes do programa extensionista. Na análise desses dados, foi possível perceber o crescimento do número de jovens rurais em torno dos clubes principalmente a partir de 1966. Entretanto, no início da década de 1970, o foco extensionista mudou, o que também causou alterações no trabalho com os jovens rurais envolvidos na filosofia de ação dos Clubes 4-S. Observamos que a ação extensionista sobre os jovens rurais se pautou pela formulação de uma série de prescrições técnicas, morais e cívicas que buscaram constituir um tipo de jovem que fizesse frente às transformações políticas e culturais observadas nas sociedades urbanas no período entre os anos cinquenta e setenta do século vinte.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação - História da Educação Rural – História da Educação Social - Extensão Rural – Juventude Rural – Clubes 4-S.

ABSTRACT

This research investigates the propositions for the formation of young rural people around youth organizations called ***Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir)*** during the period of 1952 to 1974, in Minas Gerais, under the responsibility of the ***ACAR-MG (Associação de Crédito e Assistência Rural)***, an institution founded in 1948 with the purpose of implementing the Rural Extension Service in the state. The definition of Rural Extension adopted, comprehended a set of educational activities combining technical assistance and rural credit to small and medium rural owners. According to the documents referred to, the young people from the clubs were considered elements more propitious to changes than their parents. According to the official extensionist speech, adults would be more inclined to refuse scientific innovations and cultural propositions. Therefore, young rural people, considered open to changes, would be multipliers of the transformations intended to their communities. We referred to reports, magazines, mimeographed texts, disclosure brochures, course material, lectures, classes, newspapers, oral assets, photographs and annual programs from ACAR-MG. These sources, in general, feature data related to fields of expertise, technical body, investments, developed projects, financial resources made available by the Government and participating institutions in the extensionist program. Analyzing this data, we could notice the growth of the number of young rural people around the clubs, especially from 1966. However, at the beginning of the 1970's, the extensionist focus changed, which also caused changes in the work with these young people enveloped in the action philosophy of the *Clubes 4-S*. We observed that the extensionist action on the young people was based on the formulation of a series of technical prescriptions, moral and civic, seeking to form a kind of young person that stood up to the political and cultural transformations observed in the urban societies in the period between the 1950's and 1970's.

KEYWORDS: History of Education – History of Rural Education – History of Social Education – Rural Extension – Rural Youth – *Clubes 4-S*.

LISTA DE FIGURAS

1 - Área atingida pela ACAR – 1964.....	49.
2 - Propaganda dos Produtos Químicos Shell no jornal <i>O Ruralista</i> – Ano de 1967.....	59.
3 – Selo Dia Nacional de Clubes 4-S	61.
4 – Jovens quatroessistas captados em momento de descontração.....	68.
5 – Capa do folheto que contém a partitura e letra do Hino do Clube 4-S	78.
6 - Refeição dos participantes da 1ª Concentração Estadual de Clubes. 14 a 15/07/1962. Refeitório adaptado no prédio da Escola Técnica de Minas Gerais em Belo Horizonte	81.
7 - Cartaz da Primeira Concentração Estadual de Clubes 4-S de Minas Gerais – 1962	82.
8 - Leitura da ata da Sessão de Encerramento da 1ª Concentração Estadual de 4-S, pela secretária (menina 4-S). 15 de julho de 1962. Belo Horizonte	84.
9 - Homenagem das Sementes Agroceres a Sebastião Pereira Vítor	90.
10 - Convite da Prefeitura Municipal e dos Clubes 4-S de Carmo Rio Claro à população para homenagens a Sebastião Pereira Vítor	98.
11 - Desfile de membros de Clubes 4-S de Santos Dumont em evento comemorativo ao Dia da Pátria ocorrido em Juiz de Fora – Minas Gerais. Data não identificada.....	111.
12 - Capa da edição de <i>O Trevo</i> , edição de número 81, de março de 1966 destacando Líder do Mês.....	114.
13 - Homenagem aos soldados mortos na Segunda Guerra Mundial, realizada no Rio de Janeiro por ocasião da Primeira Convenção Nacional de Clubes 4-S do Brasil – julho de 1965.....	128.

LISTA DE TABELAS

1 – Origem dos recursos na execução do Convênio Governo de Minas Gerais / AIA - 06/12/1948	48.
2 – Número de municípios, Clubes 4-S e sócios atendidos em cada Seção da ACAR-MG em 1971	69.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR-MG – Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais

ADP – Ação Democrática Parlamentar

AIA – American International Association for Economic and Social Development

ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ANDA - Associação Nacional para Difusão de Adubos

CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CEC 4-S MG – Comitê Estadual de Clubes 4-S de Minas Gerais

CEE – Centro de Ensino de Extensão

CEE-MG – Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais

CEPAL - Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina

CNC 4-S – Comitê Nacional de Clubes 4-S

COEP – Comitê de Ética em Pesquisa

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social

EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária

ETA – Escritório Técnico de Agricultura

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FMI – Fundo Monetário Internacional

IMC – International, Minerals and Chemicals Corporation

INDA - Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário

INEP - Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais

IFYE - International Farm Youth Exchange

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JEC – Juventude Estudantil Católica

JOC - Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MFN – Master File Number

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OCIAA - Office of the Coordinator of Inter American Affairs

OEA – Organização dos Estados Americanos

OECE - Organização para a Cooperação Econômica

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PABAE – Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar

PCB – Partido Comunista do Brasil

PIJR - Programa Interamericano de Juventude Rural

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UDN - União Democrática Nacional

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFV – Universidade Federal de Viçosa

UMG – Universidade de Minas Gerais

UNESCO – United Nations Education, Scientific and Cultural Organization

UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais

USAID – United States Agency for International Development

USOM/B – United States Operation Mission to Brazil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 – Estudos sobre juventude em História da Educação.....	18
2 – Fontes	23
3 – Organização da Dissertação.....	29
 1 - AS ORIGENS DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL – A CRIAÇÃO DA ACAR-MG E A FUNDAÇÃO DO PRIMEIRO CLUBE 4-S DO BRASIL	 31
1.1 – Propostas de modernização do meio rural e a política de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos.....	32
1.1.1 – Brasil e Estados Unidos no pós Segunda Guerra Mundial	38
1.2 – A fundação da ACAR-MG – Os projetos educacionais do período entre as disputas ideológicas postas em jogo.....	43
1.2.1 – Educação e modernização no contexto da institucionalização do Serviço de Extensão Rural.....	50
1.3 – A fundação do primeiro Clube 4-S do Brasil.	54
 2 – OS CLUBES 4-S EM MINAS GERAIS – (SABER, SENTIR, SAÚDE, SERVIR). OS JOVENS RURAIS COMO SÍMBOLO DE PROGRESSO NO CAMPO	 58
2.1 – A década de 1950 – O início dos trabalhos com Clubes 4-S em Minas Gerais....	63
2.2 – Clubes 4-S: Organização e funcionamento.....	69
2.3 – Clubes 4-S: Apoio institucional e estruturação do trabalho	85
2.4 – Sebastião Pereira Vitor – Campeão Interamericano de Produtividade de Milho.	88
2.4.1 – A divulgação da vitória de Sebastião Pereira.....	95
 3 – A EDUCAÇÃO MORAL NOS CLUBES 4-S	 101
3.1 - Os Clubes 4-S durante os anos iniciais da Ditadura Militar no Brasil.....	126
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 141
 FONTES.....	 145
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 151
 ANEXOS.....	 158

INTRODUÇÃO

A transição da agricultura tradicional para a agricultura moderna exige das pessoas maior flexibilidade e capacidade de adaptação, que existem mais frequentemente nas novas gerações. O trabalho educativo com os jovens constitui uma inversão frutífera para o presente e para o futuro; permite também abranger indiretamente os adultos. (ABCAR, 1968, p.10).

Esta pesquisa investigou as propostas de formação de jovens rurais em torno dos clubes juvenis¹ denominados **Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir)**, no período de 1952 a 1974. A organização e desenvolvimento dos Clubes 4-S foi uma das dimensões do Programa de Extensão Rural desenvolvido pela Associação de Crédito e Assistência Rural – **ACAR-MG**, órgão do Governo de Minas Gerais, criado em 1948 em convênio com a *American International Association for Economic and Social Development* – **AIA**, instituição norte-americana fundada por Nelson Rockefeller². Os clubes eram compostos por meninos e meninas de uma faixa etária compreendida entre 8 e 25 anos de idade³, filhos dos pequenos e médios proprietários rurais assistidos pela ACAR-MG, nos quais a modernização da produção e do estilo de vida do meio rural⁴ eram os objetivos principais a serem alcançados.

Nosso interesse por desvendar as particularidades do meio rural surgiu durante a graduação, mais especificamente quando dos estudos para obtenção do grau de bacharel em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Em dezembro de 1998 foi inaugurado o *Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural Engenheiro Agrônomo*

¹ Por clube juvenil entendemos um conceito amplo que abrange as iniciativas tomadas desde fins do século 19 e início do 20 que visavam à organização de grupos etários compreendidos entre a infância e a fase adulta. Geralmente tinham o objetivo de inculcar valores como o nacionalismo e o civismo. Atualmente e para além dos conhecimentos meramente escolares, a organização de clubes juvenis está associada aos diversos setores da sociedade, incluindo empresários e religiosos. Apesar das diferenças de propostas, compartilham a busca pela formação do futuro cidadão, seja em termos intelectuais ou profissionais do segmento jovem.

² Colby e Dennet (1998) destacaram a trajetória empresarial e política de Nelson Aldrich Rockefeller, com ênfase aos interesses em relação à Amazônia. Sobre a ACAR-MG, estes autores afirmaram que o estado de Minas Gerais foi escolhido por Nelson Rockefeller como o local apropriado para a criação dessa agência de crédito rural, representando assim a sua primeira experiência na América Latina no pós Segunda Guerra. Também afirmaram que na criação da ACAR-MG, a AIA de Rockefeller administraria a agência, que controlava o acesso a empréstimos a 8% de um banco estatal. (1998, p.249-251).

³ Em nenhuma das fontes consultadas essa faixa etária foi especificamente demarcada. Estes foram os dois extremos que encontramos. Chegamos a eles ao depararmos com o montante de referências às idades dos sócios dos clubes a partir das fontes consultadas. A maior parte das referências, entretanto, apontam para a idade entre 10 e 18 anos dos integrantes dos clubes.

⁴ São evidentes as diversidades econômicas, lingüísticas, culturais existentes em Minas Gerais e no Brasil para aquilo que se chama de meio rural. Adotamos na redação da dissertação ora as expressões *meio rural*, *zona rural* ou *campo*, bem como *homem rural*, meramente por uma questão de estilo, mesmo sendo o ideal utilizá-los no plural. Tal escolha serve para diferenciar as propostas e/ou visões daquilo que era originário das áreas urbanas para as áreas nos quais a ACAR-MG atuou.

José Alfredo Amaral de Paula na sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER-MG, órgão estadual que substituiu a ACAR-MG a partir de 1975. Entre dezembro de 1998 e dezembro de 2000 cumprimos estágio acadêmico neste Centro de Documentação. Tivemos a responsabilidade de elaborar sumários e resumos, a partir do acervo selecionado pelos profissionais que anteriormente realizaram a configuração desse espaço de pesquisa e museológico sobre a Extensão Rural⁵. Para além das horas obrigatórias do estágio, estudamos a formação e atuação do técnico da Extensão Rural e desenvolvemos a monografia intitulada “*O Técnico da Extensão Rural em Minas Gerais: 1948 – 1964*”⁶.

Ao término da monografia, concluímos que seria necessário um aprofundamento em um programa específico da Extensão Rural. Foram vários os programas desenvolvidos pela ACAR-MG junto aos pequenos e médios proprietários rurais mineiros. Estes buscavam atingir o homem do campo nas dimensões produtiva e cultural. No entanto, mesmo fazendo parte de um rol de ações integradas, destacamos a organização dos Clubes 4-S de jovens rurais, devido à recorrência com o qual este trabalho aparecia nos documentos sobre a Extensão Rural.

Assim, como prosseguimento à pesquisa iniciada na graduação, procuramos investigar as propostas de formação da parcela da juventude rural mineira que foi organizada nessas agremiações denominadas Clubes 4-S. Isso também se tornou possível devido ao conjunto de documentos sobre os 4-S, depositados no Centro de Documentação, que sinalizavam para um reforço da importância do trabalho de formação desses jovens para a Extensão Rural. É importante observar que os documentos produzidos pela ACAR-MG foram, ao longo do tempo, construindo uma memória sobre a Extensão Rural no estado. Na busca em legitimar a Extensão Rural perante a sociedade, os técnicos da ACAR-MG valeram-se desde o início das suas atividades de estratégias variadas junto ao homem do campo. Uma dessas estratégias teria sido a própria produção institucional. Em relatórios, revistas e outros materiais de divulgação da Extensão Rural em Minas Gerais que consultamos, foi possível verificar indícios, desde os primeiros documentos produzidos, da busca pela constituição de

⁵ Sobre o acervo do Centro de Documentação consultar: GOMES, Leonardo Ribeiro. Campo e cidade: um estudo sobre os jovens rurais dos Clubes 4-S a partir do Centro de Documentação da EMATER-MG. In: *VII Seminário Nacional do Centro de Memória da UNICAMP – CMU*, Campinas, S.P., 13 a 15 de fevereiro de 2012. GOMES, Leonardo Ribeiro. Fundo ACAR/EMATER-MG: Possibilidades e desafios. In: *VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais*, Viçosa, M.G., 16 a 18 de agosto de 2011. Nestes dois trabalhos buscamos apresentar traços da trajetória de constituição de tal acervo com destaque as suas possibilidades e aos desafios hoje postos a sua conservação e guarda da documentação.

⁶ GOMES, Leonardo Ribeiro. *O técnico da Extensão Rural em Minas Gerais: 1948-1964*. (Monografia para obtenção do grau de bacharel em História – UFMG, 2000).

uma memória-histórica da trajetória institucional. Individualmente, os extensionistas escreveram sobre suas memórias acerca da Extensão Rural, desde o período em que estavam na ativa, bem como depois de aposentados. Palavras como *saga*, *pioneiros*, *missão* foram comuns em várias publicações que acessamos. Em duas referências catalogadas em nossa bibliografia geral, a expressão *Saga* apareceu, mesmo sendo oriundas de meios distintos: um acadêmico e outro com forte vínculo com a instituição promotora da Extensão Rural no estado. A primeira refere-se à dissertação de Mestrado defendida em 1995 junto ao Departamento de Ciências Políticas da UFMG, por Tânia Cristina Teixeira, intitulada: *A saga extensionista da ACAR/EMATER-MG*. Já o segundo refere-se ao livro publicado no ano 2000 pelo engenheiro agrônomo José Paulo Ribeiro intitulado: *A saga da Extensão Rural em Minas Gerais*⁷. Mais do que a semelhança nos títulos, que pode ter sido uma mera coincidência, as duas obras chamam a atenção para o tom laudatório presente no conjunto de documentos do Centro de Documentação, inclusive, comprovada junto às fontes consultadas na pesquisa sobre os Clubes 4-S.

Concluimos que não bastava estudar o processo de contratação, formação e atuação dos técnicos se não fosse incorporado a esses objetivos uma investigação sobre as práticas extensionistas voltadas para os jovens rurais. Além disso, foi possível perceber que seria fundamental cobrir um período chave do Serviço de Extensão Rural no Brasil, ou seja, dos seus primórdios, no final da década de 1940, passando pela discussão acerca do contexto brasileiro das décadas de 1950 e 1960, quando temas sobre o meio rural, principalmente no tocante ao acesso a terra e desenvolvimento de programas de assistência técnica, estiveram em voga em nosso país.

Tanto na escrita da monografia, como nesta atual pesquisa sobre os Clubes 4-S, adotamos a noção de Extensão Rural⁸ como sendo o conjunto de atividades educativas desenvolvidas pelos técnicos contratados (engenheiros agrônomos, economistas domésticas,

⁷ Em conversa informal com o engenheiro agrônomo José Paulo Ribeiro em julho de 2003, ele nos disse que não conhecia tal dissertação. Além disso, afirmava que ficou surpreso com a utilização da expressão *saga*. Esse autor ocupou vários cargos na ACAR/ EMATER-MG, como o de Diretor-Executivo da ACAR-MG entre 1960 e 1966. Em janeiro de 2013 com 87 anos de idade, ocupava a função de Assessor Técnico e Administrativo da EMATER-MG.

⁸ Na documentação produzida pela própria ACAR, como também em vários estudos sobre a Extensão Rural como a tese de doutoramento de José Maria Pompeu Memória (1964) junto à Cadeira de Estatística Educacional da Universidade de Minas Gerais, por exemplo, o caráter educativo da Extensão Rural foi reforçado. “A ACAR é uma organização eminentemente educativa, cuja finalidade primordial é a elevação do nível de vida da população rural. (...) Em suma, a ACAR é o serviço de extensão rural do Estado de Minas Gerais”. (MEMÓRIA, 1964, p.8). Outro exemplo da definição de Extensão Rural presente nas fontes produzidas pela ACAR é: “Extensão quer dizer Educação. Seu objetivo é ensinar as famílias rurais a descobrir e determinar suas necessidades; auxiliá-las a encontrar soluções para seus problemas proporcionando-lhes conhecimentos a isso necessários, e levá-los a agir no sentido de fazer uso adequado desses conhecimentos, a fim de que possam aumentar suas rendas e melhorar seu nível de vida”. (RELATÓRIO ACAR, 1959, p.2).

veterinários, zootecnistas, técnicos agrícolas etc) pela ACAR-MG, que conjugava assistência técnica e crédito rural aos pequenos e médios proprietários rurais. Essa assistência técnica tratava da difusão de tecnologias consideradas modernizadoras para o meio rural nos quais se destacariam as utilizações de adubos, inseticidas, maquinários, combate às verminoses e o auxílio no desenvolvimento da qualidade de vida da família do proprietário⁹. Para esses propósitos se fez necessário à concessão de empréstimos aos proprietários rurais para a compra de equipamentos para as fazendas, ferramentas, maquinários, animais, reparos e construções de instalações etc. Estes empréstimos foram denominados Crédito Rural. Um deles, e que apresentaremos ao longo desta pesquisa, foi o Crédito Rural Juvenil, criado a partir de 1960, para financiar os projetos de produtividade desenvolvidos pelos jovens rurais “quatroessistas”¹⁰.

Nesta dissertação procuramos mostrar que a organização dos jovens em torno dos Clubes 4-S foi considerada pelos seus promotores como uma espécie de porta de entrada para tocar o “coração” e a “alma” do homem rural. A tentativa de modernização do meio rural mineiro baseada na proposta extensionista buscou transformar o homem do campo em um sujeito ativo e participativo em suas comunidades. Consideramos que para atingir esse fim, foi preciso educar as sensibilidades, processo muito mais amplo do que simplesmente a difusão de técnicas e procedimentos ditos racionais relacionados à produtividade. Para esses propósitos foi depositada em torno dos jovens rurais a esperança de transformação, pois os precursores do extensionismo acreditavam que nessa faixa etária as pessoas seriam mais “receptivas às inovações”. Acreditava-se que atingindo os jovens, alcançariam também à família rural com as propostas defendidas pela Extensão.

O período deste estudo compreende os anos de 1952 a 1974. Entretanto, foi necessário retomar alguns anos antes desse corte temporal para apresentação das discussões sobre as origens da Extensão Rural no Brasil e o contexto político da sua introdução no país. Ficam destacadas na dissertação algumas das discussões acerca da preocupação em se formar a mão-de-obra rural no Brasil desde o início da República. Buscamos entender como a

⁹ A definição de Extensão Rural sofreu alterações ao longo da sua história de acordo com os interesses postos em jogo diante de cada conjuntura específica sobre o meio agrícola. Entretanto é possível perceber que o destaque ao seu caráter educativo foi ressaltado na maior parte deles, permanecendo, mesmo que em discurso, essa característica. Mesmo depois da mudança de ACAR-MG para EMATER-MG temos esse destaque como no seguinte trecho: “Extensão rural é um processo educativo que visa o desenvolvimento rural, utilizando métodos simples e práticos que levam o homem rural a interpretar e responder, de maneira apropriada as mensagens de mudanças, através de amplo processo de participação na identificação de suas necessidades e resolução de seus problemas”. (BORTONE, 1979, p.5).

¹⁰ Nesta dissertação adotaremos “quatroessista” para referir-me aos jovens integrantes dos Clubes 4-S, ou seja, aos sócios integrantes dos clubes juvenis rurais criados pela ACAR-MG. A partir desse momento não usaremos aspas para essa expressão.

problemática do acesso à terra e da difusão de técnicas de produção agrícola estiveram presentes junto as propostas e ações educativas para o meio rural. O Serviço de Extensão Rural iniciado na prática a partir de 1949 em Minas Gerais, deu prosseguimento a vários desses aspectos. O ano de 1952 marcou a fundação do primeiro Clube 4-S do Brasil, no município mineiro de Rio Pomba. Em seguida, o movimento quatroessista foi difundido para outros estados brasileiros. A década de 1960 foi a de maior crescimento do número de clubes e sócios não só em Minas, mas no país também. Naquela década, os Clubes 4-S tiveram o seu apogeu, chegando, por exemplo, em 1969, a contar com cerca de 80 mil integrantes, segundo as fontes consultadas. A pesquisa se ateve no ano de 1974¹¹, quando o serviço de Extensão Rural no Brasil passou por reformulação com a substituição da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Crédito Rural – ABCAR, que coordenava todos os órgãos extensionistas no país pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER. Os rumos da Extensão Rural no Brasil e do trabalho com o jovem foram modificados com a valorização do uso intensivo de tecnologia e do aumento da produtividade em detrimento de outros aspectos do processo formativo. O início da década de 1970 sinalizou para um decréscimo do trabalho com os jovens rurais.

1 – Estudos sobre juventude em História da Educação

No geral, e a partir dos estudos de SPÓSITO (2009), constata-se que os estudos sobre juventude no Brasil concentraram-se principalmente sobre a parcela residente no meio urbano e são relacionados aos processos de escolarização. O tema “juventude” também apareceu sob o ponto de vista da potencialidade mercadológica relacionada aos estilos de comportamentos de inúmeras tribos urbanas, do gosto musical ou da inserção no mercado de trabalho desse segmento etário. Existem estudos relacionados às instituições e programas de assistência ou daqueles destinados a solucionar problemas como violência, crime, exploração sexual e drogas. Os jovens foram abordados como algo que *viria a ser*, ou seja, como um adulto em formação. Segundo ABRAMO (1997, p.25) “só recentemente tem ganhado certo volume o número de estudos voltados para a consideração dos próprios jovens e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação”. As áreas que apresentaram

¹¹ Apesar de demarcarmos o término dessa pesquisa em 1974, consultamos todos os números do Jornal *O Ruralista* até 1976. Tal fato constatou a diminuição considerável de informações sobre juventude rural nesse periódico. Esse dado foi cruzado com outras fontes e a ausência de informações sobre os jovens rurais confirmada para o período. Tais indícios apontam para um refluxo do trabalho com os jovens rurais nos clubes até 1977. Não abordamos nessa pesquisa as razões para essa crise e como e porque no final da década de 1970 e início de 1980 foram retomadas ações de organização para os Clubes 4-S até a sua extinção na década de 1990.

estudos nessa linha de raciocínio foram: Educação, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Psicologia e Serviço Social. Em SPÓSITO (2009) foi possível obtermos um panorama sobre pesquisas realizadas entre os anos de 1999 e 2006 envolvendo juventude em âmbito da pós-graduação brasileira, o que demonstrou o interesse crescente pelo tema desde a década de 1990.

Entretanto, HILSDORF e PERES (2009, p.213), ao analisarem o livro *500 anos de educação no Brasil*, organizado por Eliane M. T. Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho e Cynthia Greive Veiga constataram a ausência do tema juventude nos estudos sobre história da educação e afirmaram que:

É emblemático que em publicação comemorativa dos 500 anos de história da educação brasileira (Lopes et al., 2000), o tema da infância apareça com um artigo na coletânea, enquanto não há nenhuma menção sequer ao tema da juventude. Dentre os temas imprescindíveis para a compreensão da história da educação brasileira, além da infância, nessa obra há referências diretas a gênero, etnia, instituições, níveis e modalidades de ensino, dentre outros. Nada sobre juventude, nem de forma transversal; a não ser que se entenda que o estudo sobre o colégio jesuítico (o importante texto de abertura do volume, de João Adolfo Hansen) constitua uma possibilidade de aproximação, pela via dos alunos atendidos. Mas, de qualquer forma, o tema juventude não foi enfrentado.

A limitação de estudos históricos sobre juventude em geral no Brasil também foi constatada por BRAGHINI (2010) em sua tese de doutorado em Educação junto a PUC-SP. A partir da Revista da Editora do Brasil, periódico educacional dos anos 1960-1970, a pesquisadora buscou demonstrar o que a publicação entendia por juventude naquele período. Mesmo não se restringindo a esse perfil de jovem, o estudo focou a representação que a Revista construiu sobre a juventude em torno da escola e residente em meio urbano. Segundo SPÓSITO (2009, p.23), os estudos sobre jovens do meio rural são bastante incipientes. De um total de 1427 trabalhos da produção discente sobre juventude listados na obra publicada em 2009, somente 52 (menos de 4%) trataram dos jovens do mundo rural. Mesmo assim, cabe citar que as pesquisas e publicações sobre jovens rurais, quando existem, tratam dos aspectos relacionados à educação escolar. Conforme citado anteriormente, na obra que procurou ser um balanço sobre os 500 anos de história da educação no Brasil, o tema juventude sequer foi enfrentado; e estudos mais recentes associam o jovem apenas como aluno. Consideramos que não devemos situar a juventude apenas na sua relação com a escola, pois existem outros espaços de formação. Os Clubes 4-S mostraram ser um desses espaços. Apesar de Minas Gerais ter sido a região de implantação do trabalho com os Clubes 4-S no Brasil, pesquisas realizadas no estado nas áreas de História, Política e Educação, apenas tocaram de forma

tangencial nesse tema, sem aprofundá-lo¹². Na década de 1960 foi publicado um estudo sobre os Clubes 4-S em Minas Gerais pela então Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais – UMG. Referimo-nos a tese de doutoramento de José Maria Pompeu Memória para a Cadeira de Estatística Educacional intitulada *A Amostragem probabilística na pesquisa educacional. Uma aplicação nos Clubes 4-S da ACAR*, de 1964. Desse estudo nos valeram os dados alcançados pelo autor e utilizamos dois quadros dessa pesquisa especificamente: 1) **Distribuição de sócios quatroessistas quanto ao sexo e à cor nas diversas regiões de atuação da ACAR-MG** e 2) **Distribuição de sócios segundo a idade e escolaridade, nos Escritórios Regionais da ACAR-MG**. Obtidos no ano de 1963 a partir de 2179 sócios e em 151 clubes 4-S, estes dados nos fornecem uma amostra de quem era o jovem atendido pela proposta extensionista da ACAR-MG. Tais dados foram também confrontados ao longo da nossa pesquisa com outras fontes e outros estudos sobre o tema.

Durante a pesquisa deparamo-nos com pesquisas que abordaram a ação dos Clubes 4-S no Sul do Brasil como a de SILVA (2002) e SOUZA (2004). A primeira tratou-se de dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Nela, seu autor analisou os Clubes 4-S no estado catarinense entre 1970 e 1985. Já em SOUZA (2004)¹³ a autora analisou a relação entre a modernização agrícola no distrito de São Roque no município de Passo Fundo no Rio Grande do Sul com a ação dos Clubes 4-S a partir de meados da década de 1960. São dois estudos bastante valiosos e que certamente comungamos de várias ideias expostas por seus autores. Ambos apresentaram Minas Gerais como o estado pioneiro no trabalho com os Clubes 4-S, mas sem entrar em suas nuances, uma vez que não são estes os focos das pesquisas citadas. Apresentaram uma abordagem mais voltada para os aspectos econômicos envolvendo a Extensão Rural, os Clubes 4-S e as comunidades locais naquilo que se refere principalmente ao aumento da produtividade agrícola. Citaram apenas de forma superficial os clubes como propiciadores de práticas educativas não escolares. Não estabeleceram um diálogo entre as práticas quatroessistas e a História da Educação a partir da década de 1950 com destaque aos processos formativos para além do ambiente escolar. Aliás, o termo História da Educação não foi sequer citado. Aspectos morais e cívicos ficaram em

¹² No primeiro capítulo de PEREIRA (1999) encontramos a expressão “clubes juvenis rurais” seguida de nota que faz referência a documentação disponível na sede da EMATER-MG em Belo Horizonte. Outro exemplo foi TEIXEIRA (1995) que citou o trabalho com os Clubes 4-S, porém sem aprofundar na sua análise. Estudos sobre formação de professoras rurais, também citaram o programa extensionista da ACAR e ou Clubes 4-S. Ver, por exemplo: PINTO (2007) e PINHO (2009 e 2011).

¹³ Esse livro foi fruto da dissertação apresentada pela autora em 2003 junto ao Programa de Mestrado em História, Área de História Regional da Universidade de Passo Fundo.

segundo plano, nestes estudos, em detrimento aos aspectos econômicos presentes nos Clubes 4-S¹⁴.

É possível inferir que a limitada produção sobre os jovens rurais dos Clubes 4-S ocorra devido ao pouco conhecimento dos pesquisadores em relação ao acervo do Centro de Documentação da EMATER-MG. Esse “lugar da memória” ainda não foi popularizado perante a comunidade historiadora da educação. A organização desse Centro reuniu em torno de si um volume de fontes documentais que era pouco conhecido pelo público em geral, pois se tratavam de acervos pessoais ou encontravam-se de forma dispersa na própria instituição sem uma política voltada aos pesquisadores externos¹⁵. O tratamento dado ao acervo e à criação de um espaço de pesquisa para os interessados em temas relacionados ao meio rural veio contribuir com o preenchimento dessa lacuna até então existente em Minas Gerais. Julgamos, que mesmo a Universidade Federal de Viçosa – UFV, detentora de larga tradição na área de Ciências Agrícolas, não possui organizado minimamente o conjunto de fontes sobre a Extensão Rural e principalmente sobre os Clubes 4-S disponíveis para a pesquisa como o Centro de Documentação da EMATER-MG¹⁶. Pelo atual “estado da arte” sobre jovens/ juventude, é possível perceber que aqueles que seriam assim denominados são quase como seres não existentes quando residentes no meio rural. Além disso, é como se a vivência de um ser jovem no meio rural fosse impossível de se concretizar. Nesta pesquisa, julgamos que é possível pensar no jovem do meio rural em termos dos seus processos formativos intrínsecos aos grupos e também daqueles que foram submetidos pela ação extensionista na metodologia dos Clubes 4-S.

¹⁴ Também pesquisamos junto ao banco de teses e dissertações do site do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa – UFV (www.extensao-rural.ufv.br). Estão disponíveis os trabalhos defendidos entre 1999 e junho de 2012 quando fizemos o nosso último acesso em 04/02/2013. Procuramos verificar o que havia acerca da história da Extensão Rural. Os trabalhos que mais se aproximaram dessa busca foram às dissertações de Duarte (2012) e Gonçalves (2012). Em outros casos, a Extensão Rural estava associada aos assentamentos ou outros programas atuais de assistência técnica ao homem do campo. Também procuramos por estudos sobre juventude rural na história e Clubes 4-S. De forma surpreendente constatamos a limitação de estudos sobre juventude rural e que o termo Clubes 4-S não apareceu em nenhum título pesquisado.

¹⁵ Na estrutura administrativa da ACAR/EMATER havia um setor responsável pelas atividades com a Juventude Rural denominado Divisão de Clubes 4-S. Este tinha sob sua guarda a documentação sobre os clubes. Grande parte dessa documentação era enviada pelos escritórios do interior para o Central. Em e-mail de 14/01/2000 originado da Divisão de Documentação da Gerência da EMATER (DIDOCGER) fomos informados que os documentos referentes aos 4-S foram eliminados a pedido verbal feito pela Coordenadora estadual responsável pelos clubes na época (década de 1990), Marisa Dulce Pereira. Porém, muito do acervo atual do Centro de Documentação sobre Clubes 4-S foi doado pela própria Marisa Dulce, a partir de seu acervo particular. Encontramos no Centro de Documentação folhetos, revistas, programas, textos mimeografados, fotografias, dentre outras fontes que foram doados por Marisa Dulce Pereira.

¹⁶ Nesta dissertação assumimos a escolha de termos trabalhado com o acervo oficial, ou seja, produzido pelo setor responsável pelo Serviço de Extensão Rural em Minas Gerais – a ACAR-MG.

Por fim, ao buscar reconstruir a trajetória dos jovens quatroessistas trabalhamos sobre a perspectiva do enfoque da modernização da sociedade. Símbolos de inovação, os jovens seriam o elo entre a cultura do homem rural com a cultura dita moderna e inovadora que se pretendia implantar via a ação educacional extra-escolar dos extensionistas rurais. Esse enfoque sobre a juventude e modernização teria surgido a partir dos anos da década de 1950. Segundo ABRAMO (1994, p.23), os jovens teriam mais condições de assimilarem o processo de modernização social desencadeado após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ao mesmo tempo em que assimilariam, seriam os próprios jovens, os responsáveis por essas transformações. Entretanto, a mesma autora afirma que esses seriam apenas os filhos da classe média e fundamentalmente os estudantes os responsáveis por essa modernização. Os de baixa renda e também aqueles do meio rural estariam fora desse cenário dito moderno. Ressaltamos que os jovens quatroessistas, porém, se encaixam nessa ideia de modernização tratada por ABRAMO (1994, p.23). Os membros dos clubes deviam ser, como condição primeira, filhos dos mutuários da ACAR-MG. Faziam parte, assim, de um grupo do meio rural que atendia às exigências para desenvolver projetos individuais e coletivos, pois isso só era possível com a posse da terra para a obtenção de crédito junto às instituições financeiras como a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais – CEE-MG ou o Banco do Brasil. Ao atingir em sua maioria esse segmento de pequenos e médios proprietários rurais ou que detinham apenas a posse da terra, o Serviço de Extensão acabou por privilegiar um grupo que, segundo o discurso oficial, não tinha as condições técnicas e financeiras necessárias para ser responsável pela transformação racional e capitalista do campo. A modernização do campo via o modelo extensionista, restringia-se assim às dimensões técnicas e culturais. Nesse sentido, foi muito comum nos documentos consultados encontrar referências de que o Serviço de Extensão Rural teria apenas um caráter técnico e apolítico. Sobre os debates acerca do meio rural com ênfase na discussão sobre a modernização de técnicas agrícolas, que de alguma forma impactaram os trabalhos extensionistas em Minas Gerais, nos valeram como referências os textos de REIS (1989), LINHARES e SILVA (1999). Para as discussões sobre modernização da economia, com ênfase no chamado desenvolvimentismo, adotamos CARDOSO (1978), TOLEDO (1978) e XAVIER (1999 e 2003). Sobre as relações culturais e políticas entre Brasil – Estados Unidos e sobre os projetos de “ajuda internacional” em termos das propostas de desenvolvimento econômico por meio do reforço da temática educacional, as obras de: BANDEIRA (1973), ARAPIRACA (1982), TOTA (2000), WEINSTEIN (2000) PAIVA e PAIXÃO (2002), DAROS (2012) e XAVIER (1999 e 2003) foram fundamentais. A temática rural com ênfase em propostas educacionais relacionadas à formação de professores,

ou propriamente de projetos de educação voltados ao homem do campo foram obtidas nos trabalhos de MENDONÇA (2009), PINTO (2007) e PINHO (2009 e 2011). Sobre o contexto político mineiro da década de 1940 e sobre a ACAR-MG consultamos as obras de FONSECA (1985), DULCI (1986 e 1999), BORGES (1988), TEIXEIRA (1995) e RIBEIRO (2000). Como referências para o capítulo 3 no tocante ao contexto do Golpe de 1964 e sobre as questões acerca das transformações culturais da década de 1960, examinamos, sobretudo STARLING (1986), TOLEDO (1997), FURTADO (1997 e 2004), RIDENTI (2000), GASPARI (2002, 2003 e 2004), FERREIRA (2003), BRANDÃO e DUARTE (2004), AARÃO REIS F. e MORAES (1998), NAPOLITANO (2004), HOMEM DE MELLO e SEVERIANO (2006) e VENTURA (2008, (a) e (b)).

2 – Fontes

Consultamos parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural da EMATER-MG. Vasculhamos o fundo documental denominado Fundo ACAR-MG e que abrange a documentação referente à Extensão Rural em Minas Gerais, incluindo os Clubes 4-S no período de 1952 -1974. Estas fontes foram programas de atividades, relatórios anuais, revistas, manuais, folhetos instrucionais, textos mimeografados, acervo oral, fotografias e jornais.

Examinamos todos os exemplares existentes no Centro de Documentação do jornal “*O Ruralista*” do período de agosto de 1963 a março de 1976. Neste período houve momentos que o jornal foi editado quinzenalmente e outros mensalmente. As edições consultadas foram as de nº1 à de nº213, excetuando os números não localizados¹⁷. Segundo o funcionário do Centro de Documentação esses números nunca chegaram a fazer parte do acervo ou provavelmente nem existiriam mais. Todas as edições consultadas foram doadas diretamente pelo proprietário do jornal na época da criação desse espaço de pesquisa. Julgamos, porém, que os números não existentes só possam ser encontrados em mãos de particulares, ou seja, leitores que arquivaram algumas dessas edições. Também não localizamos nenhum exemplar desse periódico na hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte. A ausência dos números não chegou a comprometer o teor dessa pesquisa, uma vez que a possível ausência de dados foi compensada com outras buscas. O Jornal “*O Ruralista*” teve como fundador e diretor João Pessoa de Castro Araújo, que no

¹⁷ Os números não localizados foram: 101 a 124 (jan/1969 à fev/1970); 132 (ago/1970); 135 (nov/1970); 141 (maio/1971); 146 (out/1971); 148 (dez/1971); 151 (mar/1972); 161 (jan/1973); 165 (maio/1973); 166 (jun/1973); 168 (1ª quinzena ago/1973); 169 (2ª quinzena ago/1973); 170 (1ª quinzena set/1973); 180 (mar/1974); 183 (jun/1974).

meio extensionista ficou conhecido como *João Ruralista*. Foi editado em Juiz de Fora inicialmente e depois em Belo Horizonte¹⁸. O jornal se proclamava como “órgão de interesse de cooperativas e associações rurais”. Em sua apresentação, assinada por Abel Rafael Pinto, constaram os propósitos do jornal que seriam de “difusão de conhecimentos úteis a lavradores e pecuarista, bem como de defesa dos direitos da classe”. No Editorial deste que foi o número 1 há uma clara manifestação contrária à Reforma Agrária. No texto, além da defesa do direito de propriedade, constam vários momentos de crítica ao governo federal, que segundo o Editorial, estaria “subvertido por comunistas disfarçados”. O último parágrafo do texto é emblemático nesse sentido:

A luta é aparentemente do ruralista. Mas, sem dúvida nenhuma, é a luta do Brasil Cristão, do Brasil Democrático, contra a sordície de reformistas ateus, a imundície dos comunistas cobertos com o manto da fome de justiça social. (O RURALISTA, 1 a 15 de agosto de 1963, p.1).

Nesse número ainda constou a transcrição da *Carta de Sete Lagoas*, uma espécie de Manifesto dos Ruralistas Mineiros, condenando a reforma da Constituição para a revisão da estrutura agrária. Segundo o jornal, compareceram ao evento vários deputados federais, dentre eles o Deputado Federal João Mendes, presidente da Ação Democrática Parlamentar – ADP. Julgamos significativo que um jornal que, desde a sua primeira edição, anunciava-se como defensor dos interesses de classe tenha sido um dos principais veículos de divulgação dos trabalhos extensionistas, dentre eles da organização da Juventude Rural. Mesmo não sendo oficialmente um veículo de comunicação da ACAR-MG, o periódico comungava dos propósitos da Extensão Rural propagados pelos seus órgãos de divulgação, principalmente naquilo que dizia respeito ao seu suposto caráter apolítico. Um exemplo evidente disso foi o exposto na edição nº 28, na matéria intitulada “Plano de expansão de *O Ruralista*” – 1965 - 1970. A matéria trouxe um breve histórico do jornal desde a sua fundação em agosto de 1963. Declarou que o jornal procurava manter-se fora das discussões políticas e de qualquer sectarismo religioso e enfatizou o desejo em participar do processo educativo das famílias e comunidades rurais. Afirmou que “*O Ruralista*” chegava às mãos dos agricultores através dos caminhões de leite de cooperativas, pelos agentes do Serviço de Extensão e pelo correio. Tinha uma tiragem de sete mil exemplares e atingia um total de 578 municípios no Brasil, sendo 214 em Minas Gerais. Para 1970 a meta era alcançar 1% da população rural mineira, o que representaria 60 mil exemplares (O RURALISTA, 2ª quinzena de dezembro de 1965,

¹⁸ A partir do número 93 de setembro de 1968 *O Ruralista* teve a sua sede transferida de Juiz de Fora para Belo Horizonte. Tal fato foi justificado pela necessidade de estar perto de centros de ensino e pesquisas agropecuárias, bem como de ampliação no setor de publicidade e a busca por novos mercados. (O RURALISTA, 1ª quinzena set/ 1968, p.1).

p.3). Os dados que obtivemos na leitura do “*Ruralista*”, bem como de outras fontes sobre a ACAR-MG e os Clubes 4-S, desmentem a afirmativa do caráter apolítico da Extensão Rural e do jornal “*O Ruralista*”. O próprio tom no citado Editorial expresso em seu discurso anticomunista, bem como referências em outros números à Reforma Agrária, Aliança para o Progresso e a *United States Agency for International Development* - USAID, nos levam a afirmar que em todo o período estudado questões conjunturais de política local, nacional e até mesmo internacional estiveram presentes neste periódico refletindo e impactando o trabalho extensionista, bem como a organização dos jovens rurais em torno dos clubes. Analisamos tais aspectos no capítulo 3 dessa dissertação. Em cada edição pesquisamos informações sobre os Clubes 4-S, jovens rurais, educação de modo geral ou educação no meio rural. Para cada referência a esses itens foram produzidas fichas com a síntese das informações coletadas. Nessas fichas constaram as datas que realizamos a pesquisa, o local de consulta, data da publicação, título e página da matéria. No primeiro conjunto pesquisado, edições de nº1 à 52 (agosto de 1963 à dezembro de 1966), houve um grande número de notas sobre os 4-S de Minas Gerais. Porém, à medida que o trabalho extensionista foi se expandindo para outros estados do país e os Clubes 4-S também se proliferaram para outras regiões, ocorreu uma maior diversificação de notas sobre o movimento quatroessista no Brasil. Entendemos que tal fato também se deveu a maior distribuição desse periódico pelo território nacional. Fica evidente que havia múltiplas formas de apreensão do jornal. Em vários de seus números o editor recomendava aos extensionistas para que estes lessem e divulgassem os trabalhos da Extensão para as famílias atendidas pelo Sistema ABCAR. Dizia que era impossível enviar “*O Ruralista*” gratuitamente às cinquenta mil famílias atendidas pelo Sistema ABCAR. A abrangência do “*Ruralista*” e principalmente a sua apropriação pelos leitores mereceriam um estudo aprofundado. Fica aqui a sugestão para outra pesquisa.

Outra fonte para essa pesquisa foi o jornal “*O Trevo*”. Este surgiu em 1957 sob responsabilidade do Serviço de Extensão da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - UREMG em parceria com a ACAR-MG e se anunciava como órgão oficial dos Clubes 4-S. A partir do número 27 (maio de 1960) todos os exemplares foram “nomeados” revistas, apesar de terem o formato de um pequeno jornal. O periódico *O Trevo* tinha de oito a dez páginas¹⁹. Nessa época o jornal era editado de maneira quase que artesanal, com o conteúdo sendo datilografado no estêncil e depois as cópias feitas por meio do mimeógrafo. A edição de número 27 marcou o momento no qual *O Trevo* passou a ser impresso pela Divisão de

¹⁹ Alguns poucos números fugiram a esse número de páginas. Dois exemplos são: 1) Edição nº 62, Ano VIII, mar/ abr/maio de 1964, com 16 páginas e 2) Edição nº87, Ano XI, set/1966, com 13 páginas.

Informação da ACAR-MG em Belo Horizonte como órgão oficial dos Clubes 4-S em Minas Gerais. Com o passar do tempo, as edições foram adquirindo mais sofisticação na sua apresentação, sendo a impressão em gráfica, ilustrações em cores e o uso de fotografias. Desta forma, congregava uma equipe ampla de profissionais envolvidos na sua produção. As notas, as informações básicas, os textos sobre eventos, as trovinhas e tudo aquilo que era publicado em *O Trevo* nasceu do trabalho dos técnicos extensionistas com os meninos e meninas dos 4-S. Em vários exemplares os próprios editores de *O Trevo* solicitavam aos integrantes dos clubes que enviassem para a Redação sugestões de pauta ou matérias já prontas. Cabe ressaltar que na estrutura dos Clubes 4-S havia um ou mais sócios que eram os repórteres de seus clubes. Consideramos, entretanto, que as “matérias” enviadas pelos sócios quatroessistas tenham passado por um processo de seleção e edição tanto do conteúdo quanto do estilo de apresentação desses textos. Tal constatação se baseia na uniformidade do discurso presente em *O Trevo*. Consultamos todos os exemplares do jornal *O Trevo*, também disponíveis no Centro de Documentação. Os números abrangiam o período de 1959 a 1970²⁰. Como já havia feito para *O Ruralista*, para cada edição lida de *O Trevo* produzimos fichas com destaque aos conteúdos de cada uma das suas seções. Nas fichas enfatizamos os conteúdos que julgávamos caracterizar um tipo de educação social voltado aos aspectos morais e cívicos presentes nos Clubes 4-S. A produção do capítulo 3 dessa dissertação foi relacionada a essa abordagem. Cabe ressaltar também que havia uma sintonia entre os propósitos dos dois periódicos. Mesmo tendo públicos-alvo diferentes, os objetivos a serem atingidos com as leituras das suas matérias eram basicamente o mesmo no tocante à mudança de mentalidade da população do meio rural. Sugerimos também que havia certo diálogo entre as duas editorias dos periódicos com as mesmas matérias circulando nas duas fontes. Além disso, os jovens dos 4-S foram incentivados a vender assinaturas de *O Ruralista* nas comunidades em que atuavam (O TREVO, dez/ 1966, p.2).

Parte do acervo que consultamos trata-se de um conjunto de entrevistas concedidas em 1998 por alguns dos antigos extensionistas à equipe multidisciplinar envolvida nas atividades de comemoração do cinquentenário da criação da ACAR-MG. No geral as entrevistas apresentaram a memória profissional desses homens e mulheres responsáveis pelos primórdios da Extensão Rural em Minas Gerais. Entretanto, procuramos construir o nosso próprio roteiro de entrevistas com o foco na relação profissional com os Clubes 4-S. Assim tivemos a oportunidade de entrevistar Marisa Dulce Pereira e Auckje Mary Werkema.

²⁰ Como havíamos feito para o jornal *O Ruralista*, pesquisamos na hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa. Também não foi encontrado nenhum exemplar de *O Trevo*.

Elas ocuparam cargos de organização e gerenciamento do trabalho com a juventude rural em torno dos Clubes 4-S, tanto estadual como nacional, como foi o caso de Auckje Mary Werkema. Também participaram de inúmeros eventos envolvendo o trabalho com a juventude no Brasil e em outros países do continente americano incluindo os Estados Unidos. Essas duas profissionais estiveram presentes na elaboração do jornal *O Trevo*. Inicialmente pretendíamos entrevistar pelo menos dois ex-integrantes de Clubes 4-S sendo um do sexo masculino e outro do sexo feminino. Entretanto, entrevistamos apenas o ex-quatroessista Sebastião Pereira Vítor na cidade mineira de Carmo do Rio Claro em outubro de 2012. Entretanto, não foi possível entrevistar um ex-sócio do sexo feminino dos clubes devido às dificuldades que se apresentaram durante a pesquisa, principalmente no tocante à localização de uma ex-quatroessista, devido aos trâmites e prazos relacionados às exigências do Comitê de Ética em Pesquisa – COEP - UFMG²¹. No ano de 1968, Sebastião Pereira, então com 18 anos de idade foi campeão Interamericano de Produtividade de Milho em torneio realizado nos Estados Unidos, feito bastante celebrado naquela época. Esse evento e a conquista do quatroessista mineiro foram noticiados por inúmeros órgãos da imprensa, tanto de circulação local, nacional e internacional²². Além dos periódicos, Sebastião Pereira foi personagem de destaque também em revistas e relatórios da ACAR-MG e da ABCAR. No capítulo 2 há um tópico sobre a memória construída acerca desse fato. Durante a sua escrita cruzamos as fontes que obtivemos sobre o então jovem quatroessista com a entrevista que realizamos com Sebastião Pereira. No tratamento das entrevistas utilizamos a metodologia da história oral. Desde a seleção dos entrevistados, a construção do roteiro das entrevistas, a gravação e posterior transcrição ficamos atentos às possibilidades e limites que as fontes orais nos oferecem. Sem nos atermos as suas diferentes abordagens, adotamos uma definição mais ampliada conforme sinalizou Paul Thompson (2002, p.9-10) ao afirmar que:

Entendo por “história oral” a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro das suas lembranças e experiências. Não creio que se possa avançar muito tentando definir história oral de modo estreito, como um processo de habilidades com regras fixas, ou como uma subdisciplina separada.

²¹ No anexo 1 incluímos o parecer consubstanciado do COEP/ UFMG, além dos roteiros de entrevistas realizadas com as ex-extensionistas Marisa Dulce Pereira e Auckje Mary Werkema e com o ex-quatroessista Sebastião Pereira Vítor.

²² Alguns exemplos de notícias sobre Sebastião podem ser encontrados nos seguintes periódicos: O Globo de 02/08/1968; Estado de Minas de 03/08/1968; O Estado de São Paulo de 16/08/1968; Correio da Manhã de 18/08/1968; Jornal do Brasil de 20/08/1968; A Notícia (Rio de Janeiro) de 20/08/1968; Noticiário Del CIIMMYT – Centro Internacional de Mejoramiento de Maiz Y Trigo de nov/dez/1968; Aliança Reporter (Publicação da Aliança para o Progresso USAID/Brazil) de fevereiro de 1969; O Cruzeiro de 04/09/1969.

A transcrição das entrevistas procurou ser a mais fiel possível à fala dos depoentes. Entretanto, para que o texto ganhasse em fluência, fizemos alguns poucos ajustes quando necessários, como exemplo, o uso da linguagem coloquial foi evitado e alterado para uma linguagem mais próxima da considerada padrão. A interrupção de um assunto foi sinalizada com três pontos e palavras ou expressões que foram destacadas de forma enfática pelos depoentes foram colocadas em itálico²³.

Nos relatórios, revistas e programas anuais da ACAR-MG buscamos obter dados gerais referentes às áreas de atuação, corpo técnico, investimentos, projetos desenvolvidos, recursos financeiros disponibilizados pelo Governo e pelas instituições participantes. Os relatórios sobre os Clubes 4-S apresentaram dados sobre número de sócios, projetos desenvolvidos, concursos nacionais, prêmios, encontros interestaduais, nacionais e interamericanos, patrocinadores, composição da diretoria do Comitê Nacional dos Clubes 4-S – CNC 4-S, formação de líderes e outras informações que além dos dados estatísticos, forneceram informações dos aspectos simbólicos presentes nos Clubes, como por exemplo, aqueles presentes nos uniformes, desfiles, rituais das reuniões e eventos no geral. Já nos manuais e folhetos de instrução técnica encontramos informações sobre os saberes, bem como de procedimentos e ações para serem desenvolvidas junto à juventude rural. Também consultamos relatórios individuais, memorandos, correspondências e outras fontes sem uma prévia tipologia definida na catalogação do Centro de Documentação, pois se encontram dentro de pastas com um único título na capa²⁴. Esses são, na maioria dos casos, documentos datilografados, mimeografados ou manuscritos produzidos por extensionistas, quando da atuação profissional cotidiana ou depois de aposentados junto ao Projeto Memória da EMATER-MG que redundou na criação do Centro de Documentação. Esse tipo de documento tanto influenciou como também foi influenciado pela produção institucional sobre a memória da Extensão Rural ou dos Clubes 4-S consubstanciadas em revistas temáticas²⁵.

²³ Referência para os estudos em história oral no Brasil até hoje é o livro organizado por Amado e Ferreira (1998). Com artigos de alguns dos mais renomados pesquisadores que tem em seus trabalhos o uso das fontes orais, a obra apresenta uma série de questões que sinalizam para o necessário rigor em seu tratamento. Também o site da Associação Brasileira de História Oral (www.historiaoral.org.br) é uma fonte valiosa para os interessados nesse tema.

²⁴ Um exemplo é o documento MFN 1872; Pr.22, Cx.65, Doc.04, sendo MFN (*Master File Number*), ou seja, o mesmo que o número de entrada do documento no Banco de Dados - Base CDS/ISIS for Windows - e Pr (Localização da Prateleira), Cx (Número da Caixa) e Doc (número do documento dentro da caixa), como sendo um relatório de título: *EMATER-MG: Origem e histórico dos Clubes 4-S* (140p). Entretanto, trata-se de uma pasta com um conjunto de documentos totalizando 26 entradas de títulos e tipologias diferentes como textos datilografados, revistas, recortes de jornais, boletins, revistas, apresentação em seminários, encontros etc, organizada pela ex-funcionária Marisa Dulce Pereira.

²⁵ Consultar: 1) Extensão em Minas Gerais: Edições de set/out/1972; set/1977; jan/fev/mar/1982. 2) Revista Extensão Rural: Edição de abr/jun/1974.

Há nesse caso um exemplo clássico de uma memória forjada pelos principais atores do projeto extensionista da ACAR-MG sobre as suas práticas profissionais, bem como acerca do papel da Extensão Rural no arranjo político-econômico do estado mineiro. Devido às características das fontes, mesmo sendo organizadas em um fundo documental separado por temáticas e períodos, as informações encontram-se fragmentadas nas inúmeras tipologias documentais acessadas. Apesar disso, foi possível estabelecer algumas seriações, principalmente em relação aos relatórios sobre números de clubes, integrantes, lideranças masculina ou feminina. Na situação atual da documentação conhecida não verificamos a possibilidade de estabelecer um estudo específico sobre uma comunidade ou município apenas. Um trabalho que assim procedesse poderia perder as dimensões globais do trabalho que foi pensado de forma a abranger todas as regiões do estado mineiro. Trabalhamos no entrecruzamento dos saberes ditos racionais, científicos, urbanos, difundidos pelo discurso extensionista com os saberes do homem residente no meio rural. Da análise dessa tensão entre essas duas dimensões buscamos explicar como os jovens dos Clubes 4-S foram fundamentais nesse processo, ora assimilando à ideologia extensionista, ora reelaborando-a.

Por fim, cabe destacar, que as referências aos debates educacionais do período estudado, com seus reflexos na política e economia, buscaram estabelecer em que medida o trabalho com a juventude rural em Minas Gerais participou de um movimento maior, com ligações com organismos nacionais e internacionais. Além disso, as ações extensionistas comungaram de valores e práticas educacionais que estiveram em voga nos anos abordados nesta pesquisa no tocante principalmente às afirmativas que reforçavam que o que faltava aos trabalhadores brasileiros eram conhecimentos técnicos. Aliás, discurso esse que desde a década de 1920 foi recorrente em nosso país influenciado por ideias como o fordismo que defendia a racionalização da produção²⁶.

3 – Organização da Dissertação

Iniciamos o capítulo 1 intitulado “*As origens da Extensão Rural no Brasil – A criação da ACAR-MG e a fundação do Primeiro Clube 4-S do Brasil*”, com uma breve discussão sobre como o tema *meio rural* apareceu no debate historiográfico da República. Em seguida discutimos como as políticas de aproximação Brasil - Estados Unidos e o contexto internacional dos anos 1940/1950 influenciaram as discussões sobre modernização e o

²⁶ Sobre propostas de modernização da produção no Brasil com destaque a formação do trabalhador consultar Weinstein (2000).

chamado desenvolvimentismo no Brasil. Por fim, como esses dois temas anteriores influenciaram os debates sobre educação no meio rural, que tinham como meta formulações visando a acelerar o processo de desenvolvimento do país e como nesse cenário foi introduzido o Serviço de Extensão Rural e o trabalho dos Clubes 4-S em Minas Gerais.

No Capítulo 2 “*Os Clubes 4-S em Minas Gerais*” apresentamos a estrutura, funcionamento e crescimento do trabalho com a juventude rural quatroessista. Discutimos ainda a possibilidade de se estabelecer a relação entre Extensionismo Rural e do movimento quatroessista com a noção de educação social, entendida nesta pesquisa como sendo o conjunto de ações que para além da escola, visavam formar o jovem em múltiplas dimensões.

No Capítulo 3 “*A Educação Moral nos Clubes 4-S*” mobilizamos além dos relatórios, revistas, folhetos, os jornais que destacaram os clubes como *O Ruralista* e *O Trevo*. Essas publicações deram ênfase ao trabalho dos Clubes 4-S e expressaram a busca por um tipo de formação moral e cívica para os jovens atendidos pela ACAR-MG. Consideramos que tais publicações transformaram-se nos principais expoentes do trabalho quatroessista junto à opinião pública. Discutimos como os eventos organizados na década de 1960 buscaram alcançar a legitimidade do trabalho quatroessista frente aos jovens, opinião pública e ao próprio governo.

1 - AS ORIGENS DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL – A CRIAÇÃO DA ACAR-MG E A FUNDAÇÃO DO PRIMEIRO CLUBE 4-S DO BRASIL

No trabalho com os Clubes 4-S reside, em grande parte, a esperança para o Brasil. O trabalho dos Clubes 4-S faz parte do Serviço de Extensão. Sua finalidade é a preparação da juventude para a vida, em moldes que lhe facultem o cumprimento de seus deveres para com o lar, a comunidade e a pátria. (ABCAR, 1964, I, p.2).

Poderíamos dizer que o debate sobre o meio rural sempre esteve presente em nossa história. Questões envolvendo acesso à terra e os conflitos daí decorrentes, na maioria dos casos com a dose a mais do uso da violência, os problemas relacionados ao abastecimento de gêneros agrícolas, a qualidade da produção, a suposta desqualificação da mão-de-obra rural e propostas de educação para o homem do campo são alguns dos exemplos que vêm à tona quando o rural torna-se objeto de discussão. Além desses exemplos que enumeramos, aparecem discussões sobre o jeito de ser e viver do homem rural. Em se tratando dos moradores das áreas rurais, que grosso modo, têm na lida com a enxada ou com o cabresto a razão do seu sustento e da sua família, muitas vezes as referências, até hoje, são em uma tonalidade pejorativa: *Caipira, Jeca, Jacu, Matuto, Capiáu, Roceiro* são alguns dos termos recorrentes para se referir ao homem do campo²⁷. Chega a ser um lugar comum ouvir ou dizermos essas expressões sem nos perguntarmos se o morador dessas áreas se identifica com tais definições. O uso deste léxico, em tom de desmerecimento, desqualificação ou até mesmo de pilhéria permanece nas referências ao homem do campo.

Por outro lado, há também os propagadores de uma suposta *vocação agrícola* brasileira. Além de defenderem a importância das atividades relacionadas ao meio agrícola para o desenvolvimento do país, fazem de tudo para apresentar outra visão sobre o homem do campo. Mas há quem refute essas ideias. Para eles, o caminho do Brasil seria apenas um: o da industrialização. Para os defensores da industrialização *stricto sensu*, a superação do suposto atraso no campo seria uma das condições básicas para esse propósito. Haveria também um grupo que defende a integração entre industrialização e atividades agrícolas como sendo o

²⁷ *Caipira*, por exemplo, é definido como “aquele que vive no interior, fora dos centros urbanos, no campo ou na roça; roceiro”, ou também como sendo “aquele que leva uma vida campestre rústica, tem pouca instrução, pouco convívio social, e hábitos e modos rudes”, ou ainda como “habitante do campo, de pouca instrução e modos pouco refinados”. Outras expressões são: pé-duro; pé-no-chão; queijeiro; sertanejo; tabaréu. In (HOUAISS, 2001, p.563-564). Se a princípio o termo caipira destina-se a demarcar o morador das áreas rurais, também carrega consigo um tom depreciativo em relação aos homens e mulheres dessas regiões.

caminho do desenvolvimento do país. Independentemente dessa polêmica, as explicações sobre o papel que caberia ao homem do campo nesses cenários não saíram da pauta de discussão, mesmo que na maioria das vezes tenha sido para negar a sua história e assim suplantando o rural pelo urbano. O presente capítulo discute como as propostas de modernização para o meio rural se relacionam com a fundação da ACAR-MG e assim com a institucionalização da Extensão Rural em Minas Gerais e no Brasil. A chamada “questão agrária”, ou seja, aquilo se refere ou está relacionada ao acesso a terra e a “questão agrícola”, que diz respeito ao acesso à técnica e à tecnologia visando ao aumento da produtividade, se imbricam no debate que expomos a seguir, tomando como referência o período republicano brasileiro.

1.1 – Propostas de modernização do meio rural e a política de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos.

A partir dos pressupostos de HIRSCHMAN (1973)²⁸, REIS (1989) apresenta uma visão da questão agrária no Brasil no período republicano. Neste texto, a autora procurou iniciar uma revisão da questão agrária no período compreendido no primeiro centenário da república brasileira. Para isso, delimitou essa fase da nossa história a partir de três marcos temporais: o primeiro entre os anos iniciais da República até o movimento político de 1930; o segundo entre 1930 e o golpe político militar de 1964 e o terceiro período entre os anos de 1964 e 1985.

Sobre o primeiro período, que corresponde tradicionalmente ao que se convencionou denominar República Velha, REIS (1989, p.284 e 288) argumentou que não obstante as inovações tecnológicas na produção agrícola e a chegada de contingente de imigrantes europeus os latifundiários mantinham o controle da terra e de forma geral

28 O título da obra em inglês é: *Exit, voice and loyalty*, sendo *exit* traduzido para saída. Reis utiliza em seu argumento a expressão êxodo, pois segundo ela traduz melhor o sentido desejado pelo autor. No modelo de Hirschman e seguido por Elisa Reis, as três expressões referem-se às respostas dadas pelos sujeitos diante da “decadência em empresas, organizações e Estados”. Diante das transformações no meio rural nos três períodos que Reis analisou, os trabalhadores rurais reagiram de diferentes formas que tais expressões buscam elucidar. O “êxodo” seria referente às mudanças operadas por eles, seja, em deslocamentos como os dos imigrantes ou dos moradores do nordeste para o Centro-Sul do país, seja, para as propostas milenaristas como o caso de Canudos na Bahia. A “voz” seria uma espécie de resposta política aqui traduzida em movimentos organizados e com forte tom reivindicatórios. Já a “lealdade” seria a adesão ou o comprometimento a uma determinada situação como, por exemplo, aos projetos oficiais de desenvolvimento agrário propostos pelo governo no terceiro período analisado. Concordamos com Reis que não é possível isolar uma dessas respostas como se atuassem sem relação uma com as outras. Um exemplo disso é que o “êxodo” pode ser visto como uma manifestação da “voz” dependendo da situação analisada e do grupo em questão.

predominavam relações pré-capitalistas no campo. Os moradores do meio rural mantinham baixos índices de qualidade de vida, que eram comprovados dentre outros sinais por condições miseráveis de habitação e saúde. Na literatura brasileira talvez seja *Os Sertões* de Euclides da Cunha o exemplo mais clássico que descreve às condições de vida da população rural no início da República e que se encaixa no argumento que REIS (1989). A autora analisou para esse período em discussão as áreas açucareiras do nordeste e as áreas cafeeiras do centro-sul. No primeiro caso, e segundo o modelo adotado de Hirschman, afirma que:

a maneira que os camponeses tinham de reagir à mudança (frente as relações de trabalho), que eles não percebiam como relacionada às suas condições concretas de vida, foi se afastar da realidade imediata do mercado. Dessa forma, movimentos messiânicos forneceram aos camponeses um meio de realizar um pseudo – ‘êxodo’ para a esfera do milênio. (REIS, 1989, p.289).

Já nas áreas do centro-sul, os imigrantes teriam recorrido ao “êxodo” e este teria sido a resposta mais usual, “como sugerem algumas evidências esparsas, os imigrantes mudavam de uma fazenda para outra, do campo para os centros urbanos e até mesmo do Brasil para a Argentina ou para os Estados Unidos” (Idem).

A segunda fase analisada correspondeu aos anos entre 1930 e 1964, quando foram observados novos papéis para o Estado que passou a ter um papel mais planejador da economia. Entre 1937 e 1945, junto ao papel repressivo, autoritário e centralizador do Estado, ocorreu também o uso de mecanismos de propaganda de massa, que visavam à promoção de uma visão de trabalhador urbano tutelado e que fosse ordeiro e passivo. Desenvolveu-se a imagem de Getúlio Vargas como “Pai dos Pobres”, como sendo uma espécie de “Protetor dos Trabalhadores” brasileiros. Foi em torno dessa lógica que em 1943 foi decretada a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. O trabalhador urbano foi valorizado sob a égide do Estado, entretanto o mesmo continuava a excluir o homem do campo²⁹. Durante basicamente toda a segunda fase assinalada por REIS ocorreria o aumento da industrialização e urbanização, principalmente das grandes cidades brasileiras. O campo, nesse cenário de transformações, deveria fornecer matéria-prima, alimento e mão-de-obra para a vida urbano-industrial que se delineava. Segundo REIS (1989) mesmo o “êxodo” tendo sido a resposta mais corrente do homem do campo, a década de 1950 forneceu

indicações claras de que a válvula de escape da migração se revelava insuficiente. (...) Pela primeira vez na história do Brasil havia indicações de que a ‘voz’ poderia finalmente substituir tanto o ‘êxodo’ como a ‘lealdade’

²⁹ Somente em 1963 foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural durante o governo do presidente João Goulart.

enquanto típicas respostas camponesas a condições sócio-econômicas adversas (REIS, 1989, p.293)³⁰.

Para todas as manifestações de “voz” camponesa, as elites tanto agrárias, quanto urbanas se mobilizaram para manter as estruturas de poder. Um exemplo disso foi que as reivindicações originárias do meio rural foram consideradas por aquele grupo um ingrediente a mais para justificar a quebra da ordem constitucional e o uso da força com o Golpe de 1964. Assim o debate em torno da questão agrária acabou suplantado pela repressão que se abateu sobre os movimentos contestatórios no campo.

A mobilização política camponesa constituiu um ingrediente decisivo para precipitar o Golpe de 1964. Demandas por reforma agrária e pela extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais foram percebidas como subversivas da ordem social e propensas ao comunismo (1989, p.294).

Em relação à última fase analisada - 1964-1985, a autora afirmou que é aquela que ainda requer um maior esforço analítico. Segundo REIS (1989) neste período haveria uma maior presença do Estado no meio rural, seja via a repressão a movimentos contestatórios, seja pela promoção de políticas públicas voltadas para os moradores dessas áreas.

Pela primeira vez na história do país os habitantes do campo foram incorporados à arena política como algo mais do que meros súditos dos potentados locais. A introdução de benefícios sociais mínimos aos pobres o campo deu-lhes algum tipo de cidadania, embora limitada. (REIS, 1989, p.295).

Consideramos que o argumento de REIS no qual afirma que um tipo de resposta às mudanças advindas do regime militar foi a “voz” daqueles grupos que aderiram aos incentivos governamentais, teve uma relação direta com a Extensão Rural e os jovens rurais os Clubes 4-S, pois

aproveitando os investimentos públicos em malhas rodoviárias, facilidades de estocagem, crédito subsidiado, política oficial de preços mínimos e outros incentivos específicos, este grupo foi convertido num estrato de pequenos e médios proprietários capitalistas. (REIS, 1989, p.297).

Na medida em que foram silenciadas as manifestações contestatórias da estrutura de poder no campo, o debate em torno da questão do acesso à terra foi ao mesmo tempo substituído pela do acesso à assistência técnica, à tecnologia e incentivos ao aumento da

³⁰ Em 1955 em Pernambuco surgiram as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião. Dentre as várias reivindicações estavam a luta pela Reforma Agrária, expressa, por exemplo, no lema: “reforma agrária na lei ou na marra” que no início da década de 1960 amedrontaram as elites agrárias e urbanas no Brasil. Nos anos cinquenta ocorreram outros movimentos que tinham a questão do acesso a terra como ponto central em outras regiões do país. Em 1957, por exemplo, cerca de seiscentos colonos armados tomaram a cidade de Francisco Beltrão, no sudoeste paranaense para defenderem seus interesses frente à ambição dos latifundiários. Segundo Gomes (1987, p.11) “a revolta de 1957 foi fundamental para a consolidação da pequena propriedade no sudoeste do Paraná, o que significou uma ocupação democrática da terra, à medida que o latifúndio foi vencido”.

produtividade. Mas, diferentemente do exposto por REIS (1989), acreditamos que essa constituição de uma camada média no campo está posta bem antes do período por ela destacado. Julgamos que as práticas extensionistas em torno da ACAR-MG e principalmente no tocante à organização dos jovens rurais dos Clubes 4-S desde o início da década de 1950 seriam tentativas de se estabelecer novas relações produtivas e sociais no campo. A inserção econômica e social de novos atores, ou seja, os pequenos e médios proprietários rurais e a formação de jovens quatroessistas, teriam se constituído, além disso, em iniciativas que visavam à constituição de novas maneiras de ser, pensar e agir para os homens do meio rural. Esses aspectos serão abordados ao longo desse trabalho.

Outra obra que nos serviu de baliza nessa pesquisa foi o trabalho de LINHARES e SILVA (1999). Com ênfase nas questões políticas e referências às produções culturais sobre o homem do campo, bem como a alguns estudos clássicos sobre esse público, estes autores apresentam-nos um relato da questão agrária no Brasil. Já na introdução afirmaram que:

a história da questão agrária surge, entre nós, como um longo processo – entranhado em nossas origens – pela busca de mais liberdade e igualdade. Num país dominado pelo latifúndio, com profundo desprezo votado por suas elites aos homens humildes, tal busca será necessariamente difícil e muitas vezes violenta. Desta forma, procuraremos mostrar que a construção do Brasil como nação democrática e republicana, com a superação de uma imensa dívida social, deverá passar pela mudança do sistema de propriedade da terra. (LINHARES, SILVA, 1999, p.xviii)³¹.

Mesmo apresentando um quadro sobre o surgimento da “Questão Agrária” na Europa e o seu impacto no “Novo Mundo”, o que nos interessou para nosso trabalho foi, sobretudo a análise de como emergiu na República Brasileira essa questão. Em muitos aspectos LINHARES e SILVA (1999) se aproximaram dos argumentos expostos por REIS (1989). Acerca das condições de vida das gentes do meio rural afirmaram que:

Mobilidade geográfica e rigidez social, adversidades naturais e injustiças sociais compunham um quadro propício para inflamar as imaginações, ruminar murmurações e acalantar revoltas. (...) O imaginário popular, camponês, preenche-se de expressões e crenças numa libertação futura, num reino de prosperidade e paz, trazido por projetos e santos, que muitas vezes lutam e revoltam-se contra o latifúndio (como no Contestado, em 1912-1916, ou em Canudos, a partir de 1896-1897) ou, outras vezes,

³¹ Tanto nesse trecho da Introdução bem como no Prefácio escrito por Ciro Flamarion Cardoso percebe-se o tom de oposição dos seus autores ao presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que havia dito, quando das críticas que vinha recebendo sobre sua administração, que a dívida social brasileira não poderia ser paga de uma só vez e não seria possível incorporar a todos. Tanto Ciro Flamarion como Maria Yedda e Francisco Carlos Teixeira da Silva, são enfáticos, por sua vez, em afirmar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST era, naquele momento, a grande novidade referente aos movimentos políticos e sociais no Brasil. Essa afirmação valeria, segundo eles, tanto para pensar a vida rural como para pensar o Brasil como um todo. Este preâmbulo que expomos serve para localizarmos e datarmos seus autores no contexto da produção daquele trabalho.

domesticam a revolta, adocicam a exploração e unem-se ao latifúndio (como o padre Cícero Romão Batista, no mesmo sofrido Ceará). (1999, p.83).

Êxodo, voz, lealdade nos moldes de Hirschmann, abordados por REIS (1989), também se fizeram presentes, sem serem nomeados assim, na abordagem de LINHARES e SILVA (1999). Porém o que diferenciou essa abordagem da de REIS (1989) e que assim se aproximou daquela que a Extensão Rural procurou incutir junto aos moradores do meio rural mineiro, foi a preocupação com a “cura” dos males do trabalhador do campo, preparando-o melhor frente às novas circunstâncias de produção para o meio rural.

O que se quer, neste momento, é maior disciplina no trabalho, bem como sua intensificação. Quando matutos e cabras se recusam, surge a acusação de serem *bugres, indolentes, preguiçosos, doentes e amarelos*, em suma, as características do *Jeca Tatu*, sem vontade de progredir na vida. Particularmente o campo, o *Brasilzão dos sertões e grotões*, era visto como um espaço da doença e para alguns, principalmente os higienistas da Velha República, como um espaço ansiando pela cura. (LINHARES e SILVA, 1999, p.85).

Para alguns escritores do início da República, como Olavo Bilac, a instituição do serviço militar obrigatório era uma forma de legar as camadas de ex-escravos e a população pobre às condições necessárias para a sua incorporação controlada no sistema de trabalho. Para LINHARES e SILVA (1999):

Dever-se-ia, assim, envolver no processo econômico geral todos estes segmentos, através da vida dos quartéis, para evitar a existência de *uma terra opulenta em que muitos morrem de fome*. Se o diagnóstico era, *grosso modo*, correto (a generalização da miséria e da anomia), os instrumentos de mudança, autoritários (ou seja, impostos sem qualquer diálogo com os interessados), previam a penalização da vítima da pobreza e, ao fim a consagração da ordem injusta e desigual. Nenhuma palavra para a questão da terra, do acesso aos meios de vida, para esta imensa massa da população brasileira.

A elite brasileira providenciava para o povo o quartel antes da escola. (p.85 e 88).

Defendemos a ideia que instituições como o Exército, no caso citado por LINHARES e SILVA, mas também que as religiões e espaços como os das escolas, das fábricas, da família, dos diversos tipos de associações, dos momentos de lazer são formadores dos sujeitos na história. A implantação das práticas extensionistas e a metodologia dos Clubes 4-S representaram também a tentativa de formar um tipo de jovem no meio rural mineiro a partir da implantação do primeiro clube em 1952. A experiência mineira foi depois levada

como exemplo e modelo para outros estados brasileiros. Abordaremos esses aspectos no capítulo 2.

No entanto, se a falta de diálogo com os interessados foi uma marca desse período analisado por LINHARES e SILVA (1999), encontramos também nos documentos que pesquisamos essa permanência sobre as práticas extensionistas da ACAR-MG. O diagnóstico das causas que levavam aos baixos índices de produção e de qualidade de vida da população do meio rural, expressa nesse nosso estudo pelos pequenos e médios proprietários rurais, caía sobre eles próprios, pois seriam desconhecedores de formas consideradas modernas de produção. Superar o desconhecimento técnico e as explicações do senso comum, muitas delas marcadas por crendices e superstições, foram objetivos que os técnicos extensionistas se propuseram a alcançar. Mas muito do que foi proposto pela Extensão Rural a partir do final da década de 1940 seguia em vários aspectos uma tradição anterior a esse período.

A emergência de Vargas ao poder a partir de 1930 levaria, aliada ao contexto internacional de fins da década de 1920 e ao longo da década de 1930, cada vez mais a uma busca pelo aumento do mercado interno, condição fundamental para o desenvolvimento urbano-industrial que se vislumbrava por parte da sociedade brasileira. Foi nesse cenário que o campo ganhou destaque no projeto varguista de desenvolvimento urbano-industrial. O campo, mesmo que secundário nesse processo passaria a responder tanto pelo fornecimento de alimentos para o mercado interno, como continuaria a legar recursos da pauta de exportações a partir do nosso principal produto – o café. Além disso, o campo teria o papel de destaque no fornecimento de mão-de-obra barata para a nascente indústria. Assim, o homem do campo passou a ser positivado e uma imagem de um trabalhador ordeiro e dedicado ao aumento da produção ganhou destaque. O Estado Novo

condenava claramente o ócio nos grupos subalternos, e propunha o trabalho como valor básico. Malandros, desocupados, jogadores, boêmios, pedintes constituíam grupos visados pela polícia que mais do que simples manutenção da ordem executava um projeto de ordenamento para o trabalho, um trabalho de massa cronometrado, com ênfase na intensidade da jornada, tal qual as práticas fordistas impunham. (LINHARES e SILVA, 1999, p.115).

Educar o trabalhador, seja do campo ou da cidade, por meio da valorização do trabalho e buscando libertá-lo de doenças e de características a eles atribuídas como rusticidade e preguiça que seriam também causadoras do atraso econômico do Brasil, foram práticas almejadas pela formação de um aparelho repressor e violento expressos, por exemplo, no Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP e na Delegacia de Ordem

Política e Social – DOPS. “No lugar do malandro e do bugre deveria surgir um operário limpo, produtivo, casado e definitivamente incorporado ao processo produtivo do país” (LINHARES e SILVA, 1999, p117).

Na literatura brasileira, autores como Euclides da Cunha, Belisário Pena, Olavo Bilac, Monteiro Lobato, trataram, cada um a sua maneira, do homem rural como um ser rude. Um ser que seria desprovido de formas de pensar e de comportamentos considerados civilizados. Na concepção desses autores, a superação dessa suposta aspereza do homem rural só seria possível se esses fossem “iluminados” pelos conhecimentos científicos provenientes das cidades. Antes da denominada *Era Vargas*, o homem rural rústico já era anunciado como um tipo social a ser superado. Concordamos com LINHARES e SILVA que afirmaram que nas décadas de 1930 e 1940 o homem do campo não estava ausente dos debates daquele período. A produção de cunho histórico e sociológico expressa em obras como *Raízes do Brasil* (1933) de Sérgio Buarque de Holanda, *Casa Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Júnior, são expressões de uma época em que se buscou compreender o país pelas suas origens agrárias e mestiças e assim propiciar a superação do seu atraso.

Foi a partir da visão sobre o homem do meio rural e das relações produtivas no campo, cristalizadas em boa medida no imaginário brasileiro urbano, acrescida da matriz extensionista e quatroessista norte-americana, que o trabalho da Extensão Rural em Minas Gerais foi implantado. A constituição do Serviço de Extensão Rural no Brasil insere-se em um contexto nacional e internacional influenciado pelas mudanças advindas da Segunda Guerra Mundial. Trataremos desse assunto no próximo tópico.

1.1.1 – Brasil e Estados Unidos no pós Segunda Guerra Mundial

É notória na literatura que trata das relações internacionais dos Estados Unidos no pós Segunda Guerra Mundial que a ênfase dada por esse país foi no sentido de garantir a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão. Tal ênfase visava consolidar e manter a supremacia norte-americana sobre essas regiões além de fazer frente à ameaça comunista capitaneada pela União Soviética, que ampliava sua área de influência para os países do Leste Europeu. Frente ao avanço soviético sobre essa região e ao fortalecimento de grupos políticos de esquerda em países ocidentais como França, Itália, Grécia, os Estados Unidos responderam com a Doutrina Truman, o Plano Marshall e o Plano Dodge, este último específico para a reconstrução japonesa. Com ações políticas e econômicas advindas daí

ganharam cada vez mais força a americanização da economia no chamado *mundo democrático*, consolidando assim a liderança dos Estados Unidos nas regiões que viviam sobre seu espectro. Difundindo a lógica de um Estado que tem no planejamento racional a tônica da produção econômica, mas com respeito às liberdades individuais, como o direito à liberdade e propriedade, os Estados Unidos passaram cada vez mais a expandir esses princípios para vastas áreas do mundo onde a sua influência cada vez mais tomava força. Segundo PADROS (2005, p.236):

Antes da Segunda Guerra Mundial, o fordismo existia somente nos Estados Unidos. Na reconstrução constituiu-se num dos pilares da expansão americana. (...). A imposição e expansão do fordismo na Europa e Japão acelerou e dinamizou a produção, especializou os trabalhadores em ações simples e modernizou os padrões de produção, especialmente no setor automobilístico e de eletrodomésticos. Além do próprio conceito, grande parte da maquinaria necessária para a linha de montagem também devia ser comprada dos Estados Unidos.

Os princípios do fordismo tornavam-se mais do que nunca elementos a serem exportados pelos Estados Unidos³². Não só na indústria esses se fizeram presentes. Também na agricultura a busca pelo aumento da produtividade foi um dos objetivos a serem alcançados. O desenvolvimento do uso mais racional do tempo, da mecanização da produção, e o uso de insumos agrícolas eram acompanhados da justificativa que junto a esse processo era necessário garantir a formação dos cidadãos. Estes, a partir da tomada de consciência do papel produtivo e consequentemente de consumidores, seriam todos responsáveis por defender e expandir a crença e vivência daquilo que se convencionou chamar de “modo de vida americano”. A valorização do trabalho, do consumo, da democracia, da propriedade privada, da estabilidade política e social, foi utilizada como uma espécie de bandeira a ser defendida para onde a influência norte-americana se dirigiu.

A produção intelectual é praticamente unânime em afirmar que as ações norte-americanas deixaram em posição secundária a América Latina no pós 1945. Sob o pretexto que era necessário contribuir com a recuperação das economias européia e japonesa como forma de se frear o avanço soviético, e sem mais a ameaça nazista sobre o continente americano, os Estados Unidos voltaram as suas principais ações para outras partes do mundo. Obviamente que não discordamos desses aspectos. Entretanto, consideramos limitadas essas

³² Barbara Weinstein (1999), entretanto, demonstrou que o Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, no Brasil, inspirado nas ideias fordistas e que tinha na racionalização da produção à sua mola propulsora tinha contatos com seus congêneres na Itália e Alemanha da década de 1930. Sendo assim, queremos evidenciar que esse processo foi anterior à Segunda Guerra e remonta à consolidação dos Estados Unidos como economia mais pujante em termos mundiais a partir da década de 1920. Se por um lado é notório esse fenômeno no pós Segunda Guerra, bem antes desse conflito bélico e em países como o Brasil, a influência desse aspecto da cultura americana se fez presente.

considerações, pois elas não dão conta de demonstrar as relações que posteriores à Guerra continuaram a existir ou mudaram de forma entre a América Latina e interesses originários nos Estados Unidos, tanto governamentais como privados. Na verdade, desde o início do século 19 e na primeira metade do século 20 as relações entre os países da América Latina e os Estados Unidos foram marcadas ora por acordos comerciais e políticos, ora por invasões militares ou por patrocínios a derrubadas de governos locais. No Brasil, por exemplo, havia tanto aqueles que defendiam uma aproximação declarada aos Estados Unidos, quanto àqueles que a combatiam com todas as suas forças. Entretanto, não há como negar também que as décadas de 1930 e 1940 foram determinantes das relações entre Brasil e Estados Unidos.

Para BANDEIRA (1973, p.309-310):

O Brasil, como um país capitalista em desenvolvimento, sentiu todo o impacto da influência americana. A penetração econômica e militar atingiu a superestrutura da sociedade, modificou hábitos e costumes, padrões de comportamento, consciência e linguagem. O cinema introduziu a mentalidade da guerra, a ideia do heroísmo individual, sempre encarnado pelo americano, soldado, detetive ou *cow-boy*. Apareceram os *comics*, as histórias em quadrinhos, o *Super-Homem* e o *Capitão América*, símbolos do bem, do *way of life*, consagrado, com a sua aparente pureza lúdica, fantástica, a ideologia da violência e da brutalidade, a mitologia do Imperialismo. Os soldadinhos de plásticos, assim como índios e *cow-boys*, substituíram soldadinhos de chumbo, nos brinquedos infantis. As crianças, ao fim da guerra, viviam como nos filmes, nos *comics*, mascavam chicletes e bebiam Coca-Cola.

Entretanto, esse processo de americanização não teria se dado sem algum tipo de resistência. Havia setores na sociedade brasileira que se opunham a esse processo, desde artistas à militares. Para TOTA (2000), um setor considerável dos militares brasileiros criticava a sociedade norte-americana pelo seu excessivo consumismo e via no modelo centralizado da Alemanha nazista algo mais adequado ao Brasil no final dos anos 1930 e início dos 1940. Mas não obstante a essas considerações, esse mesmo autor afirma que, se por um lado a Segunda Guerra Mundial foi o momento da virada das relações culturais entre Estados Unidos e Brasil, a “ideia de uma política da Boa Vizinhança, que incluía a cultura na agenda internacional, foi pensada algumas décadas antes, na gestão do republicano Herbert Hoover”. (TOTA, 2000, p.28). Com o democrata Franklin Delano Roosevelt a Política de Boa Vizinhança foi levada a cabo “mas cabe citar que a expressão foi cunhada pelo seu antecessor republicano Hoover”. (TOTA, 2000, p.177). Havia no cenário latino-americano de fins da década de 1930 e início da de 1940 um sentimento que era preciso afastar a ideia arrogante dos Estados Unidos que havia sido alimentada por teorias e práticas como a do Big Stick, mas também de afastar por completo a ameaça nazista.

Foi nesse contexto que o governo americano reelaborou, não sem grandes controvérsias sua política para a América Latina. O destino reservou para o ‘missionário’ evangelista Nelson Aldrich Rockefeller um importante papel nessa política. (TOTA, 2000, p.44).

Nelson Rockefeller, ocupou vários postos nas empresas das quais sua multimilionária família era proprietária, com destaque a *Standard Oil Company*, ocupou cargos públicos a partir do governo Roosevelt quando se aproximou da vida política. Segundo TOTA, Rockefeller, devido aos cargos que ocupou tanto nas empresas da família³³, quanto no governo e imbuído de *espírito missionário calvinista*, viajou várias vezes à América Latina. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, elaborou relatórios destinados ao presidente Roosevelt no qual apontava que “a única e mais eficiente maneira de combater o totalitarismo era a adoção de medidas que tornassem a economia latino-americana mais competitiva” (2000, p.48).

TOTA apresenta, por fim, como as ações de Rockefeller, principalmente como dirigente do *Office of the Coordinator of InterAmerican Affairs* – OCIAA, foram fundamentais para a difusão do americanismo no Brasil. Cinema, rádio, revistas, música, ações filantrópicas, intercâmbios culturais e profissionais visavam apresentar a ideia que o Brasil tinha um caminho a seguir para recuperar o seu atraso. Para isso o Brasil deveria, segundo essa concepção, seguir o modelo norte-americano para a sua modernização. Para este autor, durante a guerra “a vitória da estratégia de Rockefeller foi significativa. Vitória do programa de conquista dos corações e mentes dos brasileiros, em vez de submissão militar”. (2000, p.180).

Concordamos com esse autor acerca do projeto de americanização em curso naquela época seja pelos meios de comunicação, seja pelo incremento das relações comerciais. Entretanto, como já afirmamos nessa dissertação, esse processo de americanização iniciado bem antes da Segunda Guerra Mundial, não se encerrou com o fim do conflito. As ações plantadas nas décadas de 1930 e 1940 deram frutos e foram responsáveis por outras iniciativas na segunda metade do século 20. Uma delas foi a Extensão

³³ Marinho (2001) analisa a presença da Fundação Rockefeller no Brasil via a relação desta com a Faculdade de Medicina e sua posterior efetivação na Universidade de São Paulo - USP. “A Fundação Rockefeller foi organizada em 1913, a partir do reagrupamento das juntas filantrópicas patrocinadas pela família Rockefeller desde o século 19. Até o início da Primeira Guerra Mundial, teve sua atuação voltada para ações em saúde pública, educação geral, economia e relações industriais” (p.14). Para os propósitos da nossa pesquisa essa obra mostra-nos que a presença dos interesses da família Rockefeller ou da tentativa de expansão da sua concepção de mundo estava posta bem antes da constituição dos acordos da AIA, entidade criada por Nelson Rockefeller em 1946, junto às agências ou governos locais brasileiros.

Rural visando ao desenvolvimento agrícola do país. Obviamente esse processo de americanização não se deu sem resistências e tentativas de negação ou de reelaboração.

Um povo só incorpora um determinado valor cultural de outro povo se ele fizer sentido no conjunto geral da sua cultura. Isso significa que a assimilação cultural não se faz por imitação, mas por um complicado processo de recriação. A assimilação cultural nunca ocorre em bloco. Um povo não aceita todos os elementos culturais do outro, mas apenas uma parte, e, mesmo assim, dando a eles novos sentidos. Essa assimilação envolve, portanto, uma escolha e uma recriação. (TOTA, 2000, p.193).

Esses aspectos serão retomados quando abordarmos a influência dos clubes de jovens rurais dos Estados Unidos os 4-H, sobre os Clubes 4-S em Minas Gerais e no Brasil.

A extinção da OCIAA em maio de 1946 no governo Truman e o novo direcionamento da política externa norte-americana para Europa e Japão não encerraram as relações de Rockefeller com a América Latina e com o Brasil. Em julho de 1946 foi fundada a *American International Association for Economic and Social Development* – AIA. Esta instituição foi criada sob o pretexto da filantropia. Segundo a jornalista Martha Dalrymple que nela trabalhou, na época da sua fundação, os objetivos da AIA foram manifestados:

Construída sobre uma fé na inerente dignidade e valor individual e na capacidade e desejo de auto-melhoramento dos seres humanos de qualquer nacionalidade, raça, credo ou cor, e na convicção que o bem-estar de cada nação e pessoa no mundo moderno está intimamente relacionado ao bem-estar e oportunidades para desenvolvimento de todas as pessoas do mundo, esta Associação está organizada para o propósito de promover o auto-desenvolvimento e melhorar os padrões de vida, junto com o entendimento de cooperação entre as pessoas através do mundo. (DALRYMPLE, 1968, p.10) (tradução livre do autor).

Na instituição do Serviço de Extensão Rural no Brasil a AIA teve papel fundamental. Da assinatura do convênio com o Governo de Minas Gerais foi criada a ACAR-MG em 1948. A AIA e sua relação com o Brasil fizeram parte do movimento observado a partir do fim da Segunda Guerra no qual organismos internacionais em torno das propostas de desenvolvimento postas pela Organização das Nações Unidas – ONU suscitaram o debate em torno da educação em escala mundial.

Segundo DAROS (2012, p.186):

A UNESCO, criada em 1945, faz parte de um vasto sistema de organizações internacionais de natureza intergovernamental como a Organização das Nações Unidas – ONU -, a Organização para a Cooperação Econômica – OECE -, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE -, o Fundo Monetário Internacional – FMI – e o Banco Mundial.

ARAPIRACA (1982) afirmou que além da ONU e as suas agências específicas como a CEPAL, a UNESCO, a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, a Organização Mundial da Saúde – OMS etc, o Movimento Mundial das Igrejas, o *Lions Club* e o *Rotary Club* seriam instituições que tinham como intuito também subsidiar os países subdesenvolvidos em busca da saída do atraso em que se encontravam. Além delas, entretanto, afirmou que havia outro grupo no qual as ações se deram por uma relação de aproximação com os países e

acordos bilaterais de cunho privado, como é o caso da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. Afora essas, existem ainda os sistemas de ajuda prestados diretamente pelos governos nacionais através de suas agências especializadas, como é o caso da USAID, da Aliança para o Progresso e do Corpo da Paz dos Estados Unidos.

Consideramos que a *American International Association*, mesmo não citada diretamente por DAROS (2012) e ARAPIRACA (1982), insere-se nesse contexto analisado pelos dois autores. Cabe citar que em termos do trabalho extensionista da ACAR-MG, bem como dos jovens rurais em torno dos Clubes 4-S, a USAID, a Fundação Ford, a Aliança para o Progresso e Corpo da Paz não só forneceram recursos financeiros, como também participaram com recursos humanos.

1.2 – A fundação da ACAR-MG – Os projetos educacionais do período entre as disputas ideológicas postas em jogo

O órgão responsável pela oficialização da Extensão Rural em Minas Gerais, a ACAR-MG, foi criado com a assinatura do Convênio celebrado em 06 de dezembro de 1948, no Palácio da Liberdade em Belo Horizonte, pelo então governador Milton Soares Campos, e o representante da *American International Association for Economic and Social Development* - AIA, Robert W. Hudgens. Este convênio objetivava a intensificação da produção agropecuária por meio da modernização das condições técnicas na lavoura, bem como cuidar da melhoria da vida rural no estado. Os pontos expressos no Convênio referentes à modernização da produção agrícola iam ao encontro dos objetivos explicitados no Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção Industrial do Estado de Minas Gerais formulado em 1947. A ACAR-MG não havia sido prevista no referido Plano, mas adequava-se às propostas do Governo para o desenvolvimento e modernização do meio rural mineiro. Já em junho de 1947, poucos meses depois de assumir o governo de Minas Gerais, Milton Soares Campos, um dos fundadores da União Democrática Nacional - UDN, agremiação

política que defendia a constituição de uma sociedade nitidamente liberal, mas que admitia “a necessidade do planejamento e da técnica como instrumentos de *organização racional do país*” (DULCI, 1986, p.83), anunciou as bases do Plano de Recuperação Econômica. Inspirado nos planos de intervenção do Estado na economia norte-americana, principalmente durante o *New Deal* do Presidente Franklin Delano Roosevelt, o Plano de Recuperação visava, além de apontar os pontos de estrangulamento da economia mineira, propor soluções que libertassem do atraso que impedia o desenvolvimento do estado. Planejamento, racionalização da produção e educação do homem rural foram, pelo menos em termos de discursos, bastante recorrentes nas falas das principais autoridades governamentais mineiras da época. O governador Milton Campos disse em 13 de julho de 1948, na sessão de abertura do curso de aperfeiçoamento destinado a professores primários da zona rural do Estado, realizado na Fazenda do Rosário, no município de Ibité³⁴:

Não é possível isolar o sistema de educação do sistema de organização do trabalho e, portanto, das técnicas de produção de que se socorre um povo para ordenar-se economicamente. É um processo de progresso social, que se completa com os elementos da saúde e da higiene popular. (...)

Não seria possível planejar e levar a cabo nenhum programa de recuperação econômica em Minas sem baseá-lo nas indústrias agrárias e sem articulá-lo intimamente com um plano geral de educação e com um plano geral de saúde.

(...)

Não haverá recuperação econômica onde o homem, não o *homo economicus*, mas o *homem* como ser social e biológico, não atingir certo nível mínimo de educação e higidez. (CAMPOS, 2000, p.138).

No dia 6 de outubro de 1948, por ocasião de encontro de pecuaristas, o governador reforçou a importância do ensino agrícola como forma de se alcançar os objetivos pretendidos para a produção nesse setor.

O ensino agrícola tem merecido o maior zelo (...). Criou-se o ensino agrário ambulante, que, também com o caráter sanitário, vem prestando os melhores serviços e dando o maior estímulo às populações do interior, com ampla distribuição de ferramentas e medicamentos. (CAMPOS, 2000, p.170).

Tais aspectos que se relacionam com as práticas extensionistas que a ACAR-MG desempenharia estavam, portanto, presentes no Plano de Recuperação Econômica, mais especificamente em seu capítulo 1, que tinha como foco o Programa de desenvolvimento do ensino profissional e técnico; Ensino Agrário ambulante; Missão de Assistência médica e censitária. (MINAS GERAIS, 5/7/1947, p.8).

³⁴ Sobre a Fazenda do Rosário, consultar: PINHO (2011) e PINTO (2007).

Os discursos do governador e o próprio anúncio no Plano de ações de inclusão do homem do campo no processo de recuperação e modernização da economia mineira mostram-nos, pelo menos, o anúncio de uma das práticas que a Extensão Rural perseguiu. Referimo-nos ao contato com o homem do campo nas suas próprias localidades, como forma de instruí-los em técnicas modernas de produção e como forma de muni-lo de meios para que permanecesse no campo. Assim o desenvolvimento rural, os conhecimentos técnicos, o aumento da produtividade agrícola, a melhoria das condições de higiene do homem rural eram preconizados como fundamentais para a sua permanência neste meio.

Apesar de não estar prevista no Plano de Recuperação Econômica, a fundação da ACAR-MG adequava-se bem às propostas do Governo sobre a necessidade de um planejamento global para a economia mineira. O próprio cenário econômico de Minas Gerais confluía para que o projeto fosse implantado. Em fins dos anos de 1940, cerca de 70% da população mineira vivia no meio rural. Os índices de qualidade de vida não eram nada animadores. Mortalidade infantil, analfabetismo, precariedade alimentar e doenças permeavam a vida nas zonas rurais do estado. Além disso, era necessário, na visão dos idealizadores do Plano de Recuperação Econômica, prover o estado de infra-estrutura para que fosse possível um desenvolvimento que englobasse tanto a agricultura quanto a indústria.

FONSECA (1985) atribuiu grande relevância à busca pelo desenvolvimento capitalista de Minas Gerais em seu estudo. Para essa autora, tanto os interesses expressos pela AIA da família Rockefeller, quanto à disponibilidade do governo de Minas Gerais em modernizar a economia do estado teriam contribuído para a fundação da ACAR-MG.

O fato de possuir abundância em recursos naturais, uma burguesia atuante com forte poder de negociação, uma firme disposição de colocar seu Estado em destaque no cenário nacional e um governo disposto a superar os problemas antigos da economia era motivo suficiente para colocar o Estado de Minas Gerais numa posição de fronteira ante a expansão do capitalismo brasileiro.

Rockefeller sabia disso, como também previa que aplicar sobre a problemática rural mineira a mesma solução aplicada nos Estados Unidos era um empreendimento que naquele momento poderia dar certo. (FONSECA, 1985, p.80-81).

Na mesma linha que credita a disposição de Minas para a fundação da ACAR-MG BORGES (1988) afirmou que:

Este órgão, fruto em grande parte da visita de Nelson Rockefeller ao Brasil e, fundamentalmente, da existência da UREMIG (Viçosa), muito influenciada pelo pensamento norte-americano desde seu nascimento, abria a perspectiva de, simultaneamente, unir a visão de mundo propalada pela UDN com a necessidade de tornar as pequenas unidades produtoras rurais mais dinâmicas e produtivas. (BORGES, 1988, p.59).

Expondo o mesmo raciocínio TEIXEIRA (1995) asseverou que:

O interior de Minas foi escolhido por ter o perfil considerado adequado pelos técnicos da AIA e por ter o apoio de um governo, na visão dos fundadores, comprometido com a melhoria das condições de vida do homem no campo e com a modernização econômica e industrial. (TEIXEIRA, 1995, p.118).

Um fato que mereceria maior investigação é sobre as origens dos trabalhos de Extensão Rural, pois se há aqueles que defendem que o fato mais marcante nesse processo teria sido a criação da ACAR-MG, existem outros que afirmam que bem antes de 1948, práticas de Extensão Rural eram observadas no Brasil. Concordamos com RIBEIRO (2000), que afirmou que práticas extensionistas vinham sendo realizadas a partir das escolas agrícolas como a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais – ESAV³⁵-MG, desde 1929 pelo menos, quando fora instituída a Semana do Fazendeiro em Viçosa³⁶, mas sem se constituir ainda como um Serviço de Extensão Rural. Para este autor, que foi um dos pioneiros da ACAR-MG, ocupando inúmeros cargos nesta instituição, inclusive o posto máximo de Diretor Executivo, há uma diferença básica entre Extensão Rural e Serviço de Extensão Rural³⁷. Para RIBEIRO (2000) práticas de Extensão Rural não dependeriam de uma organização formal, pública ou privada, ocorrendo mais de forma esparsa e sem um planejamento ao longo prazo. Para este autor o Serviço de Extensão Rural não só dependeria, mas como só teria sua razão de ser em torno de uma instituição formal, que neste caso teria sido a ACAR-MG, fruto do convênio entre o Governo de Minas Gerais e a AIA. Já DULCI (1999) afirmou que durante o governo de Milton Campos buscou-se integrar a política agrícola com a política social e que teria sido a Extensão Rural a melhor forma para se alcançar esse objetivo.

O trabalho que melhor expressou essa via foi o de extensão rural, o qual, restaurando uma antiga prática do Estado, foi alvo de grande atenção nessa fase e resultou em formato institucional inovador. Ele se iniciou pelo

³⁵ Em 1942 o curso de Veterinária foi separado da ESAV e transferido para Belo Horizonte. Em 1948 foi criada a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais – UREMG e em 1969 ocorreu a sua federalização e esta passou a ser a Universidade Federal de Viçosa – UFV.

³⁶ A Semana do Fazendeiro ocorre em Viçosa, cidade da Zona da Mata Mineira, desde 1929. Segundo o programa da 83ª Semana do Fazendeiro que ocorreu nas dependências da Universidade Federal de Viçosa – UFV, este evento teria sido a primeira atividade extensionista promovida por uma universidade brasileira. No ano de 2011 teve, aproximadamente, 1368 participantes inscritos. A maioria deles possuía propriedade rural com área entre 11 a 100 hectares, não dispondo de sistema de irrigação e trator. Essas propriedades caracterizavam-se por utilizarem, principalmente, mão-de-obra familiar, tendo como atividades principais a cafeicultura (26%), a pecuária leiteira (21%) e de corte (14%). Destacavam-se também nos inscritos a participação em cooperativas e ou associações. Para maiores informações sobre a Semana do Fazendeiro, consultar: www.semanadofazendeiro.ufv.br.

³⁷ Neste estudo referimo-nos ao Serviço de Extensão Rural organizado em torno da ACAR-MG e que reunia crédito rural e processo formativo para o homem rural, incluindo nesse processo, de forma integrada, a assistência técnica e difusão de tecnologia, bem como de novos procedimentos frente à vida no campo.

projeto de Ensino Agrário Ambulante/ Missão Médica Censitária, que consistia no envio de equipes interprofissionais a diversas zonas do estado, por comboios ferroviários e rodoviários, com a finalidade básica de prestar assistência técnica e sanitária às comunidades de pequenos produtores.

(...) Um segundo programa de extensão rural entrou em funcionamento com a ACAR. (...) Esta foi iniciativa paralela e complementar ao Ensino Ambulante introduzido pelo Plano de Recuperação (DULCI, 1999, p.87).

Por outro lado, mereceria também maior aprofundamento a razão ou razões por não ter vingado em São Paulo um Serviço de Extensão Rural. Cabe citar que as primeiras iniciativas da AIA no Brasil ocorreram em duas cidades daquele estado: Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo. Teria sido nessas duas comunidades que a AIA testou algumas ações que foram depois implantadas em Minas Gerais. Em São Paulo não foi constituída uma instituição nos moldes da ACAR-MG e nem Clubes 4-S. Quais motivos teriam levado a essa possível ausência? O “espírito filantrópico” da AIA teria falado mais alto e seus membros teriam concluído que Minas Gerais teria mais necessidade de um serviço naqueles moldes do que os paulistas? São Paulo, como estado mais rico e industrializado do país, não teria espaço para uma ação de formação do homem rural, pois o processo de industrialização já teria cumprido o papel de adestrá-lo na mentalidade capitalista? A conjunção de fatores em Minas Gerais: governo que via no planejamento racional do Estado o caminho para sua modernização, o Plano de Recuperação Econômica, a existência da UREMG e sua ligação com os americanos desde as suas origens, teriam sido fatores que atraíram os integrantes da AIA para Minas Gerais? Mesmo assim o CNC 4-S, criado em 1964 para angariar fundos para o trabalho com os jovens rurais, contou entre seus quadros com muitos integrantes, sejam públicos ou privados, de origem e com sede em São Paulo³⁸.

Foi nesse contexto que a ACAR-MG foi criada 06 de dezembro de 1948 nos termos da Lei nº29, de 10 de dezembro de 1947. Esta lei autorizava o Governo do Estado de Minas a emissão de apólices até a quantia de CR\$900.000.000,00 para regularização de compromissos do Tesouro e fomento à produção do Estado.

³⁸ Trataremos nos capítulos 2 e 3 sobre o papel que coube ao CNC 4-S. Sobre São Paulo e sua relação com a Extensão Rural e com o trabalho com os jovens rurais, ver: SILVA e LIMA (1984); FONSECA (1985); DALRYMPLE (1968), RIBEIRO (2000) e as publicações do CNC 4-S utilizadas nesta dissertação. Talvez a busca pela racionalização produtiva pensada em âmbito da sociedade urbano-industrial das décadas de 1920 e 1930, analisadas por WEINSTEIN (1999) para o caso paulista, só teriam sido implementadas no meio rural em Minas Gerais, a partir do final da década de 1940, tendo sido pioneira nesse processo a ACAR-MG. São Paulo assim, não teria tido também espaço para a experiência extensionista baseada nos princípios da AIA, pois desde a década de 1920 a racionalização da produção vinha sendo incutida junto aos trabalhadores urbanos. Talvez, também nesse arranjo, caberia assim à Minas Gerais o papel agrícola “racionalizado”, e a indústria seria de responsabilidade dos paulistas.

Na cláusula segunda do Convênio que criou a ACAR-MG estão colocadas as suas bases:

- 1º) Melhoria das condições físicas, especialmente as relativas à saúde, saneamento e moradia.
- 2º) Educação da população rural, com atenção especial à instrução agrícola, às indústrias domésticas, à alimentação, à alfabetização e ao desenvolvimento de espírito associativo.
- 3º) Promover os serviços sociais da comunidade rural, tais como a assistência à mãe, à criança, assistência médica, bem estar infantil e meios de diversão.
- 4º) A realização de estudos e ensaios sobre determinados tipos de moradias e outras construções rurais, a custo mínimo, de acordo com o meio, visando a utilização de materiais da região³⁹.

Foi previsto pelo Convênio celebrado que a Associação teria uma duração de três anos e poderia ser prorrogado de comum acordo entre as partes. Ocorreram outras duas renovações: uma em 1951 e outra em 1954. Para os três primeiros anos foram estimados em 450 mil dólares os recursos necessários para execução do projeto que seriam distribuídos entre a AIA o Governo de Minas Gerais da seguinte forma:

TABELA 1 – Origem dos recursos na execução do Convênio Governo de Minas Gerais / AIA – 06/12/1948

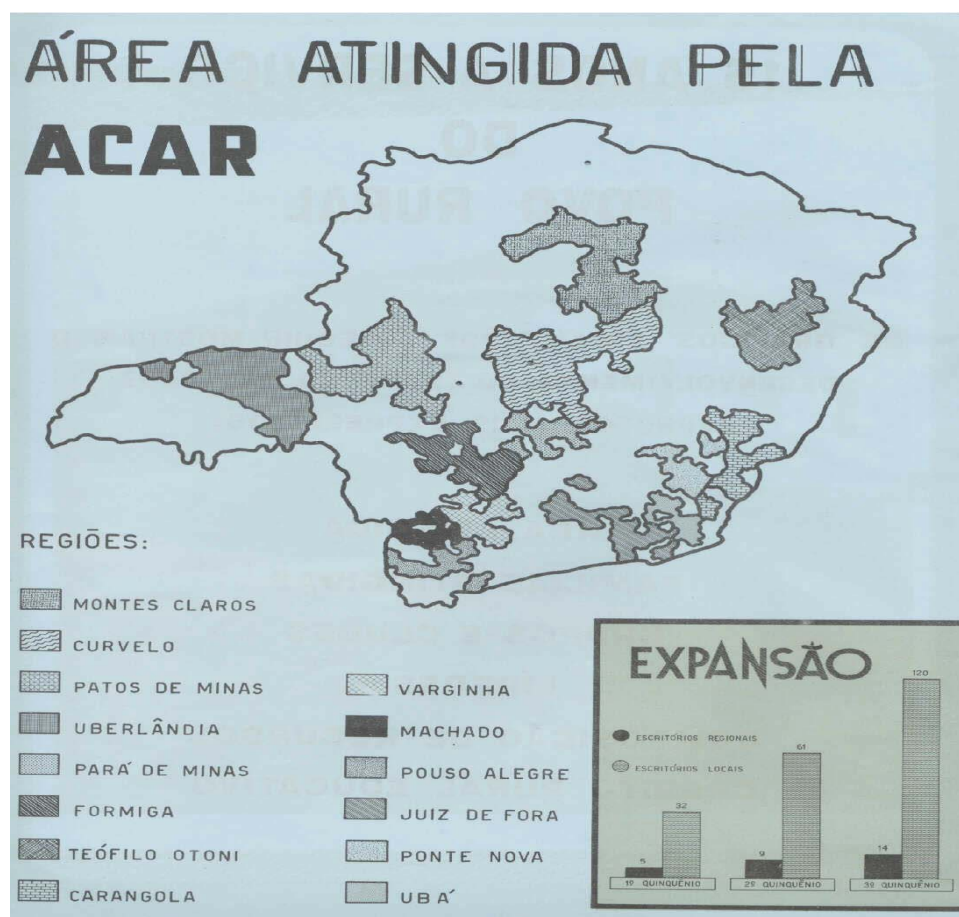
ANO	ESTADO DE MINAS GERAIS	AIA
1949	US\$25.000,00	US\$75.000,00
1950	US\$75.000,00	US\$75.000,00
1951	US\$125.000,00	US\$75.000,00
TOTAL	US\$225.000,00	US\$225.000,00

No ano de 1949 quatro Escritórios Locais da ACAR-MG foram instalados nos municípios de Santa Luzia, Pedro Leopoldo, Curvelo e Ubá com o objetivo de levar ao campo, técnicas de produção e de organização da vida no lar e na fazenda, consideradas modernizadoras do meio rural. Além dos quatro escritórios citados havia o Escritório Central de Belo Horizonte, responsável pela administração e coordenação das atividades extensionistas, bem como pelo treinamento do pessoal envolvido diretamente com os trabalhos no campo. A equipe extensionista era formada por um supervisor agrícola que era

³⁹ Convênio celebrado entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a Associação Internacional Americana (AIA) para o estabelecimento de um sistema de crédito que proporcione aumento da produção agropecuária e a concessão de outros benefícios à comunidade rural. (Dado no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos seis de dezembro de 1948. Registro nº12.854 de 27/12/1948. Cartório do 1º Ofício – Reimpresso em outubro de 1963).

geralmente um engenheiro agrônomo formado pelas Escolas de Viçosa ou Lavras, uma Supervisora Doméstica, geralmente normalista com conhecimentos em Economia Doméstica⁴⁰. No primeiro semestre de 1950 foram mais três Escritórios Locais: Varginha, Alvinópolis e Lagoa da Prata, além de sete sub-escritórios. Em 1951/52 possuía a ACAR 16 funcionários no Escritório Central e 62 funcionários no campo. (ACAR, 1959, p.17). Com o passar do tempo, a estrutura da ACAR-MG se ampliou pelas regiões do estado.

FIGURA 1 – Área atingida pela ACAR - 1964



FONTE: REVISTA ACAR. *Extensão em Minas Gerais. 1964*. ACAR. Belo Horizonte, 1964, p.20.

Pela visualização dos 14 Escritórios Regionais temos uma amostra da abrangência da área de atuação da ACAR-MG até o ano de 1964. Nota-se que as regiões norte e noroeste, tradicionalmente mais pobres do Estado, eram as com de menor cobertura.

⁴⁰ Em 1948 foi criada a Escola Superior de Ciências Domésticas na UREMG. O Curso Superior de Ciências Domésticas desta Universidade recebeu influência de especialistas norte-americanas da Universidade de Purdue (Lafayette, Indiana). Para sua formação as futuras economistas domésticas cursavam disciplinas como vestuário, higiene, puericultura, preparo de alimentos, problemas pessoais e familiares. Para o ingresso na ACAR-MG recebiam ensinamentos de sociologia, organização de clubes, ordenha e direção de jeep, veículo considerado por muitos ex-extensionistas como símbolo de força e arrojo ao qual estavam submetidos os envolvidos com a Extensão Rural em Minas Gerais nos seus primórdios.

1.2.1 – Educação e modernização no contexto da institucionalização do Serviço de Extensão Rural.

A partir do fim da década de 1940 os partidários de concepções políticas das chamadas *direita e esquerda*, expressões muito utilizadas naqueles tempos, disputavam os mais diversos campos de atuação e em torno das suas propostas de desenvolvimento e modernização econômica. Naquele cenário os debates e ações envolvendo o meio rural também estiveram presentes. As propostas da *esquerda* iam ao encontro de alterações na estrutura fundiária brasileira, marcada historicamente pela força do latifúndio. Já as propostas da *direita* iam ao encontro da valorização da técnica e de meios ditos racionais de produção. Ambos acreditavam que era necessário libertar as zonas rurais do atraso em que se encontravam. Para esse objetivo se concretizar seria fundamental a educação da população aí residente. Obviamente que as propostas educacionais estavam sintonizadas com a organização social que cada lado tinha em mente.

Em 1948 foi criada a Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina – CEPAL. Os debates e ações da CEPAL contribuíram para difundir a visão dual que opunha: *países desenvolvidos e subdesenvolvidos; urbano e rural; moderno e arcaico; industrial e agrícola* na década de 1950⁴¹. Julgamos que essa oposição esteve presente no debate sobre o rural no Brasil daquele período e assim é fundamental para o entendimento da instituição do Serviço de Extensão Rural a partir do Sistema ACAR/ ABCAR. Um exemplo disso foi o mandato de Juscelino Kubitschek de Oliveira, ou simplesmente J.K., na presidência do Brasil (1956-1961). O *presidente bossa-nova*, um dos vários epítetos que teve Juscelino, foi um dos responsáveis pela criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR em junho de 1956. Antes de ocupar a presidência da República, Juscelino, então governador de Minas Gerais, havia renovado em 1951 e 1955 o acordo entre o Estado e a AIA que dava suporte a ACAR-MG. A ABCAR representou o esforço de se criar uma entidade que coordenaria os trabalhos extensionistas em termos nacionais, a partir

⁴¹ Um texto que apresenta reflexão acerca da dualidade presente nas explicações sobre o meio rural é a introdução da antologia *Introdução crítica à Sociologia Rural* (Editora Hucitec, 1986), organizada pelo sociólogo José de Souza Martins. O mesmo conteúdo também pode ser encontrado no livro *Sobre o modo capitalista de pensar* (Editora Hucitec, 1978) com o título *As coisas no lugar*, capítulo 4, pp.43-82. Nele o autor procura entender a constituição dessa área da Sociologia – a Sociologia Rural, a partir das proposições de autores que tratam do tema, ressaltando, sobretudo, a ambigüidade da própria sociologia e das teorias dualistas. Conclui que: “O que se espera da reflexão crítica sobre o mundo rural é que ultrapasse (ao invés de simplesmente descartar) a dualidade na qual se enraíza a ideia de rural para, penetrando nos fundamentos últimos e históricos do conhecimento que a originou, descortinar e explicar as bases rurais de produção do ser social e de sua consciência”. (1986, p.38).

do subsídio as suas filiadas estaduais⁴². O governo J.K. assumiu um projeto nacional de desenvolvimento capitalista. Segundo o discurso oficial era necessário que o Brasil quebrasse algumas barreiras para que saísse da situação de atraso no qual se encontrava frente aos países capitalistas ricos. Entre elas as culturais, que impunham um sentido de inferioridade para o brasileiro. Integrar o homem brasileiro à civilização contemporânea foi, segundo CARDOSO (1978), um dos objetivos do projeto político de J.K. Nesse sentido, a política educacional voltada à qualificação técnica dos trabalhadores e racionalização da produção teria um papel a cumprir no seu projeto desenvolvimentista⁴³.

A questão que se coloca para a reforma proposta é tornar mais prático o ensino, fugindo ao academicismo, aproximando a escola da realidade nacional, no sentido de que ela passe a formar o tipo de quadros exigidos pela transformação por que se quer fazer passar a realidade. (...) Há uma qualificação que é básica para esta finalidade e que perpassa todos os níveis escolares: a técnica. (...) É na formação dos recursos humanos que entra o papel da escola, um papel novo e eminentemente voltado para o conhecimento técnico. (CARDOSO, 1978, p.220).

CARDOSO (1978) baseou seu estudo em documentos oficiais da Presidência da República como as mensagens e discursos de J.K. em diferentes espaços e situações. Em um desses documentos selecionados e citados pela autora, J.K.⁴⁴ reforça a necessidade em se obter um maior nível técnico para o país como forma de se alcançar o desenvolvimento econômico.

O ciclo industrial, em que o País vai ingressando decisivamente, cria aspectos novos à vida brasileira. E o desenvolvimento de nossa produção reclama número maior de agrônomos, de veterinários, de químicos, de engenheiros de todas as especialidades. (CARDOSO, 1978, p.220-221).

Não há dúvida que a ênfase dada por J. K foi para a indústria, mas na proposta desenvolvimentista, o setor agrícola não poderia ser deixado de lado. A formação técnica dos seus quadros foi pelo menos em termos de discursos, uma marca daquele período. Na ACAR-MG, um profissional que sempre gozou de prestígio foi o engenheiro agrônomo⁴⁵. Em meio

⁴² A ABCAR tinha a sua administração exercida por órgão de deliberação coletiva composta pelos representantes das entidades fundadoras e mantenedoras que eram os ministérios da Agricultura, Educação e Saúde, a Confederação Rural Brasileira, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste do Brasil, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, o Instituto Brasileiro do Café, o ETA e a USAID. Fonte: Código MFN 1409, Pr.05, Cx.33, Doc.09, p.3 – mimeografado, Centro de Documentação da EMATER-MG.

⁴³ CARDOSO (1978) aborda o desenvolvimentismo como a estratégia adotada durante o Governo de Juscelino Kubitschek que visava superar o subdesenvolvimento do país por meio da arrancada da industrialização. Para isso seria fundamentais a cooperação internacional e o auxílio do capital estrangeiro.

⁴⁴ Obtido a partir de J.K. Mensagem ao Congresso Nacional 1957 (p.23-24). Rio de Janeiro: Imprensa Oficial (1956-1960).

⁴⁵ A visão técnica dos engenheiros agrônomos na Extensão Rural foi bastante valorizada. Observamos isso na nossa monografia de bacharelado. Ver GOMES, 2000.

aos projetos de modernização postos para o Brasil nos anos 1950, expressos pelos debates e produções em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB⁴⁶, ligado ao Ministério da Educação e Cultura –MEC, ou daqueles em torno de partidos políticos como UDN, Partido Social Democrático - PSD, Partido Trabalhista Brasileiro - PTB e até pelo Partido Comunista do Brasil - PCB⁴⁷ que mesmo na clandestinidade mantinha-se atuante, a educação tinha um papel a cumprir para a sociedade dita moderna que se pretendia alcançar. Claro, que cada um dessas entidades, agrupamentos ou tendências políticas tinham perspectivas diferentes para o Brasil. Tudo indica que havia pelo menos um consenso nessa época. A superação do atraso brasileiro se daria por meio da industrialização com a qualificação da produção e da mão-de-obra originária do campo ou do meio urbano. A educação teria um papel de proporcionar a recuperação “do tempo perdido” e assim contribuir para o crescimento econômico do país.

Sobre os debates expressos na década de 1950 XAVIER (1999, p.53) afirmou que:

A ideologia nacional-desenvolvimentista enfatizava o problema da justiça social e da construção de uma sociedade democrática, enfatizando o desenvolvimento industrial e o planejamento, o recurso ao capital estrangeiro e a busca da racionalidade na administração pública – inclusive criando órgãos paralelos de assessoria técnica com o intuito de obter diagnósticos precisos da situação – e associando todos esses elementos à meta maior de promover o ingresso do país na modernidade.

Anterior ao ISEB, mas neste mesmo contexto em que as Ciências Sociais ganhavam força como fontes para ações governamentais visando o desenvolvimento do país, foi criado em 1953 o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE em estreita articulação entre o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP durante a administração de Anísio Teixeira, com o MEC e a UNESCO. Segundo XAVIER (1999, p.87):

O envolvimento da UNESCO na criação do CBPE guarda estreitas relações com a atmosfera do pós-guerra. Esse evento transferia para os anos

⁴⁶ O ISEB foi fundado em 14/07/1955 durante o governo de João Café Filho e extinto em 13/04/1964 por Ranieri Mazzili que respondia pela Presidência da República depois do Golpe Político Militar que derrubou João Goulart em 31/03/1964. Segundo TOLEDO (1978, p.17 e 185-186) propunha o ISEB a constituir ou lançar as bases de um pensamento brasileiro (autêntico ou não-alienado) através de um projeto teórico-ideológico de natureza totalizante onde confluíam disciplinas e ciências diversas: Sociologia, História, Política, Economia e Filosofia. Segundo esse autor participavam do ISEB representantes das Forças Armadas, do Congresso Nacional, dos Ministérios, empresários, industriais, líderes sindicais, parlamentares estaduais, professores e estudantes universitários, profissionais liberais, funcionários públicos etc., de diversas conotações políticas.

⁴⁷ O nome Partido Comunista do Brasil vigorou entre a fundação em 1922 e o ano de 1960. Naquele ano as orientações do V Congresso do Partido levaram à mudança para Partido Comunista Brasileiro. Tal alteração visava se adequar à legislação partidária como uma das medidas que buscavam o retorno à legalidade. O nome Partido Comunista do Brasil seria retomado em 1962 com outra agremiação, o PCdoB que se diferenciava do PCB.

vindouros as expectativas abertas pelo esforço de reconstrução nacional e o consenso em torno da redemocratização. No Brasil e no mundo, os anos 50 abriam uma nova era; foram anos de transição entre o tempo da barbárie e da destruição e a busca da plenitude do desenvolvimento econômico; dos programas internacionais de combate à pobreza e dos avanços tecnológicos que traziam glamour e conforto para as classes mais abastadas; do mundo ocidental; de expansão e adensamento das grandes cidades.

O CBPE e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais criados em Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, se encaixavam na perspectiva desenvolvimentista daquele período, pois constituíam centros de pesquisas e de assessoria técnica para os assuntos educacionais.

Palavras como planejamento, racionalização, desenvolvimento nacional era inclusive partilhado por setores os mais díspares em termos ideológicos. O próprio PCB via a industrialização como condição para a superação do atraso nacional e para esse fim ser alcançado era necessário ações visando uma melhor qualificação de quadros técnicos no país. A formação escolar do povo e a qualificação profissional estavam na base dos projetos desenvolvimentistas do período.

Não obstante à ênfase dada à industrialização e ao papel da educação nesse processo, destacado pelo CBPE e seus congêneres estaduais, bem como por acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos, como o Programa de Assistência Brasileiro Americano ao Ensino Elementar – PABAAE⁴⁸, a formação do homem do campo, também teria sua função nessa conjuntura. A ACAR-MG e depois as suas co-irmãs que foram fundadas ao longo das décadas de 1950 e 1960, e a própria organização da ABCAR durante o Governo J.K. atestaria tal fato. Entretanto, o que diferenciava a formação proposta em torno da Extensão Rural era o fato dela ocorrer para além do espaço escolar e apresentar a conjunção entre assistência técnica ao pequeno e médio produtor com a concessão de crédito, como condição básica e imprescindível para a modernização da vida no campo. Além disso, o contato se dava com o homem do campo em seu ambiente de trabalho e ou moradia. Ficava assim explicitada a ideia de estender os conhecimentos da cidade sobre o meio rural. Desta forma, os promotores da Extensão Rural acreditavam na difusão junto ao seu público-alvo de uma mentalidade considerada moderna e que estes, assim tornar-se-iam empreendedores junto as suas

⁴⁸ Segundo PAIVA e PAIXÃO (2002) em 1956 foi assinado um acordo entre Brasil e Estados Unidos, visando à constituição de um programa de assistência ao Ensino Primário, que ficou conhecido como PABAAE. O acordo foi assinado em 22 de junho de 1956 pelo Ministro da Educação (Clóvis Salgado da Gama), pelo governador do Estado de Minas Gerais (José Francisco Bias Fortes) e pelo diretor da United States Operation Mission to Brazil – USOM/B (William E. Warne) e previa seu encerramento em 30 de junho de 1961. Coube ao INEP a execução do Programa.

comunidades. A mudança de valores culturais estava no horizonte das ações extensionistas. Buscava-se alterar as formas de ser, agir e pensar do homem do campo.

Nesse contexto, os jovens do meio rural atendidos pela ACAR-MG e organizados em torno dos Clubes 4-S foram os elementos tomados como símbolos de modernização, pois seriam mais susceptíveis às mudanças. Foi envolto nessa conjuntura marcada dentre outras características pela redefinição das relações entre Brasil e Estados Unidos, pelas discussões em torno do planejamento econômico, políticas desenvolvimentistas, ajuda internacional e a crença na educação como motor de desenvolvimento econômico e social que o trabalho com os jovens dos Clubes 4-S foi iniciado em Minas Gerais a partir de 1952.

1.3 – A fundação do primeiro Clube 4-S do Brasil.

Em 15 de julho de 1952 foi organizado no município mineiro de Rio Pomba, na Comunidade de Igrejinha, no distrito de Tabuleiro, o primeiro dos Clubes 4-S do Brasil. Tal fato é creditado ao engenheiro agrônomo Geraldo Luiz Ribeiro, que naquele ano havia sido designado para Supervisor Local do município. Juntamente com a funcionária da ACAR-MG Iracema Alves Garcia, e com a professora Rural, Nila Silva de Paula, iniciaram o desenvolvimento do movimento quatroessista no Brasil. Em revistas, relatórios e publicações em geral que se referem ao início do trabalho com os Clubes 4-S em Minas Gerais, as referências são sempre unânimes em afirmar que o começo de tudo foi com esse clube, e que D. Nila Silva de Paula foi fundamental para esse fato.

A professora modesta, líder local, aceitando a tarefa sugerida pelos extensionistas da ACAR em Rio Pomba, Geraldo Luiz Ribeiro e Iracema Alves Garcia, agremiou seus alunos da Escola Rural Coronel Cláudio Gomes. Plantaram uma árvore no pátio da escola da Igrejinha. E todos se dispuseram a aprender e usar as melhores práticas de trabalho no campo e no lar, acalentando a esperança de abrir horizontes novos para suas vidas e para a comunidade de que eram partes (EXTENSÃO RURAL, 1974, p.4).

Entretanto, fontes primárias, ou seja, produzidas quando do início do trabalho com jovens e da fundação do Clube 4-S São José, são raras. Em uma pasta com documentação selecionada por Marisa Dulce Pereira sobre a origem e histórico dos Clubes 4-S, catalogada como MFN 1872 (Pr.22, Cx.25, Doc.04) no Centro de Documentação⁴⁹ localizamos uma fotocópia de um documento datilografado intitulado “Conferência para o planejamento do Programa a realizar-se em Belo Horizonte nos dias 3, 4 e 5 de fevereiro” (EMATER-MG,

⁴⁹ Ver nota 24.

1982). Há uma inserção à caneta que classifica o documento como sendo de 1953. Supostamente, a data correta dessa reunião seja 1952, portanto, anterior à fundação do primeiro Clube 4-S⁵⁰. Algumas razões nos levam a tal conclusão. Uma delas é que na coordenação das seções havia tanto a presença de funcionários da ACAR-MG quanto da AIA. Os assuntos tratados foram no sentido de apresentar o que era o trabalho com os jovens nos clubes rurais, bem como instrumentalizar os extensionistas de como o fazê-lo:

Exposição do trabalho dos clubes 4-H nos Estados Unidos.

Objetivos do programa para jovens.

Requisitos para o programa de jovens.

Registro e organização.

Líder local para o clube de jovens.

Programas para o clube de jovens.

Objetivos do clube de jovens em 1953.

Nesta mesma pasta consta outro documento datilografado intitulado “Dados sobre o Primeiro Clube 4-S do Brasil”. Na fonte, além do já exposto anteriormente, informa que a Diretoria desse primeiro clube foi formada por:

Geraldo Homem do Amaral – Presidente

Antônio Homem do Amaral – Secretário

Maria Aparecida de Souza – Repórter⁵¹.

A edição número 98 da Revista *Extensão Rural* (1974, p.6-7) afirmou que Geraldo Homem do Amaral era aluno de D. Nila e tinha 12 anos quando da fundação do Clube 4-S São José. Na época em que foi produzida a matéria, ele tinha 33 anos e se encontrava casado com uma ex-sócia do mesmo clube de jovens, Amélia Francisca de Oliveira Amaral. Viviam em Igrejinha e cuidavam da sua pequena criação de gado. O irmão dele, também membro da diretoria do primeiro clube, na época da matéria da Revista era Gerente de um banco em Viçosa. Segundo essa mesma matéria D. Nila era filha de pequenos agricultores. Lecionava desde os 11 anos de idade. Chegou ao povoado de Igrejinha em 1937 e lecionou durante 28

⁵⁰ Cabe citar que há outra inserção à caneta no documento: “Reunião para iniciar o trabalho com Clubes 4-S em Minas Gerais”.

⁵¹ DADOS SOBRE O PRIMEIRO CLUBE 4-S DO BRASIL. s.l., s.d. (mimeo). Mesmo não sendo possível precisar a data de tal fonte, estimo que seja 1977, quando se completaram 25 anos do início do trabalho quatroessista e um conjunto de matérias foram produzidas em referência a esse fato.

anos, boa parte desse tempo naquela comunidade. Casou-se com Antônio de Paula Gomes e teve uma filha que foi ex-quatroessista e que na época da publicação da Revista estudava Direito em Juiz de Fora. D. Nila teve paralisia infantil, fato que a levou a usar cadeira de rodas para se locomover. Nas reuniões que participava promovida pela extensionista da ACAR-MG nos quais eram ensinadas costura e culinária, teria surgido o desejo de fundar um Clube 4-S. Fez o curso de Aperfeiçoamento para Professoras Rurais na Fazenda do Rosário⁵² e só depois disso então fundou o Clube que por durante 13 anos liderou. (EXTENSÃO RURAL, 1974, p.6).

Também na pasta citada (MFN 1872) encontramos um documento datilografado com uma entrevista feita por quatroessistas, provavelmente participantes da II Convenção de Clubes 4-S da Região de Muriaé em Leopoldina em 1977 com D. Nila. Apresentamos parte desse diálogo a seguir:

Quatroessista: Como surgiu a ideia de formação do Clube 4-S?

D. Nila: Na Reunião do Grupo de Senhoras, notava-se interesse geral. Planejamos a organização de jovens de 10 à 18 anos, iniciando o “O primeiro Clube 4-S do Brasil”. (...) A gloriosa ideia surgiu no dia 15 de julho de 1952 na Escola Rural Cel. Cláudio Gomes, sob minha regência – com a presença de nosso saudoso Dr. Geraldo Ribeiro e Dona Ecilda, supervisores locais.

Quatroessista: Como foi a aceitação por parte dos pais e pela comunidade?

D. Nila: Integrados pelo mesmo sentimento de vibração, pais e comunidade aceitaram e colaboraram unanimemente.

Quatroessista: Qual foi o seu papel no Clube?

D. Nila: Participava de todas as atividades do Clube, concretizando, laboriosamente o meu sonho dourado.

Quatroessista: É importante a participação do jovem no Clube? Por que?

D. Nila: Sim. O jovem será o “Homem do amanhã”, com teorias e práticas eficazes na Agricultura, pecuária, socialismo⁵³, promoção humana. (...).

Quatroessista: Quais os benefícios que o clube trouxe para a comunidade?

D. Nila: Levantamento do nível social. Ensinamentos agrícolas, domésticos, aproveitando matéria-prima. (...) Oportunidade de sócios, pais e líderes conhecerem várias cidades, inclusive a capital mineira, através de convenções, excursões. (...) Saliento, ainda, a alegria, bom senso, horas de lazer aos componentes do maravilhoso movimento. Recordo com saudades!

Quatroessista: Qual a mensagem que a senhora teria para o jovem?

D. Nila: Queridos jovens: De modo especial, dirijo-me a vocês não os querendo considerar só como a serem quatroessistas, mas sim aptos para Evangelizar os outros. Evangelizar não é só ler o Evangelho. É por em ação o que aprendem. É agir com palavras. Sorrir e amar. É reunir. Por em

⁵² PINHO (2011) e PINTO (2007) em seus trabalhos discutem também o papel da Fazenda do Rosário para a formação de professoras rurais em Minas Gerais.

⁵³ Aqui a professora rural usa a expressão ‘socialismo’ não para se referir à doutrina que defende a coletivização dos meios de produção e a construção de uma sociedade sem classes sociais. O termo é utilizado por ela como sinônimo de vida em sociedade, ou seja, a promoção da vida social dos jovens rurais.

prática os sábios conhecimentos adquiridos da *EMATER*. Incentivar aos outros, sobretudo os de suas idades. Obrigada⁵⁴.

Percebe-se um tom de saudosismo, exaltação e até mesmo de ufanismo em relação ao trabalho quatroessista nas respostas atribuídas à D. Nila. A memória construída sobre os Clubes 4-S, a partir da documentação oficial presente no Centro de Documentação, reforça a ideia de missão que estes teriam na solução dos problemas do meio rural. Além disso, D. Nila dizia esperar que os jovens colocassem em prática “os sábios conhecimentos adquiridos da *EMATER*”. É provável que isso seja um indício de que a entrevista foi realizada depois de 1975, quando a *ACAR-MG* foi substituída pela *EMATER-MG*.

No mesmo documento consta a transcrição de entrevista dos quatroessistas participantes da Convenção com o primeiro presidente de Clube 4-S do Brasil, Geraldo Homem do Amaral, sendo suas respostas no mesmo sentido das apresentadas por D.Nila:

Quatroessista: Como foi feita a sua escolha para presidente?

Geraldo Homem: Na Escola Rural Cel. Cláudio Gomes, regida pela minha querida professora D. Nila Silva de Paula, a *ACAR-MG* fundou um Grupo de Senhoras para ensinos domésticos e os alunos cultivavam hortas para manutenção da Biblioteca Escolar. Minha primeira atividade foi plantar uma árvore no pátio da escola anexo à horta. Amava o trabalho esforçando para o seu desenvolvimento. Organizado o Clube 4-S São José fui escolhido com unanimidade para primeiro presidente.

Quatroessista: Quais foram os trabalhos desenvolvidos pelo Clube?

Geraldo Homem: Inúmeros: designá-los é-me impossível. Lembro-me claramente do apoio, do incansável e saudoso Supervisor Dr. Geraldo Ribeiro, empregando todo o seu esforço, trabalho, dedicação, atenção aos quatroessistas. Dr. Geraldo fornecia sementes de hortaliças, milho híbrido para plantio. Fazíamos viveiro de café transplantando para balaies confeccionados pelos sócios. Aplicação de formicida Blemco nos formigueiros da comunidade. Iniciamos com amor um trabalho promissor, beneficiando amplamente o meio rural, cujo trabalho muito se desenvolveu⁵⁵.

Se por um lado, fontes sobre o nascimento do movimento quatroessista no Brasil são bastante raras, os exemplos citados atestam o seu início em Igrejinha em 15 de julho de 1952. Além disso, sinalizam para uma preocupação que os promotores do extensionismo no Brasil apresentaram, ou seja, a de constituir uma memória histórica sobre as atividades por eles desempenhadas.

⁵⁴ DADOS SOBRE O PRIMEIRO CLUBE 4-S DO BRASIL. s.l., s.d. (mimeo).

⁵⁵ Idem. (mimeo).

2 – OS CLUBES 4-S EM MINAS GERAIS – (SABER, SENTIR, SAÚDE, SERVIR). OS JOVENS RURAIS COMO SÍMBOLO DE PROGRESSO NO CAMPO

“Hoje em dia, você vive na fazenda melhor do que vivia seu pai. Seu filho viverá melhor ainda do que você vive. (Os produtos químicos Shell para a Agricultura têm muito a ver com isso)”.(O RURALISTA, 1ª quinzena set/1967, p.5)

A epígrafe é parte de uma propaganda de produtos para a agricultura que a Companhia Brasileira de Produtos Químicos Shell estampava na edição número 69 do jornal *O Ruralista* de setembro de 1967. O texto completo faz referências à disponibilidade de formicidas, nematicidas, herbicidas, fungicidas e inseticidas Shell que supostamente fariam com que os fazendeiros dependessem menos da sorte e sim da própria capacidade. Ou seja, faz alusão que cabia aos próprios agricultores conduzir o seu destino, não dependendo de elementos considerados estranhos aos desígnios da ciência e da técnica. O resultado do uso de tais produtos seriam pessoas bem alimentadas conforme sugere a imagem de um menino que está com a boca cheia, devido à fartura e alimentação adequada que estaria a receber (FIGURA 2). Além da divulgação dos produtos para a agricultura, o anúncio parece demonstrar a crença em um futuro promissor para as novas gerações, sendo a criança da imagem o elemento que representaria o progresso e a transformação do meio rural em um lugar mais seguro e compensador.

FIGURA 2 – Propaganda dos Produtos Químicos Shell no jornal *O Ruralista* – Ano de 1967

Hoje em dia, você vive
na fazenda melhor do que
vivia seu pai.

Seu filho viverá melhor
ainda do que você.

(Os Produtos Químicos Shell
para a Agricultura têm
muita a ver com isso).

Os Produtos Químicos Shell
para a Agricultura existem para o
combate a todas as pragas e con-
trole de todas as doenças das plan-
tas. Até 20 anos atrás, uma lavoura
poderia ser toda destruída em poucos
dias; na verdade, nenhum agricultor po-
dia dormir sossegado.

Hoje você conta com Formicidas, Ne-
máticos, Herbicidas, Fungicidas e Inse-
ticidas Shell – para que você dependa menos
da sorte e mais de sua própria capacidade.

A longa experiência, as pesquisas e os
aperfeiçoamentos fizeram dos Produtos Qui-
micos Shell para a Agricultura um padrão de
eficiência em todo o mundo. E a cada dia
tornam a vida na fazenda mais segura e mais
compensadora.

PRODUTOS QUÍMICOS SHELL

PARA A AGRICULTURA

COMPANHIA BRASILEIRA DE PRODUTOS QUÍMICOS SHELL

FONTE: O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano V, nº69, 1ª quinzena de setembro de 1967, p.5.

Mesmo não se referindo aos Clubes 4-S, tal propaganda estabelece uma interlocução com esse trabalho, pois credita a esse jovem um futuro bem melhor que tivera seu pai. Não encontramos referências da Shell como possível integrante das empresas mantenedoras⁵⁶ do trabalho com os Clubes 4-S via o CNC 4-S.

O Comitê Nacional de Clubes 4-S é uma entidade civil, sem fins lucrativos e de utilidade pública. Sua finalidade é captar recursos, para aplicá-los nos programas educacionais da Juventude Rural coordenados pelos Sistemas assistenciais brasileiros. Qualquer investimento feito através do CNC 4-S é integralmente deduzido da renda bruta do investidor, em sua declaração de renda⁵⁷.

Consideramos que a publicação em *O Ruralista* do anúncio dos produtos químicos Shell demonstra no mínimo uma ligação com o trabalho extensionista e principalmente com a juventude rural, mesmo que indireta em sintonia com seus ideais. Tanto os promotores da Extensão Rural no Brasil como seus apoiadores financeiros buscavam divulgar além de produtos e técnicas, o próprio trabalho que era desenvolvido junto aos jovens rurais desde a fundação do primeiro Clube 4-S do Brasil. A crença de que o futuro estava nas crianças e nos jovens bem cuidados e formados na filosofia quatroessista foi alimentada e propalada pelas diversas publicações que abordavam o tema desde o início dos trabalhos.

56 Segundo *O Ruralista*, nº136, de dezembro de 1970, p.8, as firmas, entidades e indivíduos que mantinham o CNC 4-S eram: Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID/Brasil); Arbor Acres – Avicultura S/A; Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR; Associação Brasileira de Ex-IFYEs (ABEI); Associação Internacional Americana (AIA); Banco Brasileiro de Descontos S/A; Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A; Banco do Estado de São Paulo S/A; Banco Lar Brasileiro S/A; Banco do Nordeste do Brasil S/A; Banco Itaú América S/A; Banco Andrade Arnaud S/A; B.F. Goodrich do Brasil S/A; Biacro Velsicol Produtos para Agricultura Ltda; Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais; Cargill Agrícola S/A; Comitê Estadual de Clubes 4-S de Minas Gerais (CEC 4-S); Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI); Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Coca-Cola Indústria e Comércio Ltda; Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA); Esso Brasileira de Petróleo S/A; Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP); Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); Ford Willys do Brasil S/A; Fundo Norte-Americano para Assistência Social (FNAS); Granja Bandeirante; Granja Guanabara; IBM do Brasil S/A; Indústria e Comércio de Minério S/A (ICOMI); Indústria de Pneumáticos Firestone S/A; Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA); Iretama S/A – Comércio e Indústria de Fertilizantes; Magazine Mesbla S/A; Manah S/A – Comércio e Indústria de Adubos e Rações; Máquinas D’Andrea S/A; Massey Ferguson do Brasil S/A; Produtos Alimentícios Fleischmann Royal Ltda; Refinações de Milho Brasileiro Ltda; Scal-Rio S/A; Sears Roebuck S/A – Comércio e Indústria; Sementes Agrocere S/A; Sementes Hortícere S/A; Sementes Seleccionadas Sementec Ltda; Singer Sewing Machine Company; Sotreq S/A – Tratores e Equipamentos; Squibb Indústrias Químicas S/A; Standard Propaganda S/A; União dos Bancos Brasileiros S/A (Banco Agrícola Mercantil); Union Carbide do Brasil S/A; Varig – Viação Aérea Rio Grandense S/A; Alberto Martins Torres (individual); Claire M. Reck (individual); Gerônimo Chaves (individual); Martha Leight (individual); Oswaldo Silva (individual); Santiago Duran Apodaca (individual); Terezinha Mariz (individual); Vinícius Costa (individual).

⁵⁷ Contracapa do Relatório Juventude Rural: um assunto muito importante. II Seminário Interamericano de Entidades de apoio à Juventude Rural. Campinas, 4 a 10/11/1973. Material editado pelo CNC 4-S com patrocínio da Divisão ELANCO Produtos Agropecuários e Industriais Eli Lilly do Brasil Ltda.

Após a fundação do CNC 4-S foi possível observar uma maior relação entre o Governo Federal e o trabalho com a juventude rural. Durante o mandato do Presidente da República, o general Costa e Silva, ocorreram eventos nos quais foi dada ênfase ao movimento quatroessista. Um exemplo foi o lançamento do Selo comemorativo ao Dia Nacional de Clubes 4-S (15/07), em cerimônia ocorrida no dia 14/07/1967 no Palácio do Planalto. O selo foi fruto da intermediação do CNC 4-S junto à Presidência da República em comemoração aos 15 anos do trabalho com Clubes 4-S no Brasil. Foi desenvolvido pela Seção Filatélica do Departamento de Correios e Telégrafos e foram emitidos três milhões de exemplares.

FIGURA 3 - Selo Dia Nacional de Clubes 4-S



ACERVO: Centro de Documentação da EMATER-MG – MFN 1864, Pr.22, Cx.64, Doc.05.

Em trecho do discurso de posse na presidência da República o General Emílio Garrastazu Médici teria pronunciado as seguintes palavras em relação ao meio rural:

Homem do campo, creio no homem e no campo. E creio em que o dever desta hora é a integração do homem do interior ao processo de desenvolvimento nacional. E, porque assim o creio, é que tudo darei de mim para fazer a revolução no campo, revolução na agricultura, no abastecimento, na alimentação. E sinto que isto não se faz somente dando terra a quem não tem, e quer, e pode ter. Mas se faz, levando ao campo a escola, ali plantando assistência médica e a previdência rural, mecanização, o crédito e a semente, o fertilizante e o corretivo, a pesquisa genética e a perspectiva de comercialização. E tenho a diversificação e o aumento da

produção agrícola, a ampliação das áreas cultivadas e a elevação da renda rural como essenciais à expansão de nosso mercado interno, sem o qual jamais chegaremos a ter uma poupança nossa, que nos torne menos dependentes e acione, com o nosso esforço, aliada à ajuda externa, um grande projeto nacional de desenvolvimento. (CNC 4-S, 1971, p.4)

“Integração nacional”, “revolução” na agricultura, “grande projeto nacional de desenvolvimento”, “ajuda externa” foram algumas das expressões que remetem ao projeto político-econômico que o regime instaurado em 1964 procurou defender para o país, consubstanciado nas ideias de *Brasil Potência* (Grandes investimentos em obras públicas, mecanização da agricultura, desenvolvimento industrial, crescimento econômico). O período da publicação do Relatório do CNC 4-S coincide com o período no qual não obstante a violenta repressão aos movimentos contrários à Ditadura havia focos guerrilheiros no interior do país que buscavam capitanear a população camponesa para a luta contra os militares. Os discursos governamentais dessa época silenciavam-se em relação às tensões e contradições sociais brasileiras e apresentavam a ideia de “um grande esforço de todos os verdadeiros brasileiros” para o desenvolvimento da nação. No mesmo Relatório constou um texto intitulado *Mensagens aos jovens quatroessistas*, assinada pelo então Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima nos quais as ideias de *Brasil Potência* e o desenvolvimento do meio rural com destaque ao papel da juventude em consonância com o que dizia o presidente da República se fizeram presentes:

O Governo Federal já manifestou que considera altamente prioritário o objetivo de valorização do homem brasileiro e que, dando prioridade ao campo, está dando prioridade a essa valorização, cujo caminho primeiro é a integração de todos ao esforço nacional.

É nesse sentido, o da integração de todos ao esforço em prol do desenvolvimento do País, que vejo o trabalho realizado pela juventude rural, através dos Clubes 4-S, face aos excelentes serviços que prestam à comunidade rural, especialmente pela valorização do trabalho no campo, este que é um dos objetivos maiores de minha administração à frente do Ministério da Agricultura.

(...)

Meus votos são no sentido de que esta juventude possa, agora e sempre, com o mesmo esforço que a caracteriza no momento, prosseguir colaborando na formação dos futuros líderes das comunidades rurais e dos futuros agricultores brasileiros, que certamente irão viver em um Brasil mais forte e mais rico do que o País que recebemos das gerações passadas e, se tenho a certeza de que este estágio superior será alcançado, é exatamente porque a Nação conta, hoje, com a participação de todos, no esforço em busca de um Brasil maior. (Idem, p.6).

Em 25 de julho de 1972 o Presidente Médici assinou no Palácio do Planalto o Decreto nº 70.874 que declarava como utilidade pública o CNC 4-S. Tal fato ocorreu diante

de empresários e jovens rurais que participavam do V Encontro Nacional de Clubes 4-S (EXTENSÃO EM MINAS GERAIS, jul/ago/1972, p.4).

No final da década de 1960 e início da de 1970 foi alcançado a máxima expressão de Clubes 4-S no Brasil acompanhando a mesma tendência de Minas Gerais. No biênio 1965/1966 foram computados 267 clubes e 5818 sócios em Minas Gerais. Em 1970 já eram 1372 clubes e um total de 33392 associados.

Neste capítulo tratamos do início dos Clubes 4-S em Minas Gerais. Apresentamos a sua estruturação e funcionamento. Destacamos os principais eventos realizados envolvendo os Clubes 4-S como os Encontros Regionais e Nacionais. Terminamos analisando o significado e a memória construída sobre o título de campeão interamericano de produção de milho obtido pelo jovem de 18 anos, Sebastião Pereira Vítor, do Clube 4-S Carmelitano, de Carmo do Rio Claro em 1968.

2.1 – A década de 1950 – O início dos trabalhos com Clubes 4-S em Minas Gerais.

Como já abordamos o Clube 4-S São José, de Rio Pomba foi o começo do movimento quatroessista no Brasil em 1952.

O Programa da ACAR para o ano de 1953 caracterizou o público alvo dos Clubes 4-S:

Aos jovens de ambos os sexos, habitantes da zona rural, nenhuma educação é dada no sentido de prepará-los para os trabalhos que terão de enfrentar na vida futura. Em caráter experimental, projetos foram feitos visando corrigir esta falta. Como se trata de iniciar um novo tipo de atividade, não serão muito extensos estes trabalhos, abarcando poucos aspectos de trabalho futuro dos jovens. Esperamos que os resultados destes projetos correspondam à expectativa, para lançarmos o programa em bases mais sólidas e definitivas. (PROGRAMA ACAR 1953, p.13).

O 5º Relatório Anual de Atividades da ACAR-MG, o primeiro publicado após o início dos trabalhos com os jovens rurais, ressaltou que os membros dos clubes tinham entre 8 e 21 anos, e que eram filhos de grandes e pequenos fazendeiros, meeiros e trabalhadores rurais. Registrava também 31 clubes, totalizando 710 sócios. (ACAR, 1953, p.9).

A caracterização do público quatroessista nos dois relatos acima demonstra que havia nos primórdios do trabalho pouca clareza sobre este grupo ou que faltava mesmo a sua definição. O contato com as fontes sobre a Extensão Rural e o movimento quatroessista demonstrou que o jovem integrante dos Clubes 4-S era basicamente o filho do mutuário da ACAR-MG. Para se tornar um mutuário eram feitas consultas junto às autoridades locais para

se verificar a capacidade do produtor em honrar seus compromissos. É isso que nos faz afirmar que os jovens quatroessistas não eram quaisquer jovens do meio rural. Eram eles os filhos de pequenos e médios proprietários rurais. Esse fato garantia a eles a obtenção do crédito rural junto às instituições creditícias e assim a possibilidade de desenvolverem seus projetos individuais⁵⁸.

Mas se por um lado houve pouca clareza em relação à definição desse público jovem atendido, por outro a sua importância para a Extensão Rural foi logo destacada. O 6º Relatório Anual da ACAR-MG apontava que havia 34 clubes e 731 sócios em Minas Gerais e que:

Os clubes têm por finalidade criar no espírito dos jovens os princípios básicos de uma agricultura mais adiantada e de uma vida melhor, além, de acordar neles o senso de responsabilidade e o interesse pela vida rural, desenvolvendo-lhes as habilidades naturais, o talento e a personalidade. (ACAR, 1954, p.9).

Nesse trecho temos explicitado um dos objetivos perseguidos pela Extensão Rural como um todo e que teve no trabalho com os jovens o caminho para obter êxito: “uma agricultura mais adiantada e uma vida melhor”. Para que fosse logrado sucesso nesse intento, os jovens deveriam ser “cuidados” de tal maneira que neles fossem despertadas a sua potência transformadora do meio rural como era apregoada pelos defensores do extensionismo em Minas. Partia também do pressuposto que deveria ser acordado o interesse dos jovens pela vida rural, ou seja, o próprio discurso oficial apresentava a ideia quase que natural de que o jovem não teria interesse pela vida no campo. Esperava-se, por meio da ação dos clubes, que o *senso de responsabilidade* fosse despertado nos jovens. Para a filosofia quatroessista o tempo de assumir um papel a cumprir no meio rural era durante a juventude e caberia aos clubes alimentar isso em cada um dos seus sócios. Apresentava a ideia que cada um dos jovens seria capaz de proporcionar condições melhores de vida para si, para suas famílias e

⁵⁸ Nessa fase da Extensão Rural no Brasil que foi até o início da década de 1970 o público atendido foi formado por pequenos e médios proprietários, uma vez que a posse da terra era condição básica necessária para se obter o crédito destinado a financiar os projetos desenvolvidos. O jovem participante dos Clubes 4-S eram filhos dos mutuários da ACAR e seriam os responsáveis, segundo o discurso quatroessista, por levar as mudanças culturais aos seus pais e a toda comunidade. Os exemplos dos jovens que se destacassem diante dos projetos desenvolvidos seriam replicados para que todos da comunidade pudessem assim mudar hábitos considerados ultrapassados e assim se alcançasse à modernização da vida no campo. A partir de 1974 com a mudança dos rumos da Extensão Rural para uma lógica produtivista, os grandes proprietários passaram a ser o principal público. Visaram assim, projetos como o de produção de soja, que segundo o discurso governamental era fundamental para alavancar o desenvolvimento da agricultura brasileira naquela época. O trabalho educacional voltado ao pequeno e médio proprietário que sempre havia pautado a Extensão Rural começou a declinar em detrimento de ações voltadas à importação de tecnologia de ponta para o campo.

comunidades. O trecho também se refere às *habilidades naturais*. Entretanto, estas precisavam ser mais bem trabalhadas para que se chegasse à modernização da agricultura. Mas quem levaria a esse desenvolvimento das habilidades? Ora, somente alguém que, de fora, fosse capaz de enxergar essa potência, ou seja, o agente extensionista.

O Programa da ACAR para o ano agrícola 1954-1955 demonstrou o caráter complementar à escola que teria o trabalho com os jovens dos Clubes 4-S. Destacou também os “bons resultados” alcançados no primeiro ano de trabalho com os jovens com a constituição dos Clubes 4-S:

Visando preparar bons agricultores dos jovens rurícolas de hoje, que nas escolas nada aprendem de sua futura profissão, foi introduzido em nosso programa um Serviço de Extensão para jovens, que tão bons resultados estão apresentando em outros países. Os resultados alcançados no ano anterior nos animaram a ampliar este projeto, porém sem perder ainda seu caráter experimental. (PROGRAMA ACAR ANO AGRÍCOLA 1954-1955, p.8)⁵⁹.

O Programa da ACAR para o ano agrícola 1955-1956 anunciava que a expectativa de funcionamento para o período era de 43 clubes com um total de 860 sócios. No 7º Relatório Anual da ACAR foi destacado o fato de que os números de sócios e clubes em 1955 eram superiores a 1953, mas inferiores aos de 1954. Apontavam para um número entre 21 e 33 clubes com um total de 450 a 720 sócios. Segundo esse relatório tal fato se justificava, pois os técnicos da ACAR-MG concentraram-se em expandir o Crédito Rural Supervisionado⁶⁰. Devido principalmente ao caráter de novidade do trabalho com os jovens rurais, fica subentendido nessa fonte que muitas dificuldades e dúvidas de como alcançar as moças e rapazes do meio rural caminhou paralelo com o entusiasmo da sua implementação. “Procuraram também os supervisores e supervisoras encontrar um meio mais eficiente para estimular e prender a atenção dos pequenos participantes dos Clubes 4-S”. (PROGRAMA ACAR ANO AGRÍCOLA 1955-1956, p.10).

Julgamos que ao tentar consolidar o Serviço de Extensão Rural frente ao público-alvo, os seus promotores buscaram sensibilizar o jovem para a importância do trabalho associativista dos clubes. Uma das formas para que esse fato fosse obtido foi explicitado no 8º Relatório Anual. Este relatório informou que havia o número de 49 clubes e que já eram 1055

⁵⁹ A Extensão Rural via o trabalho dos Clubes 4-S seria, segundo o discurso oficial, complementar à escola, pois esta não seria capaz de ensinar aos jovens aquilo que realmente necessitavam para suas futuras profissões.

⁶⁰ Modalidade de crédito utilizada pela ACAR-MG com o objetivo de financiar seus projetos de modernização das práticas agrícolas e desenvolvimento da qualidade de vida dos proprietários rurais.

sócios. Tal crescimento do número de sócios e clubes foi creditado à importância que a ACAR-MG conferia à Juventude Rural, pois

um dos objetivos dos Clubes 4-S é a formação de líderes. Entre os sócios, aqueles que revelarem aptidões para a liderança, uma vez saídos dos clubes, passam a auxiliar os supervisores no trabalho de extensão. (ACAR, 1956, p.8).

Segundo essa fonte, aquilo que foi detectado no relatório anterior, ou seja, a necessidade de novas formas de captar os jovens, teria se dado principalmente na busca por formação de lideranças. Os líderes poderiam ser quaisquer pessoas que apresentassem, segundo os extensionistas, condições e aptidão para inspirar o trabalho com os clubes 4-S. Eles seriam multiplicadores do trabalho de modernização da agricultura e da vida no campo. Na introdução de um documento que visava à formação da liderança rural há o seguinte trecho com destaque aos seus papéis desempenhados:

Você sabe que se educar o jovem rural hoje, a zona rural será mais adiantada no futuro por que quando se tornarem adultos os jovens usarão as técnicas que aprenderam e cuidarão melhor de suas comunidades.

Você dá aos jovens dos Clubes 4-S todo o seu tempo livre e isto é quase uma diversão para você de modo que nunca se sente cansado. Está sempre disposto a ajudar cada jovem que precisa de você (ACAR, O líder..., s.d., p.2).

Ensinar aos jovens que em grupo eles podem fazer muita coisa em benefício da comunidade ou em benefício próprio.

Ocupar-lhes a hora de folga com recreação sadia e com uma vida em grupo bem ativa.

Dar aos jovens oportunidades de adquirir novas experiências e ficar mais ativos.

Assim, é possível concluir que o uso do chamado tempo livre para a formação dos jovens, foi, pelo menos, um objetivo perseguido nos Clubes 4-S. Abordaremos no item 2.2 desse capítulo a relação dessa formação pensada para os jovens rurais com a noção de *educação social*.

Chamou-nos a atenção o *Programa para o ano agrícola 1956-1957*, o qual indicava que o alvo para aquele período era de 44 clubes com cerca de 1000 sócios. Afirmava, entretanto, que o objetivo final a ser conseguido era toda a juventude rural mineira. Segundo o discurso extensionista, ao constituir lideranças jovens, o trabalho seria constantemente realimentado e em cadeia seria alcançada a tão propalada modernização do meio rural por inteiro e não só dos jovens reunidos em torno dos Clubes 4-S. O documento *Relatório 1956-1957 – Programa 1957-1958* indicou 47 clubes e 1017 sócios, ou seja, uma diminuição em 2 clubes e 28 sócios se comparado com o 8º Relatório, referente ao ano de 1956. Entretanto, esses números são superiores ao que havia sido anunciado no Programa

1956-1957 que previa 44 clubes e cerca de 1000 sócios. O Relatório 1957-1958 – Programa 1958-1959 anunciou que eram 1103 sócios em 53 clubes.

Fechando a década, o Relatório do Ano Agrícola 1959-1960 informava que eram 86 clubes e 1753 sócios. Nele há uma matéria intitulada “*Jovens ensinam a adultos modernas técnicas de trabalho*”:

Têm sido notáveis os resultados deste trabalho da ACAR junto à juventude rural. As pessoas jovens são mais receptivas às ideias novas e podem, mais rapidamente que os adultos, apresentar resultados concretos na mudança de mentalidade e de hábitos de vida e de trabalho. Porém, tão importante quanto isto é a influência que esses moços exercem nos adultos de suas comunidades. Com efeito, quando um rapazinho, sob a orientação de um Supervisor Agrícola da ACAR, executa um “projeto” de criação de aves, plantação de milho híbrido, produção de mudas de café ou combate a pragas do solo ou da lavoura, torna-se um exemplo que é imitado não só pelos seus amiguinhos, como pelos pais, vizinhos e simples conhecidos. Da mesma forma, a mocinha influencia suas irmãs e amigas, sua mãe e outras senhoras do lugar, quando leva para casa novas técnicas de economia doméstica que lhe foram ensinadas no clube pela Supervisora Doméstica da ACAR. É que os adultos não se conformam em serem passados para trás pelos mais novos, e tratam logo de adotar os novos processos de trabalho que oferecem tantos e tão bons resultados. (RELATÓRIO ACAR, 1961, p.17).

Julgamos que tal matéria foi mais um exemplo da busca constante dos promotores dos Clubes 4-S em apresentarem resultados positivos desse trabalho. Além disso, demonstrou o cuidado e entusiasmo despendido com os jovens rurais no sentido deles serem considerados os elementos multiplicadores do desenvolvimento de um novo meio rural que se objetiva alcançar via mudança de mentalidade, hábitos de vida e de trabalho que com a Extensão Rural pretendia-se alcançar.

Não localizamos durante a pesquisa os relatórios entre 1961 e 1969. Porém em outras fontes foi possível obter informações sobre os Clubes 4-S. Um exemplo disso foi o Programa para o ano agrícola 1960-1961, que destacou os Clubes 4-S como uma das “ferramentas” da Extensão Rural. O Programa 1962-1963 previu o funcionamento de 135 clubes agrupando 2600 associados além de citar a organização da Primeira Concentração Estadual de Clubes 4-S de Minas Gerais. (PROGRAMA ACAR, 1962, p.7). O Programa 1963-1964 informou que existiam 132 clubes com 2450 sócios e destacou que aumentariam os investimentos e que seriam realizadas convenções regionais nas cidades de Corinto, Pará de Minas, Juiz de Fora, Teófilo Otoni e Pouso Alegre (PROGRAMA ACAR, 1963, p.12). O Programa de ação da ACAR para 1968 não apresentou números, mas fez referências a ações específicas para os clubes relacionados aos projetos de Higiene, Vestuário e Saúde.

(PROGRAMA ACAR, 1968, p.38-40). O relatório da ACAR sobre 1970 também não apresentou números sobre sócios ou quantidade de clubes. Constatou apenas uma fotografia, cobrindo toda a última página, representando jovens dançando com o seguinte texto: “Uma juventude que tem capacidade de recreação sadia, após o trabalho árduo, é garantia do futuro de uma nação”. Inspirados pelos ensinamentos quatroessistas, esses jovens sorrindo, movimentando seus corpos, interagindo com seus pares, representariam para os promotores da Extensão Rural a juventude ordeira, pacífica, “sadia”, trabalhadora, responsável pelo futuro da nação, em sintonia com o espírito ufanista, principalmente durante o governo do presidente da República Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

FIGURA 4 – Jovens quatroessistas captados em momento de descontração



FONTE: RELATÓRIO ESPECIAL ACAR, 1971, p.40.

Localizamos a tabela com as seções da ACAR-MG e seus municípios correspondentes, com números de clubes e sócios no ano de 1971:

TABELA 2

Número de municípios, Clubes 4-S e sócios atendidos em cada Seção da ACAR-MG em 1971.

SEÇÃO	Número de municípios	Número de clubes 4-S	Número de Sócios
Alfenas	17	92	2266
Divinópolis	14	79	1893
Governador Valadares	11	48	1368
Teófilo Otoni	7	53	1328
Uberlândia	10	41	786

FONTE: ACAR, 1972, p.25 (a).

O Relatório Especial ACAR 1972 informou que em 1969 foram criados 73 clubes, em 1970 mais 219 e em 1971, mais 395 clubes. (RELATÓRIO ESPECIAL ACAR, 1972, p.27). O Relatório 1972-1973 informava que em Minas Gerais em 1972 foram mais 287 clubes e um total de 19598 sócios no estado. Em 1973 foram mais 191 clubes com 14311 sócios. (RELATÓRIO ACAR, 1973, p.19). Por fim, para o período que analisamos, encontramos a informação que em 1973 foram organizados um total de 225 clubes com 19043 sócios e em 1974 mais 248 clubes com 17029 sócios. (RELATÓRIO ACAR, 1975, p.15)⁶¹. Esses dados apresentaram, de modo geral, o crescimento do número de clubes, sócios e áreas atingidas pela ACAR-MG. Além de demonstrar esse fato, as constantes referências nos documentos oficiais reforçavam a busca pela constituição de uma memória positiva. Assim, o apoio para a continuidade dos trabalhos estaria garantido, bem como a legitimidade dessa forma de ação para com a juventude rural.

2.2 – Clubes 4-S: Organização e funcionamento

Os Clubes 4-S implantados em Minas Gerais tiveram como modelo os *Clubs 4-H* norte-americanos. Naquele país, os clubes de jovens rurais tinham como símbolo o trevo de quatro folhas com a letra H em cada uma. Os seus significados eram: *Head* (cabeça), *Heart* (coração), *Hands* (mãos) e *Health* (saúde). No Brasil, o símbolo dos 4-S era um trevo verde

⁶¹ Foi possível encontrar ao longo da pesquisa fontes que apresentaram dados contraditórios sobre os números de clubes e sócios. Entretanto, considerando, as dificuldades para tal registro no período ficam a certeza de que todos apontaram para uma expansão do trabalho com os jovens até 1970-1971 e um decréscimo a partir de 1972.

de quatro folhas com a letra S em cada uma delas. Estes representavam Saber, Sentir, Saúde e Servir, que eram uma espécie de síntese dos objetivos a serem alcançados juntos a esses jovens. O Saber representava o desenvolvimento da inteligência para adquirir novos conhecimentos que pudessem se relacionar com a solução dos problemas das famílias, das comunidades e do país. A Saúde significava o cuidado com o corpo e a mente, tratando assim das condições físicas e mentais dos indivíduos para que estivessem sempre aptos para o trabalho. O Servir denotava a dedicação esperada dos jovens quatroessistas para servirem a Deus, à Pátria, à família, à comunidade e aos próprios clubes 4-S. E o Sentir simbolizava o desenvolvimento de sentimentos de lealdade, amizade, honestidade, aspectos que os extensionistas da ACAR-MG julgavam necessários para o bom funcionamento da sociedade como um todo, o que configurou um tipo de educação moral.

Desde o início das atividades dos Clubes 4-S houve uma preocupação em ressaltar tanto o que eram os clubes, bem como seus objetivos. O Relatório da ACAR que cobria a primeira década da fundação da instituição anunciava assim o trabalho com os jovens rurais:

Os Clubes 4-S têm por finalidade desenvolver a personalidade e as habilidades dos jovens (entre 10 e 18 anos) geralmente esquecidos no isolamento e na rotina da vida diária – incutindo em suas mentes o sentido de responsabilidade e o interesse pelos problemas e possibilidades onde vivem, ao mesmo tempo em que um desejo de trabalharem em conjunto pelo seu engrandecimento da Pátria... Os rapazes aprendem meios corretos de cuidar da terra, das plantas e dos animais, preparando-se para serem bons agricultores no futuro; as mocinhas dedicam-se à economia doméstica treinando para se tornarem eficientes donas de casa. (RELATÓRIO ACAR, 1959, p.3).

A partir do contato com os documentos encontramos um manual mimeografado, intitulado *Clubes 4-S: Saúde, Saber, Sentir, Servir*, organizado por Áurea Helena Serra Andrade, especialista em 4-S da ACAR-MG, via o Centro de Ensino de Extensão da UREMG em Viçosa, em 1961. O documento apresenta os objetivos, a organização e metodologia dos Clubes 4-S. Ao se referir aos objetivos dos clubes afirmava que estes eram “muito simples”, mas que:

seu objetivo máximo resume todos os outros: é a *educação social* dos jovens rurais: seu preparo para o cumprimento de suas obrigações futuras. O Clube 4-S prepara rapazes e moça numa educação informal, para ocuparem seus lugares na comunidade onde vivem. (UREMG, 1961, p.3). (grifos do autor).

Em seguida a autora especifica quais eram os “outros objetivos” dos clubes:

Ajudar o jovem da zona rural a desenvolver o ideal de vencer na vida.

Ensinar-lhe técnicas modernas de Agricultura e Economia Doméstica.
Promover a aprendizagem através da execução de projetos individuais.
Dar-lhe oportunidade de ‘aprender fazendo’.
Formar cidadãos responsáveis, capacitados para organizarem comunidades melhores.
Despertar no jovem a apreciação inteligente da natureza e seus fenômenos.
Desenvolver o espírito de cooperação.
Proporcionar ao jovem com características de líder, oportunidades de desenvolver suas qualidades em ambiente democrático.
Oferecer aos jovens informação e orientação para o uso inteligente das horas de lazer.
Desenvolver hábitos saudáveis de vida.
Despertar nos jovens o espírito científico diante dos problemas da fazenda e do Lar.
Desenvolver no jovem rural uma mentalidade progressista capaz de aceitar a orientação de técnicos. (Idem, p.3-4).

O exposto anteriormente demonstra que o trabalho com os Clubes 4-S relaciona-se com uma noção ampliada de *educação social*. Seguindo a linha de raciocínio do pesquisador espanhol Julio Ruiz Berrio, pesquisadores como Cândido Ruiz Rodrigo (2008), adotam a ideia de que *educação social* trataria dos “processos educativos destinados a equilibrar, superar ou prevenir duas categorias fundamentais: a marginalização e a exclusão, especialmente na infância e juventude, através dos tempos” (BERRIO, 1999, p.7). Entretanto, adotamos o pressuposto que exclusão e marginalização não devem ser pensadas tomando apenas como referências os aspectos econômicos. Mas se assim o fizer, ao adotar esses dois termos em relação aos sócios dos Clubes 4-S, pode-se concluir que mesmo sendo filhos de pequenos e médios proprietários rurais, esses jovens estavam excluídos e à margem das relações de produção econômica e também dos conhecimentos e saberes considerados modernos pelos extensionistas. Os sócios dos clubes não eram os “desvalidos da terra”. Segundo o discurso extensionista, eram indivíduos mergulhados em práticas e valores considerados ultrapassados e que se tornavam assim impeditivos ao futuro prometido para os jovens rurais quatroessistas.

O trabalho com Clube 4-S é, na ACAR, dirigido aos filhos dos pequenos fazendeiros.

Justifica-se plenamente essa seleção: primeiro porque os filhos dos grandes fazendeiros voltam-se para as profissões liberais: advocacia, engenharia, medicina ou tornam-se comerciantes, industriais. Para eles, o importante, regra geral, é deixar a roça. Os filhos dos assalariados, por imposição da situação dos pais, vêm-se obrigados a mudar de comunidade, levando uma vida nômade. O elemento que o Clube 4-S precisa educar, desenvolver o amor pela terra, o respeito e interesse pela propriedade, é aquele mais afeito à terra: o filho do pequeno fazendeiro. (UREMG, 1961, p.7).

Portanto, viviam à margem da modernização que se pretendia estender para o campo. Estavam excluídos, pois não tinham os saberes necessários para viverem de forma participativa frente às mudanças econômicas e sociais que se configuravam para o Brasil a partir da década de 1950. Aliás, a ideia de valorização dos conhecimentos técnicos e ao mesmo tempo de creditar a situação desfavorável do meio rural à suposta “ignorância” do homem aí residente apareceu em diversos momentos na história da Extensão Rural e dos Clubes 4-S. Na edição número 56 de *O Ruralista* constou uma pequena nota sobre a importância dos Clubes 4-S. Mesmo se referindo a ACAR do Rio de Janeiro, o tom sinalizado na matéria estava em sintonia com a ideia propalada para todo o país e sobre o “aprendizado” dos jovens afirmou que estes:

Aprendem técnicas modernas de produção, têm aberto a eles a visão das possibilidades da agricultura e a oportunidade de uma vivência agradável e sadia como deve ser. Eliminando a ideia de que o ruralista é o eterno “jeca-tatu”, verminático, alheio às conquistas sociais e técnicas. (O RURALISTA, 2ª quinzena fev/1967, p.2).

Em texto que afirmava que a ACAR-MG cobria com a assistência técnica 78% da área de Minas Gerais alcançando assim 85% da população, destacava que só seria “Jeca-tatu” quem quisesse mesmo, pois não seria por falta de orientação. (O RURALISTA, junh/1972, p.2).

Não consideramos a noção de *educação social* restrita aos marginalizados, pensados aqui em termos econômicos. Adotamos esse termo como uma noção mais ampla onde estariam incluídos estudos, por exemplo, dos movimentos de formação relacionados à mulher, à criança, ao jovem, ao adulto, ao idoso, nas suas diversas maneiras e lugares, inclusive de diferentes origens sociais. O próprio RODRIGO (2008, p.50), afirmou que o objeto de pesquisa da *educação social*:

Trata-se de espaços e tempos não formalizados de ensino que constituem, assim, um contexto próprio de ação da Educação Social, na sua configuração histórica. Falamos, portanto, de processos pedagógicos que, ainda que intencionais, se produziram fora do sistema convencional (educação não formal, educação extra-escolar o extra-aular)⁶².

Na mesma linha do exposto anteriormente Victor Juan Ventosa Pérez afirmou que a *educação social* é um:

Conjunto fundamentado e sistemático de práticas educativas não convencionais desenvolvidas preferencialmente – ainda que não exclusivamente – no âmbito da educação não formal, orientada ao desenvolvimento adequado e competente da socialização dos indivíduos,

⁶² Tradução livre de Leonardo R. Gomes.

assim como a dar resposta a seus problemas e necessidades sociais. [...] Os âmbitos ou áreas de intervenção que constituem a educação social se caracterizam por uma série de traços diferenciadores entre os quais destacamos dois:

1) Surgem para dar resposta a novas necessidades sócio-educativas que o atual sistema escolar e formal não pode satisfazer por saturação, rigidez ou excessivo formalismo.

2) Seu âmbito de atuação discorre predominantemente dentro da educação não formal ou extra-escolar e abarca uma pluralidade temática e multidisciplinar fronteira com outras disciplinas e perfis sociais, culturais, escolares, sanitários, psicopedagógicos e jurídicos (VENTOSA PÉREZ, 2007, p.137-138)⁶³.

A associação da educação social com a ideia de uma formação mais ampla que não se restringiria à escola e que envolveria aspectos técnicos, morais e patrióticos, esteve presente nas fontes que consultamos. Em outro trecho do documento (UREMG, 1961, p.4) afirmou que o “Clube 4-S é um trabalho extracurricular não devendo, portanto, estar ligado à Escola Rural”. Ora, pareceu-nos que esse trecho do referido documento apresentou um equívoco, pois a ideia de *extra* liga-se à noção de complementaridade em relação às escolas o que foi comprovada em outras fontes. O folheto instrucional ABCAR (1968) informava que dentre os objetivos gerais previstos para o trabalho desenvolvido através dos Clubes 4-S estavam:

Orientar a juventude para a vida, de modo a que cumpra seus deveres e exercite seus direitos em relação à família, à comunidade e à nação, integrando essa juventude, assim, no processo de desenvolvimento;

Contribuir para que o jovem tome consciência de seu valor como pessoa humana e reconheça esse valor nas pessoas que o cercam;

Ajudar o jovem a ajudar-se, a desenvolver-se integral e harmoniosamente, capacitando-o para as responsabilidades atuais e para as que terá que assumir na idade adulta;

Complementar a educação familiar e escolar através de métodos dinâmicos que proporcionem oportunidades de auto-educação, o desenvolvimento dos predicados de liderança e a formação de hábitos saudáveis de vida. (ABCAR, 1968, p.20).

O trabalho de organização dos Clubes 4-S e de formação dos jovens na concepção de mundo defendida pela Extensão Rural buscava inserir os quatroessistas em suas comunidades rurais como cidadãos ativos e participativos. Para tal foram utilizadas estratégias que iam além do espaço escolar, comportando assim uma das dimensões da educação social conforme sinalizaram os autores citados anteriormente. Mesmo que induzidos pela ação dos extensionistas, os Clubes 4-S apontavam também em direção a busca

⁶³ Ver: PARK, Margareth Brandini, FERNANDES, Renata Sieiro, CARNICEL, Amarildo (organizadores). *Palavras-chaves em Educação não-formal*. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

por um processo de auto-educação dos jovens rurais nos quais os caminhos para que vivessem de forma ativa na sociedade seriam trilhados por eles próprios.

O documento (UREMG, 1961) foi enfático em afirmar que no Brasil daquela época o rapaz da zona rural com 20 anos de idade já era responsável pelo sustento de sua família. Assim julgava que a margem de idade entre 10 e 20 anos seria razoável para os jovens quatroessistas. Apesar disso, deveria variar, quando necessário, para cada Estado do Brasil. No regulamento dos Clubes 4-S de Minas Gerais a idade solicitada estava entre 10 e 18 anos. (Idem, p.5). Tal exigência sobre as idades não foi rigorosa em Minas como comprova a documentação consultada. Essa margem variou ao longo do período que estudamos. Na pesquisa encontramos a faixa etária entre 8 e 25 anos⁶⁴. Segundo os dados obtidos por MEMÓRIA (1964), ao analisar a composição dos jovens rurais de dez escritórios regionais⁶⁵ da ACAR-MG em termos de idade, gênero, cor, e escolaridade, a partir de uma amostra de 2179 jovens chegou à conclusão em relação à idade dos sócios que “a média foi um pouco superior a 13 anos e 90% dos sócios estavam entre 10 e 16 anos”. Além disso, havia 51,8% jovens do sexo masculino e 48,2% do sexo feminino. Sobre a cor, afirmou que 80% dos jovens eram brancos, 14,5% pardos e 5,5% pretos. Os meninos 4-S tinham média de escolaridade mais baixa do que as meninas dos clubes, mas no geral 96% dos sócios estavam nos quatro anos do curso primário, somente 14 deles eram analfabetos e o restante frequentava o curso de admissão, primeira, segunda e terceira séries ginasiais”. (MEMÓRIA, 1964, p.19-21). Tanto o documento do Centro de Ensino de Extensão - CEE - da UREMG, quanto à pesquisa de MEMÓRIA (1964) apontam para a existência de um *modus operandi* do trabalho extensionista com os Clubes 4-S em Minas Gerais e no Brasil. Mesmo havendo adaptações e pequenas diferenças de uma região para a outra, a operacionalização e objetivos previstos para os Clubes 4-S foram os mesmos. Isso ficou evidente com o cruzamento com as outras fontes de outras procedências e períodos do movimento quatroessista brasileiro.

Em documento da ABCAR de 1968 a caracterização dos Clubes 4-S foi emblemática nesse sentido:

Estes são grupos de jovens, com idade em torno de 10 a 21 nos, organizados no meio rural, cuja ação educativa, orientada por líderes voluntários, é desenvolvida através de trabalhos individuais e conjuntos de caráter econômico e social, trabalhos comunitários e atividades sócio-recreativas. (ABCAR, 1968, p.20).

⁶⁴ Ver nota nº3.

⁶⁵ Carangola, Curvelo, Formiga, Juiz de Fora, Machado, Pará de Minas, Ponte Nova, Teófilo Otoni, Ubá e Varginha foram os Escritórios Regionais da ACAR-MG dos quais o José Maria Pompeu Memória obteve suas conclusões.

Em outra fonte, publicada na década de 1980, constava o mesmo tom de desenvolvimento de habilidades e da vida em sociedade:

Os Clubes 4-S são grupos informais que reúnem jovens de quinze a 25 anos, de ambos os sexos, com o objetivo de desenvolver atividades sociais, recreativas e técnicas, em pequenas comunidades rurais ou grupos de vizinhança. (O DIRIGENTE RURAL, 1983, p.38).

Cada Clube 4-S era formado por moças e rapazes e tinha uma diretoria composta de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, eleita pelos próprios sócios em um processo que tentava incutir junto a seus membros o sentimento de participação democrática. Cada clube também escolhia entre seus associados um repórter responsável por relatar os feitos do clube. Um dos veículos de divulgação do trabalho quatroessista foi o jornal *O Trevo*, publicação oficial dos Clubes 4-S de Minas Gerais fundado em 1957 pelo Serviço de Extensão da UREMG em colaboração com a ACAR-MG. Em várias edições foi recomendado que os sócios enviassem notícias para a os Editores desse periódico sobre seus clubes. O repórter de cada clube, portanto, era o responsável por isso. Ele também era uma espécie de relações públicas do clube. Organizava pauta das reuniões junto com os outros membros da Diretoria e também divulgava com as autoridades e lideranças locais os principais eventos e acontecimentos de seu clube.

Era recomendado que os clubes tivessem em torno de 10 a 20 sócios. Nas reuniões ocorria sempre um ritual no qual os quatroessistas faziam o juramento à bandeira do Brasil e à bandeira 4-S. Os juramentos pronunciados nas reuniões eram: “Bandeira do Brasil, eu te prometo trabalhar com meus companheiros pelo desenvolvimento rural e por uma Pátria mais adiantada” e “Bandeira 4-S, eu te prometo a inteligência para melhor Saber, o coração para melhor Sentir e a Saúde para melhor Servir ao Deus, à minha Pátria, à minha família, à minha comunidade e ao meu Clube 4-S” (*sic*). (CNC 4-S, 1967).

O trabalho desenvolvido pelos extensionistas junto aos adultos nas suas propriedades rurais era feito de forma separada. O homem era atendido pelo Supervisor Agrícola e a Supervisora Doméstica⁶⁶ atuava junto à mulher rural. Nos clubes essa separação também ocorria. Compostos por moças e rapazes, em sua maioria, as orientações técnicas eram separadas por gênero. Cabia aos meninos o desenvolvimento de projetos relacionados à introdução de técnicas agrícolas como uso de sementeiras, plantio de milho híbrido e soja,

⁶⁶ Encontramos diferentes referências para o mesmo cargo exercido pelos profissionais da ACAR-MG. Os do sexo masculino foram denominados de: agrônomos, supervisores, Supervisor Agrícola, Supervisor Local ou simplesmente Extensionista. As mulheres eram: Supervisora Doméstica, Supervisora de Economia Rural, Supervisora de Bem-estar Social ou extensionista BES. Adotaremos Supervisor Agrícola (homens) e Supervisora Doméstica (mulheres) ou extensionistas quando não fizermos a separação por gênero

horticultura, técnicas para a criação e desenvolvimento de aves, cabras, gado leiteiro e suíno. As meninas dos Clubes 4-S desenvolviam projetos de economia doméstica, nos quais recebiam instruções referentes à administração e melhoramento do lar, alimentação, vestuário, higiene e melhoramento da saúde. No desenvolvimento desses projetos ficava subentendido que os quatroessistas deveriam “aprender fazendo” para “progredir sempre”. Este era inclusive o lema e a motivação dos Clubes expressos em inúmeros documentos que visavam à sensibilização dos jovens para as atividades no meio rural.

Antes de integrarem os clubes, os jovens rurais quatroessistas possuíam diversos pertencimentos que os inculcavam maneiras múltiplas de se comportarem no mundo, obtidos na igreja, no trabalho e no lar. A ação dos extensionistas sobre eles conviveu, portanto, com respostas dos jovens frente às propostas dos técnicos da ACAR-MG. Isso não quer dizer, entretanto, que esses jovens não desenvolveram as habilidades e conhecimentos diante da lógica defendida pelos extensionistas do “aprender fazendo”. Por sua vez, a proposta extensionista para os jovens, bem como a maior parte dos programas e ações em relação à juventude, foram no sentido de educar como sinônimo de preparação para algo vindouro. O futuro era o objetivo a ser alcançado e o processo de auto-educação dos jovens a partir da lógica quatroessista se deu na busca de uma preparação para um tempo que ainda haveria de chegar. O tempo presente dos jovens seria de esforço, de labuta, de dedicação para que, diferentes de seus pais, tivessem uma vida próspera e de muito progresso. A educação social dos jovens rurais se daria, portanto, na prática, no fazer-se constantemente, no desenvolvimento de seus projetos individuais e ações comunitárias.

Os documentos da ACAR tanto quanto os da ABCAR que instrumentalizavam a ação dos extensionistas para o trabalho com os jovens demonstraram o exposto anteriormente. Primeiro no sentido de reforçar a ideia da Extensão Rural como sendo uma filosofia com um conjunto de ideias e procedimentos que deveriam ser simplesmente seguidos, pois seriam baseados em princípios técnicos. Segundo que aos jovens caberiam total esforço e dedicação para os seus propósitos se realizarem. No Manual de Clube 4-S produzido pela ACAR, provavelmente de 1959 ou 1960⁶⁷, para auxiliar os supervisores locais no trabalho com os jovens observamos o seguinte trecho:

Ideias sobre a organização e regulamentação de Clubes 4-S, consideradas como ótima linha de ação no momento poderão ser completamente modificadas no futuro, mas a filosofia, as características e os objetivos de

⁶⁷ Não conseguimos precisar a data deste Manual editado pelo ACAR. Entretanto, no seu prefácio diz que foi adaptado ao Programa que a ACAR realizava em Minas e as condições da zona rural do estado. Esse “adaptado” pode fazer referência aos 4-H norte-americanos ou até mesmo o Manual que foi editado pela ABCAR em 1959 e que julgamos serviu de modelo para o que a ACAR-MG veio a publicar, portanto, no início da década de 1960.

Clubes 4-S não poderão nunca ser alterados, porquanto isto acarretaria uma mudança radical neste tipo trabalho e, conseqüentemente, uma deturpação de seu sentido. (ACAR, s.d., p.1).

Nesse mesmo documento ao se referir aos projetos que os jovens deveriam desenvolver, afirmou que:

Esses projetos são uma experiência da vida real futura que os espera. Num Clube 4-S os jovens experimentam uma vida de grupo bem organizada e orientada. Realizam um programa que exige trabalho intenso e cooperação. Recebem, afinal, uma *educação social* completa. (ACAR, s.d., p.2). (grifos do autor)

A juventude quatroessista, segundo a documentação consultada, seria uma espécie de tempo de formação e de espera. Um tempo próspero que estaria por vir na fase adulta caso cada jovem cumprisse os ensinamentos obtidos na formação quatroessista. A juventude seria assim, um tempo de experimentação daquilo que se acreditava como o correto para os jovens dos clubes, o que garantiria a eles uma vida adulta completa.

Na mística dos Clubes 4-S havia também o seu hino. Este era uma marcha composta a música por Adalson R. Bicalho e a letra por Luzia A. Vilela. (ABCAR, s.d.). Sua letra e partitura constam em um folheto produzido pela ABCAR conforme a capa representada a seguir (Figura 5). Não está indicado no folheto e não foi possível precisar a data de tal composição. Supostamente seja entre 1964-1970 devido às suas características melódicas e rítmicas, além é claro, da própria letra. A forma rítmica, um compasso binário típico das marchas militares, com a associação dos quatroessistas como sendo “soldados da terra pelo progresso da Pátria”, nos faz afirmar que tal composição estava em sintonia com a crença de progresso difundida nos meios militares brasileiros daquela época marcada por uma conotação ufanista.

FIGURA 5 - Capa do folheto que contém a partitura e letra do Hino do Clube 4-S



ACERVO: Centro de Documentação da EMATER-MG. Pr.05, Cx.33, Doc.01 – MFN 1401.

A letra do hino do Clube 4-S era:

Saúde, Sentir,	}	Bis
Servir, Saber,		
Com este lema,		
Vamos vencer		

Avante, colegas do 4-S
Somos nós os soldados da terra
“Progredir sempre” pelo bem da Pátria
Vejam a beleza que isto encerra

Avante, avante!

Com garbo juvenil,
Trabalhemos pelo nosso Brasil!

No refrão do hino ocorre a referência às quatro palavras que representam o significado dos 4-S (Saúde, Sentir, Servir, Saber). A recorrência a essas expressões e a ênfase que, com *esse lema*, os quatroessistas iriam vencer, mostra-nos também a crença difundida pelo trabalho extensionista dos clubes como um tempo de espera para algo grande que viria a acontecer. Um tempo em que os jovens ajudariam a construir com seu entusiasmo no progresso individual e do País. Tempo também que seria marcado, na crença quatroessista, pela prosperidade de todos que fossem tomados pelo exemplo dos desígnios quatroessistas.

Quando, principalmente durante os governos dos Generais Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a crença no *Brasil Potência* e uma política ufanista se fez presente em vários segmentos no país. Os Clubes 4-S, que por sinal, já traziam muitas dessas ideias antes do regime militar, tiveram uma maior publicidade nessa época. Tal fato se cristalizaria na amplificação dos princípios que os clubes já traziam desde os anos cinquenta no sentido de valorização da vida em comunidade e da Pátria. Trataremos das prescrições de caráter moral e cívica, presentes nos Clubes 4-S no capítulo 3 desta dissertação.

Localizamos também a letra e o áudio gravado em fita cassete (CD anexo à essa dissertação) do *Hino da Juventude Rural* composto por Luiz Lacerda e Concessa Lacerda:

“Vejam o sol que vem surgindo
ouçam a nossa canção,
somos a esperança jovem que planta
e canta o gesto de plantar!
Clubes 4-S do Brasil,
Jovens com vontade de **SERVIR**
Nossa bandeira é o trevo da Sorte,
Emblema do nosso **SENTIR**!

A boa terra espera da gente,
SAÚDE e trabalho com muito **SABER**,
Cabeça erguida e olhando para frente,
Faremos o Brasil crescer!

A Juventude Rural é semente
É promessa que vamos cumprir,
Vamos todos em paz, vamos dar a mão,
Pois nós plantamos o progresso da nação,
Vamos todos em paz, sob o céu de anil,
Pois nós queremos a grandeza do Brasil!
Clubes 4-S do Brasil,
Clubes 4-S do Brasil...

Segundo SILVA (2002, p.8) esse hino:

Foi criado pela Agência de Propaganda EMONÁ, e teve sua primeira tiragem patrocinada pela Companhia Industrial e Comercial de Produtos Alimentares – NESTLÉ, através da Assistência NESTLÉ aos Produtores de Leite – ANPC, e pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. – BNCC.

No lado A do compacto em vinil constava o Hino a Juventude Rural e no lado B o Hino do Mobral. Também não há indicação das datas das composições⁶⁸. Esperança, paz, união dos brasileiros, trabalho, progresso, são algumas referências dessa outra letra em tom ufanista também. Além disso, trazia ainda a ideia de uma natureza - “a boa terra” - que teria legado aos brasileiros recursos necessários ao crescimento do país. Caberia aos Clubes 4-S com seu Servir, colaborar com a Paz e Progresso do Brasil fazendo de tudo para o crescimento das práticas agrícolas.

Por fim, outra referência aos elementos simbólicos presentes nos clubes diz respeito sobre o uniforme. Desde o primeiro contato com o tema Clubes 4-S, isto nos chamou bastante atenção. A exposição permanente no Centro de Documentação da EMATER-MG, bem como inúmeras fotografias do acervo apresentavam moças e rapazes com camisetas e o símbolo do trevo de quatro folhas que os identificavam. Seria apenas uma forma de diferenciar os jovens dos clubes dos outros do meio rural? Seria apenas uma cópia dos *Clubs 4-H* norte-americanos, pois no EUA utilizavam também essa forma de identificação nos eventos de jovens por lá? A documentação do Centro de Documentação destacava e valorizava a participação dos jovens quatroessistas nos torneios de produtividade e a premiação variada incluindo bolsas de estudo. O espírito de competição foi sempre incentivado para se obter os resultados positivos defendidos para o meio agrícola e constituir lideranças que se destacassem em suas comunidades. Porém, uniforme tem um caráter de padronizar, igualar, dar forma. Como, quando e por que então de tal prática?

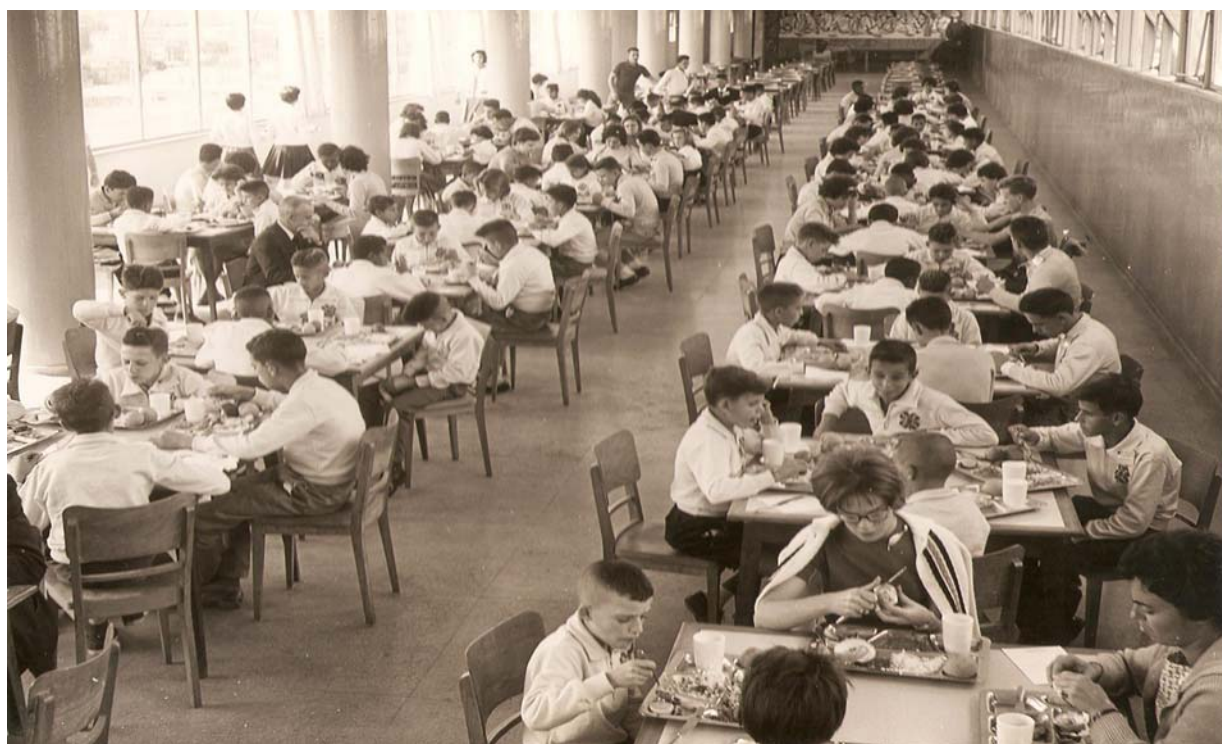
No documento *Dados sobre o Primeiro Clube 4-S do Brasil* consta que D. Nila Silva de Paula em 1962, durante a realização do Curso de Habitação Rural promovido pela ACAR-MG, teria manifestado a sugestão a outros líderes para que os Clubes 4-S de todo o Brasil passassem a usar uniforme.

⁶⁸ Localizamos no acervo do Centro de Documentação correspondência de Ruth Baganha Garcia, funcionária de apoio técnico do Escritório Local da EMATER em Lavras, de 22 de setembro de 1994, na qual informava ao coordenador do Projeto Memória, José Alfredo Amaral de Paula, o envio da partitura do Hino da Juventude Rural, com arranjos compostos em 1972 pelo tenente Saraiva, regente da banda de música do 8º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais. A partir dessa fonte e do exposto por SILVA (2002), acreditamos que esse hino também seja de finais da década de 1960. Essas foram as únicas informações que conseguimos sobre os dois hinos.

Isto foi muito bem aceito e resultou a confecção de saias marrons, pregueadas e blusa branca para as mulheres e calça e camisa marrom para os homens usando ambos, na lapela, uma fita verde-amarela, com o emblema dos Clubes 4-S (Trevo de quatro folhas com os 4-S). O objetivo do uniforme foi para quando em qualquer apresentação dos Clubes 4-S, os sócios estivessem todos igualmente apresentáveis. Este foi o primeiro uniforme dos Clubes 4-S. (DADOS, s.d., p.1).

Eleição de diretoria, juramento às bandeiras, hino, uniforme, lema, compuseram ao longo dos anos a mística quatroessista e carregou consigo não só a identificação dos membros dos clubes, mas também formas de divulgação do trabalho com a juventude rural. O acervo do Centro de Documentação mantém sob sua guarda grande volume de fotografias que atestam o uso dos uniformes e dos rituais presentes nos Clubes 4-S em seus inúmeros eventos.

FIGURA 6 - Refeição dos participantes da 1ª Concentração Estadual de Clubes. 14 a 15/07/1962. Refeitório adaptado no prédio da Escola Técnica de Minas Gerais em Belo Horizonte.



ACERVO: Centro de Documentação da EMATER-MG.

Na foto acima é possível perceber o uso de uniforme e o mesmo corte de cabelo entre os participantes. Havia o objetivo de uniformizar a criança pelo corpo, criando assim uma espécie de “exército simbólico” quatroessista.

Entre 14 e 15 de julho de 1962, como parte das comemorações de uma década de trabalho com Clube 4-S no Brasil, foi realizada em Belo Horizonte a Primeira Concentração

Estadual de Clubes 4-S. O exemplo a seguir representa um cartaz de divulgação do evento com destaque aos elementos símbolos dos 4-S:

FIGURA 7 – Cartaz da Primeira Concentração Estadual de Clubes 4-S de Minas Gerais – 1962.



ACERVO: Centro de Documentação da EMATER-MG. MFN 1402 – Pr.05, Cx.33, Doc.02

Além de trazer o símbolo quatroessista, o cartaz representa o rosto de duas crianças sobre o mapa de Minas Gerais e desenhos referentes aos projetos desenvolvidos pelos jovens rurais. As ilustrações referentes aos projetos de habitação rural, gado leiteiro, milho e de vestuário (expresso pela máquina de costura), seriam alusões diretas aos símbolos de modernização que os Clubes 4-S significariam para o meio rural.

Segundo matéria de *O Trevo* número 42 o evento contou com a participação de 296 sócios e 16 líderes do estado, além de delegações do Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Ceará, Bahia, Rio de Janeiro e Paraíba. (*O Trevo*, jul/1962, p.1). Auckje Mary Werkema, especialista em Clubes 4-S na época, foi a responsável pela organização e coordenação geral do evento. Na entrevista que realizamos, a depoente relatou-nos os preparativos para a organização desse encontro de jovens que classificou como uma “aventura maravilhosa”. Segundo ela havia uma descrença até mesmo da Diretoria da ACAR-MG se conseguiriam cumprir o propósito de reunir tantos jovens devido a falta de estrutura para acomodá-los. Eles concordavam que seria uma grande oportunidade para divulgarem o trabalho da Extensão, principalmente com os jovens rurais, só temiam pela falta de recursos para tal jornada. Segundo WERKEMA, 2012, para a organização do evento contaram com o apoio do Diretor da Escola Técnica de Belo Horizonte, Dr. Agnelo Correia Vianna, que forneceu tanto as instalações para a hospedagem dos jovens, como o refeitório com funcionários disponibilizados para a preparação da alimentação dos participantes. O 12º Batalhão de Infantaria do Exército emprestou quinhentos colchões para uso dos participantes da Convenção⁶⁹. Tiveram o apoio com recursos financeiros da ACAR-MG, do CEC 4-S, do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte. Para a depoente, os jovens membros da Diretoria do Evento tiveram papel de protagonistas nele, pois estiveram muito seguros daquilo que faziam. “Durante as solenidades, o Presidente da Convenção não passava a presidência para um político, um *figurão*. O jovem tinha uma atitude de segurança que parecia dizer: - A Convenção é nossa e eu dirijo a Convenção”. (WERKEMA, 2012).

⁶⁹ Na fala da entrevistada apareceu a expressão *Convenção Estadual* enquanto o correto seria *Concentração Estadual*, conforme a documentação primária que consultamos sobre o evento. Cabe ressaltar, porém, que a expressão *Convenção Estadual* apareceu em referências *a posteriori* ao acontecimento aqui citado. Julgamos que a nomenclatura original mesmo sendo *Concentração*, não trouxe prejuízo para esse evento que em essência teve os mesmos propósitos daqueles que aconteciam em âmbito municipal e regional e que aconteceriam em 1965 e 1966 em âmbito nacional com a participação de jovens rurais estrangeiros.

FIGURA 8 - Leitura da ata da Sessão de Encerramento da 1ª Concentração Estadual de 4-S, pela secretária (menina 4-S). 15 de julho de 1962. Belo Horizonte



ACERVO: Centro de Documentação da EMATER-MG. (Na imagem o quarto da esquerda para direita é João Napoleão de Andrade, presidente da Junta Administrativa da ACAR-MG e à sua esquerda, Roberto Rezende, Secretário da Agricultura de Minas Gerais).

Após desenvolverem seus projetos, os quatroessistas participavam de vários eventos como Exposições e Concursos de Demonstração, que eram organizados nos municípios ou nas diversas regiões que abrangiam o trabalho com a juventude. Eram também realizados eventos como as Convenções Regionais e Estaduais, os Encontros Nacionais, os Seminários e Congressos Internacionais. Além de serem momentos de trocas de experiências entre os integrantes dos clubes, eram nesses eventos que ocorriam as premiações aos campeões de produtividade dos projetos individuais. Aqueles que obtinham os melhores resultados recebiam premiações como troféus, bolsas de estudo e viagens de intercâmbio. Os motivos para esses eventos podem ser creditados a divulgação do trabalho com a juventude rural e a busca pela legitimação perante a opinião pública.

O ano de 1957 marcou a realização da Primeira Convenção de Clubes 4-S. Foi realizada na cidade de Itambacuri e abrangia a Região de Teófilo Otoni. A partir daí outras

várias aconteceram não só em Minas Gerais, mas em outras regiões do país nas quais o trabalho com os jovens foi iniciado na mentalidade quatroessista. Em 1958 foram criados Clubes 4-S no Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

2.3 – Clubes 4-S: Apoio institucional e estruturação do trabalho

Ao final da década de 1950 um conjunto de ações demonstrava que o movimento quatroessista adquiria cada vez mais espaço nas regiões de atuação da ACAR-MG. Conforme citado, em 1957 os quatroessistas passaram a contar com uma publicação oficial, o *Jornal O Trevo*. Realização de Encontros, Convenções, prêmios concedidos, intercâmbios, atividades diversas dos jovens rurais e mais outras informações que os sócios enviavam para os editores do periódico compuseram as suas páginas até dezembro de 1970, quando foi publicada sua última edição. Um exemplo do desenvolvimento do trabalho quatroessista em Minas Gerais do final da década de 1950 foi noticiado pela edição número 16 de *O Trevo*. Nela informava que no primeiro semestre de 1959 aconteceriam vários cursos de treinamento de líderes 4-S em Belo Horizonte, Teófilo Otoni, Curvelo, Viçosa e Machado. Esses líderes eram selecionados pelos supervisores da ACAR. As pessoas que eram selecionadas nas comunidades com supostas aptidões para o desenvolvimento do trabalho com a juventude rural passavam a receber dos extensionistas instruções de como realizar o trabalho colaborativo na organização e motivação dos jovens para participação nos clubes seja em atividades gerais ou na liderança de projetos específicos como Vestuário, Milho Híbrido, Horta, Alho, Avicultura. Nesta mesma edição foi destacado o *International Farm Youth Exchange* – IFYE, programa internacional de intercâmbio entre jovens rurais de vários países dos quais os Clubes 4-S mineiros faziam parte.

Regressaram aos Estados Unidos, no dia 25 de março, dois rapazes (Edward Jerome Orr e Ronald Bath) e uma jovem (Marjorie Dolores Roecker) dos Estados Unidos. São os representantes da Juventude Rural americana do programa IFYE. O programa IFYE dá oportunidade a muitos jovens brasileiros da zona rural, de conhecer os Estados Unidos; em troca jovens americanos vêm conhecer nosso país. A esta troca de jovens dos dois países, chamamos de intercâmbio cultural.

Tanto os cursos para líderes, a troca de experiência de jovens norte-americanos dos *Clubs 4-H* entre os Clubes 4-S mineiros, quanto todos os outros eventos citados nas outras edições do ano de 1959 que analisamos demonstraram que o movimento quatroessista

cada vez mais se fazia presente na vida dos jovens associados aos clubes. As comunidades também passavam a enxergar os resultados das ações dos clubes, seja devido à presença dos associados em reformas de escolas, na construção de sedes de clubes, na participação de campanhas como a de fossa séptica e de vacinação, ou também em eventos da cidade como festas com suas tradicionais barraquinhas. Além de se transformarem em oportunidade de recreação para os sócios quatroessistas, eram eventos importantes também para os clubes arrecadarem fundos para a sua manutenção. Nas reuniões dos clubes e nos diversos eventos que organizavam ou nos momentos de recreação, o jovem quatroessista se formava enquanto grupo de identidade e que comungava do propósito de modernizar a vida no meio rural mineiro.

Em setembro de 1959 foi fundado em Belo Horizonte o Comitê Estadual de Clubes 4-S de Minas Gerais – CEC 4-S MG. Experiência pioneira no País buscava ser um agregador de apoiadores da juventude rural dos Clubes 4-S. Era formado por representantes da Indústria, Comércio e Agricultura que se dispunham a colaborar com a ACAR-MG no sentido de divulgar o trabalho dos clubes seja, no estabelecimento de prêmios para os sócios, líderes e supervisores na arrecadação de recursos financeiros para custear os treinamentos, prêmios e preparação de material simbólico como bandeiras, emblemas, botons etc.

O Prefácio da edição do Volume II do livro *Juventude Rural das Américas*, editado pela *Ford Motor Company* em 1962, e assinado por Henry Ford II demonstrava como o trabalho com a juventude rural crescia por essa parte do mundo. Ao final desse trabalho, apresentamos um quadro com os países e nomes dos clubes rurais na América Latina, no anexo 7.

Durante os últimos dois anos, moços e moças da América Latina vêm trabalhando em clubes organizados com o fim de melhorar a agricultura e propiciar um melhor padrão de vida para eles e seus países; os esforços desses jovens têm despertado a admiração de todos os que se interessam por um amanhã mais feliz. Organizações comerciais, associações cívicas, fundações, entidades de auxílio e os governos, têm prestado uma grande assistência ao movimento das associações da juventude rural. O número de membros tem aumentado, a liderança tem-se fortalecido e o aumento da ajuda financeira expandiu o campo de ação e o objetivo dos programas dos Clubes. (FORD MOTOR COMPANY, 1962, p.3).

Essa mesma fonte destacava que no ano de 1960 dezessete companhias haviam concordado em participar do CEC 4-S de Minas Gerais. Em agosto daquele ano o Comitê tinha contribuído com Cr\$85.000,00 para o trabalho dos clubes, principalmente com a organização de cursos para treinamento de líderes. (Idem, p.90).

Em 1958, durante reunião de especialistas em Clubes 4-S de todo o Brasil no Rio de Janeiro ficou decidido que seria feita uma consulta aos clubes nos diversos estados onde havia esse trabalho para a escolha do Dia do Clube 4-S. A capa da edição 26 de *O Trevo* destacou que a data escolhida foi o 15 de julho, vencendo assim a disputa a sugestão de Minas Gerais, onde esse trabalho começou em 1952 (*O TREVO*, jan/ 1960, p.1). O Dia Nacional de Clubes 4-S tornou-se a data símbolo do movimento quatroessista no Brasil. Essa data passou a ser então motivo para comemorações, realização de eventos e anúncio de medidas relacionadas à juventude rural. Na véspera do dia 15 de julho de 1967 foram emitidos pelo Departamento de Correios e Telégrafos três milhões do selo comemorativo ao Dia Nacional de Clubes 4-S. Na ocasião do lançamento do selo, em solenidade no Palácio do Planalto em Brasília, o Presidente da República Costa e Silva teceu elogios ao trabalho quatroessista e principalmente ao lado prático presente na formação dos jovens rurais. Ao se referir ao trabalho realizado pelos Clubes 4-S em favor da melhoria da agricultura e das condições de vida no lar disse:

é muito importante para este País e mais, talvez, do que a própria alfabetização. (...) Tive ocasião de ver como há um ensino prático, objetivo de que se beneficia principalmente o povo do interior, quer promovendo a higienização das habitações, quer estabelecendo hábitos de utilização de processos adiantados até a própria moradia do homem do campo. (...) Eu dou uma especial atenção a esse movimento porque ele se dirige justamente à juventude. Todos sabem que grande parte da nossa população é de jovens o que impõe uma atenção especial para que essa mocidade, amanhã, possa gozar de um país muito melhor do que o que nos legaram os nossos antepassados. (*O TREVO*, jul/ 1967, p.10).

Em 1960 também foi instituída uma linha de crédito pela Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais – CEE-MG, destinada a financiar projetos de sócios de Clubes 4-S. Essa modalidade ficou conhecida como Crédito Rural Juvenil e foi como tudo que se referiu à juventude rural quatroessista no Brasil, pioneira no país também.

Um jovem agricultor da Municipalidade de Inhaúma – o menor Helvécio Moreira de Abreu – foi o primeiro beneficiado com o plano de ‘Empréstimos Rurais Juvenis’ instituído conjuntamente pela Caixa Econômica Estadual de Minas Gerais e pelo Serviço de Extensão Rural do Estado (ACAR), que deram início, assim, às operações de financiamento aos ‘projetos’ de gado leiteiro, avicultura e milho híbrido desenvolvidos pelos jovens sócios dos Clubes 4-S (Saber, Servir, Sentir, Saúde). Tais financiamentos – até então inéditos no país – alcançarão um montante de Cr\$ 1 milhão, inicialmente, e são realizados em caráter experimental, devendo estender-se a todas as áreas de ação da ACAR em que os jovens 4-S desenvolvem aqueles “projetos”. Os empréstimos são feitos segundo os critérios do Crédito Rural Supervisionado, introduzido no Brasil pela

ACAR e com uma única exigência suplementar: o consentimento dos pais do jovem mutuário. (CORREIO DA MANHÃ, jan/ 1961).

Helvécio teria utilizado os Cr\$11.460,00 cruzeiros para financiar o seu projeto de criação de galinhas em confinamento. A prática de conceder crédito aos jovens visava fazer com que experimentassem o trato com o dinheiro e assim fosse desenvolvido junto a eles o senso de responsabilidade com os compromissos assumidos. Para que os jovens dos Clubes 4-S voltassem a contar com empréstimos no ano seguinte, eles deveriam efetuar os pagamentos das parcelas. Além disso, esperava-se que os seus projetos dessem resultados positivos e, para isso, recebiam acompanhamento dos técnicos da ACAR-MG.

Uma das formas de se mobilizar os jovens foi a instituição de prêmios e incentivos. Em 1961 as *Sementes Agrocere*s S.A. oficializou uma dessas formas ao criar o Concurso de Campeões de Produtividade. O quatroessista campeão de produtividade em Milho Híbrido em Minas Gerais receberia a partir daquele ano um troféu rotativo, além de outros incentivos. O jovem José Eduardo Torres, sócio do Clube 4-S Córrego da Memória, de Raul Soares, ganhou o Concurso Estadual de Milho Híbrido de 1961. Obteve o rendimento 8.250kg/ hectare, quase sete vezes superior à média de Minas Gerais. Além do troféu instituído pelas Sementes Agrocere)s, José Eduardo ganhou uma viagem à Belo Horizonte patrocinada pelo Banco da Lavoura, onde além de conhecer o Escritório Central da ACAR-MG foi também recebido pelo Governador do Estado, José de Magalhães Pinto. (O TREVO, jul/ago/1961, p.1). Além de obterem rendimento bem superior à média do estado e principalmente daqueles que não tinham o acompanhamento técnico da ACAR-MG, os jovens quatroessistas campeões de produtividade eram celebrados pelos setores agrícolas e autoridades governamentais. Era uma forma de legitimar e incentivar o trabalho com a juventude rural. Além disso, dava visibilidade pública ao movimento quatroessista. Tais atos também representavam a premiação ao mérito individual e assim a valorização do espírito de iniciativa e protagonismo dos jovens. Nas páginas seguintes abordamos o caso do campeão Estadual, Nacional e Interamericano de Produtividade de Milho, o jovem de 18 anos, Sebastião Pereira Vítor, tratado, pelos padrões da época como uma espécie de celebridade dos Clubes 4-S.

2.4 – Sebastião Pereira Vítor – Campeão Interamericano de Produtividade de Milho.

Referências a quatroessistas que se destacaram em torneios de produtividade ou outros eventos que mobilizavam a participação destes foi recorrente em revistas ou relatórios

institucionais que visavam à divulgação do trabalho com os jovens, bem como a constituição de uma memória sobre a Extensão Rural. Seus nomes foram colocados em uma espécie de “panteão” dos Clubes 4-S e seus aclamados feitos tornaram-se exemplos a serem copiados por todos os outros na busca da efetivação do lema quatroessista: “progredir sempre”. Ao refinarmos mais a seleção das fontes encontramos uma espécie de dossiê sobre o jovem Sebastião Pereira Vítor, integrante do Clube 4-S *Carmelitano* da cidade mineira de Carmo do Rio Claro, que havia conquistado o título de Campeão Interamericano de Produção de Milho em 1968. Composta por recortes de jornais e revistas, além de documentos internos da ACAR-MG como memorandos e correspondências, reconstruía a trajetória desse jovem com destaque ao feito conseguido nos Estados Unidos.

De acordo com os regulamentos do Concurso de Produtividade, coordenado pelo Comitê Nacional dos Clubes 4-S, a colheita e a pesagem da produção foi feita pelo agrônomo-extensionista, que teve um sorriso de satisfação quando apurou que naquela quarta de hectare se colhera 3181 quilos, correspondendo a 12476 kg/ha e “com cheiro de campeonato”.

(...)

Dois meses e tanto depois, Tião acabava de tratar dos porcos no chiqueiro, quando chegou o extensionista Galvão. Contou logo: “Tião, você ganhou o campeonato mineiro. Colheu mais milho que todos os outros sócios dos Clubes 4-S”. E deu-lhe um abraço comovido.

E já tinha se esquecido disso quando, de novo, apareceu Galvão. Agora com pressa e falando atropelado: “Tião, você vai aos Estados Unidos. Tem uma bolsa pagando todas as despesas. Temos de arranjar logo sua papelada”. (...)

E foi aquela correria. Tinha só uma semana para tirar passaporte (“o que é passaporte, dr. Galvão?”); atestado internacional de vacina; certidão negativa do imposto de renda (“imposto de renda, dr. Galvão?”); seis retratos, mas não servem aqueles pequenos, 3x4, tem que ser outro, especial; autorização do pai para viajar desacompanhado. (...).

Uma semana para tudo isso. (...) Daria tempo? (...)

O extensionista Daniel de Lima Barrios achou que valia a pena fazer isso, porque era o primeiro garoto brasileiro que ia ao estrangeiro disputar um campeonato.

Mas tudo deu certo. E Sebastião Vítor, que nunca saíra dos limites de Carmo do Rio Claro e fora no máximo até Passos, estava agora de terno novo, azul-marinho, gravata com distintivo dos 4-S, entrando em salões solenes, dando entrevista, falando sobre milho com gente que só conhecia esta planta de nome... (O DIRIGENTE RURAL, out/1968, 40-41).

A manchete da edição nº96 de *O Ruralista* com o título “Grande Campeão” referia-se também ao fato: “Representando o Brasil nos Estados Unidos, o jovem de 18 anos, sagrou-se Campeão Interamericano de Produção de Milho entre quatroessistas da Guatemala, El Salvador, Panamá, Venezuela, Argentina, Costa Rica e México”. (O RURALISTA, 2ª quinzena out/1968, p.1). O Concurso foi promovido pelo Programa Interamericano de Juventude Rural (PIJR) e patrocinado pela International, Minerals and Chemicals Corporation (IMC). O jovem

mineiro seguiu as orientações técnicas do extensionista da ACAR-MG, o engenheiro agrônomo Moacyr Mendes Galvão.

Sebastião fez o primeiro plantio de milho no ano agrícola 66/67, através de financiamento da CEE-MG, especial para sócios de clubes 4-S, o crédito rural juvenil. Feita a contabilidade, sobrou o suficiente para executar nova plantação em 67/68, com o rendimento médio de 12476 kg/ha, que lhe permitiu ser campeão interamericano. Na área plantada de 2550 m² foram utilizadas as sementes de milho híbrido Agrocere Ag-17, adubo químico CAMIG-3. A área plantada deu-lhe um rendimento de 3181 quilos de milho, o que equivale à média de 12476 quilos/ hectare, ultrapassando em muito a média brasileira, que é 1320kg/ha, a de Minas Gerais, de 1200 kg/ha, e a de seu município, que é de 2200 kg/ha”. O 1º lugar conquistado no Concurso Nacional de Produção lhe rendeu uma viagem de 15 dias aos EUA, patrocinada pela IMC e ainda 100 dólares de ajuda de custo. Nos EUA sagrou-se campeão do Concurso Interamericano de Produção de Milho, realizado na cidade de Gainesville, na Universidade da Flórida. (O TREVO, set/out/1968, p.1-3)

A figura 9 é um exemplo de como esse fato foi explorado pelos promotores do trabalho com a Juventude Rural no Brasil.

FIGURA 9 – Homenagem das Sementes Agrocere a Sebastião Pereira Vitor



FONTE: Revista Coopercotia, nov/1968.

Os braços levantados a segurar as espigas como um troféu foi uma alusão aos jogadores de futebol, Mauro e Belini, capitães das seleções brasileiras de futebol que venceram as Copas do Mundo em 1958 e 1962. Segundo Sebastião, a ideia da foto foi do seu

pai como forma de também homenagear os ídolos no esporte⁷⁰. Julgamos que o exemplo do anúncio vai além de uma mera propaganda das Sementes Agrocere S.A, empresa que foi uma das principais incentivadoras do trabalho com os jovens rurais. Neste anúncio estão explicitadas uma das principais dimensões do trabalho extensionista da ACAR-MG via os Clubes 4-S compartilhados por essa empresa, ou seja, a alusão ao uso da “melhor técnica” como forma de se garantir o sucesso na produção. Como já abordamos nesta dissertação, o uso de técnicas científicas em detrimento das técnicas de produção baseadas no senso comum dos produtores rurais foi um dos objetivos perseguidos pelos engenheiros agrônomos junto ao homem do campo. Sobre o contato com o engenheiro agrônomo Moacyr Mendes Galvão e a adoção da “melhor técnica” Sebastião Pereira comentou:

Então é engraçado..., eu fico pensando assim... Como é que na época - hoje a plantadeira, pois era isso aqui, *tchan, tchan*, só dava um grãozinho de milho – Como que isso surgiu da cabeça do Galvão? E ele falava assim: “vamos plantar isso aqui e de palmo a vinte centímetros de uma cova da outra. No Carmo só tinha um trator na época. Pequenininho, aqueles *fordinhos* pequenos que saíram na época. Como é que pensa isso na cabeça? Agora eu pergunto para vocês. Agora eu penso com uma cabeça diferente já, como é que pensou? Será que ele fez aquilo de cabeça ou fez por experiência? De vinte centímetros de uma cova da outra. Oh, vinte centímetros é um pé de milho da plantadeira hoje, não é? Vinte centímetros. Isso dá um trabalho fazer isso aí, assim, uma cova atrás da outra assim. Então, hoje eu faço essa pergunta. Eu perguntei para eles. “Não Tião, essa experiência eu tinha há muito tempo”. Eu disse: “Você não tinha nada cara, você fez isso aí por... [risos]. Fazer para dar certo. Era sorte. Se não desse certo então não era sorte. Então eu fico pensando. Ele teve tanta sorte comigo, sorte sim..., que o negócio aí explodiu. Como é que ele foi pensar isso: “vou plantar vinte centímetros”. É isso aqui mesmo. É um grão de milho. Um atrás do outro. Como é que eles deram tanta sorte, tanta, tanta, para dar certo assim? Engraçado. E deu certo *né?*

(...)

Disse o dr. Galvão: “Você está plantando errado. Tem que plantar assim. Assim é que faz. Isso aqui é experiência antiga e não serve. Isso é coisa do seu pai. Você tem que plantar assim”. Eu disse: “Então vamos fazer essa experiência dar certo uai”. Aí partiu para esses lados aí. Aí a gente fez no primeiro ano. Segundo ano, aí voltei, fiz outra vez e deu a mesma coisa outra vez. Tudo o que eu fazia dava certo Porque eu tinha essa experiência. Aí essa promessa partiu dele. Entendeu? Nós plantávamos de *vera*. Plantava, não plantava? Uma cova aqui, longe uma da outra. Uma assim longe uma da outra. Aí, ele pegou e falou: “não, você vai plantar assim, assim e assim”. No momento deu certo, aí acabou. O trem estourou. Aí era engraçado. Sabe que plantava errado mesmo? Pior que plantava... pior que plantava *né...* (VÍTOR, 2012).

70 Encontramos a mesma foto de Sebastião Pereira levantando as espigas de milho que traz em sua legenda os seguintes dizeres: “Como Belini e Mauro, Tião levanta as espigas que lhe deram a vitória”. In: Garoto mineiro colhe muito milho e ganha campeonato. (O DIRIGENTE RURAL, out/ 1968, p.40).

Sebastião Pereira referiu-se indiretamente a um tema que foi possível perceber na leitura de outras fontes, ou seja, a uma suposta desconfiança que o homem rural teria em relação às técnicas de produção que os extensionistas visavam introduzir. Ao mesmo tempo, expressariam uma visão dos extensionistas acerca do homem como reprodutores de formas consideradas atrasadas de produzir e comportar diante do mundo.

Em um folheto produzido pela Universidade Federal de Viçosa – UFV em 1984 a partir de entrevistas realizadas com funcionários do Escritório Central da EMATER-MG em novembro de 1981, que foram também alguns dos pioneiros da Extensão Rural em Minas Gerais, temos alguns exemplos que corroboram com a opinião expressa pelo ex-quatroessista, Sebastião Pereira. Segundo o engenheiro agrônomo Waldemar Machado Calumby:

O trabalho de extensão, inicialmente era difícil porque havia desconfiança por parte do povo: E se perguntavam: “por que esse pessoal quer saber tudo sobre nós? O que produzimos e quanto produzimos?” Eles tinham receio de pagar impostos, tinham receio de que o Governo lhes fosse tomar alguma coisa. E aqueles mal-intencionados, que pertenciam a ideologias exógenas ao nosso País, porque a ACAR fora criada por convênios entre o Estado de Minas Gerais e um órgão americano, diziam que a organização era de americanos que queriam conhecer nosso País, para amanhã interferirem no País, “fazendo acontecendo”. (SILVA e LIMA, 1984, p.5).

O engenheiro agrônomo José Alfredo Amaral de Paula, para este mesmo trabalho realizado pela UFV, comentou sobre as formas de alimentar das famílias rurais:

Um exemplo de tabu alimentar que prejudicava a comunidade ocorreu em Lagoa da Prata, onde a quantidade de frutas que se perdia era imensa. Para resolver esse problema, pedimos ao padre local para benzer uma salada de frutas e distribuir para o povo. Dos que comeram, muita gente entregou a alma a Deus porque ia morrer... Hoje esses tabus, praticamente desapareceram. (Op Cit, p.19).

Segundo Sebastião Pereira, quando da sua estadia nos Estados Unidos ele também passou por dificuldades devido aos hábitos alimentares que o “povo da roça” possuía. Acolhido por um casal, Sebastião teria sofrido com as diferenças entre o seu jeito de viver e o da família de fazendeiros norte-americanos e sobre isso nos revelou em entrevista:

Aí no dia a gente levantou cedo - Lá levanta cedo - Aí vinha café. Tinha manga lá - manga, leite, ovo. Eu falei: “Se eu comer isso aí eu morro. Sabe que leite com ovo mata” [riso]. Aí o cara pegou, não sei se era um... - para mim era um uísque, sei lá - Não mexo com isso não. (Incompreensível) Aí né, “será que é para beber?” Falei: “Será que é para comer? Não, é para depois do almoço”. Pensei comigo. Não sabia nada e nem eles sabiam. (...) Eu fiquei esses dias tudo não comendo nada. Só bebia. Nem água bebia também não. Tomava água não, só sucos. - Sofri que nem um condenado. No segundo dia, a gente foi para outra, só que eu não tinha na..., no curral

assim onde ficava os cavalos dele lá na baia. Aquele monte de maçã. - Por quê que lá tem maçã lá? - ..., a terra lá não tem nada a ver com maçã. É uma terra..., é areia só uai. Arenosa a terra... você custa a achar assim um lugar para o gado pastar. Lá tem pasto bem formado mesmo. *Aquele monte de maçã*, eu falei: “*caramba, vou comer um cado (sic) de maçã aqui*”. Aí sentei perto de um monte de maçã. Peguei e fui comendo maçã quando aí ele chegou: “Ou, vamos embora almoçar!”. Falei: “Deixe eu comer um bocado de maçã. *Imbora (sic)* comer muito. Talvez amanhã não tem [risos]. Foi só no primeiro dia, aquele tanto de maçã. Daí duas horas, três horas da tarde punha aquele tanto de maçã até nos cochos para os cavalos comer. Falei: “Que pecado! Tem uns lugares que nem tem”. (VÍTOR, 2012).

A leitura da obra *Extensão ou Comunicação* de Paulo Freire levou-nos a avaliar se os profissionais da ACAR-MG no trabalho junto ao homem do campo e especificamente do jovem do meio rural, ao dizerem que faziam Extensão não estariam por negar a realidade concreta das comunidades rurais com seus códigos, valores e suas formas de aprendizados. Ao analisar o termo *Extensão* sob vários aspectos, entre eles, pelo sentido lingüístico da palavra, o pedagogo afirma que “o termo extensão indica a ação de estender e estender em sua regência sintática de verbo transitivo relativo, de dupla complementação _: estender algo a”. (FREIRE, 1977, p.20). Nesse sentido, a extensão estaria carregada de conotação mecanicista, pois este termo implicaria a “ação de levar, transferir, entregar, depositar algo em alguém”. (FREIRE, 1977, p.26). Segundo Freire, o agrônomo, chamado de extensionista, seria assim antidialógico, pois negava o outro, o seu interlocutor. Assim o homem do meio rural foi alçado a um nível de inferioridade, de subserviência, que cabia somente ao agrônomo extensionista a tarefa de levar uma espécie de salvação aos seus males. Nessa concepção, o agrônomo extensionista com seus conhecimentos especializados seria capaz de mudar as concepções de mundo do homem do meio rural e assim levaria a superação dos problemas observáveis nesse espaço social. Um exemplo disso é o texto “O benzedor” publicado na edição número 172 de *O Ruralista*. O seu autor, Ivens Sathler, salienta o fato da figura do benzedor “persistir apenas nos locais distantes e atrasados”. Afirmou que no passado o benzedor era figura de prestígio, pois resolvia muitos “causos” complicados. Ivens, porém, destacou que a cura a partir do benzedor era porque ele sabia que as larvas da “bicheira” tinham um ciclo e elas acabam por cair mesmo.

O benzedor sabia disto e fazia a reza ou repetia a benzeção dando a impressão de ter curado o mal. Mas agora que todos aprenderam a biologia da *Cochliomya hominivorax* (a mosca responsável pelas miiases ou “bicheiras”) e usam o Matabicheiras Cooper (mais conhecido dos larvicidas), a fama dos benzedores está com os dias contados. (O RURALISTA, 1ª quinzena out/1973, p.1).

Ora, ao desconsiderar os valores e concepção de mundo do homem rural, o agrônomo extensionista buscaria substituir os conhecimentos empíricos do meio rural, pelas técnicas e conhecimentos desenvolvidos junto aos especialistas, geralmente ligados à produção acadêmica, negando a experiência de ser e viver dos jovens e adultos, homens e mulheres do interior do país e, no caso específico dessa pesquisa, do interior de Minas Gerais.

Sugerimos que há um diálogo implícito entre o texto de FREIRE (1977) e a noção de experiência abordada por THOMPSON (1981). O historiador inglês afirma que a experiência “surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (THOMPSON, 1981, p.16). Ao afirmar que o indivíduo possui diversos pertencimentos e que cada um deles contribui com a formação do sujeito, Thompson apresenta duas dimensões fundamentais em seu pensamento: a noção de experiência humana e a de formação ou, o ‘fazer-se’. Sobre esta formação afirma que:

Os valores não são “pensados”, nem “chamados”, são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “*habitus*” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda a produção cessaria. (THOMPSON, 1981, p.194).

Sendo a experiência uma atitude sempre responsiva dos indivíduos frente às estruturas sociais, estariam os sujeitos em constante tensão em cada um desses locais de pertencimento. Esses ambientes são os espaços de ação dos sujeitos na sua vida cotidiana, que, portanto os transformam a todo instante. Entretanto, os sujeitos são também formados por estes espaços, pois estes mantêm certa regularidade ao longo do tempo. FREIRE (1977) nos lembra que o homem rural está imerso em um conjunto de valores e que, portanto, tem sua cultura própria, significativa e que esta não se transforma com a imposição, com autoritarismo e muito menos com a introdução de novos códigos originários de contextos sem qualquer tipo de ligação com o seu meio. Ao mencionar o fato que os homens rurais resistem frente a essas imposições, Freire aborda a ideia de resistência, de resposta, de experiência, termos caros ao pensamento de Thompson. Um exemplo do exposto anteriormente é a fala de Freire acerca da relação entre as técnicas agrícolas e os camponeses:

É necessário que saibamos que as técnicas agrícolas não são estranhas aos camponeses. Seu trabalho diário não é outro senão o de enfrentar a terra tratá-la, cultivá-la, dentro dos marcos de sua *experiência* que, por sua vez, se dá nos marcos de sua cultura. (FREIRE, 1977, p.51). (Grifos do autor).

A partir do exposto por Sebastião Pereira, pode-se perceber uma desconfiança em relação às técnicas de produção introduzidas pelos extensionistas como o correto preparo do solo, adubação, seleção de sementes e espaçamento entre elas. Para o depoente, ainda permanece a dúvida se tais práticas teriam nascido ou não da cabeça dos extensionistas. Por outro lado, a forma como os extensionistas abordavam os produtores talvez tenham levado a essa desconfiança. Segundo Sebastião Pereira, a fala do engenheiro agrônomo Galvão era no sentido de que a “experiência antiga” deveria ser suplantada pela técnica advinda dos conhecimentos adquiridos pelos extensionistas nas escolas de agronomia. Julgamos que o caso citado por Sebastião Pereira traduz um dos aspectos da difusão do trabalho extensionista. Referimo-nos a um misto de desconfiança e vontade de progredir por parte do público-alvo da ACAR. Se o jovem era mais propício às mudanças defendidas pela Extensão, isso não quer dizer que não tenha havido desconfianças, dificuldades, tensões entre duas formas distintas de se portar diante da lida no meio rural.

2.4.1 – A divulgação da vitória de Sebastião Pereira

A vitória de Sebastião Pereira no torneio de produtividade de milho serviu para os propósitos propagandísticos da Extensão, seja como forma de valorizar o fato individual de um dos sócios quatroessistas, como de valorizar as atividades extensionistas no geral. Em um memorando do Escritório Central da ACAR-MG destinado ao Escritório Local de Carmo do Rio Claro informava que foi a primeira vez que isto acontecia no Brasil. Todos os envolvidos foram felicitados, pois cada um teria parcela no feito do jovem mineiro. Além de ter dado ênfase ao desprendimento e esforço dos envolvidos, no mesmo documento foi solicitado que enviassem mais dados sobre o jovem campeão para que fossem encaminhadas ao Rio de Janeiro e incluídas em programa de publicidade (MEMORANDO, 09/08/1968). Ao final desse mesmo documento consta um *post scriptum* escrito à caneta pela Coordenadora do trabalho com os Clubes 4-S, Marisa Dulce Pereira, sugerindo que os funcionários do Escritório Local assistissem ao Repórter Esso do Rio TV⁷¹ dos dias 19, 20 e 21/08/1968, pois havia a possibilidade de ser noticiado nessas datas algo sobre Sebastião Pereira.

Não conseguimos confirmar se houve essa referência ao campeão de produtividade de milho no Repórter Esso. Mas só a conjectura de tal possibilidade demonstra como os extensionistas e todo o aparato institucional em torno do Serviço de Extensão

71 Marisa Dulce Pereira quando se refere à Rio TV faz alusão à TV Tupi do Rio de Janeiro.

sentiam a necessidade de divulgar os resultados obtidos. Mas se não foi possível essa confirmação, encontramos, por outro lado, na pasta que citamos, reportagens em periódicos de grande circulação que destacavam o feito do jovem quatroessista de Carmo do Rio Claro. Mesmo cada uma mantendo as suas especificidades gráficas e editoriais, todas elas foram unânimes em reforçar a importância e o ineditismo da conquista de Sebastião Pereira. Tudo indica que se buscou promover em torno de tal fato, via imprensa, uma sensibilidade para o trabalho com os jovens rurais, como também a busca por referendar tal fato como sendo uma conquista de todos os brasileiros. Os títulos das reportagens veiculadas em jornais da época citados no anexo 2 são indícios desses objetivos.

O fato de Sebastião Pereira Vítor ter-se sagrado campeão nos Estados Unidos, fazia parte de um conjunto de ações que visavam levar os jovens quatroessistas a se interessarem pelas “coisas do campo”. Tudo indica que fixar o jovem rural no campo tenha sido um dos objetivos dos Clubes 4-S. Entretanto, os extensionistas e líderes de clubes acreditavam que o trabalho desenvolvido com os jovens poderia munir-los de condições para a vida no meio urbano, caso essa fosse o caminho trilhado por eles. Para isso, tanto em Minas Gerais com o Comitê Estadual de Clubes 4-S – CEC 4-S, quanto em termos nacionais com o Comitê Nacional - CNC 4-S, empresários e particulares patrocinavam a organização de torneios de produtividade, convenções regionais, estaduais e nacionais, exposições, bem como a concessão de estímulos financeiros e bolsas de estudos aos jovens integrantes dos Clubes 4-S. Acreditamos que, mais do que permanecer com os jovens no meio rural, as ações nos Clubes 4-S, visavam garantir aos seus sócios instrumentos de ação para que fossem protagonistas na sociedade. Para conseguir vencer o torneio nos Estados Unidos, Sebastião obteve o título de Campeão Nacional no ano agrícola de 1967/1968. Foi com esse título que recebeu como premiação uma viagem de quinze dias aos Estados Unidos mais cem dólares de ajuda de custo. Ao retornar dos Estados Unidos como Campeão latino-americano de produção de milho, o CNC 4-S ofereceu-lhe uma bolsa de estudo ofertada por Raposo Borges – Ensino e Orientação do Rio de Janeiro:

Entusiasmados com o brilhante resultado que o prezado compatriota vem de obter na produção de milho, tornando-se campeão inter-americano no assunto, vimos lhe oferecer uma vaga gratuita em nosso Curso de Admissão ao Ginásio (ou preparação ao ginásio, se já tiver a admissão) que ministramos por correspondência para qualquer ponto do país, com matrículas permanentemente abertas.

Com desejos que prossiga conseguindo novos triunfos pelo seu trabalho e pelo seu esforço, ficamos ao inteiro dispor. (Correspondência de Horácio Raposo Borges Filho à Sebastião Pereira Vítor, 1968).

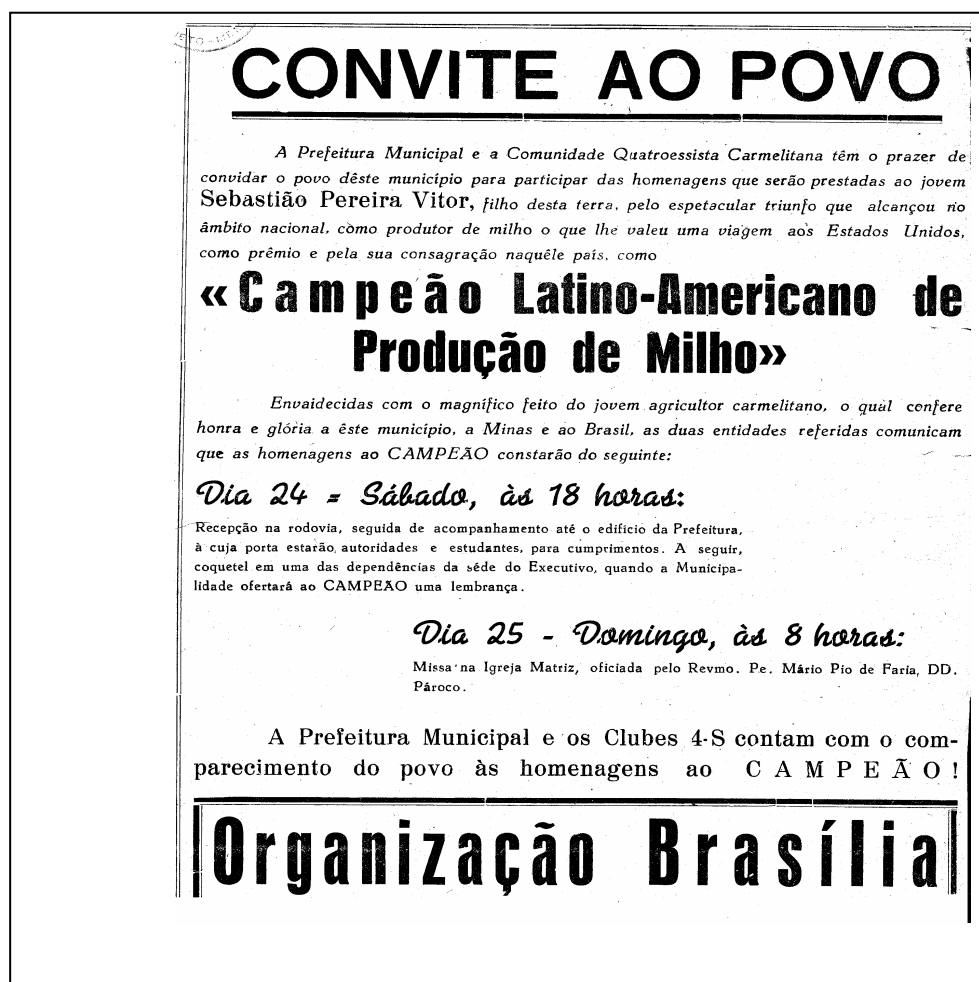
Além disso, Sebastião recebeu uma bandeja de prata que tinha palavras de estímulo pelo seu feito. Também recebeu das mãos do Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, o ex-senador da República entre 1959-1967, Jerônimo Dix Huit Rosado Maia, um micro trator de marca Tobatta para seu Clube 4-S. No Rio de Janeiro, Belo Horizonte, em Passos e na sua cidade natal, Carmo do Rio Claro, Sebastião foi recebido com festa, prêmios e extensa agenda a ser cumprida junto à Imprensa. Tudo indica que a memória sobre feito de Sebastião foi construída com o passar do tempo. Em memorando do Escritório Central da ACAR-MG datado em 02/08/1968 havia a recomendação para que fosse preparada uma pequena recepção à chegada do jovem campeão. Em outro memorando, datado em 09/08/1968 ressaltava que era a primeira vez que isso acontecia no Brasil e que todos os envolvidos no assunto estavam de parabéns. Em 16/08/1968 foi emitida uma circular dirigida a todos os Escritórios da ACAR comunicando o título de Sebastião. Em 27/08/1968 o engenheiro agrônomo da Divisão de Agricultura da ACAR-MG, Sérgio Mário Regina, cumprimentava o supervisor local de Carmo do Rio Claro, ao escrever:

São bons valores assim que dignificam a nossa Organização, levando o continente americano a certeza de que para um Brasil de amanhã há a necessidade de se firmar nos jovens de hoje uma consciência de fé, esperança e trabalho.

Mostramos aos norte-americanos e demais concorrentes ao título interamericano a nossa capacidade e desta vitória, grande parcela cabe você pelo estímulo, trabalho e técnica ensinada. (MEMORANDO, 27/08/1968).

Em um folheto produzido pela Prefeitura de Carmo do Rio Claro, por ocasião do retorno de Sebastião Pereira Vítor à sua cidade natal e distribuído pelos integrantes dos Clubes 4-S locais há uma nítida demonstração da euforia que se deu ou que se pretendeu alcançar em torno do feito do “ilustre filho daquela terra”. O folheto convidava a população a prestar homenagem a Sebastião Pereira e a participar dos eventos que ocorreriam em torno do jovem campeão, conforme aponta a figura 10.

FIGURA 10 – Convite da Prefeitura Municipal e dos Clubes 4-S de Carmo Rio Claro à população para homenagens a Sebastião Pereira Vitor



ACERVO: Centro de Documentação da EMATER-MG.

O jornal *O Trevo* também destacou os eventos em Carmo do Rio Claro:

Em Carmo do Rio Claro, uma caravana o esperava, com fanfarra do Colégio, jogos e aplausos que bem diziam do orgulho de seus conterrâneos. Na sede da Prefeitura Municipal uma multidão o aclamava, sendo saudado pelo Sr. Job Milton Figueiredo, da Câmara Municipal, que ofertou ao campeão um relógio de ouro”. No dia 25, domingo, foi celebrado missa em ação de graça. “No dia 1º de setembro, em Passos, houve reunião de agrônomos, técnicos, agricultores e autoridades, patrocinada pela ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos), onde Sebastião foi homenageado. O engenheiro Agrônomo Sebastião Gonçalves da Silva e o fotógrafo da ANDA acompanharam o homenageado até sua propriedade, para uma reportagem para *O Dirigente Rural* e jornais de São Paulo. A vitória de Sebastião se deve ao seu esforço, sua inteligência, seu trabalho e a adoção de práticas modernas e ensinamentos que lhe transmitiram líderes e extensionistas. (*O TREVO*, set/out/1968, p.1-3)

Sobre seu retorno a Carmo do Rio Claro depois da estadia nos Estados Unidos, Sebastião Pereira comentou:

Quando eu cheguei em Passos eles falaram assim: “você vai de ônibus, vai de carro não”. “Então está bom”. Tudo covardia que o povo da EMATER fazia comigo. Aí eles me puseram no ônibus. Só não falaram o que iam fazer comigo em Passos, não. “O que eu vou fazer lá em Passos?” Aí falou assim, (incompreensível), mas o resto não falou. Aí parou... eu não sabia o que ia acontecer, o que estava acontecendo no Carmo. Eu só sabia que lá em Belo Horizonte havia acontecido aquilo que aconteceu. Só que eles não falaram não. Só que eles..., todo lugar que eles me levavam era de carro. Eu pensava... “era engraçado de carro né”. Aí falou assim: “você vai de ônibus?” Falei: “Vou”. “Você sabe?” Falei: “Sei”. “Você sabe descer direitinho em Passos?” “Sei”. - É amolação né. Então... o pessoal da EMATER *é bom demais, né*. Aí ele falou assim... Aí quando eu vi, eles pararam um carro na estrada. Um policial parou o ônibus na estrada, falou assim: “Oh” – tudo mentira isso aí – “Oh tem uma denúncia tua aqui”. Falou para o motorista. O cobrador estava perto de mim. Ele sabia de tudo já, só eu que não sabia. “Tem um..., tem uma denúncia tua aqui. Tem um rapaz aqui, que ele tem que fazer o favor de descer e vai...”. Aí eu falei assim: “Eu? Eu não fiz nada”. Pensei assim comigo. “Caramba! O quê que eu fiz de errado?” Pensei em tudo da minha viagem. Se eu tinha feito alguma coisa de errado. Aí, estava o meu pai já, estava o prefeito do Carmo, estava lá, no meio da estrada escondido lá. Uma *puta* de uma faixa assim cara, aquele monte de carros de Passos assim. - Cara, *hei, nossa foi bom demais*. Aí, falou assim: “Olha ali oh, tem um homem querendo conversar com você”. Era meu pai. Fazia, quase... mais de quarenta dias – não, mais de dois meses sem ver ele. - *Isso foi bom demais*. Aí foi um festão lá em Passos, na chegada, palestra lá. Aí depois foi no Carmo, e então..., *nossa minha vida é muito marcante viu*. (emoção). Ela foi uma vida que... (emoção), *engraçado né*. Aí, quando vê, o filha da mãe do cara que fez comigo, dentro do carro lá bonitinho: “É, você gostou hein Tião?” “Gostou um caramba, você falou que era você”. *Era bom*. E esse cara nunca mais vi ele. *Eu tenho uma saudade desse cara*. Esse cara fez tudo para mim, *coitado*. Igual você que veio até aqui, essa entrevista para mim. *Gente boa demais viu*.()⁷². (VÍTOR, 2012).

Os dados que coletamos contribuem para que afirmemos que a recepção em sua terra natal tenha sido bem diferente daquela “pequena recepção” recomendada inicialmente pelo memorando do dia 2 de agosto de 1968. Sebastião foi alçado à posição de herói em sua terra e aclamado como um exemplo de que utilizando as “técnicas adequadas” de produção poderiam todos obter resultados como os dele. E para isso, sequer, escola seria necessário.

Não, não gostava de estudar. Por isso, tomou coragem e teve uma conversa com seu pai. Ia largar o grupo escolar. Queria mesmo era ficar na roça, tirando leite das vacas, tratando dos porcos, ajudando na lavoura. Gostava era disso. (O DIRIGENTE RURAL, out/1968, p.40).

⁷² Durante a entrevista, por repetidas vezes, Sebastião Pereira Vítor, referiu-se à EMATER-MG. Entretanto, devemos entender como ACAR-MG a sua referência. Esta foi extinta em 1975 e substituída pela EMATER-MG, ou seja, sete anos após aos fatos por ele narrados.

Para os promotores do extensionismo rural bastariam o trabalho de desenvolvimento de técnicas modernas e os ensinamentos obtidos, através dos Clubes 4-S, para que os sócios quatroessistas pudessem repetir o exemplo de *Sebastião Pereira*. A recorrência ao seu nome em inúmeras publicações oficiais da ACAR-MG ou em matérias de jornais e revistas de circulação regional e nacional comprova que a construção de uma memória sobre os resultados quatroessistas foi uma preocupação dos promotores do extensionismo rural em Minas Gerais⁷³.

73 Sebastião Pereira Vítor integrou a delegação mineira, representando seu município, Carmo do Rio Claro, na II Feira da Técnica Agrícola – FETAG, ocorrida em São Paulo entre 21 de novembro a 7 de dezembro de 1969. Neste evento o CNC 4-S ocupou área de cerca de 40m² destacando os principais projetos de Clubes 4-S. O convite da participação do CNC 4-S partiu da Alcântara Machado Comércio e Empreendimentos, promotora da Feira, através da Emoná Propaganda e Promoções Ltda. “Três Estados se fizeram representar: R.J., M.G. e E.S., com cerca de 36 jovens cada um. Na feira, os jovens entraram em contato com progresso técnica agrícola brasileira, viram novos tipos tratores, ceifadeiras e outras maquinarias; fertilizantes, corretivos, adubos, produtos alimentícios, etc”. (O TREVO, jan/ fev/ 1970, p.2). Essa foi a última notícia que encontramos sobre Sebastião Pereira entre 1968 e 1970. As outras notas sobre ele, quando apareceram a partir daí foram referências em Revistas e Relatórios que apresentavam históricos sobre os Clubes 4-S. Quando realizamos a entrevista em outubro de 2012, ele nos relatou emocionado que esperava por essa “homenagem” há mais de 40 anos. Notamos um saudosismo muito forte em suas palavras e gestos e ao mesmo tempo uma necessidade em reafirmar que poderia ter feito muito mais. Por alguma razão ele não autorizou a gravação quando se referiu ao Plano Collor (1990) como elemento que o prejudicou nos investimentos que estava fazendo em relação à produção em sua propriedade.

3 – A EDUCAÇÃO MORAL NOS CLUBES 4-S

Mas os jovens não se preocupam apenas com eles mesmos ou com seu Clube. Demonstrando verdadeiro pendor cívico e louvável sentimento de cooperação, participam ativamente de movimentos que visem ao bem estar da comunidade onde vivem, seja colaborando na construção de uma escola, seja participando de uma campanha de melhoramento sanitário, seja, finalmente, ajudando na introdução de uma prática mais rendosa e econômica. (RELATÓRIO ACAR, 1961, p.17).

Somos ainda meninos que gostamos de brincar, fazer todas as travessuras, mas não podemos esquecer que nós somos o futuro do Brasil.(O TREVO, out/1964, p.6).

Os títulos, as vitórias em concursos, os resultados obtidos pelos jovens sócios eram importantes para a Extensão Rural e para o trabalho com os Clubes 4-S. Sua importância não se justifica apenas por destacar feitos individuais e sim por apresentar um dos princípios basilares para os quatroessistas: o *Servir*. O envolvimento dos jovens em assuntos das suas comunidades, discutindo problemas e propondo soluções foi uma prática que os mobilizava. Mas essa participação estava alinhavada a uma série de preceitos morais e cívicos que procuravam atingir os jovens e toda a comunidade, apresentando assim a visão de mundo do extensionismo para o meio rural mineiro. Para além dos aspectos relacionados à difusão de novas técnicas de produção, havia também a busca de que valores morais e cívicos fossem formadores dos jovens do meio rural. Neste capítulo analisamos esses aspectos presentes nos Clubes 4-S aprofundando no estudo das práticas que os extensionistas buscaram desenvolver como forma de sensibilizar os jovens da importância de tal formação. Foram analisados os aspectos relacionados a um tipo de formação moral e cívica que, segundo o discurso oficial extensionista, seria fundamental para a concretização da máxima quatroessista: “*saber para poder sentir; saúde para melhor servir*”, elementos esses que redundariam na motivação dos 4-S: “*Progredir sempre*”.

Chama a atenção como a documentação oficial destacava elementos morais, comportamentais e cívicos presentes na formação dos jovens quatroessistas. Tais elementos permeavam toda a preocupação com a organização dos clubes, incluindo desde os locais nos quais se realizavam as reuniões até a maneira de se comportar em público, seja referindo-se

às formas de se falar, vestir, alimentar, divertir e devotar o sentimento de patriotismo. Em recomendação aos extensionistas sobre o local para as reuniões dos clubes, a especialista em Clubes 4-S da ACAR-MG, Áurea Helena⁷⁴ criticava a sala de aula como sendo o local preferido por muitos supervisores. Para esta extensionista, a sala de aula apresentava características físicas e organizacionais inadequadas que acabavam por distanciar o contato com os adultos, que indiretamente o trabalho com os jovens nos clubes também visava atingir. Sobre a sala de aula noticiou:

É um dos piores lugares. A posição das cadeiras, o tipo de relacionamento (paternalista e autocrático) que sempre tem lugar nesse ambiente, não permitem (*sic.*) que os sócios sintam-se à vontade e tenham atitudes naturais.

Assim sendo é preferível ter as reuniões regulares do Clube em casa dos sócios. Não importa que a casa não ofereça condições para que a reunião seja em seu interior: fora de casa, embaixo de uma árvore, o resultado pode ser ótimo. Há, além da mudança de ambiente, um outro fator que nos leva a considerar as casas dos sócios como melhor local para uma reunião. É a influência que as mesmas exercerão sobre os pais. Convencidos pelo líder local, sem nunca terem presenciado, que as reuniões do Clube são realizadas em ambiente sadio, com respeito e democracia, os pais sentir-se-ão muito mais seguros e colaborarão muito mais, ao verem de perto, realizadas em suas casas, as reuniões do Clube. (UREMG, 1961, p.9).

Comentamos no capítulo 2 que a noção de educação social dos Clubes 4-S reforçava a crítica à escola dita tradicional. As estratégias de formação buscadas para os jovens rurais eram anunciadas como mais dinâmicas, pois seriam adaptadas à realidade dos rurícolas. Cabe ressaltar que a defesa desse tipo de educação esteve em tensão constante com os modos de ser e viver dos moradores das comunidades rurais. Já expusemos neste trabalho alguns exemplos que desvalorizavam a experiência de vida dos moradores do campo. A análise de FREIRE (1977) do termo *Extensão* também demonstrou como a atividade profissional dos extensionistas negou o modo de ser e viver dos homens rurais. A apresentação de alternativas à escola oficial que buscava legar outras formas de educação esteve presente em diferentes momentos da história da Extensão Rural e nesse sentido dos Clubes 4-S em Minas Gerais. Julgamos que, ao criticar a sala de aula, os promotores do extensionismo e da organização dos Clubes 4-S, pretendiam reafirmar que as práticas extensionistas deveriam acontecer em qualquer local e tempo. Assim, buscavam cada vez mais legitimar as suas práticas junto ao seu público-alvo. Entretanto, pela maneira com que

⁷⁴ Áurea Helena Serra Andrade ocupou o cargo de Especialista em Clubes 4-S da ACAR entre 1956-1961 sendo responsável pela organização e orientação do trabalho quatroessista em Minas Gerais. A partir do crescimento do número de clubes em outros estados foi criada na ABCAR uma Divisão de Clubes 4-S e Áurea Helena passou para a sua direção em primeiro de setembro de 1961.

manifestavam tal opinião, reforçavam que suas ações eram baseadas em princípios fundados a partir de uma base empírica e científica, elementos considerados por eles como legitimadores por si só da Extensão Rural. Nesta lógica, a “educação mais dinâmica” seria aquela que melhor se constituiria em torno dos princípios extensionistas. Estes seriam capazes de propiciar uma ordem racionalizada para o meio rural. Nessa concepção não haveria alternativas para o homem do campo a não ser a ciência e a técnica pretendidas pelos extensionistas. A caracterização das regiões rurais como imersas no atraso e na ignorância era creditado pelo discurso extensionista a uma disputa de saberes. De um lado, os conhecimentos científicos levados pelos extensionistas e de outro os saberes e crenças do homem rural a serem superadas. Garantir os meios eficazes para se chegar à racionalização do meio rural era constantemente reiterado nas publicações oficiais sobre Extensão Rural:

A característica básica da Extensão é a sua natureza essencialmente educativa, não se identificando, contudo, com as tradicionais normas de ensino ministradas nas escolas. A educação que a Extensão provê é do tipo dinâmico, ajustando-se aos anseios e necessidades da família, os quais, sem dúvida, variam de comunidade para comunidade e, mesmo, de um ano para outro. Os Extensionistas não permanecem no escritório à espera do agricultor ou da dona de casa; ao contrário, vão à propriedade ao lar rural e valem-se das situações reais para ensinar-lhes a resolver os seus problemas. A Extensão é, ainda, caracterizada pelo cuidadoso preparo de seus Agentes, os quais aprendem a empregar métodos adequados e eficientes, assim como a selecionar informações úteis e práticas capazes de levar a família rural a melhorar os seus processos de trabalho, hábitos, conhecimentos e habilidades, tornando-a, afinal, mais apta para a luta pela vida. (ABCAR, 1964, II, p.8).

Mas se a princípio a escola não era o local adequado, mais do que a definição do espaço das reuniões estava a preocupação em se garantir um “ambiente sadio”. Este foi perseguido pela Extensão Rural como forma de assegurar tanto a legitimidade desse trabalho, como para apresentar a visão de mundo pretendida para os jovens e seus pais. Os promotores do extensionismo acreditavam que se demonstrassem que as reuniões e os demais eventos dos clubes aconteciam em locais “adequados” e por meio de uma organização considerada benéfica aos seus participantes, isso levaria ao crescimento do trabalho. Ao defenderem a valorização da ciência, da técnica e de princípios que valorizassem o respeito ao lar, à família, a Deus, à comunidade e à Pátria, julgavam que não poderia ter outra possibilidade do que o crescimento dos Clubes 4-S e assim a transformação de todo o meio rural. Sobre a dinâmica das reuniões e a forma de se chegar aos adultos para que conhecessem o trabalho dos clubes, Sebastião Pereira disse:

Uai... nós fazíamos assim, um pouco para chamar a atenção assim, qualquer coisinha tinha que inventar para trazer o “povão”. O povão que eu falo são

os mais velhos. Para os pais ir também e participar. Nós éramos o quê... Nós éramos vinte e quatro. Eram vinte e quatro e dois alunos que frequentavam esse clube. Mas então como é que nós fazíamos? Ele fazia qualquer reunião a mais, aí os pais iam. Então se eles fossem, era melhor para nós e para eles. Então fazíamos uma festinha ali, uma comemoração, uma coisa assim para falar. Aí o quê que os pais falavam? “Isso não vai dar certo”. “Não tem que dá”. Aí a gente fazia um... tinha um projeto já..., a gente mostrava para eles. Aí o quê que a gente fazia? Na hora da reunião, todo o dia que ia fazer essa reunião, levava uma folha toda montadinha assim e dava para o pai ver, ou o pai estava junto de nós, mas a gente fazia interesse do pai ir. Todas as vezes que ia fazer reunião, nós levávamos um pai. E nessas reuniões que fazíamos nós levávamos alguns que estavam participando dos 4-S e aquelas pessoas que não estavam, os mais novos, nós fazíamos eles levar. (VÍTOR, 2012).

Marisa Dulce Pereira, também apresentou opinião semelhante sobre o local da reunião:

As reuniões quase sempre eram realizadas na casa dos jovens. Cada reunião era na casa de um jovem. Por quê? Para a família conhecer o trabalho; ver qual era a nossa atitude em relação aos jovens; o quê que eles deveriam fazer; quais seriam as responsabilidades deles e dos pais também. Então as reuniões quase sempre aconteciam na casa dos jovens ou então nas escolas, nas pequenas escolas rurais que existiam na época ou nas capelas, então muitas vezes já fizemos as reuniões em currais onde não tinha escola, nem centro social, nem igrejas, muitas vezes debaixo de algum..., debaixo de uma árvore, na frente da casa e nas casas muito pequenas sentávamos debaixo de uma árvore e ali mesmo fazíamos a reunião. Então de início os jovens teriam que escolher uma diretoria para o grupo, quer dizer com o objetivo de dar a eles uma noção cívica, de cidadania. Então eles se reuniam, discutiam. Nós explicávamos para eles a importância de ter uma direção no grupo e eles é... Fazíamos a eleição secreta com votação e eles eram animadíssimos. Na hora da eleição escondiam para fazer o voto e elegiam uma diretoria com presidente, vice-presidente, secretária, tesoureiro e repórter. Eram os cargos que tinham na época. Isso depois da gente explicar para eles tudo o que era o clube 4-S, o que significava essas letras, os 4-S, e de ter o apoio deles. E antes eles assinavam também um termo de participação que os pais também assinavam para liberar o jovem do trabalho. As reuniões quase sempre aconteciam no sábado porque o sábado era o dia em que eles não trabalhavam no campo ou então domingo. Mas quase sempre sábado e muitas vezes os pais, os outros onde não estava sendo realizada a reunião vinham participar da reunião também e aí então [era] formado o grupo e a gente passava a orientá-los qual seriam as atividades deles no grupo. (PEREIRA, 2012).

Em relação aos programas que os clubes deviam seguir, havia a sugestão que esses nascessem da interação entre Supervisores e os sócios quatroessistas. Áurea Helena defendia que quanto maior fosse a participação dos sócios e supervisores, menores seriam as dificuldades na execução do trabalho. Além disso, dizia que:

O programa precisa ser rico em atividades sócio-recreativas e educativas para favorecer a aquisição de experiências novas, pois quanto maior for a

experiência adquirida, mais fácil será a solução de problemas. Este é justamente o tipo de cidadãos que desejamos ter em nossas comunidades, cidadãos experientes, capazes de pensar com clareza e encontrar soluções para seus problemas. (UREMG, 1961, p.9).

O Programa do clube era constituído pelos projetos individuais que os sócios desenvolviam nas propriedades de seus pais e pelas atividades extraprojetos que se dirigiam no geral, às comunidades. Essas atividades cumpriram aquilo que os jovens procuravam nos grupos, ou seja, “atividades que lhes norteiam a vida”. Seriam compostas por campanhas, piqueniques, jogos recreativos, participação ativa em festas religiosas ou obras de caridade, realização dos projetos, excursões educativas, palestras e discussões em grupos de temas educativos, convenções, exposições, acampamentos e teatros. (UREMG, 1961, p.10-15).

As atividades extraprojetos criam condições para a socialização que o adolescente busca na vida em grupo. Ajuda-o a adquirir maneiras corteses, espírito de cooperação; fornece matéria para as discussões em reuniões, tão importantes no processo de interação dos elementos no grupo. Proporciona-lhes recreação sadia. (UREMG, 1961, p.12).

O jornal *O Trevo* apresentou uma série de elementos morais e cívicos em suas páginas. Sendo o principal veículo impresso de comunicação entre os quatroessistas e destes com suas comunidades, em suas páginas houve a prescrição de um conjunto de práticas em relação a esses aspectos. Uma das seções mais recorrentes desse periódico foi a seção intitulada *Sociais*. Nela informava datas como batizados, aniversários, noivados, casamentos, falecimentos, festas, excursões, premiações e todo e qualquer tipo de eventos que envolviam os sócios quatroessistas e seus familiares. Eram pequenas referências que geralmente apresentavam o nome do sócio ou do seu familiar, o município em que morava e o nome do seu clube, seguido da breve descrição do fato relatado. Semelhante a essa seção havia a *Repórter 4-S Informa*. Nela os repórteres quatroessistas enviavam notas sobre os clubes dos quais eram integrantes, desde uma festa para arrecadar fundos ou a participação em eventos tais como encontros municipais, regionais, estaduais ou nacionais dos Clubes 4-S. Havia também uma seção denominada *Conversando com os leitores*. Esta era direcionada aos quatroessistas e era assinada pelos redatores do jornal, que geralmente eram os próprios especialistas em Clubes 4-S. Conseguimos localizar em edições diferentes os nomes dos seguintes responsáveis pelo *O Trevo*: Roberto Nunes Machado, Áurea Helena, Dilma Passos, Auckje Mary Werkema e Marisa Dulce Pereira. Esta seção geralmente era como uma palavra de incentivo ou de cobrança aos sócios dos clubes, ora felicitando-os por algum prêmio ou realização de evento, ora cobrando uma participação mais efetiva. Um exemplo desse tipo de mensagem foi o texto que comentava que havia chegado o dia da abertura da Primeira

Concentração Estadual de Clubes 4-S de Minas Gerais. O que a princípio seria apenas uma divulgação de evento quatroessista, apresenta por sua vez uma preocupação moral e comportamental esperada para os sócios dos clubes de Minas Gerais.

Participem de todas as atividades programadas, tirando delas o melhor proveito. Mostrem que os Quatroessistas são organizados. Andem sempre na hora certa. Estejam sempre bem alinhados. Procurem sempre responder a todos com um sorriso. Digam a quem perguntar que faz um quatroessista em seu Clube. Agora um pedido final: façam os quatroessistas de outros estados sentirem-se como se estivessem em suas casas. Lembrem-se que eles são nossos convidados e devem ter uma ótima impressão de todos vocês. Façam tudo pelo sucesso da Concentração. (O TREVO, maio/jun/1962, p.2)

Nessa mesma seção *Conversando com os Leitores*, Marisa Dulce Pereira visava motivar os quatroessistas para aumentarem o número de sócios:

O trabalho com a juventude rural através dos Clubes 4-S vem aumentando muito, tanto em Minas Gerais, como nos outros Estados do Brasil. Existem em Minas aproximadamente 300 Clubes 4-S, com cerca de 6000 jovens rurais. Este número é ainda muito pequeno, comparando-se ao número de jovens existentes em nosso Estado. Muitas pessoas ainda não sabem o que é Clube 4-S e o que fazem os quatroessistas. Vocês, como sócios de Clube 4-S tem por obrigação divulgar a ideia. (...) Vocês já fazem alguma coisa para isso. Por exemplo: as exposições, convenções, palestras, entrevistas que realizam, divulgam este trabalho. Este jornalzinho, O Trevo, também divulga seus trabalhos. Vocês podem ainda fazer mais. (O TREVO, dez/1965, p.2)

Com essa mesma postura Marisa Dulce destacava a importância de crescimento dos Clubes 4-S para atendimento à “imensa juventude rural mineira”. Dizia que era uma época em que os Clubes 4-S de Minas Gerais estavam reorganizando-se ou novos estavam sendo organizados, porém que os quatroessistas

poderiam fazer um movimento em seus clubes, para aumentar o número de quatroessistas. Muitos clubes 4-S estão com um número muito pequeno de sócios. Isto torna o Clube desanimado, e os sócios perdem o entusiasmo para o trabalho. (O TREVO, maio/1966, p.2)⁷⁵.

Essa seção também tinha uma função instrutiva do tipo de “reportagem” que os editores esperavam receber, pois essas teriam a função didática sobre os leitores, bem como os procedimentos que os “repórteres” deviam ter ao entrevistar os sócios:

Procurem entrevistar os sócios classificados nos primeiros lugares de cada projeto. Perguntem como eles se sentem com o prêmio. Em quanto ficaram os projetos. Se acharam difícil a execução dos mesmos. Quando essas

⁷⁵ Se por um lado Marisa Dulce citou o número reduzido de quatroessistas em alguns clubes, na edição de julho de 1966 disse que havia crescido o número de Clubes 4-S no período e que tal fato inviabilizava a publicação de todas as notícias que chegavam a redação do jornal.

entrevistas forem publicadas, servirão de exemplo para muitos outros quatroessistas. (O TREVO, abr/1963, p.2)

Uma das estratégias utilizadas pelos editores de *O Trevo* para transmitir mensagens de cunho moral e cívico era a associação de algumas datas comemorativas com os preceitos a serem divulgados. A edição de número 17, por exemplo, trazia em sua capa um texto em tom laudatório à memória de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. No mesmo número constava texto (um causo) em tom moralista sobre o dia primeiro de abril no interior, data atribuída ao Dia da Mentira. Neste causo, há uma espécie de distinção entre os moradores das cidades e do interior, como se estes últimos, pelo fato de viver nesse meio, não poderiam repetir os vícios que seriam típicos para o meio urbano. Assim promoviam a visão de que as pessoas residentes no campo eram mais “puras”, mais honestas, mais “verdadeiras” do que aquelas residentes no meio urbano. Moralmente visava mostrar às crianças que a mentira, qualquer que fosse, só fazia mal e que esta não condizia com os homens e mulheres do meio rural, local de honestidade e trabalho, como era propagado pelo extensionismo. (O TREVO, abr/1959, p.3). Temas religiosos também se fizeram presentes. Para os católicos, o mês de maio é tradicionalmente associado à Virgem Maria. Em *O Trevo* isso não passou despercebido. A capa da edição de número 18 destacava que o mês de maio apresentava um “friozinho característico, bem como as suas manhãs claras”. Mas dentro de uma postura prescritiva para os jovens quatroessistas enfatizava que maio é o mês da Virgem, das meninas coroadas, o mês das mães, das grinaldas e flores de laranjeiras. (O TREVO, maio/1959, p.1). Assim destacava alguns aspectos que se esperavam das jovens quatroessistas, ou seja, a religiosidade expressa na participação nas solenidades de Coroação à Nossa Senhora, bem como valores relacionados ao casamento e à maternidade. Conforme já citamos nesse trabalho, esperava-se dos jovens quatroessistas que aprendessem a servir a Deus, à Pátria, à família, à comunidade e ao Clube 4-S. Portanto, nada mais “natural” do que a valorização de aspectos relacionados à religiosidade e família.

Ao ser questionada sobre dificuldades observadas com o trabalho de organização dos Clubes 4-S, Marisa Dulce Pereira relatou que em determinadas regiões os moradores chegavam a estranhar que uma moça e um homem não casados saíssem sozinhos de jipe pelo interior. Comentou também que os extensionistas eram avaliados quanto ao vestuário e ao comportamento, principalmente em comunidades com determinada religião. Para essa ex-coordenadora do trabalho com os jovens rurais, saber o tipo de religião que predominava em cada comunidade era condição fundamental também para que a filosofia quatroessista fosse

aplicada. Entretanto, mesmo se valendo de princípios religiosos para se aproximar dos jovens, os extensionistas envolvidos com o trabalho dos clubes procuraram deixar claro que esse trabalho estava além dessas diferenças. Ao mesmo tempo, ressaltavam que o principal objetivo era ajudar, servir à comunidade. Para isso, as diferenças religiosas foram colocadas como de menor importância. Como foi observado em todo o processo da entrevista que realizamos, a depoente apresentou um discurso estruturado e que repetia informações que encontramos em outras fontes. Pareceu-nos que a ex-coordenadora sabia muito bem o que queria dizer e que principalmente não queria entrar em temas polêmicos, passando de um assunto a outro com facilidade, dentro daquilo que julgamos já pretendia nos informar. Questionada sobre o que poderia comentar a respeito de dificuldades envolvendo a religiosidade dos moradores do campo, relatou que:

Eu trabalhei em uma comunidade em que eles eram evangélicos. Então havia algumas coisas que nós não podíamos [falar, fazer] para eles porque sabíamos que não iam ser aceitas. Então eu ia com muito cuidado principalmente porque não era a minha religião. Mas onde eram católicos também tinha que observar os preceitos. E tinha lugar até que eles não gostavam que fizessem reunião na própria igreja inicialmente, nas capelas como na casa de oração. No período que eu trabalhei lá nunca foi permitido que a gente fizesse reunião na casa de oração. A gente fazia reunião na casa do jovem que era ao lado da casa de oração onde eles eram os responsáveis pela guarda da casa, mas a gente nunca foi na casa de oração. Fazíamos a reunião ou no terreiro ou então na casa deles se o tempo tivesse bom. Teve comunidade que preferia que a gente fizesse as reuniões na escola do que na capela. Mas em muitas comunidades fizemos na capela e depois na época das festas - às vezes tinham até missa onde a comunidade era católica - convidavam o padre que antes fazia uma missa e comemorava os dias dos santos e os jovens. O clube participava da vida da comunidade. Então eles participavam de todas as festas e ajudavam. Se era o tempo da festa do padroeiro os jovens trabalhavam na barraquinha. Além do projeto individual que cada jovem tinha, eles participavam do projeto comunitário do clube. O clube todo estudava a situação da comunidade. Eles discutiam para ver qual que era o maior problema da comunidade e depois - em contato com os outros grupos dos homens, das mulheres, - a comunidade se reunia e muitas vezes os jovens faziam os projetos comunitários de construção de escola, de arborização da comunidade, de, enfim... eles estudavam os problemas que tinham e procuravam trabalhar para resolver esses problemas. Para tal eles organizavam festas, barraquinhas, leilões, rifas, toda forma de conseguir recurso... Para concluir esses projetos comunitários foram feitos *muitos* projetos, *muitos* projetos comunitários, escolas construídas pelos jovens e ... enfim eles procuravam solucionar algum problema maior. Melhoramento de estradas, eles iam às autoridades para pedir às vezes máquinas, para arrumar as estradas, enfim, e equipamento, posto de saúde, um trabalho que eles fizeram muito foi de posto, de construção de posto de saúde na comunidade. Então tudo isso era uma forma deles crescerem também. (PEREIRA, 2012).

Segundo a depoente, a comunidade de Divisório, no qual trabalhou no município de Muriaé, era formada pela maioria de evangélicos, apesar de ter alguns católicos e ressaltou: “felizmente nunca tivemos problemas porque nós nunca entrávamos nessa questão e então eles se respeitavam”. Terminou essa parte da entrevista sendo enfática ao afirmar que os extensionistas trabalharam com jovens que eram católicos, espíritas, protestantes, mas que ela nunca teve problemas nesse sentido. (PEREIRA, 2012).

Esse tipo de argumento foi explorado por Auckje Mary Werkema em outra entrevista. Abordada sobre problemas envolvendo o tema religião ela relatou-nos que:

Não havia grupos religiosos no campo. O pároco ia até as comunidades rurais de vez em quando para celebrar, mas o meio rural era *muito isolado*, *muito isolado* realmente. Alguns padres eram meio contra o programa de extensão. Então a gente tinha que trabalhar muito com eles, porque eles pensavam que isso iria introduzir valores errados na cabeça dos jovens, que eles iam ficar contra os pais, que eles iam ficar desobedientes. Outros padres já tinham uma visão mais ampla, por exemplo, esses que apoiavam o trabalho da gente levar vacinação, falavam com o pessoal: “trás as crianças”. Esse era bom, quer dizer que ele o pessoal seguia, então a gente tinha que trabalhar com eles. Eu me lembro que quando saiu o negócio de controle da natalidade, muitas secretarias de saúde começaram com o programa de distribuição da pílula de controle da natalidade, mas logo em termos de programa nós tivemos uma conversa assim ao pé do ouvido: “Não trata disso no campo, porque se houver, aí a igreja, os padres vão ficar, completamente contra, então vamos ficar neutros com referência a este programa do centro de saúde, por causa disso”. Podemos dizer: “Olha eu vou dizer o seguinte: Vai ao centro de saúde, vai lá, faz um esforço, vai lá e conversa com a enfermeira, faz uma consulta, a senhora tem todo o direito”. Quer dizer, não breicar. Elas entendiam. Nós tínhamos que ter muito *tato*, para manter boas relações com os padres, mas eles iam aos encerramentos dos cursos, nas exposições, eles eram convidados, eram líderes, então eles iam. Era bom para eles também, porque dava uma penetração no meio rural. (WERKEMA, 2012).

Mas se as duas entrevistadas, por um lado pretenderam acentuar o distanciamento da Extensão Rural das questões religiosas, por outro, fica evidenciado em suas falas a preocupação com uma moral do trabalho, que tentava evitar choque com os padrões religiosos das comunidades envolvidas. Esta moral estava relacionada tanto às práticas profissionais das funcionárias da ACAR-MG, quanto às mulheres do meio rural.

A edição de número 19 de *O Trevo* destacava o mês de junho e as suas festas de São João. Reforçava a importância dos quatroessistas na participação nessas festas, bem como da necessidade em manter a tradição. Na seção intitulada *Brincadeiras* constou uma trova que apresenta o tom caricatural que o homem do campo muitas vezes foi visto, seja em termos da sua forma de falar, como do modo de vestir:

BOMBINHAS E BUSCAPÉS

Dos crube 4-S
Lá pras banda do Sapé
Us brotou feis us cunvite
Pra nois í nu arrasta-pé

Lá cheganu nois intrô
Numa dança bem tocada
Inté nois fizemu parti
Da quadria intusiasmada.

Qui povada mais traquina!
Êta gente qui é lampêra!
Nestas feista junina
Ficam legre e fuguetêra.

Cus vistidinho di panu
Fita i sartu artu inté,
Tôdas mucinha curria
Das bombinha i buscapé.

Cumpadre Chico, té logo,
Inguliu munto quentão,
I cheganu cá pra pertu,
Foi só danu safanão.

Uns tiru quais qui vieru!
Mais lá tava sô Gerardu,
Qui chamo uns home fardadu,
Me falô: assim num queru!

(O TREVO, jun/1959, p.8).

A edição de número 27 destacava a nova capital do Brasil – Brasília - que havia sido inaugurada em 21 de abril de 1960, sendo presidente da República o mineiro Juscelino Kubitschek. Para os redatores de *O Trevo*, o fato de estar localizada no interior do País, seria alvissareiro para todos, mas principalmente para os quatroessistas, pois o progresso chegaria por meio da interligação do interior através de estradas asfaltadas.

É uma cidade moderna e muito bonita, o mais importante, porém é que ela fica no interior, no sertão e será ligada a todas as partes do país por estradas asfaltadas. Isso significa progresso, riqueza e esperança. Esperança para todos os brasileiros, mas esperança, sobretudo para você, quatroessista, que será o fazendeiro de amanhã. (O TREVO, maio/1960, p.3).

Nas páginas de *O Trevo* buscou-se destacar datas que foram alçadas às posições de destaque em nossa história. A comemoração pela Independência do Brasil também não

passou despercebida. Tal postura seguia a forma como a história era ensinada em nosso país, ou seja, valorizando datas como as efemérides. Além de descrever o Sete de Setembro, essa data também servia para que os quatroessistas participassem de eventos como os desfiles em torno das comemorações pelo Dia da Pátria, como mostra a figura 11. Vários clubes de diferentes regiões de Minas Gerais participaram de tais eventos. Um exemplo foi apresentado na edição de número 99 que informou que os sócios do Clube 4-S Tebano, do município de Leopoldina, foram convidados pelo prefeito municipal para participar do desfile do dia da Independência. “Todos compareceram uniformizados. O Clube 4-S já tem a sua bandeira, que foi carregada pelo presidente”. (O TREVO, set/1967, p.1). Ressaltamos que as prefeituras e a ACAR-MG eram parceiras com o objetivo de levarem assistência técnica ao homem do campo. A participação de um dos principais programas da Extensão Rural em eventos como esses, mas também em outros como os do Dia da Árvore, era uma forma de reforçar tal parceria e promover ambas instituições. Por meio dos Clubes 4-S as prefeituras e a ACAR-MG apresentavam as suas atividades para as comunidades.

FIGURA 11 – Desfile de membros de Clubes 4-S de Santos Dumont em evento comemorativo ao Dia da Pátria ocorrido em Juiz de Fora – Minas Gerais. Data não identificada.



ACERVO: Centro de Documentação da EMATER-MG.

Verificamos que a atuação dos Clubes 4-S nesses eventos ocorreu no sentido de destacá-los como momentos chaves da nossa história, como o exemplo do Dia da Independência, conforme sinalizaram as fontes consultadas do período pesquisado. Entretanto, para que a “independência” fosse realmente obtida, seriam necessárias ações como as que os quatroessistas desempenhavam. A capa do número 30 destacou esse fato com as seguintes palavras:

Você, quatroessista, pode contribuir para o engrandecimento de nossa pátria, esforçando-se para melhorar a sua comunidade. O Brasil é formado de grandes cidades e de lugares pequeninos como o que você mora, jovem do 4-S. Enquanto o progresso não chegar a todos os recantos, o Brasil não será o grande País sonhado pelos homens da Independência. (O TREVO, set/1960, p.1).

A ideia de “Brasil Potência” foi durante o período do chamado “Milagre Econômico” (1969-1973), levado ao extremo por meio da conjunção do crescimento dos investimentos estrangeiros e nacionais, com a intensificação da propaganda ufanista. Essa ideia de um “grande país”, entretanto, já estava presente nos Clubes 4-S, anterior a esse período. Cabe ressaltar que isso era uma tônica de todos os discursos desenvolvimentistas, incluindo aqueles de grupos políticos associados a um pensamento de esquerda e progressista, desde meados da década de 1940, como o PCB e o PTB, por exemplo. Nas referências às comemorações cívicas ou às mensagens pontuais, a ideia de “um país que vai para frente”⁷⁶ por meio de uma juventude ordeira, pacífica, trabalhadora esteve presente nas páginas das publicações oficiais sobre a Extensão Rural e os Clubes 4-S. A partir do número 45 *O Trevo* começou a publicar breves histórias sobre líderes de Clubes 4-S dando ênfase àqueles que contribuíram para os propósitos quatroessistas de “progredir sempre”. Conforme já abordamos, os líderes de Clubes 4-S eram pessoas que se destacavam nas comunidades. Podiam ser desde professoras e produtores rurais, até mesmo integrantes dos clubes ou qualquer outra pessoa que demonstrasse interesse em organizar e motivar os jovens rurais a se envolverem com a filosofia de ação quatroessista. A primeira líder focalizada foi Maria Gomes, sócia-líder do Clube 4-S Boa Esperança, de Córrego Alegre, município de Ubá. Enfatizou que ela se destacou perante os outros sócios e sempre buscava aprender coisas novas para ensinar aos seus companheiros. Assim, os supervisores da ACAR-MG não

⁷⁶ *Os Incríveis*, grupo musical brasileiro das décadas de 1960 e 1970, gravaram em 1976 um compacto em vinil de 33 rotações por minuto, intitulado “Trabalho e paz”: de mãos dadas é mais fácil, pela gravadora RCA Victor. O compacto continha quatro canções que tinham como títulos: Marcas do que se foi, Pindorama, Este é o meu Brasil, *Este é um país que vai pra frente*. Elas expressavam muito do sentimento ufanista que a propaganda do Regime Militar quis desenvolver no Brasil.

tiveram dúvidas em dar-lhe maiores responsabilidades. Em 1961 foi campeã de liderança em Clubes 4-S. “Reconhecendo publicamente o trabalho patriótico e desinteressado dessa jovem, *O Trevo* escolheu Maria a líder do mês. Que seu exemplo seja imitado, para o progresso dos 4-S, de Minas e do Brasil”. (O TREVO, out/1962, p.1). Nesse mesmo número constou a transcrição de uma carta datada de 30 de setembro de 1962, de Miguel Murta, Supervisor da ACAR-MG, aos integrantes do Clube 4-S Boa Esperança, de Viçosa. Na correspondência, o antigo supervisor comentava a sua saída da ACAR-MG e sua transferência para uma fazenda em Teófilo Otoni, onde dizia que passaria a “brincar com bezerros, cavalos e vacas”. É possível perceber um tom emotivo na carta, além da crença do ex-supervisor no papel que caberia aos jovens rurais no desenvolvimento do País:

Prezados quatroessistas, ao deixá-los faço mais um apelo: Não se desanimem e façam de seu clube o mais animado e trabalhador de nossa terra. É de vocês, jovens, que depende o progresso de nosso querido Brasil. Não só de Mané Garrincha ou um Pelé, que fazem um país famoso. Uma juventude ativa e bem entusiasmada também pode fazer brilhar uma grande nação. (Idem, p.4).

Outros líderes rurais foram destacados nas páginas de *O Trevo*. A figura 12 é um exemplo de como os líderes eram destacados nesse periódico. Além de geralmente apresentar uma foto, o texto apresentava uma breve biografia do líder do clube, com destaque para as suas principais ações para o desenvolvimento do meio rural. Por intermédio dessa prática, buscou-se apresentar uma seleção dos melhores exemplos a serem copiados além de ser mais um tipo de “premiação” presente na estrutura do trabalho dos clubes. O tom apresentado em todos os números que consultamos foi de ressaltar que eram pessoas que se desprendiam de interesses particulares e se envolviam nas questões da comunidade, com o foco de solucionarem problemas comuns.

FIGURA – 12 – Capa da edição de *O Trevo*, edição de número 81, de março de 1966 destacando Líder do Mês.



ACERVO: Centro de Documentação da EMATER-MG. Pr.04, Cx.27, Doc.17 – MFN 622.

Tudo indica que esse tipo de postura para com os líderes e sócios quatroessistas esteve também presente em outros clubes de diferentes países. Na capa da edição de número 64 foi publicada a conclusão das avaliações feitas pelos líderes e sócios participantes do Intercâmbio Interestadual e Internacional de jovens rurais do Brasil, do Chile e do Uruguai, realizado em julho de 1964. O documento intitulado “Como a comunidade pode cooperar no

desenvolvimento do trabalho com a Juventude Rural” destacava as semelhanças de interesses entre os clubes de jovens rurais desses três países:

Para que nós, jovens, possamos seguir por um caminho de prosperidade e assim ser, no futuro, pilas defensoras dos interesses do nosso povo, necessitamos da compreensão e cooperação dos adultos.

Somos nós os soldados da terra, mas se não contarmos com as armas do trabalho, seremos derrotados na mais triste das batalhas, que é a de não podermos progredir o nosso povo.

Nossos Clubes, no Brasil, no Chile ou no Uruguai, realizam projetos de agricultores, como plantio de milho híbrido, de trigo, de mamona, de batata-inglesa, etc.; projetos de criação de animais, como coelhos, suínos, gado leiteiro, aves, etc.; projetos de indústrias caseiras, de economia doméstica, tais como alimentação, melhoramento do lar, vestuário, etc.

Realizamos convenções, excursões, viagens de intercâmbios, campanhas em benefício da comunidade e outras atividades que servem para o nosso desenvolvimento.(...)

Precisamos do apoio dos Bancos, Caixas Econômicas, organizações ou firmas particulares para financiamento de nossos projetos. (...)

Precisamos do comércio, da indústria, de comitês de extensão para nos darem ajuda financeira. (...)

Precisamos da ajuda técnica e educacional por parte dos extensionistas, médicos, veterinários, nossos líderes adultos e de todos aqueles que tenham algo para nos ensinar. (O TREVO, ago/set/1964, p.1).

Em *O Trevo*, número 95, foi reproduzido o texto intitulado “Líderes Rurais”, publicado originalmente no jornal *A Cidade*, de Viçosa, edição de número 144. Mais do que expor uma visão sobre esses, o texto apresenta a crença no papel que caberia à juventude na construção de um futuro marcado pela harmonia social e pela dedicação ao trabalho para o bem do País.

Não sei de coisa mais importante dos que as atividades dos jovens. Sinceros, impetuosos, são uma força a ser respeitada ou temida. Prefiro respeitá-los. Quando esses jovens, brincando de gente grande, se organizam em grupos e desenvolvem atividades rurais, dá gosto de vê-los e é envaidecedor admirá-los. Foi essa a vaidade que experimentei ao assistir ao encerramento da 1ª Convenção de Líderes de Clubes 4-S, da região de Ponte Nova, realizada na Universidade Rural.

Meia centena de jovens, mais ou menos, entre 12 e 16 anos, numa exibição de traquejo, desenvoltura, encerraram trabalhos da 1ª Convenção de Líderes (...).

Vejo agora com prazer imenso que as cidades já vão às roças para ajudar o nosso campônio a viver. A melhorar sua condição de vida e de trabalho. Valorizando a pessoa humilde do trabalhador rural, dando-lhe condições melhores para explorar a terra.

É a ACAR assumindo a liderança revolucionária e profundamente humana de levar a técnica para o trabalho do homem e conquistar a confiança do lavrador, cativando os jovens, ensinando os jovens a se organizarem em grupos. (...) Esses moços e moças da ACAR têm um tirocínio fabuloso e a capacidade poderosa de se tornar um igual, seja ele que asfalto for, da cidade à capital; junto ao lavrador, é um igual. Quase que com o mesmo

linguajar, sabendo e discutindo sobre todas as dificuldades, conhecendo e ponderando sobre todas as vantagens (...).

(...) Que Deus os conserve no caminho certo, explorando a terra com o orgulho e a vaidade justos por serem o motivo da nossa fé na juventude e esperança no milagre que eles realizam no campo. (O TREVO, maio/1967, p.1)

Também o Dia dos Pais, o Dia das Crianças, o Dia do Professor não foram esquecidos pelas páginas de *O Trevo*. Mesmo não sendo o trabalho de Extensão Rural e nele o dos Clubes 4-S diretamente relacionados com as escolas, muitos professores rurais, tinham influências em suas comunidades e tornaram-se incentivadores do trabalho com os jovens quatroessistas. Assim foram destacados, principalmente aquilo que os promotores dos clubes acreditavam que havia de similaridade entre o sistema escolar e a Extensão. As homenagens nas páginas de *O Trevo* aos “mestres” era uma forma de homenagear os líderes de Clubes 4-S, que já eram professores ou tornar-se-iam, devido a incentivos recebidos pelos órgãos promotores do trabalho com a juventude rural que concediam prêmios tais como bolsas de estudos para os jovens. Tanto o papel desempenhado pelos líderes rurais, quanto pelos professores foram encarados como uma missão e ambos segundo o discurso oficial, contribuiriam para o desenvolvimento e progresso do País. Na capa da edição de número 77 foi publicado um texto em homenagem aos professores com destaque à missão que cabia a cada um:

“Ide e ensinai”, falou Jesus dando aos apóstolos a nobre missão de ensinar. Antes de Jesus, desde os primeiros tempos do mundo, muitos nobres foram os mestres que se dedicaram a ensinar. (...) É do professor que recebemos o saber. É ele que nos transmite os ensinamentos que necessitamos para enfrentar a vida com as suas lutas de todo dia. É com ele que aprendemos a maioria de nossas tradições, o sentimento de civismo que nos faz conhecer, respeitar e amar a nossa pátria. (...) O professor é um exemplo, é uma luz a nos iluminar o caminho. (...) No Brasil as glórias do professor são festejadas no dia 15 de outubro. Nossas homenagens sinceras, pois, ao mestre, este herói anônimo que todos os dias batalha por um homem melhor, por uma pátria melhor, por uma vida mais feliz para todas as crianças que amanhã serão os cidadãos, os dirigentes e os donos o Brasil!. (O TREVO, nov/1965, p.1).

A capa da edição de número 88 também apresentou uma homenagem aos professores com ênfase na busca destes pela transformação da sociedade através das crianças e jovens:

Também nós, os quatroessistas, estamos associados a todas as manifestações de honra aos professores no Brasil inteiro. Particularmente, queremos dirigir aos professores rurais, estes incansáveis auxiliares de nossos pais na tarefa de educar. Eles estão semeando nos corações e nas inteligências da infância as primeiras sementes de bondade e do saber. À

frente dos Clubes 4-S, eles estão lutando pela formação da juventude rural, transformando-a numa juventude ativa e lutadora. (O TREVO, out/1966, p.1).

Mas se por um lado havia a convicção expressa desse caráter laudatório aos professores, também os quatroessistas encontraram mecanismos para apresentarem suas reivindicações em relação àquilo que pretendiam para a educação no meio rural e que estava em consonância com os propósitos defendidos pela Extensão Rural. A edição de número 111 de *O Trevo* noticiou que o Ministro da Agricultura, Ivo Arzua, convidou os sócios de Clubes 4-S para que representassem a juventude rural na reunião preparatória do III Congresso Nacional da Agropecuária, realizada em Niterói. Mas se nas prescrições para os quatroessistas havia elementos que objetivavam formar uma juventude afastada das questões políticas, os dados expressos nessa citação do periódico juvenil demonstraram o contrário. Os jovens apresentaram o documento “Contribuição dos Clubes 4-S à Reunião Preparatória do III Congresso Nacional da Agropecuária” e abordaram quatro aspectos dos problemas rurais por eles enfrentados. Em relação ao ensino no meio rural sugeriram, que fosse desenvolvido esforço para melhorar o ensino com a

adaptação dos currículos das escolas rurais à realidade do próprio meio; treinamento para professorado rural, com melhor seleção dos mesmos e melhor remuneração; instalação de maior número de escolas agrícolas; fornecimento de material didático adequado, ao alcance do poder aquisitivo de mestres e alunos. (O TREVO, maio/jun/1969, p.7)

Quanto ao preparo da juventude rural, o documento sugeria que fosse intensificada uma ação no sentido de “criação de centros de treinamentos de líderes para a formação integral de jovens dinamizadores das comunidades; reforço ao Serviço de Extensão com maior número de técnicos nas equipes locais, visando à intensificação dos trabalhos com a juventude” (Idem). Os outros dois temas abordados foram sobre a produção agropastoril e sobre o cooperativismo. Assim, é possível afirmar que para os responsáveis pela elaboração desse documento, não bastava apenas a tão apregoada defesa da técnica para a transformação do campo. Para esses jovens, seriam necessárias também alterações da ordem política, mesmo que nesse caso fosse apenas em relação à política educacional.

Os textos de caráter laudatório a determinadas profissões, como a de professores, agrônomos, veterinários, zootecnistas ou técnicos agrícolas, conforme demonstra o anexo 3, buscava além de reforçar a defesa de uma “missão” que estes carregariam, incentivar os jovens dos Clubes 4-S para que buscassem a formação nessas áreas para que assim contribuíssem ainda mais com o futuro do País. A concessão de bolsas de estudos para jovens

integrantes dos Clubes 4-S foi uma das principais formas de incentivo a esse trabalho capitalizado tanto pelo CEC 4-S de Minas Gerais, quanto pelo CNC 4-S. Na capa da edição de número 108 de *O Trevo* há um texto que é uma clara demonstração do objetivo em se formar quadros técnicos para as atividades agrícolas. Disposto em destaque na primeira página, o texto procurava incentivar os jovens rurais para que estudassem em colégios, ginásios agrícolas ou escolas de economia doméstica após terminarem o curso primário. Ressaltava que em Minas Gerais existiam diversos ginásios, colégios agrícolas e universidades que formariam profissionais que seriam fundamentais ao desenvolvimento de qualquer nação.

Sabemos perfeitamente que a agricultura e a pecuária no Brasil só poderão elevar-se e elevar os que dela dependem se, realmente, adotarmos técnicas racionais, o que só poderá ser conseguido com um estudo mais profundo, que deverá iniciar em ginásios e colégios agrícolas terminando nas universidades. (...) As profissões ligadas aos meios agrícola e pecuário são muito necessárias e, antes de tudo, um verdadeiro sacerdócio, pois só se trabalha para o bem do próximo, para um Brasil maior e melhor. (O TREVO, nov/dez/1968, p.1).

Em *Educação para o Desenvolvimento*, livro coordenado por Humberto Bastos, reuniu-se vários autores que participaram do Seminário de mesmo título e que foi organizado pelo Centro de Cultura Econômica, pelo “Diário de Notícias” e pela Universidade de Cultura Popular, em 1966. O seminário teve a participação de Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto de Oliveira Campos, Mem de Sá, Raymundo Moniz de Aragão, Edmundo Macedo Soares e Silva, Paulo de Assis Ribeiro, Eudes Souza Leão Pinto, João Gonçalves de Souza, Mário Henrique Simonsen, Joaquim Faria Góis Filho, Álvaro Neiva, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Aldo Xavier da Silva e Humberto Bastos. No evento, políticos, técnicos e professores procuraram discutir o tema educação como chave para se alcançar o desenvolvimento. Para isso defendiam investimentos na área com ênfase ao ensino técnico. Um exemplo do exposto anteriormente e em consonância com práticas e objetivos nos Clubes 4-S foi a fala do Ministro da Fazenda Octávio Gouveia de Bulhões que enfatizou que no Brasil havia uma carência em relação ao ensino técnico. Segundo Bulhões, por aqui “desprezou-se o ensino da pesquisa e da técnica e dos conhecimentos elementares da profissão nas fábricas e nos campos”. Defende ardorosamente o ensino técnico, pois este, na sua opinião, contribuiria com o civismo. Para o ministro “somente poderemos alcançar a democracia quando tivermos arraigada educação cívica”. Além de reforçar a valorização da produtividade dizendo que esta deveria se amparar em conhecimentos técnicos, na experiência e na consciência para não se desperdiçar esforços, termina sua exposição defendendo que “a educação técnica não se

limita ao ensino por meio de aulas, mas, também, faz-se presente no próprio processo do trabalho, imprimindo-lhe meios de eficiência, que podem ser ampliados até à educação cívica”. (BASTOS, 1966, p.14). Na mesma direção do exposto pelo Ministro da Fazenda, o Presidente do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA e professor da Universidade Rural de Pernambuco, Eudes de Souza Leão Pinto, afirmou que o setor rural brasileiro necessitava sobretudo de formação técnica e que o INDA e o Ministério da Agricultura já haviam iniciado campanha para despertar nos jovens a vocação das atividades inerentes ao meio rural com a concessão de bolsas para estudantes para escolas secundárias, ginásios e colégios. (BASTOS, 1966, p.85). A título de exemplo, poderíamos citar a fala de João Gonçalves de Souza que, sobre a responsabilidade da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE na preparação da juventude para o trabalho, afirmou que a instituição juntamente com a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR “realizou convênios com Escolas de Agronomia da região para instituição de bolsas de estudo, propiciando condições para melhorar o nível de formação de técnicos em Agronomia”. (BASTOS, 1966, p.99). Como citamos anteriormente, a preocupação em conceder bolsas de estudos para os quatroessistas também esteve no horizonte de ações do CNC 4-S.

Nos programas dos clubes havia um conjunto de eventos e momentos distintos nos quais os jovens rurais eram submetidos aos ensinamentos quatroessistas. Nas páginas do jornal *O Trevo* foi possível verificar muitas vezes apenas uma breve descrição de tais eventos que aconteciam em diferentes clubes do estado de Minas Gerais. Mas mesmo nessas descrições o tom moral e cívico conferido às prescrições das práticas quatroessistas era enfatizado. O destaque em afirmar que os jovens se encontravam para uma forma considerada sadia de entretenimento esteve presente em suas páginas. A edição de número 24 informava que o clube 4-S Progressista de Laginha, município de Malacacheta organizava as chamadas “domingadas”, festas para arrecadação de renda e nos quais “os jovens têm a oportunidade de se encontrarem para algumas horas de sadio entretenimento”. (O TREVO, nov/1959, p.3).

As festas, aliás, não serviam apenas para os clubes arrecadarem recursos financeiros. Mais do que angariar fundos, elas tiveram papel de destaque no processo de formação pretendido para os jovens, de acordo com aquilo que consideravam um divertimento ou recreação sadia. Para os promotores do trabalho quatroessista seria natural o jovem se juntar aos seus pares para se divertir. Nesse sentido, para eles nada mais do que normal e ao mesmo tempo fundamental que os 4-S também tivessem essa forma de reunião em suas práticas. A seção *Conversando com os Leitores*, da edição de número 53, apresentou

texto adaptado pela especialista em Clubes 4-S, Dilma Passos, a partir do original de Gerônimo Chaves do ETA, intitulado: “As festas são importantes”. Nele há uma valorização da festa como elemento catalisador aos clubes, principalmente aquelas tradicionalmente associadas ao meio rural e conhecidas como festas juninas em homenagens aos santos católicos: São João, São Pedro e Santo Antônio.

Festa não é luxo de rico, não. Ela é necessária a todos os que trabalham, a todos os que estudam; é necessária ao velho, à criança e àqueles que estão na idade madura. (...) A vida é muito dura, às vezes, e o corpo cansa, a cabeça cansa também. Para o cansaço do corpo nós temos o repouso, mas para o cansaço do espírito só mesmo uma festa. (...) Organizem no seu Clube uma festa para você. Façam comissões: para convidar e receber as pessoas; comissão de enfeite, comissão para arranjar a música, comissão para providenciar a comida, e também uma comissão para a fogueira. (O TREVO, jun/1963, p.2).

Piqueniques e excursões em outras cidades foram algumas das práticas desenvolvidas para os quatroessistas. Muitas vezes eram passeios com o intuito de conhecer o trabalho desenvolvido por um outro clube ou até mesmo para incentivar aqueles que estavam em fase de organização. Por meio dessas atividades buscava-se fazer a troca de experiências de jovens de diferentes regiões de Minas. Além dos aspectos mais relacionados à parte prática do trabalho dos quatroessistas, eles também tinham momentos nesses eventos para que conhecessem pontos turísticos das cidades visitadas. Na edição de número 50 de *O Ruralista* foi também destacado uma dessas excursões que apareceram também em vários números de *O Trevo*. Em nota que destacava uma “época de grande desenvolvimento na zona rural quanto urbana”, dizia que os jovens estavam a receber atenção especial de várias entidades, dentre elas a ACAR-MG obtendo assim “grande desenvolvimento econômico e social”. Segundo a nota do jornal uma mostra de um evento que contribui para esses propósitos foi a excursão dos jovens do Clube 4-S Esperança do Brasil, da comunidade de Macacos, município de Carvalhópolis ao município de Poços de Caldas.

A excursão teve também caráter recreativo, pois visitaram os pontos pitorescos da cidade, onde os excursionistas puderam ter contato com a natureza.

Desta maneira, acreditamos que os sócios dos Clubes 4-S e demais participantes da excursão tiraram realmente proveito, pois o que foi visto é realmente educativo. (O RURALISTA, 2ª quinzena nov/1966, p.7).

Ao se referir aos “demais participantes da excursão” faz menção aos pais dos quatroessistas que também estiveram presentes no evento. Apesar de não localizarmos referências à presença de pais em outras excursões supomos que isso tenha acontecido, até mesmo como uma maneira de acompanhamento aos seus filhos. Obviamente que em alguma

medida tal participação tenha influenciado esses pais. Como já dissemos um dos objetivos dos Clubes 4-S era também chegar aos adultos, fazendo com que esses também adotassem os ensinamentos considerados modernos para a vida rural.

Os piqueniques aconteciam geralmente no mesmo município onde os integrantes dos clubes se reuniam. Tratava-se de momentos nos quais os jovens podiam também trocar experiências e aprimorar os valores morais que se buscavam alcançar junto a eles. Com o título “Pique-nique em Coroados”, no número 16 de *O Trevo* havia referência à organização do piquenique pelos sócios do Clube 4-S Doutor Antônio Bastos Garcia, da Comunidade de Coroados, em Campo Belo. “Um piquenique de vez em quando é uma boa maneira de se divertir num ambiente sadio e em boa companhia. A gente tem a oportunidade de estar com os amigos, de brincar à vontade. Além disso, quando vem a fome sempre há muita coisa gostosa para se comer...” (O TREVO, mar/1959, p.6). Aliás, a preocupação com um tipo de alimentação destinada aos sócios quatroessistas apareceu nos projetos de Economia Doméstica, via principalmente os folhetos instrucionais que consultamos. Jovens fortes, com corpos considerados sadios, aptos para o trabalho e que assim contribuiriam para o bem das suas comunidades e da Pátria estavam entre os objetivos a serem alcançados através da constituição de hábitos alimentares considerados adequados para os jovens. Mesmo sendo os projetos de Alimentação um daqueles que faziam parte dos ensinamentos de Economia Doméstica, destinada às meninas dos clubes, obviamente que os seus resultados eram esperados para todos os sócios, familiares e comunidades rurais. Nos folhetos constavam instruções sobre a melhor escolha dos alimentos, formas de prepará-los, as maneiras de servi-los e a época adequada para cada tipo. Tudo isso dentro de uma postura que buscava apresentar tal forma como sendo a mais racional, produtiva e econômica para todos os moradores do campo. Nos folhetos apareciam instruções do tipo passo a passo, muitas vezes com ilustrações que procuravam chamar as quatroessistas para a tarefa a ser desenvolvida. O Sumário do folheto (ACAR, 1958, p.1) no item referente à Alimentação⁷⁷ é um dos exemplos sobre o que expomos anteriormente, pois sugerem alguns tipos de alimentos bem como a forma de melhor prepará-los:

Vamos preparar alimentos gostosos?
O leite
Refrescos de leite
Refresco de mamão
Ovo
Ovos cozidos

⁷⁷ Consultar também sobre item Alimentação em Projetos de Economia Doméstica da ACAR-MG para Clubes 4-S os folhetos: (SILVA et al, fev/1968) e (STEINER et al, ago/1968).

Ovos recheados
Ovos mexidos.

A preocupação em apresentar os supostos resultados das prescrições para os quatroessistas se fez presente nas publicações que consultamos. Na edição de número 48 de *O Trevo*, uma quatroessista da região de Machado, cidade do sul de Minas Gerais, enfatizava as mudanças que obteve em relação aos hábitos alimentares por meio dos ensinamentos conseguidos através do seu clube:

Já sei que a gente precisa comer certas coisas, o que antes achava que faziam mal.
Agora, eu já como, e faço para meus irmãozinhos, salada de frutas. Misturo: manga, banana, laranja, mamão e abacaxi, e como sem medo.
É muito bom para a saúde. Já sei que precisamos beber muito leite e comer ovos e verduras. Ensino o que aprendo até para gente grande. (O TREVO, jan/1963, p.3).

Havia também a preocupação com o “vestir bem” e esta começava com as prescrições dirigidas aos próprios extensionistas da ACAR-MG. Nos cursos denominados de *Pré-Serviço* realizados no Centro de Ensino de Extensão – CEE da UREMG em Viçosa, os futuros profissionais tomavam conhecimento da filosofia extensionista. Depois de terem um estágio em um Escritório Local, iniciavam os trabalhos. Durante a preparação do futuro profissional da ACAR-MG havia a preocupação com a forma em que estes iriam se apresentar diante das comunidades rurais. As Supervisoras Domésticas desempenhavam funções relacionadas à administração e melhoramento do lar, saúde e higiene, alimentação e vestuário, algumas das áreas principais de atuação da Economia Doméstica, entendida como sendo a “arte e ciência de bem dirigir e orientar o lar” (ACAR, folder, 1958). Existiam indicações tanto das técnicas para confeccionar as peças de roupas, dos considerados melhores locais para seu acondicionamento e também das prescrições das formas de se vestir consideradas adequadas para cada ocasião. Nestes casos poderiam ser indicações do vestuário relacionadas às condições do tempo, seja frio, chuva, sol, calor (STEINER, s.d), ou aqueles dirigidos para o trabalho no campo ou na cidade, ou para ir à igreja, às festas e reuniões, para praticar atividades esportivas ou até mesmo para dormir. Um exemplo do que citamos é o item *Recomendações para uma boa aparência nas horas de trabalho* localizado em um folheto instrucional da ACAR-MG dirigido ao treinamento das Supervisoras Domésticas. Na busca de se obter uma maior descrição das profissionais da ACAR-MG e que assim não entrasse em conflito com valores considerados aceitos pela sociedade, haviam prescrições relacionadas à aparência do tipo *use* e *não use*. Para o trabalho na cidade, por exemplo, determinava:

Use:

Conjunto saia e casaquinho.

Saia e blusa.

Vestido chemisier ou outro estilo simples.

Sapatos de saltos médios (confortáveis).

Meias (se o clima permitir).

Cabelos simples ou naturais.

Pintura leve.

Adornos discretos.

Em cursos de treinamento use roupas simples e confortáveis. (STEINER, ago/1967, p.10-11).

Para aquilo que não era considerado adequado, ordenava:

Não use:

Saia justa.

Blusa transparente.

Decote grande.

Vestido cavado.

Vestido ou blusa modelando o corpo.

Sapatos de salto alto.

Sandália tipo chinelo.

Cabelos presos, com rolinhos ou lenço amarrado em cima.

Penteados sofisticados.

Pintura exagerada.

Calça comprida.

Adornos exagerados.

Roupas amarrotadas.

Anágua aparecendo. (Idem, p.12).

Conforme observamos, as prescrições relacionadas à aparência e ao vestuário eram dirigidas aos funcionários da ACAR-MG e depois por estes aos líderes rurais e jovens dos clubes. A apresentação visual dos extensionistas para seu público-alvo era uma maneira de incutir nos jovens a utilização de um vestuário considerado adequado em termos estéticos e morais segundo a concepção de juventude para a época. Esperava-se que as comunidades fossem influenciadas pelos exemplos juvenis e que assim mudassem seus hábitos construindo uma imagem de “pureza”, condizente com o trabalho e a valorização de uma das máximas quatroessistas, ou seja, o servir a Deus, à Pátria e à Família. O tipo de vestuário assim carregava forte cunho moral e religioso e esteve também no horizonte das orientações extensionistas para os integrantes dos Clubes 4-S.

Conforme já comentamos, o jornal *O Trevo* dirigia-se aos sócios dos clubes. Porém, em suas páginas constavam indicações relacionadas à alimentação, vestuário, comportamento e formas de lazer para atingir toda a comunidade rural. A extensionista da

ACAR-MG, Zélia Steiner, especialista em Vestuário, indicou como as “mocinhas” deviam escolher a melhor cor para suas vestimentas. Em um texto publicado em *O Trevo* de número 103, intitulado “Como as cores podem fazer algo por você”, escreveu:

A maior parte das mocinhas pode usar muitas diferentes cores, mas somente duas ou três farão este ‘algo’ especial por você.

Sua pele, cabelos, olhos, tamanho e personalidade usualmente determinam quais são essas poucas cores favoráveis. Sua família e suas amigas podem ajudá-la a escolher e decidir quais são as melhores cores favoráveis ao seu tipo.

Um meio para decidir é colocar em volta do pescoço fazendas de várias cores e olhar num espelho para ver e observar o resultado.

Decida quais suas características (compleição, cabelos, olhos), quais são as mais atrativas. Selecione as cores que façam realçar estas principais características, que você queira dar destaque.

A moda está sempre lançando novidades e atualmente explorando o contraste de cores. Você deve seguir a moda, mas aproveitando o que ela oferece para realçar o que você deseja destacar na sua figura. Não use, porém, cores que prejudiquem a beleza de seus olhos, de sua pele ou, enfim, que não combinem com sua personalidade.

As mocinhas esbeltas fazem bem explorando as cores brilhantes e luminosas.

As gordas parecem ver-se melhor em cores neutras, matizes escuros e uma só cor, usando cores vivas e luminosas apenas nos detalhes.

Explore as cores com vantagens para você. (O TREVO, jan/fev/1968, p.7).

É possível inferir que esse tipo de escolha de cores e tudo aquilo relacionado à aparência e vestuário desejado para os jovens rurais, estava de forma implícita a dialogar com as transformações observadas nas formas de vestir de parcelas de jovens urbanos, que caracterizaram o final da década de 1960. Referimo-nos, por exemplo, ao movimento hippie. Ao propor um estilo de vida diferente daquela de seus pais e sintetizada na expressão “Paz e Amor”, estes jovens buscavam romper com os padrões de comportamento esperados para as novas gerações. Pretendiam construir a chamada “Sociedade Alternativa”, pois contrária à sociedade herdada dos mais velhos. Para BRANDÃO e DUARTE (2004), o rompimento dos jovens com a cultura dos adultos, mesmo tendo sido iniciada anteriormente, foi materializada em meados da década de 1960. Segundo esses autores “a juventude de classe média começava a postular ideias e conduzir-se de modo totalmente oposto aos valores apregoados por uma sociedade moralista, racista, consumista e tecnocrata”. (BRANDÃO e DUARTE, 2004, p.59). Nesse cenário, muitos jovens passaram a acreditar na construção de um “paraíso aqui e agora” onde o “cair fora” do mundo materialista e racional seria a primeira e principal medida para a realização da utopia. Entretanto, mesmo pregando o desapego aos bens materiais e à necessidade de uma maior aproximação com a natureza e com formas mais simples de viver, os *hippies* acabaram sendo absorvidos pelo mercado. Produtos relacionados

a uma suposta roupa, música e artesanato *hippies* passaram a ser disponibilizados e consumidos por pessoas de diferentes origens e faixas etárias. Mas foi evidentemente o público juvenil aquele que foi mais impactado por essa estética, mesmo quando não vivendo nas chamadas comunidades *hippies*. Nesse sentido, julgamos que o estilo contestador expresso principalmente pela psicodelia das suas roupas tenha sido uma das dimensões que as prescrições para o meio rural sobre a escolha das “cores adequadas” buscou combater. Reputamos, que os promotores dos Clubes 4-S, consideravam as novas formas do jovem se comportar frente à sociedade elementos prejudiciais à juventude que buscavam formar, em consonância com os valores morais desejados para o meio rural. O vestuário considerado adequado para os jovens rurais seria também associado às condições básicas para se obter maior produtividade, seja nas atividades do lar, na lavoura ou na pecuária. Portanto, havia uma moral do trabalho relacionada ao vestuário e aparência dos jovens rurais.

Segundo a edição de *O Trevo* de número 81, os Clubes 4-S de Corinto realizaram um “desfile educativo de Vestuário” como forma de apresentarem os trabalhos de Economia Doméstica:

A frequência foi grande! O povo comentou com entusiasmo o desenvolvimento social da juventude rural e a boa vontade dos pais, que não pouparam esforço para vestirem convenientemente suas filhas para o desfile. Despertou também, em algumas pessoas, o desejo de realizarem o mesmo desfile com moças da cidade, para orientar o povo na maneira correta de se vestir. O desfile foi realizado na sede social do Clube Recreativo Ferroviário de Corinto. (...). O nome “Noite do Contraste” é devido à apresentação do vestuário errado e em seguida o certo”. (O TREVO, mar/1966, p.3-4).

Neste exemplo específico percebemos que ao usar da estratégia de contrapor formas consideradas corretas das incorretas de se vestir, os promotores do desfile visavam divulgar os projetos de vestuário e incutir junto aos jovens, seus familiares e comunidade rural, o que se esperava acerca do vestuário do povo, nitidamente em um tom moralista. O anexo 4 apresenta a transcrição completa da narrativa do desfile presente na edição citada de *O Trevo*. Consideramos que o desfile tenha sido um momento no qual buscou-se sensibilizar as pessoas sobre o tipo de vestuário desejado para cada situação proposta para os munícipes de Corinto. Os aspectos moralizantes em se tratando dos Projetos de Vestuário dirigiam-se para todos os quatroessistas de Minas, quiçá do Brasil, pois estavam em consonância com os valores defendidos pela Extensão Rural desde a preparação de seus profissionais até o contato com as comunidades rurais.

3.1 - Os Clubes 4-S durante os anos iniciais da Ditadura Militar no Brasil

Entre 1964 e 1970 ocorreram alguns dos principais acontecimentos envolvendo quatroessistas em âmbito nacional. Referimo-nos por exemplo as Convenções Nacionais realizadas no Rio de Janeiro, mas também aos outros eventos que tentavam dar maior publicidade ao movimento de Clubes 4-S no Brasil, como encontros com autoridades para entrega de premiação ou assinaturas de convênios para apoios financeiros aos diversos projetos quatroessistas. Em todos eles os quatroessistas mineiros e extensionistas da ACAR-MG tiveram papel de destaque, muito devido à experiência mineira em organização e pioneirismo em tudo aquilo que se tratou sobre os 4-S. Conforme citamos no capítulo 2 o ano de 1962 marcou para os quatroessistas mineiros a organização da Primeira Concentração Estadual de Clubes 4-S. O evento mineiro foi considerado um “grande sucesso” pelos seus promotores e seu exemplo foi copiado para a organização de um evento nesses moldes em âmbito nacional. Mas uma reunião de clubes em termos nacionais só foi possível após 1964. Naquele ano foi fundado no Rio de Janeiro o Comitê Nacional de Clubes 4-S – CNC 4-S, que reunia organizações particulares e públicas que se prestavam a colaborar com o desenvolvimento do trabalho com a juventude rural. No horizonte do CNC 4-S estava a organização de eventos que congregassem os jovens rurais do Brasil a fim de divulgar seus trabalhos e assim promover ainda mais os clubes perante a opinião pública.

A edição de número 18 de *O Ruralista* anunciava a realização da Primeira Convenção Nacional e a expectativa em torno desse evento:

Quatroessistas terão na Guanabara sua Primeira Convenção Nacional – a Primeira Convenção Nacional de Clubes 4-S tem como objetivo oferecer aos participantes oportunidades educacionais nos aspectos técnico, social e cívico. Visa também aos jovens, oportunidades de confraternização com os sócios e líderes voluntários dos Clubes do Brasil e de seus congêneres da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. (O RURALISTA, jun/1965, p.3).

A Primeira Convenção Nacional de Clubes 4-S do Brasil realizou-se entre 12 e 15 de julho de 1965 e foi organizada pelo CNC 4-S. Teve como coordenadora Terezinha Mariz⁷⁸, que exercia o cargo de secretária da Diretoria do CNC 4-S. Contou com a cooperação da ABCAR, do Programa Interamericano para a Juventude Rural (PIJR), além de outras entidades. Participaram cerca de cento e cinquenta pessoas entre sócios de Clubes 4-S,

⁷⁸ Segundo a edição 94 de *O Trevo*, Terezinha Mariz foi fundamental para que a Comissão Filatélica do Departamento dos Correios e Telégrafos aprovasse a emissão selo oficial comemorativo ao Dia Nacional de Clubes 4-S em 1967. Ela era casada com o diplomata Vasco Mariz e ambos, segundo essa edição iriam passar longa temporada nos Estados Unidos, pois seu marido iria representar o Governo Brasileiro na Organização dos Estados Americanos – OEA. (O TREVO, abr/1967, p.1 e 2).

líderes e extensionistas de onze estados brasileiros, além de representantes de clubes de cinco países americanos: Uruguai (Movimiento de La Juventud Agrária), Paraguai (Clubes 4-C), Chile (Clubes 4-C), Argentina (Clubes 4-A) e Estados Unidos, pelos Voluntários da Paz, EFYE's (International Farm Youth Exchange) e sócios de Clubes 4-H.

Os clubes 4-S de Minas Gerais foram representados pelos seguintes sócios: Divina de Souza Franco – Clube 4-S Bela Vista, de Campestre; Mary Márcia Catta Preta – Clube 4-S Juventude Moderna, de Teófilo Otoni; Adilson Costa Chaves – Clube 4-S São Sebastião, de Curvelo; Darcy Antônio Ferreira – Clube 4-S Arthur Bernardes, de São Miguel do Anta. Pelos líderes: Iraci Pena – Clube João XXIII, de Teixeiras; Márcio de Paula Reis – Clube 4-S Chico Francisco, de Rio Pomba. Participaram ainda os seguintes funcionários da ACAR: Dr. Roberto Nunes Machado, Marisa Dulce Pereira, Rosa Amélia Gazzinelli, da Divisão de Clubes 4-S, Patrícia Cloherty, líder dos Voluntários da Paz de Minas, Dr. Sílvio Magalhães de Carvalho, da Divisão de Informação e Nelson São José, supervisor do Escritório Local de Teixeiras. (...) A Convenção teve como objetivo comemorar o Dia Nacional de Clubes 4-S (Dia 15 de julho), oferecer aos participantes oportunidades educacionais nos aspectos técnico, social e cívico, dar oportunidade de confraternização entre os sócios e líderes de vários Estados e países. Ofereceu ainda oportunidades de contato direto dos patrocinadores com jovens rurais, além da divulgação da ideia e das atividades de Clubes 4-S. (O TREVO, ago/1965, p.1-5).

O tema central da Convenção foi *Saber mais para melhor Servir o Brasil* e as atividades foram realizadas nas dependências do Colégio Batista⁷⁹, na Tijuca. As sessões solenes de abertura e encerramento ocorreram no salão do Ministério da Educação e Cultura e contaram com a presença de várias autoridades, inclusive Ministros de Estado. Houve hasteamento das bandeiras do Brasil e dos Clubes 4-S, horas recreativas, jantar de confraternização entre os participantes e patrocinadores. Foi realizada ainda uma excursão cívica e recreativa pelos principais pontos turísticos do Rio de Janeiro. Encerrando a excursão, os sócios dos 4-S, representados pela Presidente da Convenção depositaram uma coroa de flores no monumento aos brasileiros mortos durante a Segunda Guerra Mundial, homenageando aqueles que lutaram na Europa contra as tropas nazi-fascistas conforme apresenta a figura 13. Presentes em outros momentos da nossa história, incluindo períodos democráticos e ditatoriais, esse tipo de prática fazia parte de uma tradição que buscava valorizar e propagar o sentimento cívico e nacionalista. Homenagens àqueles que “tombaram na defesa da pátria” ocorreram em outros momentos para além do regime militar instaurado a

⁷⁹ Julgamos que a realização desse evento neste colégio fundado por missionários batistas norte-americanos no início do século 20 não tenha sido casual. O Colégio Batista do Rio de Janeiro havia sido projetado para ser uma espécie de “espelho” para as demais unidades batistas no Brasil. O atrelamento entre a “escolha” do local da Convenção e o ideário extensionista para os jovens rurais condizentes com a visão de mundo norte-americana requer, por outro lado, uma investigação mais precisa. Para conhecer mais sobre os batistas no Brasil, ver: MESQUITA, 1940.

partir de 1964 e claramente tiveram uma posição de firmar uma determinada memória sobre acontecimentos em nosso país⁸⁰.

Segundo uma das extensionistas que entrevistamos a relação entre funcionários da ACAR-MG e da ABCAR, bem como das outras filiadas do Sistema de Extensão Rural, foi marcada por tensões com os membros do governo durante os períodos iniciais da Ditadura Militar no país. Auckje Mary Werkema, que também participou do planejamento e da organização da Primeira Convenção de Clubes 4-S, nos disse:

Quando planejamos a atividade cívica, porque toda Convenção deveria ter uma atividade cívica, eu sugeri: “Nós vamos fazer uma visita ao *Túmulo do Soldado Desconhecido no Aterro do Flamengo*. [riso] Vamos colocar umas coroas lá no monumento. Vamos convidar as autoridades, que muitas serão militares, mas esta vai ser a atividade cívica da Convenção”. Foi uma saída, não foi? Porque ninguém naquela convenção ia dar medalha para nenhuma daquelas autoridades militares. Eu falei: “Por cima do meu cadáver, ninguém põe medalha no peito deles não”. Estavam lá, tanto que a abertura foi lá no Ministério da Educação e o Ministro da Educação naquela época era o Ney Braga, que já foi militar e está muito ligado aos militares, então ele não vai receber medalha não. Só vamos agradecer demais. Vai haver todo tipo de agradecimento e tudo mais, mas o Trevo de Ouro dos 4-S não vai ficar no peito desses militares. (WERKEMA, 2012).

FIGURA 13 – Homenagem aos soldados mortos na Segunda Guerra Mundial, realizada no Rio de Janeiro por ocasião da Primeira Convenção Nacional de Clubes 4-S do Brasil – julho de 1965.



ACERVO: Centro de Documentação da EMATER-MG.

⁸⁰ Um exemplo desse tipo de prática foi destacado por MOTTA (2002), ao tratar do combate ao comunismo no Brasil, principalmente após a tentativa de levante comunista de 1935. O autor salientou que em 1938 foi encomendado pelo governo e inaugurado em 1940 no cemitério São João Batista no Rio de Janeiro um memorial aos mortos pelo lado oficial. “Era ao pé do monumento que as autoridades se reuniam para discursar, prantear os mortos e fazer as regulares profissões de fé anticomunista. (...). Entre os anos de 1940 e 1970, quando foi mais intenso o empenho anticomunista das autoridades e dos grandes veículos de comunicação (em comparação com o período posterior), o monumento certamente era bem conhecido do público instruído”. (MOTTA, 2002, p.116-117).

Em relação à organização dos preparativos do evento e a desconfiança inicial dos militares sobre o trabalho com a juventude rural, comentou⁸¹:

Pronto, agora chegou a hora de realizarmos um encontro de nível nacional. Já existia um Comitê Nacional de Apoio aos Clubes 4-S, nos mesmos moldes do Comitê Estadual em Belo Horizonte. Financiavam também várias atividades e materiais para uso dos programas estaduais. Agora, colocando estas iniciativas no contexto político do Brasil daquela época, era uma iniciativa de muita *coragem*, o regime político *era ditadura para valer*. Quando nós falávamos: “Vamos expandir o trabalho com jovens em todo Brasil, vamos diversificar, vamos democratizar”, os militares no poder ficavam assim de olho, de orelha em pé. Eu recebi visita de um oficial do Exército no Escritório da ABCAR no Rio de Janeiro. Ele disse: “Esse é um trabalho maravilhoso que vocês estão fazendo com a juventude rural. Nós queremos ter mais informações sobre este programa”. Eu disse: “Está tudo aqui, os documentos todos, informações sobre o programa que está em andamento, está tudo disponível ao senhor toda informação que nós temos”. “E no Nordeste, como é o programa?” “No nordeste as filiadas da ABCAR tem realizado muito trabalho com jovens. Nós temos sempre o cuidado de avisar para os nossos funcionários e técnicos que nada neste programa pode ter uma coloração política. Tem que ser ao máximo possível independente do que possa haver de ação política no interior do Nordeste, porque não queremos que isso venha prejudicar um trabalho válido e importante”. “Isso mesmo”. Aí eu dei um golpe que eu confesso, foi um golpe meio sujo. Falei: “Além do mais, Coronel Fulano, isso é uma cópia muito aproximada de um trabalho realizado nos EUA”. (WERKEMA, 2012).

Para WERKEMA (2012) no lugar de considerar uma mera cópia, seria preferível dizer que houve uma “inspiração no modelo norte-americano”. Isso teria causado uma tensão entre o ideal de Extensão Rural baseado nos Estados Unidos e a necessidade constante de adaptá-lo às condições políticas e culturais mineiras e brasileiras. Consideramos que esse fato, entretanto, não exclui a nítida ancoragem entre a Extensão Rural em Minas Gerais com a doutrina norte-americana em jogo a partir do final da década de 1940. O que estava em jogo não era uma simples inspiração e sim um modelo de desenvolvimento para o meio rural sintonizado com a visão de mundo capitalista defendida e propagada pelos Estados Unidos no contexto do pós Segunda Guerra. Se, por um lado, a depoente rebateu veementemente as críticas de uma suposta cópia, ela mesma afirmou que usou desse artifício para convencer os militares sobre a importância do trabalho com a juventude rural. Poderíamos afirmar que se baseou na lógica em voga na época, que defendia que “o que é bom os Estados Unidos é bom para o Brasil”, frase de Juracy Montenegro Magalhães, embaixador brasileiro naquele país, nomeado no governo Castelo Branco. Na mesma entrevista nos disse:

⁸¹ Na fala da entrevistada o ano da ocorrência da Primeira Convenção foi 1966. Seguimos a referência que encontramos nas edições de *O Trevo* e *O Ruralista* que esta teria ocorrido em 1965. Em 1966 aconteceu a Segunda Convenção de Clubes 4-S.

Acabei de falar que eu não acreditava nesta ideia de “cópia”, mas usei este argumento para não deixar que uma repressão militar viesse a prejudicar nosso trabalho com os jovens rurais. “Ah! É baseado num programa dos EUA?” Falei: “É. Lá existe um programa de Extensão Rural com assistência aos Clubes 4-H”. - Olha só que golpe para defender o programa. - Essa foi a única vez na minha vida que eu falei que nosso trabalho com a juventude rural era “cópia” do programa dos EUA. Ele ficou todo “aceso”, e eu falei: “O senhor não conhece nosso programa com os jovens rurais? Seria interessante o senhor, que é das Forças Armadas conhecer e visitar este programa de grande importância para o Brasil, pois o apoio de vocês seria uma grande ajuda”. “Claro, nós vamos apoiar”. Então ele me convidou para dar aula para os oficiais do exército em cursos intensivos no Forte do Leme, no Rio de Janeiro. (WERKEMA, 2012).

A entrevistada buscou destacar o seu protagonismo em distanciar-se do alinhamento com o regime: “*Por cima do meu cadáver, ninguém põe medalha no peito deles não*” e também o de convencer o oficial do Exército da importância do trabalho com os jovens rurais: “*olha só que golpe para defender o programa*”. Pareceu-nos nitidamente que pretendia firmar uma posição defensiva sobre a relação entre Clubes 4-S e os anos iniciais da Ditadura Militar no Brasil. Obviamente que isso é parte do exercício em selecionar aquilo que lhe interessa ou que lhe tem significado no momento em que refaz um caminho para a retomada da memória. Após o fim da Ditadura Militar no Brasil, as críticas às torturas, à censura e à falta de liberdade daqueles anos, foram mais incisivas. Consideramos que muitos daqueles que viveram os chamados “anos de chumbo”, mesmo quando favoráveis ao governo principalmente acerca do seu ideário desenvolvimentista e “mantenedor da ordem”, foram tocados de alguma maneira por essa “revisão da história”. Assim, hoje negam ou minimizam a influência sobre suas vidas pessoais e profissionais. Cabe destacar que não só Auckje Werkema, mas também Marisa Dulce, ao comentar sobre aqueles anos, demarcaram opiniões que visaram suavizar uma possível similitude entre o trabalho destinado aos jovens rurais por meio dos Clubes 4-S e as expectativas do Governo em relação à juventude.

Marisa Dulce Pereira, sobre o período da Ditadura Militar e a relação com o trabalho de Extensão junto à Juventude Rural, comentou:

Realmente *houve...* é claro que houve muita pressão nessa época. Inclusive foi um período em que eu..., eu..., - eu agora mais tarde analisando - eu vejo que naquela época *todo trabalho* que era feito com o jovem sofreu uma baixa. Grupos que existiam, não na Extensão, mas grupos fora, até grupos de escoteiros, grupos da igreja aquelas JEC, JOC, JUC, eu acho que todo esse tipo de trabalho da mesma forma o trabalho com o Clube 4-S também. Eu mesma fui chamada para ir *prestar...* declaração no DOPS em sala fechada com tudo *gravado* porque... era muito visado o trabalho com jovem principalmente porque o jovem era mais dinâmico, era mais ativo e... então, acho que houve realmente uma, mas, assim não - não chegou a... a... a prejudicar propriamente não. Tinha alguns lugares a gente ouvia às vezes

um técnico falava: “olha, nós tivemos... foi... tivemos uma entrevista, um chamado ou foi alguém reconhecer que queria conhecer o trabalho no campo”. Mas assim eu acho que não chegou a esse ponto de - de prejudicar não, *sabe*. (PEREIRA, 2012).

As duas entrevistadas concordaram que houve “suspeitas” dos militares do que se tratava realmente os Clubes 4-S. Entretanto, depois que foram “esclarecidos” não teria havido interferências que chegaram a influenciar o trabalho com os jovens. Mas, se os militares supostamente não interferiram e prejudicaram o trabalho com os Clubes 4-S, conforme defenderam as entrevistadas, isso não excluiu a presença de membros do Governo em eventos, cerimônias e outras estratégias para divulgação das atividades da juventude rural. Nossa pesquisa demonstrou que os 4-S não foram uma “ilha isolada” em meio ao contexto político social brasileiro do período estudado.

Retomando a questão sobre ser o modelo de Extensão Rural adotado no Brasil e consequentemente de organização da juventude rural uma cópia dos norte-americanos, WERKEMA (2012) afirmou que muitas críticas foram feitas inclusive por alguns funcionários da ACAR-MG ou ABCAR. Na entrevista destacou sua opinião contrária a essa visão. Foi nítida a sua ênfase conferida à determinadas palavras, expressões ou frases, conforme demonstramos no trecho a seguir em *itálico*:

*Eu não creio que o Programa de Extensão Rural no Brasil tenha sido uma cópia direta do programa dos Estados Unidos. Eu fui aos Estados Unidos em 1963, e tive a oportunidade de visitar e observar vários locais e níveis do programa de Extensão Rural lá. Para começar, quando eles dizem que era uma cópia fiel, claro que não era, porque o mesmo foi adaptado ao Brasil. Nos EUA todo o trabalho de Extensão Rural se baseava sobre sólida liderança comunitária voluntária e cooperativismo. Os técnicos raramente iam até uma comunidade tratar diretamente com o agricultor e sua família. Tudo que eles faziam era através de uma infraestrutura educativa, de liderança voluntária, de crédito e de cooperativismo rural – ou seja – uma estrutura que já estava toda montada. Como é que a gente tinha isso no Brasil nos anos cinquenta e sessenta? Jamais. O que valeu nesse programa é que ele se adaptou as condições, quer dizer, *preliminares*, as condições *reais de Minas Gerais*. Então nós, extensionistas, tratávamos diretamente com o agricultor, com a dona de casa e com os jovens rurais. Isso para mim já *definitivamente* diz que não era uma cópia do programa nos EUA. Quem disse isso é que não conheceu o programa nos EUA. A Extensão Rural se expandiu no Brasil, adaptado às nossa realidade e aquilo que não servia para nós, era “*tchau*” e “*benção*”. Eu acho que os técnicos e administradores que implantaram esse programa naquela época não eram meros copiadores. Eu acho que eles eram *inteligentes*. Eu era bastante politizada já naquela época e se eu visse que fosse uma coisa assim, uma coisa *vazia*, puramente para botar no relatório e que fosse igual ao programa de Extensão Rural dos EUA, eu não sei se eu permaneceria nesta Organização; eu procuraria um programa mais autêntico. (WERKEMA, 2012).*

Percebe-se assim que o discurso extensionista sobre os Clubes 4-S se valeu de argumentos “pró-militares” para dar continuidade ao trabalho que como já observamos, mantinha desde suas origens uma conotação moral e cívica que o chamado Regime de 1964 veio reforçar. Alguns extensionistas teriam se valido, portanto, de estratégias variadas para garantir a continuidade dos trabalhos quatroessistas sem uma interferência direta de elementos políticos, numa clara alusão à suposta neutralidade da filosofia extensionista que tanto preconizavam e acreditavam ter.

A edição de número 20 de *O Ruralista* também destacou a Primeira Convenção Nacional de Clubes 4-S e afirmou que os participantes representaram quatorze estados brasileiros (Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Espírito Santo, Bahia, Rio de Janeiro, Goiás, Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas), com seus 580 clubes e aproximadamente 12.500 sócios (O RURALISTA, ago/1965, p.3). Logo em seguida, mas sem fazer referência direta à Primeira Convenção, na edição de número 23 de *O Ruralista* constou um texto assinado pelo engenheiro agrônomo da ACAR-MG, José Sebastião da Paixão, com o título “Nos Clubes 4-S está o futuro do Brasil Rural” no qual afirmava ser a educação da juventude rural nos Clubes 4-S, a mais importante dentre todas as atividades da Extensão. Em consonância com os propósitos extensionistas salientados sobre os jovens rurais na Primeira Convenção o engenheiro agrônomo afirmou que as atividades dos Clubes 4-S tinham como objetivos:

Despertar maior interesse e gosto pela vida rural, enriquecer os jovens de conhecimentos modernos e práticos de Agricultura e Economia Doméstica. Acostumá-los a viver democraticamente, em grupos mistos, desenvolver neles o senso de responsabilidade e de iniciativa, o espírito de cooperação e a capacidade de liderança. Ao acostumar os jovens a encarar a agricultura como carreira nobre e de futuro, de Economia Doméstica como ocupação valiosa. Tornar os jovens confiantes e interessados no estudo, nas pesquisas e nos métodos científicos. Infundir no seu espírito a apreciação confiante e inteligente da natureza e seus fenômenos. Dar-lhes oportunidade de aprender a fazer, fazendo para adquirir novas experiências. Ajudar a mocidade rural e desenvolver o sentimento de confiança em si mesma e de satisfação pessoal. Abrir-lhes novos horizontes, formar hábitos saudáveis de vida e educar os adultos através dos progressos obtidos pelo trabalho consciente da juventude. Desenvolver o interesse e dar capacidade aos jovens de formar melhores e progressistas comunidades. Pôr à sua disposição meios sadios de divertimento. Treinar jovens para conquistar cedo sua independência econômica (O RURALISTA, out/1965, p.2).

Segundo José Sebastião, o desenvolvimento da liderança voluntária contribuiria também para a mudança do panorama rural e, nesse cenário, os jovens quatroessistas seriam importantes e necessários, pois:

Os líderes voluntários poderão ser selecionados entre os jovens dos Clubes 4-S, que já se acostumaram a ajudar a sua terra a progredir, tornando-se campeões da produção e introdutores de técnicas novas aprendidas com os supervisores, amantes da terra em que nasceram e dentro de curto tempo serão transformados em cidadãos de interesse, de civismo, de amor à nossa grande Pátria. (Idem).

Entre 9 e 15 de julho de 1966 aconteceram a Segunda Convenção Nacional de Clubes 4-S e o Primeiro Congresso Interamericano de Clubes Juvenis Rurais simultaneamente. Entre 13 a 24 de julho aconteceu a Conferência Interamericana de Líderes de Juventude Rural. Os eventos foram realizados nas instalações do Colégio Batista e no Hotel Glória, ambos na cidade do Rio de Janeiro. A sessão de abertura da Segunda Convenção Nacional de Clubes 4-S aconteceu no auditório do Palácio da Cultura – MEC e contou com a presença do Ministro da Agricultura, o general Ney Braga, representando o Presidente da República, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. No mês de junho daquele ano, o jornal *O Ruralista*, na edição de número 40, que teve a manchete “Congresso dos 4-S medirá extensão do progresso que jovens levam à zona rural” previa a realização dos eventos para julho de 1966. No texto de apresentação dos eventos afirmava que segundo o presidente do CNC 4-S, Francisco de Castro Neves, o trabalho associativo da juventude rural visava “dar à mocidade do campo um sentido novo de coletivismo” (O RURALISTA, 2ª quinzena jun/1966, p.2). Tendo em vista o contexto político brasileiro podemos dizer que o “coletivismo” presente na fala de Francisco de Castro Neves ia ao encontro da ideia de uma juventude unida em prol do desenvolvimento da Pátria. O “coletivismo” não teria nenhuma ligação a movimentos de transformação da estrutura agrária e sim a um sentimento de união dos jovens rurais formados em uma mentalidade pacífica, ordeira e obediente para o “bem do País”. A matéria da edição de número 44 de *O Ruralista* com o título “Educação é solução básica para os problemas da humanidade” destacou os eventos citados e chamou atenção para a fala do Ministro da Agricultura que teria enfatizado que o trabalho desenvolvido pelos clubes juvenis rurais era fundamental para o progresso e desenvolvimento do campo e melhoria das condições de vida das populações rurais. (O RURALISTA, 2ª quinzena ago/1966, p.8)⁸².

⁸² A edição 87 de *O Trevo* (set/1966) também deu ampla cobertura aos eventos realizados no Rio de Janeiro que congregou jovens e técnicos rurais de vinte países latino-americanos.

Os anos de 1967 e 1968 foram, em termos de movimentos juvenis espalhados pelo mundo, bastante frutíferos, devido às questões estudantis sobre o acesso e democratização do ensino e aos relacionados às transformações culturais típicas daquele período. Um novo jeito de ser e agir dos jovens frente às sociedades passava a incomodar cada vez mais o *status quo* e nesse cenário essa faixa etária foi considerada potencialmente revolucionária. Cinema, teatro, moda e principalmente a música apresentavam um outro modelo de jovem do que até então era observado, principalmente a partir da emergência de uma chamada “cultura jovem” consubstanciada em produtos destinados a essa faixa etária. HOBSBAWM (1998) escreveu, inclusive, que esta

tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido mais amplo de uma revolução nos modos e costumes, nos meios de gozar o lazer e nas artes comerciais, que formavam cada vez mais a atmosfera respirada por homens e mulheres urbanos. Duas de suas características são portanto relevantes. Foi ao mesmo tempo informal e antinômica, sobretudo em questões de conduta pessoal. Todo mundo tinha de “estar na sua”, com o mínimo de restrição externa, embora na prática a pressão dos pares e a moda impusessem tanta uniformidade quanto antes, pelo menos dentro dos grupos de pares e subculturas. (HOBSBAWM, 1998, p.323).

Tanto HOBSBAWM (1998) quanto BRANDÃO e DUARTE (2004) sinalizaram para a ideia de que os jovens, principalmente urbanos e escolarizados, a partir da emergência de uma “cultura jovem” materializada principalmente na década de 1960, teriam cada vez mais se manifestado abertamente com uma visão de mundo diferente dos adultos. Foi dessa época, sobretudo, que os jovens, no geral, foram caracterizados como contestadores dos costumes e da tradição. Também passaram a ser vistos, quase que de forma natural, como elementos favoráveis às inovações nas áreas sexual, comportamental e cultural. Nesse sentido o “cuidar” dos jovens como garantia do futuro da Pátria e para que não fossem envolvidos por questões consideradas potencialmente explosivas tornaram-se marcas dos discursos tomados por setores conservadores na década de 1960. Um exemplo de um tipo de jovem preconizado por esses setores pode ser aferido a partir do já citado trabalho de BRAGHINI (2010). Nele a autora demonstrou como os artigos presentes na Revista da Editora do Brasil S.A. apresentavam um modelo a ser seguido, no qual o jovem estudioso e ou trabalhador seriam responsáveis pelo engrandecimento do país. Naquele período houve inúmeros movimentos relacionados aos jovens e, claro, cada um com suas características próprias, incomodava os mais velhos, principalmente aqueles que se intitulavam detentores dos “bons costumes”. Poderíamos incluir, no caso latino-americano, a própria Revolução Cubana de 1959 que, com suas lideranças, em sua maioria na casa dos 30 anos de idade, serviram de exemplo para

movimentos políticos que questionavam a ordem estabelecida. A experiência de *Sierra Maestra*⁸³ teria influenciado muitos jovens brasileiros que passaram após 1964 a lutar contra a ditadura instaurada pelos militares. Para RIDENTI (2000) no imaginário contestador nos anos sessenta

havia exemplos vivos de povos subdesenvolvidos que se rebelavam contras as potências mundiais, construindo pela ação as circunstâncias históricas das quais deveria brotar o homem novo. Especialmente a vitória da revolução cubana, no quintal dos Estados Unidos, era uma esperança para os revolucionários na América Latina, inclusive no Brasil. (RIDENTI, 2000, p.34).

Entre 1966 e 1968 ocorreram manifestações estudantis contra a ditadura militar brasileira, apesar da repressão presente nas ruas contra qualquer tipo de contestação à ordem política. No campo cultural e político a década de 1960 representou um período de grande efervescência. No Brasil, desde 1965, ocorreu uma série de festivais da canção organizados por emissoras de televisão e que tiveram grande apelo popular. Com os festivais, novos compositores, músicas, estilos de roupa e comportamento, foram apresentados à população e influenciaram quase que imediatamente a vida dos jovens daquele período⁸⁴. O ano de 1968 talvez tenha sido o momento mais significativo daquela década, seja em termos políticos, seja em termos estéticos e comportamentais⁸⁵. Além das manifestações estudantis ocorridas no Brasil, o ano de 1968 foi profícuo nesse sentido em vários países como Estados Unidos, Inglaterra, Polônia, França e outros. A partir da Universidade de Nanterre, nos arredores de Paris, os estudantes franceses questionavam o poder instituído e as formas de ensino consideradas arcaicas e tradicionais. O slogan: “É proibido proibir” sintetizava o sentimento do que ficou conhecido como o maio francês. Barricadas foram construídas e confrontos com a polícia ocorreram durante esses eventos que acabaram por se integrar a outros movimentos contestatórios e reivindicatórios como dos trabalhadores franceses por aumento salarial e melhores condições de trabalho. Existe uma vasta publicação sobre a década de 1960 em textos jornalísticos, de memórias e estudos acadêmicos sobre esse período. Algumas dessas publicações são os trabalhos de STARLING (1986), FURTADO (1997 e 2004), TOLEDO (1997), GASPARI (2002, 2003 e 2004), FERREIRA (2003), VENTURA (2008). São estudos

⁸³ O grupo comandado por Fidel e Raul Castro, Ernesto Che Guevara, Camilo Cienfuegos, dentre outros conseguiram tomar a cidade de Havana e depor a Ditadura cubana de Fulgêncio Batista no início de 1959. No ano seguinte Cuba se aproximou da União Soviética e iniciou a tentativa de implantação da primeira experiência socialista no continente americano. Sobre a mitificação em torno da figura de Guevara ver CASTAÑEDA (2005).

⁸⁴ Sobre os festivais da canção da década de 1960 ver: NAPOLITANO (2004). Especificamente sobre as canções que se destacaram naquele período ver HOMEM DE MELLO e SEVERIANO (2006).

⁸⁵ Acerca das interpretações e memórias sobre o ano de 1968 ver AARÃO REIS F. e MORAES (1998) e VENTURA, 2008 (a) e (b).

que abordaram o contexto do golpe de 1964 no Brasil do ponto de vista político ou que remeteram às discussões artísticas e culturais da década de 1960 com destaque ao ano de 1968. Entretanto, nas fontes que consultamos sobre os Clubes 4-S e Extensão Rural, observamos um completo silêncio sobre os movimentos estudantis, as greves operárias, as Ligas Camponesas, o Golpe Militar de 1964, o Ato Institucional número 5, o movimento *hippie* e a contracultura, a contestação dos jovens norte-americanos à Guerra do Vietnã, dentre outros temas daquela década. Tudo isso não mereceu uma linha sequer nas publicações como os Relatórios, Programas, Revistas e jornais que trataram do tema dessa pesquisa. A razão para isso mereceria ainda maior aprofundamento. Porém, deduzimos que esteja em consonância com a proposta inicial da Extensão Rural de valorização da ciência, da técnica em detrimento de questões políticas, como foi anunciado desde o fim da década de 1940, quando da fundação da ACAR-MG. Obviamente que essa escolha é um ato político por si só. Ao silenciarem sobre determinadas questões, os promotores da Extensão Rural se expressavam por meio das publicações oficiais e nelas apresentavam a visão de mundo que defendiam, ou seja, uma sociedade coesa, harmônica e organizada a partir de valores considerados científicos e neutros. Além disso, os movimentos culturais da década de 1960 seriam, para os princípios extensionistas, considerados “perigosos”, pois desvirtuariam os jovens do “bom caminho” proposto pela filosofia quatroessista. Mas é provável também que em 1964 e 1968, os envolvidos diretamente em publicações como os jornais, *O Ruralista* e *O Trevo* tenham de alguma maneira sofrido algum tipo de impacto em seus trabalhos. O jornal *O Ruralista*, por exemplo, teve a sua edição de número 6 publicada com a data de primeiro a 15 de janeiro de 1964. A edição de número 7 foi publicada com a data de primeiro a 15 de julho de 1964. Houve, portanto, um intervalo de cinco meses sem nenhuma edição, fato que não foi observado em outros períodos da nossa pesquisa. Conforme já assinalamos a periodicidade era mensal ou quinzenal de *O Ruralista*. Mesmo não sendo uma publicação da ACAR-MG, este foi um canal de divulgação de muitas práticas extensionistas para o homem do campo. Nele também houve um esvaziamento das questões da política interna brasileira. Por outro lado, o perfilamento ideológico do periódico fica claro na apreensão de citações de acontecimentos internacionais que contribuía para reforçar a visão de mundo defendida pelos promotores do jornal e consequentemente dos extensionistas. Um exemplo foi a morte do presidente norte-americano John Fitzgerald Kennedy anunciada na edição de número 5 de *O Ruralista*:

A notícia da trágica morte do presidente John Kennedy foi recebida em todo o mundo com tristeza e emoção. Figura humana e excepcionalmente

simpática, respeitada e querida de toda a humanidade, o jovem presidente da grande nação americana significava para todo o mundo a garantia imperecível da paz entre os povos. O povo americano não está isolado na imensa mágoa e profunda consternação em que o envolveu o dramático e inesperado acontecimento. Todos os homens livres e todas as consciências democráticas de todas as nações prantearam também a perda irreparável. As manifestações de pesar que se sucedem em todos recantos do mundo, demonstram o quanto representava para a humanidade angustiada o mais jovem e o único presidente católico dos Estados Unidos da América do Norte. O “Ruralista” associa-se a essas manifestações de pesar e de profundo respeito à memória do grande estadista. (O RURALISTA, 1 a 15 dez/1963, p.1)

John Kennedy foi responsável pela criação dos *The Peace Corps*, que no Brasil ficaram conhecidos como os Voluntários da Paz. Estes constituíam uma entidade composta por cidadãos norte-americanos que atuavam em programas de desenvolvimento econômico e social de países da África, Ásia e América Latina. Os Voluntários da Paz atuavam em várias áreas, com destaque na educação e no desenvolvimento de técnicas agrícolas. No Brasil trabalharam junto aos Clubes 4-S. Sobre os Voluntários da Paz Auckje Werkema nos disse:

Em 1962 nós recebemos um grupo de Voluntários da Paz (*Peace Corps Volunteers*), programa criado pelo Presidente John Kennedy, mandando milhares de jovens para outros países. Nas reuniões do Central discutimos a ideia de receber um grupo destes jovens, supostamente para nos ajudar, mas eram jovens de 22 a 24 anos, e uns poucos mais velhos que os membros dos Clubes 4-S, mas já tinham experiência com grupos de jovens nos EUA. Na realidade quando nós os recebemos a gente falou assim: “Eles podem até ajudar, mas vamos ter que dar assistência e serviço para eles. Mas nós vamos ajudá-los, é preciso que eles conheçam outros países e povos diferentes”. Esse era o ideal do Presidente Kennedy em 62 [1962]. Com a chegada deles, tivemos muito trabalho para receber o grupo e colocar junto aos escritórios locais. (WERKEMA, 2012).

Outro exemplo foi o artigo “A verdadeira Guerra Fria começa (e acaba) no estômago”, presente na edição de número 73 de *O Ruralista*. A matéria ressaltava a necessidade de se combater a fome, que segundo o texto poderia assolar um grande número de países em desenvolvimento em apenas vinte anos. Destacava que para o combate à fome, os países deveriam envidar esforços com aplicação de recursos financeiros e humanos, bem como o desenvolvimento tecnológico. Afirmava também que o mundo gastava cerca de duzentos bilhões de dólares para a fabricação de armamentos, enquanto apenas dez bilhões eram utilizados em ações que colaborariam para a causa da paz. “Encher barrigas deve ter prioridade sobre flexionar músculos”, era o mote defendido pelo artigo. Além disso, destacava a ação da Massey-Ferguson, corporação canadense que com seu projeto de “Alimento e Desenvolvimento do Mundo Jovem” doou quinhentos mil dólares e em conjunto

com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, visava a “fortalecer as entidades da juventude rural nos países em desenvolvimento e a incentivar, treinar e financiar os futuros plantadores de alimentos”. (O RURALISTA, 1ª quinzena de nov/ 1967, p.3)⁸⁶.

Entre 6 a 11 de agosto de 1962 ocorreu na cidade de Salvador, Bahia, a Conferência para as Tensões no Desenvolvimento do Hemisfério Ocidental, patrocinada pelo Conselho para as Tensões Mundiais com a Cooperação da Universidade da Bahia e da Fundação Ford. Consultamos o livro organizado por Mildred Adams, “correspondente do *The Economist* de Londres e Consultora americana de *La Revista de Occidente*, de Madri”, que reuniu ensaios de alguns dos participantes desse evento⁸⁷. Na conferência foram debatidas as possíveis razões para o subdesenvolvimento atribuído aos países, bem como propostas para se alcançar o progresso econômico e social. Nesse cenário, a *Aliança para o Progresso*⁸⁸ foi destacada na fala de alguns conferencistas como sendo um grande esforço para as nações latino-americanas evitarem tensões econômicas, sociais e políticas que levassem a possibilidade de revoluções autoritárias como caracterizaram o caso cubano. O embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Roberto de Oliveira Campos disse:

A Aliança não é um exercício num vácuo político. É uma obra de engenharia social, que requer do povo uma participação apaixonada. Nesse sentido ela tem de funcionar como contradito em relação à ideologia comunista que, a despeito da sua desenfreada brutalidade, tem êxito em

⁸⁶ A matéria “Estímulo à Juventude Rural” presente na edição de número 53 de *O Ruralista* informou que a Massey Ferguson havia doado quinhentos mil dólares (cerca de um bilhão de cruzeiros) para o desenvolvimento do programa de estímulo às organizações das atividades da juventude rural em todo o mundo. Coube à FAO a organização e realização de um programa de seis seminários; três dos quais já haviam sido realizados em Bangkok (Tailândia), Addis Abeba (Etiópia) e Lima (Peru). Em setembro de 1967 estava previsto o ponto máximo do programa quando da Conferência Mundial em Toronto, Canadá. “Grupos como os Young Farmers Clubs; H-H Clubs, 4-S, Future Farmers of America, Lês Jeunes Agricoles e outros, atuando em estreita cooperação com organismos governamentais vêm dando seu apoio aos projetos e estabelecendo forças agrícolas básicas em seus países”. (O RURALISTA, 1ª quinzena de jan/ 1967, p.8). Também foi dado destaque ao papel da juventude como fator de desenvolvimento e as conferências da FAO/UNESCO no texto publicado na edição 83 de *O Ruralista* de autoria de João Napoleão de Andrade, Presidente da ABCAR. Afirmou que os Clubes 4-S correspondiam ao programa extra-escolar de maior amplitude da Extensão e que seguia as etapas que as Conferências havia acabado de recomendar. Além disso, dizia que o programa abrangia cerca de 50 mil jovens sendo a meta alcançar pelo menos 150 mil até 1970. Seu autor disse: “Da meta inicial de preparar bons agricultores e boas donas de casa, hoje o trabalho da Extensão amplia seu objetivos, no sentido de proporcionar condições para que os jovens se desenvolvam como criaturas humanas, adquiram consciência de sua atuação no meio social a que pertencem, conheçam seus deveres e direitos e aproveitem (...) e participar do seu desenvolvimento sócio-cultural econômico”. (O RURALISTA, 1ª quinzena abr/1968, p.2).

⁸⁷ Além de Mildred Adams que abre o volume com uma síntese das falas dos participantes e dos assuntos tratados, constam textos do embaixador do Brasil nos Estados Unidos: Roberto de Oliveira Campos; do embaixador do Estados Unidos no Brasil: Lincoln Gordon; do Presidente do Chase Manhattan Bank e do Instituto Rockefeller e Vice-presidente do Fundo dos Irmãos Rockefeller: David Rockefeller; do ex-Presidente do Equador: Galo Plaza e do Presidente do Congresso Nacional da Venezuela: Luis B. Prieto.

⁸⁸ A Aliança para o Progresso foi um acordo entre os Estados Unidos e os países latino-americanos que visava o desenvolvimento econômico e social dessas nações. Foi consubstanciada através da Carta de Punta del Este, elaborada partir da Conferência no Uruguai em 1961, organizada pela Organização dos Estados Americanos.

transmitir às massas esquecidas um sentimento de participação no estabelecimento de novas sociedades. Para que o programa da *Aliança* tenha êxito, os espíritos e os corações dos homens devem ser mobilizados, velhas tradições esmagadas, privilégios depostos, injustiças sociais corrigidas. (ADAMS, 1964, p.65).

O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon disse que a *Aliança* era muitas vezes comparada ao Plano Marshall, plano de ajuda econômica destinada à recuperação econômica da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Para Gordon, entretanto, os propósitos desenvolvimentistas da *Aliança* seriam um empreendimento muito maior do que foi o referido Plano. (Idem, p.70).

Referências à *Aliança para o Progresso* e ao órgão responsável pela sua operacionalização na América Latina, a USAID, tiveram destaques nas páginas de *O Ruralista* e de *O Trevo*. A edição de *O Ruralista* de número 68 apresentou em duas páginas matéria intitulada “Aliança para o Progresso: seis anos de trabalho profícuo pelo desenvolvimento do continente”. Na matéria, além de constar um quadro e mapa com setores e público-alvo da “colaboração” da USAID para o Brasil, afirmava que “a Aliança vem trabalhando para conquistar as fronteiras de vinte e uma nações. Tenta transformar a maneira de pensar e, às vezes, as próprias tradições de 250 milhões de pessoas, a maioria jovens ávidos de ideias” (O RURALISTA, 2ª quinzena ago/1967, p.4-5). Mas se nessa edição não houve referência direta aos jovens rurais dos Clubes 4-S, a de número 73 destacava que o CNC 4-S recebeu um auxílio da USAID (Aliança para o Progresso) de cem mil Cruzeiros Novos para a criação de Fundos Rotativos Estaduais para os Programas de Crédito Rural Juvenil. (O RURALISTA, 1ª quinzena nov/1967, p.8)⁸⁹. Não encontramos nenhuma referência às críticas aos acordos que o governo brasileiro tinha com a USAID, inclusive anterior ao Golpe Militar de 1964. Pelo contrário, as fontes consultadas (*O Trevo* e *O Ruralista*) apontaram para uma adesão completa ao projeto da *Aliança para o Progresso*. O mesmo fato foi comprovado em se tratando da assinatura dos acordos MEC-USAID para a modernização do Ensino Médio brasileiro. As manifestações estudantis contrárias aos acordos não foram sequer mencionadas nas linhas desses dois periódicos⁹⁰.

Por fim consideramos que muitas das ações extensionistas já desenvolvidas antes de 1964 ganharam impulso durante os anos iniciais da Ditadura Militar no Brasil. Para isso contribuiu a similitude de objetivos em relação aos jovens, ou seja, a formação de cidadãos

⁸⁹ Essa mesma informação consta na edição 88 de *O Trevo* publicado em outubro de 1966.

⁹⁰ Para aprofundamento em relação a influência da USAID na educação brasileira consultar ARAPIRACA (1982).

comprometidos com o futuro da Pátria. A fundação do CNC 4-S e seus mecanismos de divulgação dos clubes como elaboração de convênios com empresas que financiavam viagens, cursos e forneciam bolsas de estudos, além de patrocinarem concursos de produtividade, bem como a aproximação com órgãos e burocratas estatais, também teriam sido fundamentais para a maior publicidade que tiveram os Clubes 4-S nesse período. A presença de militares e de ministros em eventos quatroessistas, bem como de outros políticos, inclusive dos presidentes Costa e Silva e Médici, que receberam no Palácio do Planalto em Brasília comitivas de jovens, reforçaram os elementos de uma educação moral e cívica para os meninos e meninas dos Clubes 4-S de Minas Gerais e do Brasil como elementos fundamentais para a construção do futuro da Pátria, a partir da motivação quatroessista: “progredir sempre”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São, portanto, grandes os valores positivos do trabalho com o Clube 4-S. Ele é um complemento educacional às escolas, principalmente no que se refere ao desenvolvimento social e técnico dos jovens, necessário para que enfrentem as exigências de uma agricultura eficiente, de lares mais confortáveis, e para que possam participar da vida cívica, econômica e social da comunidade.(O RURALISTA, nov/1965, p.1)

Um dos objetivos dessa pesquisa foi compreender as propostas e ações dos extensionistas da ACAR-MG imbuídos do ideário dos Clubes 4-S para uma faixa etária denominada pelos seus agentes promotores como jovens rurais ou simplesmente quatroessistas. A fundação do primeiro clube em 1952 em Minas Gerais e os números alcançados ao final da década de 1960 demonstrou que os jovens do meio rural foram objetos de ações visando a sua formação antes e durante o regime político instaurado no Brasil a partir de 1964. Evidenciamos que ações prescritivas de cunho moral, patriótico e de valorização do trabalho estiveram presentes em diversas propostas para o meio rural desde o início da República no Brasil.

O lema e ao mesmo tempo a motivação para os integrantes dos Clubes 4-S “*Progreder Sempre*” foram destacados em vários documentos consultados e estabeleceu diálogo com as teorias desenvolvimentistas em voga no país durante o período estudado. Também foi possível observar que cada clube, individualmente, possuía um nome próprio dado por seus sócios. Em vários deles expressões como “progresso”, “progressista”, “avante”, “união”, “vencer” e outras se repetem numa clara alusão ao lema citado e como reforço à mística quatroessista. Aliás, uma análise dos nomes dos Clubes 4-S daria uma pesquisa à parte e fica aqui a sugestão para outro estudo. Os dados que obtivemos também indicaram a busca por se formar para o meio rural, jovens pacatos, ordeiros, pacíficos, comprometidos com o trabalho pelo progresso e desenvolvimento do país. Aliás, todas as vezes que temas considerados polêmicos apareciam, estes eram tangencialmente excluídos do debate e suplantados pela crença inexorável na ciência e na técnica. A ideia de uma “missão extensionista” que conduziria os moradores do meio rural a um futuro de prosperidade fez parte das ações para os 4-S. Não só de tentativas de suscitar aspectos técnicos e científicos tão presentes nos discursos para o meio rural viveram os clubes. Uma moral cívica, patriótica e

de valorização do trabalho foi muito destacada em todas as ações destinadas a esse público-alvo.

Nesta pesquisa procuramos ampliar a discussão entre as ligações do Serviço de Extensão Rural com o contexto internacional e nacional no tocante aos debates sobre Educação, Modernização e Desenvolvimentismo. Ela também visou contribuir com estudos sobre juventude, principalmente àquela parcela que não se encontra no meio urbano e que pouca ou quase nenhuma ligação possui com a escola formal. De modo geral, esta pesquisa objetivou colaborar com a ampliação dos estudos sobre juventude, principalmente, no tocante à História da Educação, com o estudo de práticas não-escolares relacionadas à parcela da população mineira aqui denominada de jovem quatroessista. Percebemos que a educação social preconizada para os jovens quatroessistas propunha a preparação técnica e a formação moral e cívica dos seus integrantes. Alguns temas polêmicos que envolviam os jovens da década de 1960 como sexualidade e drogas não foram encontrados na documentação que consultamos. Segundo as práticas moralizadoras nas quais os 4-S estariam submetidos, aqueles jovens que se envolvessem com os ensinamentos quatroessistas não iriam se desviar para os caminhos considerados contrários aos “bons costumes”. De acordo com os padrões morais da época, os jovens deveriam se preparar para o casamento e a construção de uma nova família.

Observamos que inicialmente as propostas quatroessistas visavam preparar os jovens apenas para permanecerem no meio rural, sensibilizando-os da importância das atividades típicas dessas áreas. Mas a partir de meados da década de 1970, com a valorização dos grandes projetos agrícolas e a ênfase na mecanização da produção, o discurso foi alterado na direção da preparação da mão-de-obra em detrimento dos aspectos sociais “tanto pensando naqueles jovens que vão continuar no meio rural, como nos que virão para as cidades”. (EXTENSÃO EM MINAS GERAIS, jul/ago/1974, p.4).

A busca por uma formação técnica, moral e cívica dos jovens reunidos em torno dos Clubes 4-S sinalizavam para a tentativa de se levar à constituição de uma nova sensibilidade para a vida no campo. Para os promotores desse trabalho, seriam necessárias novas formas de se comportar, ver, sentir, viver em um meio rural que se transformava. A modernização preconizada em termos técnicos, que segundo o discurso oficial levaria ao aumento da produtividade e, assim, a melhoria da condição de vida dos rurícolas dependeriam de um novo tipo de homem. Esse deveria ser capaz de se atualizar com facilidade frente ao uso maciço da tecnologia que a Extensão Rural procurou introduzir no meio rural. Entretanto, para que esses propósitos fossem observados, tanto a sensibilização para a importância da

vida agrícola para o país, quanto tocar os “corações e mentes de homens”, modificando hábitos, valores e tradições arraigadas seriam fundamentais. Mas ao mesmo tempo em que defendiam a valorização da vida no campo e sugeriam novas técnicas e comportamentos considerados modernos e originários no meio urbano, as práticas extensionistas acabaram muitas vezes por negar o rural. Os extensionistas tiveram que se equilibrar entre essas duas dimensões, ou seja, forjar uma nova maneira de pensar, de ser e de agir que “prendesse o jovem rural ao campo”, mas que ao mesmo tempo lhe desse ferramentas para que tivesse condições de circular no meio urbano e industrial de forma autônoma e atuante. Provavelmente tenha havido enormes dificuldades no processo de formação dos jovens rurais como elementos dinamizadores das mudanças objetivadas para o meio rural. Uma delas se explicaria pela própria inversão da lógica educacional na qual os velhos ensinariam os jovens. Com os Clubes 4-S ela seria invertida, pois os jovens passariam a transmitir novos conhecimentos aos adultos. Poderíamos deduzir que muitos pais de jovens quatroessistas tenham a partir daí vivido um misto de orgulho e apreensão: orgulho com os resultados na produção obtidos pelos filhos e receio de perderem a experiência como fator de diferenciação entre as gerações.

As referências à presidência da República foram distintas ao longo do período estudado. A ABCAR foi criada em 1956, quando o presidente do Brasil era Juscelino Kubitschek. Mesmo assim a presença de seu nome na documentação que tivemos acesso foi bastante rara. Não encontramos nenhuma referência aos dois presidentes do Brasil que o sucederam durante o período democrático: Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Entretanto, após o Golpe Militar de 1964, a incidência de eventos e de referências aos três primeiros presidentes militares (Castelo Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici) foi constante. As convenções nacionais organizadas pelo CNC 4-S fizeram parte de uma série de eventos que serviram para a divulgação do trabalho com a juventude rural perante a opinião pública e ao próprio Governo. Um desses eventos foi o lançamento do selo comemorativo ao Dia Nacional dos Clubes 4-S. Na cerimônia ocorrida no Palácio do Planalto, o presidente da República, Costa e Silva, foi homenageado por jovens quatroessistas.

Delegações de Clubes 4-S de Minas Gerais e de Goiás, representando as entidades de todo o País, prestaram homenagem ao Presidente Costa e Silva, ao final da solenidade, quando o quatroessista mineiro Anísio Luiz dos Santos, em nome de todos os jovens associados, ofertou a Sua Excelência uma placa de prata, e a menina Natalina Aparecida da Silva, quatroessista de Goiás, ofereceu-lhe bandeiras dos Clubes 4-S. (EXTENSÃO RURAL, jul/ 1967, p.5).

Também estiveram presentes os ministros Delfin Neto, da Fazenda e Mário Andreazza, dos Transportes, além de outras autoridades. Não é possível afirmarmos que houve uma completa concordância dos responsáveis pelo trabalho com a juventude rural com o regime político de 1964. É certo, entretanto, que em inúmeros aspectos houve similitude de interesses, principalmente no tocante às práticas morais, cívicas e técnicas para os jovens dos Clubes 4-S. Ao valorizarem os aspectos ditos racionais para o meio rural, os extensionistas buscaram incutir junto aos jovens quatroessistas um distanciamento em relação às disputas políticas daqueles anos. A pesquisa demonstrou que a política esteve sim presente nos assuntos referentes aos Clubes 4-S e a Extensão Rural no geral. Ao longo do nosso trabalho, apresentamos vários exemplos do alinhamento político e ideológico dos promotores do Extensionismo a uma visão de mundo que se adequava aos seus interesses. Se em determinadas ocasiões alguns temas passaram em branco ou foram silenciados, isto ocorreu por uma escolha deliberada e não pelo simples acaso ou valorização de uma suposta neutralidade política, que realmente nunca aconteceu. Um texto laudatório à instauração do regime militar de 1964, publicado doze anos depois da derrubada do Presidente João Goulart, é uma prova das escolhas que fizeram os envolvidos com a Extensão Rural conforme apresentamos no exemplo que é possível aferir pelo anexo 6.

Foi possível perceber que desde os primórdios do Extensionismo e do trabalho com os Clubes 4-S buscou-se constituir mecanismos de preservação da memória dessas atividades. As fontes consultadas sinalizaram para a busca da constituição de uma legitimidade das áreas profissionais envolvidas. Assim encararam o Extensionismo como uma espécie de missão a ser cumprida pelos homens e mulheres que nele ingressaram. Preservar a memória profissional foi desta forma uma estratégia para conservar os valores propagados pela Extensão Rural em Minas Gerais desde o final da década de 1940, ligados a um modelo de produção e sociedade amparada pela ciência e pela técnica.

Por fim, concluímos que o término dessa dissertação não significa o esgotamento do tema. Julgamos que um estudo sobre a presença de clubes juvenis rurais que, como os 4-S no Brasil ou os 4-H nos Estados Unidos, se espalharam para várias partes do mundo, seria de grande valor para a História da Educação, por poder demonstrar tanto as especificidades de cada país, quanto as conexões entre eles. No caso da América Latina, já temos o primeiro indício, ou seja, a tabela representada no anexo 7 na qual citamos os países onde tiveram trabalhos desenvolvidos com a juventude rural.

FONTES:

1 - Fontes impressas:

1.1 - Folhetos, Manuais, Programas e Projetos:

1.1.1 – Folhetos:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ABCAR. *Hino do Clube 4-S*. Rio de Janeiro, s.d.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ABCAR. *O Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural*. Rio de Janeiro, 1964. (II)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ABCAR. *O trabalho de Extensão Rural com a juventude. Diretrizes. Cadernos de Serviço, nº2*. Rio de Janeiro, 1968.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Política de ação da ACAR. Formação de pessoal para Extensão Rural*. Belo Horizonte: 1972, 31p.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *O líder de Clube 4-S*. Belo Horizonte. s.d.

CNC-4S. *Plano Nacional de prêmios e reconhecimentos para Clubes 4-S*. Rio de Janeiro: ABCAR, 1967.

MARANGON, Benito. *Introdução à Política de Extensão Rural: aspectos históricos*. Viçosa: 1969.

STEINER, Zélia Rodrigues. *Planejamento do Vestuário*. Belo Horizonte: ACAR, ago/1967.

1.1.2– Manuais:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ABCAR. *Manual dos Clubes 4-S*. Rio de Janeiro, 1959.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ABCAR. *Clubes 4-S - Manual para extensionistas*. Rio de Janeiro, 1964. (I)

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Manual de Clube 4-S*. Belo Horizonte, s.d.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Divisão de Clubes 4-S. Apostilas de Cursos Pré-Serviço*. Belo Horizonte, 1964.

BORTONE, Adão José; CUNHA, Therezinha de Lourdes et al. *Diretrizes para o trabalho na Comunidade Rural*. Belo Horizonte, julho de 1979.

1.1.3 – Programas:

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Programa 1962-1963. Viver melhor, produzindo mais e melhor*. Belo Horizonte, 1962.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Programa 1963-1964*. Belo Horizonte, 1963.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Programa de ação da ACAR para 1968*. Belo Horizonte, 1968.

1.1.4 – Projetos:

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Clube 4-S. Projeto de Economia Doméstica. Primeira Divisão*. Belo Horizonte, 1958 (Produzido pelo Serviço de Meios de Comunicação. Missão Norte-Americana de Cooperação Técnica – Ponto IV).

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Projetos, área de ação, objetivos e métodos*. Belo Horizonte: s.d.

SILVA, I. M. C.; BRUMANO, J.D.; CARVALHO, M.R; et al. *Projeto básico de economia doméstica. Segunda Divisão de Clubes 4-S*. Belo Horizonte: ACAR, fev/1968.

STEINER, Zélia Rodrigues; COUTINHO, Arlete; PEREIRA, Marisa Dulce. *Clubes 4-S. Projeto Básico de Economia Doméstica. Terceira Divisão*. Belo Horizonte: ACAR, ago/1968.

UNIVERSIDADE RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UREMG – Centro de Ensino de Extensão. ETA – Projeto 39. *Clubes 4-S (Saúde, Saber, Sentir, Servir)*. Viçosa, 1961.

1.2 – Relatórios:

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Quinto Relatório Anual – 1953*. Belo Horizonte, 1954.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL - ACAR. *Relatório Anual. Ano Agrícola 1959-1960*. Belo Horizonte, 1961.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Dez anos a serviço do povo rural de Minas Gerais – ACAR: 1949-1959*. Belo Horizonte: ACAR, 1959.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Relatório Especial 1970*. Belo Horizonte, 1971.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *1971 em números com previsões para 1972*. Belo Horizonte, 1972. (a)

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Relatório Especial ACAR I/72. Educação e bem-estar social num trabalho que a ACAR desenvolve em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1972.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Relatório 1972-1973*. Belo Horizonte, 1973.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Relatório 1974*. Belo Horizonte, 1975.

COMITÊ NACIONAL DE CLUBES 4-S. *Relatório do II Seminário Interamericano de entidades de apoio à Juventude Rural – 4 a 10/11/1973. Campinas, São Paulo*. Rio de Janeiro, 1973.

COMITÊ NACIONAL DE CLUBES 4-S. *Relatório dos Clubes 4-S à Nação – 1969*. Rio de Janeiro, 1970.

COMITÊ NACIONAL DE CLUBES 4-S. *Relatório dos Clubes 4-S à Nação – 1970*. Rio de Janeiro, 1971.

COMITÊ NACIONAL DOS CLUBES 4-S. *Um decênio de atividades. Histórico. Filosofia. Biênio - 73/74*. Rio de Janeiro, 1974.

EMATER-MG. *Origem e histórico dos Clubes 4-S*. Belo Horizonte, 1982. Relatório (140p).

1.3 – Livros:

DALRYMPLE, Martha. *The AIA Story: two decades of International Cooperation*. New York: AIA, 1968.

FORD MOTOR COMPANY. *Juventude Rural nas Américas*. Vol. II. São Paulo: Ford Motor do Brasil S.A., 1962.

1.4 – Jornais e Revistas:

1.4.1 - Jornais:

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. 8 de janeiro de 1961.

O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano I, nº1, 1 a 15 de agosto de 1963.

O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano I, nº5, 1 a 15 de dezembro de 1963.

O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano II, nº18, junho de 1965.

O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano III, nº20, agosto de 1965.

O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano III, nº25, 1ª quinzena de novembro de 1965.

O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano III, nº28, 2ª quinzena de dezembro de 1965.

O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano III, nº40, 2ª quinzena de junho de 1966.

O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano IV, nº44, 2ª quinzena de agosto de 1966.

O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano IV, nº50, 2ª quinzena de novembro de 1966.

O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano IV, nº53, 1ª quinzena de janeiro de 1967.

O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano IV, nº56, 2ª quinzena de fevereiro de 1967.

O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano IV, nº57, 1ª quinzena de março de 1967.

O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano V, nº68, 2ª quinzena de agosto de 1967.
 O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano V, nº69, 1ª quinzena de setembro de 1967.
 O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano V, nº73, 1ª quinzena de novembro de 1967.
 O RURALISTA. Juiz de Fora, Ano V, nº83, 1ª quinzena de abril de 1968.
 O RURALISTA. Belo Horizonte, Ano VI, nº93, 1ª quinzena de setembro de 1968.
 O RURALISTA. Belo Horizonte, Ano IX, nº149, janeiro de 1972.
 O RURALISTA. Belo Horizonte, Ano IX, nº154, junho de 1972.
 O RURALISTA. Belo Horizonte, Ano XI, nº172, 1ª quinzena de outubro de 1973.
 O RURALISTA. Belo Horizonte, Ano XII, nº187, outubro de 1974.
 O RURALISTA. Belo Horizonte, Ano XIII, nº213, 2ª quinzena de março de 1976.

O TREVO. Viçosa, Ano III, nº 16, março de 1959.
 O TREVO. Viçosa, Ano III, nº 17, abril de 1959.
 O TREVO. Viçosa, Ano III, nº 18, maio de 1959.
 O TREVO. Viçosa, Ano III, nº 19, junho de 1959.
 O TREVO. Viçosa, Ano III, nº 24, novembro de 1959.
 O TREVO. Viçosa, Ano IV, nº26, janeiro de 1960.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano IV, nº 27, maio de 1960.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano IV, nº 30, setembro de 1960.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano V, nº37, julho e agosto de 1961.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano VI, nº 41, maio/ junho de 1962.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano VI, nº42, julho de 1962.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano VI, nº 45, outubro de 1962.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano VII, nº48, janeiro de 1963.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano VII, nº 51, abril de 1963.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano VII, nº 53, junho de 1963.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano VII, nº 57, outubro de 1963.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano VIII, nº 64, agosto/ setembro de 1964.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano VIII, nº 65, outubro de 1964.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano VIII, nº 77, novembro de 1965.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano IX, nº74, agosto de 1965.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano IX, nº 78, dezembro de 1965.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano X, nº81, março de 1966.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano X, nº 83, maio de 1966.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano X, nº 85, julho de 1966.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano X, nº87, setembro de 1966.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano X, nº 88, outubro de 1966.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano X, nº90, dezembro de 1966.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano XI, nº94, abril de 1967.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano XI, nº 95, maio de 1967.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano XI, nº 99, setembro de 1967.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano XII, nº103, janeiro/ fevereiro de 1968.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano XII, nº108, novembro/ dezembro de 1968.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano XIII, nº 111, maio/ junho de 1969.
 O TREVO. Belo Horizonte, Ano XIV, nº115, janeiro/ fevereiro de 1970.

1.4.2 – Revistas:

COOPERCOTIA. São Paulo: Fundação Coopercotia, novembro de 1968.

EXTENSÃO RURAL. Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, Ano II, nº19, jul/ 1967.

EXTENSÃO RURAL. Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, Ano IX, nº98, abril/ junho/ 1974.

EXTENSÃO EM MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, 1964.

EXTENSÃO EM MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, Ano I, nº3, julho/agosto/1972.

EXTENSÃO EM MINAS GERAIS. Belo Horizonte. Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, Ano III, nº13, julho/agosto/1974.

O DIRIGENTE RURAL. São Paulo: Dirigentes S/A – Publicações Técnicas, outubro de 1968.

O DIRIGENTE RURAL. São Paulo: Dirigentes S/A – Publicações Técnicas, maio de 1983.

1.5 – Teses e dissertações:

MEMÓRIA, José Maria Pompeu. *A amostragem probabilística na pesquisa educacional. Uma aplicação nos Clubes 4-S da ACAR*. Belo Horizonte, 1964 (Tese de Doutorado – Cadeira de Estatística Educacional – Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais).

2 - Fontes manuscritas, datilografadas ou mimeografadas:

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. *Livro de Atas da Junta Administrativa da ACAR* – Belo Horizonte: 1948-1959.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR. Manual para treinamento de líderes de Clubes 4-S. Belo Horizonte. s.d. (mimeo).

CONGRESSO BRASILEIRO DE SERVIÇO SOCIAL, 3, 1965, Rio de Janeiro. *ACAR – Seus objetivos*. (mimeo).

CONVENÇÃO Nacional dos Clubes 4-S – 1965. Rio de Janeiro (Material diverso).

CORRESPONDÊNCIA de Horácio Raposo Borges Filho à Sebastião Pereira Vítor, 21/08/1968. Rio de Janeiro. Prezado patrício Sebastião Pereira Vítor, Fazenda do Buracão...

DADOS sobre o primeiro Clube 4-S do Brasil. s.l, s.d (mimeo).

MANUAL para pais dos sócios de 4-S. Projeto Milho Híbrido (Material preparado pelo Escritório Local de Patos de Minas). s.d. (mimeo).

MEMORANDO do Departamento Auxiliar da Divisão de Organização Rural – Escritório Central - DAU-DOR EC 4-S/66/68 ao Escritório Local de Carmo do Rio Claro. Belo Horizonte, 09 de agosto de 1968.

MEMORANDO da Divisão de Agricultura – DAG – EH – 0/57/68 ao Supervisor Local de Carmo do Rio Claro, Moacir Mendes Galvão, 27/08/1968.

PEREIRA, Marisa Dulce. *Clube 4-S*. Belo Horizonte, 1980 (mimeo).

PEREIRA, Marisa Dulce. *Desenvolvimento do trabalho com Clubes 4-S em Minas Gerais nos 25 anos (1952-1977)*. Belo Horizonte, 1977 (mimeo).

SILVA, José Teixeira da. *A educação como o mais rentável investimento econômico para o Brasil e para o mundo. O caso específico da juventude rural*. Belo Horizonte, 1983 (mimeo).

STEINER, Zélia Rodrigues. *Finalidades e importância do Vestuário*. Belo Horizonte, s.d.

3 – Entrevistas realizadas pelo autor:

VÍTOR, Sebastião Pereira. Entrevista concedida a Leonardo Ribeiro Gomes. Carmo do Rio Claro, 06 de outubro de 2012.

PEREIRA, Marisa Dulce. Entrevista concedida a Leonardo Ribeiro Gomes. Belo Horizonte, 16 outubro de 2012.

WERKEMA, Auckje Mary. Entrevista concedida a Leonardo Ribeiro Gomes. Belo Horizonte, 17 de outubro de 2012.

4 – Folder

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL – ACAR – Folder sobre Economia Doméstica. Belo Horizonte, 1958.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AARÃO REIS F., Daniel; MORAES, Pedro de. 1968: *a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: ANPOCS/ Scritta, 1994.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/Jun/Jul/Ago, 1997, nº5; Set/Out/Nov/Dez, 1997, nº6.

ADAMS, Mildred. *América Latina: Evolução ou explosão?* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moares (org). *Usos e abusos da história oral*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981 (2ª edição).

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de História)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BASTOS, Humberto (Coord.) *Educação para o Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Reper Editora, 1966.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o Udenismo. Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro: 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERRIO, Julio Ruiz. Introducción a la historia de la Educación Social en Espana. In: *Historia de la Educación*. Revista Interuniversitaria, nº18, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (6ª edição).

BORGES, Maria Eliza Linhares. *Utopias e contra-utopia: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)*. Belo Horizonte: DCP/UFMG, 1988 (Dissertação, Mestrado em Ciência Política).

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. *A “Vanguarda Brasileira”: A juventude no discurso da Revista da Editora do Brasil S/A (1961-1980)*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. (Tese, Doutorado em Educação).

BRANDÃO, Antônio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, 2004.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 6ª ed. 1990.

CAMPOS, Milton. *Compromisso democrático*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2000.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed. 1978.

CASTAÑEDA, Jorge G. *Che Guevara: a vida em vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COLBY, Gerard; DENNETT, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade. A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

DAROS, Maria das Dores. Desenvolvimentismo e políticas educativas no Brasil dos anos 1950-1960: transnacionalização e modernização. IN: GIL, Natália; CRUZ E ZICA, Matheus da; FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). *Moderno, modernidade e modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. Volume 1*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

DOUGLAS, Paulo Emílio, RICCI, Rudá. *Agricultura Brasileira: políticas públicas, agricultura familiar e extensionismo rural*. Belo Horizonte: CPP Consultoria em Políticas Públicas, 1998. (Texto produzido como apoio à consultoria realizada pela CPP para a EMATER-MG, out/dez/1998).

DUARTE, Daniel do Nascimento. *As diferentes abordagens da ação extensionista e suas implicações para o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER*. Viçosa: Programa de Pós-graduação em Extensão Rural – UFV, 2012. (Dissertação Mestrado).

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

DULCI, Otávio Soares. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Fazer História da Educação com E. P. Thompson: trajetórias de um aprendizado. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Pensadores sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.3.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Edição Loyola, 1985 (Coleção Educação Popular, nº3).

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

FURTADO, João Pinto. A música popular brasileira dos anos 60 aos 90: apontamentos para o estudo das relações entre linguagem e práticas sociais. In: *PÓS-HISTÓRIA*, Assis – S.P., v.5, p.123-143, 1997.

FURTADO, João Pinto. Engajamento político e resistência cultural em múltiplos registros: sobre “transe”, “trânsito”, política e marginalidade urbana nas décadas de 1960 a 1990. In:

- AARÃO REIS F, Daniel; RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, S.P.: EDUSC, 2004.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GOMES, Iria Zanoni. *1957: A revolta dos posseiros*. Curitiba: Criar Edições, 1987.
- GOMES, Leonardo Ribeiro. Campo e cidade: um estudo sobre os jovens rurais dos Clubes 4-S a partir do Centro de Documentação da EMATER-MG. In: *VII Seminário Nacional do Centro de Memória da UNICAMP – CMU*, Campinas, S.P., 13 a 15 de fevereiro de 2012.
- GOMES, Leonardo Ribeiro. Fundo ACAR/ EMATER-MG: Possibilidades e desafios. In: *VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais*, Viçosa, M.G., 16 a 18 de agosto de 2011.
- GOMES, Leonardo Ribeiro. *O técnico da Extensão Rural em Minas Gerais: 1948-1964*. Belo Horizonte: Departamento de História da UFMG, 2000. (Monografia, bacharelado em História).
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História e Gênero*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.
- GONÇALVES, Rodrigo Carvalho. *Imagens rurais: uma análise da Extensão Rural em Minas Gerais através das Revistas das fotografias da Revista EMATER-MG*. Viçosa: Programa de Pós-graduação em Extensão Rural – UFV, 2012. (Dissertação Mestrado).
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo; PERES, Fernando Antônio. Capítulo 11. Estudos históricos sobre a juventude: estado da arte. In: SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006), volume 2*. – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.
- HIRSCHMAN, Albert. *Saída, voz e lealdade. Reações ou declínio de firmas, organizações e estudos*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 2ª edição. (Cap. 11: Revolução Cultural, p. 314-336).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 26ª edição.
- HOMEM DE MELLO, Zuzá; SEVERIANO, Jairo. *A canção no tempo: 85 anos de músicas brasileiras. Volume 2 (1958-1985)*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006 (5ª edição).
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- LEVI, Giovanni, SCHIMITT, Jean-Claude (org.). *História dos Jovens*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LINHARES, Maria Yedda Leite, SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1976.

MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. *Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade São Francisco, 2001.

MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à Sociologia Rural*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. *Sobre o modo capitalista de pensar*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

MENDONÇA, Sônia Regina. Capitalismo, Estado y enseñanza agrícola em Brasil: rumbo y redefiniciones (1940-1961). In: LÓPEZ, Oresta; PÉREZ, Teresa González (coord.). *Educación Rural en Ibero América: experiência histórica y construcción de sentido*. Madrid: Anroart Ediciones, 2009.

MESQUITA, Antônio Neves de. *História dos Batistas do Brasil: 1907 até 1935*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1940.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. Os festivais da canção como eventos de oposição ao regime militar brasileiro (1966-1968). In: AARÃO REIS F, Daniel; RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, S.P.: EDUSC, 2004.

PADRÓS, Enrique Serra. Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social. In: AARÃO REIS F., Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org). *O Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PAIVA, Edil Vasconcelos de; PAIXÃO, Léa Pinheiro. *PABAE (1956-1964). A americanização do ensino elementar no Brasil?* Niterói: EdUFF, 2002.

PARK, Margareth Brandini, FERNANDES, Renata Sieiro, CARNICEL, Amarildo (organizadores). *Palavras-chaves em Educação não-formal*. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

PEREIRA, Júnia Sales. *A Escultura da raça. Juventude e eugenia no Estado Novo*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, 1999 (Dissertação de Mestrado).

PINHO, Larissa Assis. *Civilizar o campo: educação e saúde nos cursos de aperfeiçoamento para professores rurais – Fazenda do Rosário (Minas Gerais, 1947-1956)*. Belo Horizonte: FAE/ UFMG, 2009 (Dissertação Mestrado).

PINHO, Larissa Assis. *Civilizar o campo: educação e saúde nos cursos de aperfeiçoamento para professores rurais – Fazenda do Rosário (Minas Gerais, 1947-1956)*. In: LIMA E FONSECA, Thaís Nívea; VEIGA, Cynthia Greive (org). *História da Educação: Temas e problemas*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

PINTO, Helder de Moraes. *A Escola Normal Regional D. Joaquim Silvério de Souza de Diamantina e a formação de professores para o meio rural mineiro: 1950-1970*. Belo Horizonte: PPGE PUC-MG, 2007 (Dissertação Mestrado).

PRIORE, Mary Del (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996 (4ª edição).

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1987 (2ª edição).

REIS, Elisa P. Brasil: cem anos de questão agrária. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.32, nº3, 1989, pp.281 a 301.

RIBEIRO, José Paulo. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, Minas Gerais: CPP/EMATER, 2000.

RICCI, Rudá (coord.). *Trajetória de uma experiência pioneira no Brasil: a extensão rural em Minas Gerais (1948-1994)* - Convênio PUC-MG/SINTER. Relatório final de Pesquisa – 1ª versão (mimeo).

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RODRIGO, Cándido Ruiz. Marginación infantil y educación protectora en la historia de la Educación Social. In: *Historia de la Educación Social y su Enseñanza. Cuadernos de Historia de la Educación*. Nº4, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. Anos 20 (2), 1995.

SILVA, Claiton Márcio da. *Saber, Sentir, Servir e Saúde: a construção do novo jovem rural nos Clubes 4-S, SC (1970-1985)*. Florianópolis: UFSC, 2002. (Dissertação, Mestrado em História).

SILVA, Maria do Carmo, LIMA, Antônio Luiz de. *O serviço de Extensão Rural em Minas Gerais (Retrospectiva)*. Viçosa: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa – UFV, 1984.

SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

SOUZA, Sirlei de Fátima. *Tradição X modernização: a ação dos Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)*. Passo Fundo: UPF, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, volume 1 e 2/. – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. Prefácio. Estado da Arte sobre juventude: uma introdução. IN: SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). *Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, volume 1/. – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

STARLING, Heloísa. *Os senhores das Gerais: os novos inconfindentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa histórica em educação. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação. *História e Memória da Educação Brasileira*. Natal (RN): Technomedia, 2002, p.1-11.

TEIXEIRA, Anísio. Política, industrialização e Educação. In: TEIXEIRA, Anísio. *Educação e o mundo moderno*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p.180-204.

TEIXEIRA, Tânia Cristina. *A saga extensionista da ACAR e EMATER-MG e a construção do imaginário da modernidade no campo mineiro (1948-1990)*. Belo Horizonte: DCP/UFMG, 1995 (Dissertação, Mestrado em Ciência Política).

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. In: *História Oral*, vol.5, Revista da Associação Brasileira de História Oral, 2002, p.9-28.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões críticas do Golpe. Democracia e Reformas no Populismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VENTOSA PÉREZ, Victor Juan. Educación social. In: PARK, Margareth Brandini, FERNANDES, Renata Sieiro, CARNICEL, Amarildo (organizadores). *Palavras-chaves em Educação não-formal*. Holambra, SP: Editora Setembro; Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008. 3ª edição. (a).

VENTURA, Zuenir. *1968: o que fizemos de nós*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008. (b).

XAVIER, Libânia Nacif. Educação, raça e cultura em tempos de desenvolvimentismo. In: MAGALDI, Ana Maria, ALVES, Cláudia, GONDRA, José G. (org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: Edusf, 2003, p.487-504.

XAVIER, Libânia Nacif. *O Brasil como laboratório. Educação e Ciências Sociais no Projeto do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE/INEP/MEC (1950-1960)*. Bragança Paulista: Edusf, 1999.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)Formação da classe trabalhadora no Brasil: 1920 – 1964*. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000.

WEBER, Max. *A Ética protestante e o espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora Pioneira, 1999 (14ª edição).

WILLIAMS, Raymond. *Campo e cidade: Na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: UNESP, 2011.

ANEXOS

ANEXO 1 – Documentos relacionados aos trâmites do Comitê de Ética em Pesquisa – COEP/ UFMG

A) Parecer consubstanciado do COEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



PROJETO DE PESQUISA

Título: A educação dos sentidos na história: o tempo livre como possibilidade de formação (entre os anos finais do séc. XIX e os anos iniciais do séc. XXI) fase I (2010 a 2013)

Área Temática:

Área 9. A critério do CEP.

Versão: 2

CAAE: 02215312.8.0000.5149

Pesquisador: Marcus Aurelio Taborda de Oliveira

Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
(FACULDADE DE EDUCACAO)

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 109.017

Data da Relatoria: 25/09/2012

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto da área de Educação que conta com a participação do professor coordenador e do aluno de mestrado. A pesquisa procura investigar a organização dos jovens rurais de Minas Gerais em torno dos clubes juvenis denominados Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir), no período de 1952 a 1974 em torno da lógica modernizadora das práticas agrícolas e do modo de vida do homem do campo. Pretende analisar o processo vivenciado pelos jovens no meio rural mineiro: como eles se relacionavam com as ideias e práticas introduzidas em Minas Gerais por meio da ação dos técnicos extensionistas da Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR-MG, órgão do Governo de Minas Gerais. O início da coleta de dados está previsto para 15/08/2012, e a finalização para 30/09/2012.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa é Compreender a formação técnica, moral e cívica dos jovens rurais atendidos pelo programa extensionista organizado em torno da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais ACAR-MG no período de 1952 a 1974. Objetiva-se compreender a experiência dos jovens em torno das ações dos clubes 4-S e como se relacionavam com as ideias e práticas trazidas por este projeto e analisar a prática formativa dos clubes em relação ao conceito de Educação Social e de Educação dos Sentidos e das Sensibilidades. Além do estudo a partir do acervo do Centro de Documentação constituído de fontes diversas como manuais, relatórios, revistas, folhetos, jornais, fotografias, equipamentos de utensilagem técnica e outros, serão realizadas entrevistas com sujeitos envolvidos com os clubes de jovens rurais denominados 4-S, tanto enquanto sujeito da instituição responsável pelo trabalho com os clubes, a ACAR-MG, como os próprios ex integrantes dos clubes. A entrevista será realizada em local, dia e horário mais conveniente aos sujeitos da pesquisa. Será feita a transcrição da pesquisa que será avaliada pelo sujeito, que poderá realizar as alterações que considerar necessárias. Os dados coletados serão para uso exclusivo desta pesquisa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os benefícios são a contribuição com a preservação da história sobre a Extensão Rural em Minas Gerais no tocante ao trabalho desenvolvido com os jovens atendidos pelos Clubes 4-S. Os riscos são mínimos e se relacionam ao uso inadequado das informações.

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Adm. 2005

Bairro: Unidade Administrativa II

CEP: 31.270-901

UF: MG

Município: BELO HORIZONTE

Telefone: 3134-0945

Fax: 3134-0945

E-mail: coep@prpq.ufmg.br; coep@reitoria.ufmg.br

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto meritório e relevante, encontra-se bem delineado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Presente toda documentação necessária a análise. Anexada Anuência do Centro de documentação da Emater.

Recomendações:

Não há. Foram feitas as alterações solicitadas no TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado após atendidas as solicitações de diligência.

BELO HORIZONTE, 27 de Setembro de 2012

Assinado por:
Maria Teresa Marques Amaral

Endereço: Av. Presidente Antônio Carlos, 6627 2º Ad S1 2005
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: 3134-0945 **Fax:** 3134-0945 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br; coep@reitoria.ufmg.br

B) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O (A) EXTENSIONISTA ENVOLVIDO (A) COM O TRABALHO COM OS CLUBES 4-S

- 1) Como foi o seu início do trabalho com os jovens rurais?
- 2) Quando os extensionistas chegavam à propriedade, primeiramente o contato se dava com os pais. Como acontecia a aproximação com os jovens? Que estratégias eram utilizadas nessa aproximação?
- 3) Que crianças/ jovens eram esses? Grau de instrução? Idade? Relação com o trabalho?
- 4) Os encontros dos clubes eram feitos em quais locais? Qual a periodicidade desses encontros? Como era feita a escolha desses locais? Que tipos de contatos eram estabelecidos na comunidade?
- 5) E nesses encontros como era o ritual das reuniões? Os jovens aceitavam bem o ritual: hino, bandeira?
- 6) Quando os integrantes dos clubes passaram a utilizar uniforme?
- 7) Essa prática era comum para todas as reuniões ou em eventos especiais como Encontros, Convenções, Seminários etc?
- 8) O uso de uniforme era uma recomendação para todo o Estado ou partiu de uma iniciativa de algum clube específico?
- 9) Como era o processo de escolha dos líderes juvenis? Como eles eram formados?
- 10) Qual a relação dos extensionistas com os outros jovens do meio rural que não eram atendidos pelos Clubes? Esses jovens procuravam por algum modo participar dos clubes? Como?
- 11) Como era utilizado o tempo livre dos jovens?
- 12) Sobre os ensinamentos em relação à higiene, saúde, cuidados com o corpo, foi possível observar resultados imediatos? Quais?
- 13) Como era a interação entre os jovens? Como eles administravam o sentido de competição nos torneios de produtividade?
- 14) Quais foram as maiores dificuldades no trabalho com os jovens rurais?
- 15) Como as comunidades locais viram o trabalho dos Clubes 4-S?
- 16) Havia alguma tensão, por exemplo, com grupos políticos locais? Na verdade, como era a relação dos clubes 4-S com a política formal?
- 17) E os pais, achavam importante a participação de seus filhos junto aos clubes?
- 18) Havia algum tipo de preconceito em relação ao trabalho com os jovens?

C) ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA INTEGRANTES DOS CLUBES

- 1) Qual o município, comunidade rural e nome do clube que você participou?
- 2) Em qual período houve a sua participação? Qual sua idade na época?
- 3) Você ocupou alguma função na Diretoria do Clube? Qual a função você ocupou?
- 4) O evento fazia parte do calendário acadêmico da Escola?
- 5) Você frequentava a escola na época que participava dos clubes? Que série você cursava? Qual o nome da escola? Que lembranças você tem desse período?
- 6) Os ensinamentos nos clubes eram utilizados no seu dia a dia na propriedade rural?
- 7) A sua participação nos clubes foi importante para sua formação política, moral e social? Como?
- 8) Os encontros dos clubes eram feitos em quais locais? Com quais intervalos entre eles? Como era feita a escolha desses locais? Que tipos de contatos eram estabelecidos na comunidade?
- 9) E nesses encontros como era o ritual das reuniões? Os jovens aceitavam bem o ritual: hino, bandeira?
- 10) No seu clube, vocês utilizavam uniformes?
- 11) Você guardou algum material dos clubes: flâmulas, uniforme, botons, ou outra referência?
- 12) Quais eram as principais formas de diversão dos integrantes dos clubes?
- 13) Havia namoros entre os integrantes? Isso se acontecesse, como os extensionistas e/ou líderes juvenis tratavam essa questão?
- 14) Seus pais incentivavam a sua participação nos clubes?
- 15) Você conhecia alguém que não participava dos clubes? Por quê eles não participavam?
- 16) Você afirmaria que o trabalho dos clubes trouxe melhorias na vida da sua comunidade? Quais melhorias foram essas?
- 17) A sua profissão atual ou que você exerceu tem ligação com os ensinamentos recebidos nos clubes?
- 18) Que tipo de lembranças você tem sobre aquele período?

ANEXO 2 – Reportagens sobre Sebastião Pereira Vitor veiculadas na Imprensa em 1968.

TÍTULO	DATA	PERIÓDICO
Carmo do Rio Claro assinala recorde	3/8/68	Estado de Minas
Carmo do Rio Claro ganha concurso americano	24/10/68	Diário de Poços de Caldas
Produção Recorde dá prêmio a Jovem Lavrador Mineiro	2/8/68	O Globo
Brazilian youth is Champion corn grower	21/8/68	Brazil Herald (Rio)
Campeão 4-S de milho vai aos EUA	1/9/68	O Jornal (Rio)
Campeão de produção de milho 4-S ganhou prêmio de viagem aos EUA	6/8/68	O Globo no campo
Mineiro que ganhou torneio de produção de milho na Flórida planta com as mãos.	20/8/68	Jornal do Brasil
Lavrador de Minas arrebatou título de campeão dos EUA	20/8/68	A Notícia (Rio)
Brasileiro é campeão em milho	18/8/68	Correio da Manhã (Rio)
Jovem 4-S ganha concurso mundial	20/8/68	O Globo
Sem título	27/8/68	O Globo
Garoto mineiro colhe muito milho e ganha campeonato	Out/1968	Revista O Dirigente Rural, vol.8, nº1. Incorporado A Fazenda.
Campeão do milho ganhou um trator para seu clube	s.d.	Provavelmente o Estado de Minas
Campeão da produção de milho	16/8/68	O Estado de São Paulo
Recorde na produção de milho dá viagem aos EUA	2ªquin. ago.68.	O Ruralista
Mineiro é campeão interamericano de milho	1ªquin. out.68.	O Ruralista
Campeão do milho ganhou um trator para seu clube	24/8/68.	O Globo
Recorde na produção de milho dá viagem aos Estados Unidos	2ªquin. out.68.	O Ruralista
Moço de Clube 4-S ganha concurso de produção de milho	29/9/68	Diário Popular (São Paulo)
Encha o paiol de milho e o bolso de lucro	2ª quin. set.68.	O Ruralista
Adubo ajudou mineiro ganhar campeonato	Out/1968	Correio Agropecuário, nº144
Campeão na segunda tentativa	Out/1968	Revista Coopercotia
Rocky's Heritage: ACAR marks 20 years of progress	Fev/1969	Aliança Reporter
INDA entrega trator ao Clube do Campeão	2ªquin. set.69.	O Ruralista
Clube 4-S campeão recebe trator do INDA	Junho/1969	Revista Extensão Rural. Ano IV, nº42
INDA dá trator a Clube 4-S	3 e 4/8/1969	Não identificado o título. Era editado em BH.
Os lavradores do futuro	4/9/1969	Revista O Cruzeiro
Pulgões enfraquecem o milho	S/d	Revista Agricultura e Pecuária, nº534.
Joven brasileño, campeón de producción de maíz em clubes 4-S	Noviembre/ Diciembre 1968	Noticiero Del CIIMMYT – Centro Internacional de Mejoramiento de Maiz Y Trigo. Vol. 3, nº11-12.
Clubes Agrícolas, iniciativa que entusiasma	Set/1968	Boletim Informativo da ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubos.
Quatroessista ganha concurso internacional de produção de milho	Out/1968	Revista Extensão em Minas Gerais, Ano XIII, nº157.
Inolvidable experiencia represento el viaje a Florida. Ganadores de concurso produccion de maiz	Julio/ Septiembre 1968	Boletín Informativo Trimestral Juventud Rural – P.I.J.R, Vol. 3, nº3
Trabalhou, concorreu e venceu. O jovem 4-S Sebastião Pereira Vitor, com 12.467 Kg/Ha, tornou-se campeão interamericano de produção de milho	Ago/1968	Revista Extensão Rural, Ano III, nº32.

ANEXO 3 – TEXTOS LAUDATÓRIOS ÀS PROFISSÕES AGRÍCOLAS:

A) O ENGENHEIRO – AGRÔNOMO - (Cristovam Carlos Gomes – funcionário do Escritório Central da ACAR-MG)

Desde os primórdios da civilização que o homem vem tentando aperfeiçoar-se e aprimorar seus conhecimentos na luta pela sobrevivência.

Em todos os ramos da atividade, nota-se esse afã de progredir.

A agricultura não podia fugir a esse fluxo e vem seguindo a rota do progresso, saindo dos métodos primitivos para a conquista de um lugar destacado, adotando os meios que a moderna mecânica de trabalho lhe oferece.

Para conseguir isso, havia necessidade do técnico. O homem que fosse o cérebro a orientar os braços no trabalho das máquinas. A ideia a serviço da ação.

Surgiu então o Engenheiro-agrônomo. Um homem que estudou a terra para saber como plantar e obter melhores rendimentos na produção, tirando do solo tudo que ele pode dar.

Imprimindo uma nova técnica à agricultura, substituindo velhos métodos considerados primitivos e ultrapassados, por outros mais modernos e que já se usam em países mais adiantados.

Rompendo barreiras e contrariando velhos hábitos, vai o engenheiro-agrônomo orientando o homem do campo, dando-lhe recursos materiais, conseguindo empréstimos bancários, sementes, maquinaria e ferramentas.

Há uma outra face do trabalho do engenheiro-agrônomo que merece ser destacada. Ele não trabalha em gabinetes. Sua ação é no campo, a céu aberto ou no jipe, nas estradas poeirentas ou enlameadas.

Enfrentando as intempéries, o desconforto e as incompreensões, que, não raro aparecem. O seu trabalho é um verdadeiro apostolado.

Mas, a sua meta é atingida. O homem do campo que tanto sofre com a luta, sabe reconhecer a ajuda que recebe, pois como disse Euclides da Cunha nas páginas imortais de “Os Sertões” – “o sertanejo é antes de tudo um forte”.

O engenheiro-agrônomo não é somente um técnico. Ele é também um homem. Que ama, tem família, tem amigos. Participa da sociedade, é solidário nas alegrias e na dor de seus semelhantes.

Não fica enclausurado na aridez de seus conhecimentos de matemática, de cálculos, de desenhos e de análises. Tem alma. Tem coração. Seu trabalho nem sempre aparece ou é reconhecido. Mas fica como um marco do progresso.

Quando passar pelas estradas num jipe conduzindo um engenheiro-agrônomo, pode-se afirmar sem medo de errar: vai ali um herói desconhecido.

A serviço da Pátria e dos homens do campo. Sentindo a satisfação do dever cumprido, ele segue o seu caminho.

Com um sorriso nos lábios. Com o coração aberto. Mas, sobretudo com a consciência em paz.

Sua missão foi bem desempenhada. E em breve os frutos se farão notar. (O RURALISTA, out/1974, p.1)

B) O EXTENSIONISTA - (Peri Reis – Chefe do Serviço de Informação da ACAR-RJ)

O conhecimento profundo da realidade de seu campo de trabalho, o grande treinamento técnico e filosófico são as ferramentas que dão ao Extensionista a perseverança e a fé no trabalho que realiza.

Ele é entusiasta e traz para o campo o que de melhor aprendeu em seu tempo de escola. Ele tem a chave para o desenvolvimento, progresso e bem-estar das comunidades em que trabalha. É honesto em seus propósitos e dedicado em seu trabalho. Entretanto, ele sabe que é difícil a rápida modificação de atitudes e hábitos de um povo, mesmo que estas modificações sejam para o bem.

Ele conhece todas as barreiras naturais e sabe que terá que lutar contra os incrédulos e os desesperançosos. Ele sabe que cada dia de seu trabalho representa um passo para a realização de seu ideal.

Mas ele acredita em sua profissão e tem certeza que tudo o que tem feito não é em vão. Ele é pioneiro e sabe que talvez não veja os frutos da semente que está lançando. Talvez sejam necessárias algumas dezenas de anos para que as mentalidades se modifiquem e o progresso possa invadir os mais distantes recantos de sua terra.

Ele entende a impaciência dos líderes, que também, como ele, gostariam de ver a grande transformação num abrir e fechar de olhos. Mas, ele sabe que sua obra é feita para a posteridade e, como tal, não pode ser realizada do dia para a noite.

Ele sabe que este tempo que, aparentemente parece tão longo, será insignificante quando for registrado na história de seu país.

Ele luta, usa todos os recursos possíveis para que este longo prazo seja o mais curto possível. Ele demonstra, persuade, catequiza. Às vezes seu grito se perde na imensidão sem que ele possa ouvir o eco, mas ele continua firme, inabalável em seu intento. (O RURALISTA, 1º quinzena mar/1967, p.7).

C) O HOMEM QUE VEM DE VIÇOSA: O Agrônomo (Oferta do Grupo Diming de Investimentos - Promoção dos Agrônomos formandos de 1971).

1971
Viçosa
exporta para o Brasil
104 agrônomos.

104 agrônomos
que estarão engajados
nesse desafio nacional:
o DESENVOLVIMENTO.

Na agricultura
Faltam técnicas adequadas,
o espírito empresarial,
capital, a educação,
Etc, etc, etc.,
Predominam a
Tradição,
o empirismo,
a ignorância.

O HOMEM QUE VEM DE VIÇOSA
conhece esses problemas,
estudou essas dificuldades,
Ele saberá ajudar a
quebrar essas barreiras.

Para cada problema
no setor agrícola
haverá um HOMEM DE VIÇOSA
fazendo o futuro mais perto.

a UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
lhe oferece dentro da

ECONOMIA RURAL

homens que entendem de crédito rural, planejamento agrícola, comercialização e análise de preços, política agrícola, técnicas de divulgação de inovações, macro e micro-economia...

da ENGENHARIA AGRÍCOLA

mecanização agrícola, irrigação e drenagem, foto-interpretação, armazenagem e conservação de grãos, construções rurais, topografia, eletrotécnica...

da FITOTECNIA

química, fertilidade e classificação de solos, melhoramento de plantas, fruticultura, olericultura, pragas e doenças das plantas, café, algodão, fumo, arroz, milho, feijão, fumo, mandioca, soja, batata, cana-de-açúcar...

da TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

laticínios, óleos e gorduras, amidos, féculas e farinhas, conservação de produtos alimentícios, fermentações industriais, engenharia aplicada à tecnologia de alimentos...

da ZOOTECNIA

aves, suínos, bovinos, nutrição animal, forragens, fisiologia e higiene veterinária dos animais, melhoramento animal, manejo de rebanhos...

Desde já, v. está convidado
para o lançamento
dessa nova linha e
Produtos MADE IN VIÇOSA.
(O RURALISTA, jan/1972, p.5)

ANEXO 4 – NOITE DO CONTRASTE – DESFILE DE VESTUÁRIO (Promovido pelos Clubes 4-S de Corinto com a colaboração e orientação dos supervisores da ACAR-MG: D. Wanda e Sr. José Ilto)

Apresentador:

Naturalmente estas jovens sabem vestir-se corretamente. Estão apenas representando.

DIVA traja um vestuário inadequado para fazer compras.

- Descrição do traje:

Usa pulseiras, colares e está de salto alto.

Você está chique! Muito bonita mesmo! Mas não para fazer compras. Com este salto irá cansar-se e lembrar-se que poderá caminhar muito até encontrar o que procura. Seus pés irão doer com este salto. Seu corpo se cansará e poderá até ficar nervosa. Acabará comprando algo que não lhe satisfaz só para chegar logo a casa. O excesso de pulseiras e colares, além de ser próprio para a ocasião, atrapalha para escolher a mercadoria e até para carregar os embrulhos. Você poderá trajar assim, mas para outra ocasião.

CONCEIÇÃO sabe como se vestir para fazer compras.

- Descrição do traje:

Ela calça sapatos baixos, folgados, e este conforto fará com que ela escolha com calma tudo aquilo de que precisa. Veio preparada para se demorar, andar bastante, fazer muitas compras. Uma sacola para carregar os embrulhos torna o trabalho mais cômodo evitando assim que os embrulhos não caem no chão. Todas às vezes, quatroessistas, que forem à cidade para fazer compras, lembrem-se como Conceição se traja para isto.

- Sim, **MARTA**, pode usar saia e blusa para este passeio, mas não desta maneira. Você usa uma saia linda para a sua idade. Toda franzida, e que lindo estampado. Mas, Marta, e a blusa? Em qual vou prestar atenção? São ambas bonitas, mas não assim juntas. Saia estampada não combina com blusa xadrez, com blusa listrada, de bolsas e nem mesmo com outro estampado. Se a saia fosse xadrez, não combinaria com nenhum outro desenho. Sabe o que deve fazer? Trocar a blusa ou a saia antes de sair.

Pausa

Estamos apresentando um desfile educativo de vestuário promovido pela ACAR do escritório local de Corinto. Tendo como desfilantes os sócios do Clube 4-S – Saber, Sentir, Servir, Saúde. Essas crianças serão líderes que orientarão várias pessoas na moda de se trajarem corretamente de acordo com a ocasião. Muitas vezes orientarão também a confecção deste vestuário.

Isto, Marta! Agora sim! Você está vestindo blusa lisa e repare porque ficou tão bonitinha. A cor da blusa combina com a cor predominante da saia. Você poderia usar também a saia lisa com a blusa estampada, xadrez, de bolas, listrada, a seu gosto. Agora pode ir passear, Marta! Ninguém mais vai criticar você. Nem mesmo eu. Bom proveito no passeio. Aprecie o colorido da “fonte luminosa” ouvindo as belas músicas e vendo os brotos da nossa cidade.

APARECIDA, que ouve (sic) com sua roupa?

Estão (sic) parecendo bucha! Estava no fundo do guarda-roupa? Por que vestiu sem passar? O quê? Você está acordando agora? Dormiu com este vestido? Nem acredito!

Aparecida, você não sabe que é falta de higiene e falta de capricho dormir com a roupa que você usa durante o dia para brincar? Não, Aparecida, assim está muito feio! Não quero vê-la nunca mais assim. Vá trocar essa roupa.

TUTU, você também assim? Acordou agora? Sua roupa está amarrotada e suja. Você vai para a aula assim? Isto é o uniforme não é? Já sei, você é preguiçoso e quis dormir até mais tarde. Fazendo isto não teria tempo de trocar de roupa e chegar à hora certa na escola. Dê uma olhada, Tutu, na sua roupa Veja que triste aspecto! Você tirará zero em higiene. Roupa de trabalho não serve para dormir. Seus colegas criticarão de você. Dormir com a roupa de uso diário é incômodo e anti-higiênico.

DIVANILDE – Muito bem, Divanilde de camisola rosa, comprida, enfeitada com renda de nylon. É muito bonita, Divanilde. E ela lhe proporciona facilidade nos movimentos. É muito mais cômodo. É simples, folgada, fácil e lavar e não é necessário passar. E se o fizer, Divanilde, faça-o com o ferro quase frio. Boa noite, Divanilde. Sonhe com os anjinhos.

Isto, **CARLINHOS**, você está com um traje próprio para dormir. Pijaminha listrado, azul e branco, gola esporte, manga comprida. Sabe Carlinhos, você é mais caprichoso que Tutu. Assim sua mãe terá menos trabalho, pois não precisará passar seu uniforme amanhã. E a cama ficará limpa mais tempo. Você fica até muito elegante de pijama. Está um encanto.

Apresentamos assim dois trajes adequados para dormir.

MARIA ELIZA, ande um pouco... Mas para que isto? Você não vai ao piquenique? Ah! Vai? Mas assim de saia justa e saltos? Se aparecer uma vaca, Maria Eliza você não poderá correr. E os saltos dificultarão ainda mais. Pois... Elisa (sic), isto não é traje para piquenique. E depois, você é muito nova para usar saia justa e saltos. Nessa idade, todo artifício é desnecessário. Você quer ver como suas amigas irão vestidas?

CONCEIÇÃO também vai ao piquenique! Está de calça comprida em helanca verde, blusa, saltos baixos. Este vestuário lhe dará liberdade para brincar, correr e andar a cavalo, subir numa árvore e estar à vontade. Fará tudo isso com mais facilidade. E além de ser um traje esporte apropriado para a ocasião, é bonito desde que você saiba escolhê-lo e combinar as cores. Conceição vai gostar muito do piquenique. Ela vai com um traje adequado. Muito bem, Conceição. Eu gostaria de ir com você.

EDNA também vai ao piquenique. Ela não vai de calça comprida, mas sabe que está vestida corretamente para a ocasião. Ela se veste com saia rodada, calça, sapatos baixos, fechados. Isto mesmo, Edna, além de serem mais firmes, protegerão seus pés. Sendo baixos não cansarão e permitirão que você corra e brinque à vontade. O certo é isto, sapatos baixos, saia rodada também lhe dará mais liberdade de movimentar. Você está muito bonitinha e também vai gostar do piquenique. Espero que se divirtam.

GILDETE, você vai a alguma festa, não? Você está vestindo um vestido de cor viva, enfeitado com flores e bordado brilhante. Decotado e completamente sem manga. Gildete, isto está certo para ir à missa? Mesmo que o padre de sua paróquia não se incomode, não fica bem ir assim vestida. Para cada ocasião um vestido adequado. Lembre-se. E estas jóias todas!

Isto só servirá para distrair as pessoas que estiverem perto. E à igreja devemos ir para prestar atenção à cerimônia religiosa. A igreja é lugar de compenetração. Volte, Gildete, não vá assim, troque o vestido, tire um pouco destas jóias e bem depressa, porque, se não, perderá a missa.

PIEDADE, você também vai rezar? Mas você sabe vestir-se para ir à igreja? Está com um vestido de manga sem decote. Piedade, você é pequenina, mas vestindo-se assim desde cedo é se acostumar. Isto Pie, dê uma lição em Gildete. E continue sempre assim, usando roupas de mangas e sem decote para ir à igreja. Às vezes, você vê na igreja crianças como você, de vestido de alça, muito transparentes ou de calças compridas. E crescerão achando isto natural. Mas não é certo, não é, Piedade? Parabéns e reze por mim, ouviu?

A **ELZIRA** queria ir a uma festa e na última hora lavou seu vestido novo que sujara de café. Elzira! Que aconteceu! Seu vestido está praticamente perdido. Encolheu todo, depois que lavou. Você não molhou o pano antes de cortá-lo. Foi distração sua, pressa ou preguiça? Olhe como está repuxando a costuras. Olhe como virou para dentro a barra. Você não sabia que devia molhar o pano ao trazê-lo da loja? Quanto dinheiro e tempo desperdiçou. Quando fizer outro vestido molhe o tecido logo, antes de confeccioná-lo. Evitará desperdício e aborrecimentos. Terá que ir à festa com outro vestido. Não! Este não!

CLOTILDES, você já lavou seu vestido? Nem parece! Está como novo. Como conseguiu isso. Ah! Você fez a pré-escolha, aquela maneira de molhar que você aprendeu no Clube 4-S. Colocou o tecido dobrado em água morna e ali deixou durante meia hora. Retirou da água e o dependurou num varal à sombra, fio reto em sentido vertical. Quando quase seco, passou a ferro. Só então o cortou. Você foi prudente. Você sabia que ainda não encolheria mais quando o lavasse. Pode então fazê-lo com sua medida exata. Fez muito bem, Clotildes.

(O TREVO, mar/1966, p.3-6).

ANEXO 5 – CARTAZES DE DIVULGAÇÃO DE EVENTOS QUATROESSISTAS

1) Cartaz do Primeiro Congresso Interamericano de Clubes Juvenis Rurais – Rio de Janeiro – 9 a 15 de julho de 1966.



Acervo: Centro de Documentação da EMATER-MG.

2) Cartaz da Primeira Convenção Nacional de Clubes 4-S – Rio de Janeiro – 12 a 15 de julho de 1965.



Acervo: Centro de Documentação da EMATER-MG.

3) Cartaz de Promoção do Dia Nacional de Clubes 4-S – 15 de julho.



Acervo: Centro de Documentação da EMATER-MG.

4) Cartaz de Promoção do Dia Nacional de Clubes 4-S – 15 de julho.



Acervo: Centro de Documentação da EMATER-MG.

ANEXO 6 – TEXTO LAUDATÓRIO SOBRE O GOLPE DE 1964

“A REVOLUÇÃO E O PRODUTOR RURAL”

O processo revolucionário brasileiro consumado como ato político a 31 de março de 1964, completa este mês, 12 anos de atuação na vida do País. Convém lembrar, para que não se apague de nossa memória, as razões desse gesto e, é conveniente que se o faça como advertência, principalmente agora, que a discórdia política alastra-se no mundo, com evidente prejuízo para os povos que por ela se deixam envolver.

O quadro que se apresentava aos observadores naquele período que antecedeu o Movimento de março, era preocupador. Ao lado do tumulto econômico provocado pela inflação descontrolada, o aspecto político também apresentava fortes sintomas de desintegração, e, apesar de todas as desmarches feitas no plano legislativo e executivo para evitar uma interrupção do processo democrático, nenhuma delas alcançou resultados positivos, vez que, os interesses pessoais, colocados acima dos próprios princípios e tradições da Pátria, comprometiam, cada vez mais, perante o povo, a imagem da estrutura vigente.

O tempo decorria sem que atitudes enérgicas fossem tomadas para impor ordem e respeito às instituições.

A revolução de 31 de Março foi feita, não para interromper o processo democrático, mas sim, para cercá-lo de maiores garantias, evitando o seu desaparecimento total, pela sucessão dos acontecimentos políticos, que certamente culminariam com a derrocada completa do sistema.

E, é este trabalho de fortalecimento da ordem democrática, que continua até hoje, sendo a meta principal da Revolução de Março.

Um dos pontos sintomáticos dessa estabilidade é a independência que hoje desfruta o setor econômico da produção, liberado dos fatores de dependência a partidos e pessoas, pois a Revolução deu essa independência justamente para que o processo político fosse autêntico.

Isso muito representa, principalmente para o homem do campo, que, não mais necessitando de injunções políticas para o seu desenvolvimento, tem, realmente, muito maior liberdade de ação e atuação política.

E isso, tanto moraliza como fortalece o sistema democrático.

Quanto à reforma agrária tão reclamada na época, não por motivos de real interesse para a Nação, mas apenas com a finalidade de promover o caos político, nós hoje

podemos afirmar que ela foi feita pela Revolução, sem que se quebrassem as estruturas e conceitos jurídicos que respeitam os Direitos Humanos.

A mecanização da lavoura, a pesquisa, a organização administrativa, o crédito, os cuidados jurídicos e a assistência social hoje prestada ao homem do campo, comprovam a realidade dessa reforma.

A paz social que hoje desfrutamos é uma resultante do Movimento de Março. Portanto, ao lembrarmos esta data fazemos um ato de justiça a um fato político, que pela sua oportunidade e coragem, deu ao Brasil a grande chance para o seu desenvolvimento, que, inegavelmente, hoje desfrutamos. (O RURALISTA, 2ª quinzena mar/ 1976, p.1).

ANEXO 7 – Clubes de juventude rural na América Latina em 1961 segundo o Anuário Ford

País	Nome do Clube	Obtenção de fundos	Apoio de comitês cívicos Nacionais	Ano do 1º clube
Argentina	4-A (Ação, adestramento, ajuda, amizade)	Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária	Não houve informes	1956
Bolívia	4-S (Saber, Sentir, Servir, Ser)	Ministério da Agricultura e Serviço Agrícola Interamericano	Associação Nacional de Clubes Agrícolas 4-S	1947
Brasil	4-S (Saber, Sentir, Servir, Saúde)	ABCAR no âmbito nacional, Serviços Estaduais de Extensão Rural e patrocinadores	Planejava-se a criação de um comitê nacional	1952
Colômbia	4-S (Saber, Sentimento, Serviço, Saúde)	Ministério da Agricultura, Serviço Técnico-Agrícola Colombiano-Americano, Corporação Autônoma Regional do Valle del Cauca.	Estavam sendo os primeiros passos para organização de uma Associação Nacional de Clubes 4-S	1954
Costa Rica	4-S (Saúde, Saber, Sentimento, Serviço)	Ministério da Agricultura	Fundação Nacional de Clubes 4-S	1949
Cuba*	5-C (Cuba, Cérebro, Coração, Civismo, Cooperação)	Não houve informes	Não houve informes	1931
Chile	Clube da Juventude Agrícola 4-C (Cabeça, Coração, Capacidade, Cooperação)	Ministério da Agricultura	Junta Nacional para o Desenvolvimento da Juventude Agrícola do Chile (JUNACHI)	1948
Equador	4-F (Fé, Fecundidade, Fortaleza, Felicidade)	Ministério do Desenvolvimento e Serviço de Cooperação Interamericano de Agricultura	Comitê de Organización de la Fundación Nacional 4-F	1946
El Salvador	4-C (Cabeça, Coração, Conhecimento, Cooperação)	Ministério da Agricultura e Criação de Gado	Comitê Nacional dos Clubes 4-C	1951

Guatemala	4-S (Saber, Sentir, Serviço, Saúde)	Ministério da Agricultura	Não houve informes	1956
Guiana Inglesa	4-H para os sócios entre 10 e 18 anos (Cabeça, Mãos, Coração, Saúde) e “Jovens Agricultores” para os de 18 a 30 anos	Departamento de Agricultura	Não houve informes	1955
Haiti	4-C (Cérebro, Coração, Corpo, Cooperação)	Pais dos sócios dos clubes e o Departamento de Agricultura	Não houve informes	1939
Honduras	4-S (Saúde, Servir, Sentir, Saber)	Serviço de Extensão Agrícola	Não houve informes	1952
Honduras Britânicas	4-H (Cabeça, Coração, Mãos, Saúde)	Departamento de Agricultura	Não houve informes	1958
Jamaica	4-H (Cabeça, Coração, Mãos, Saúde)	Ministério da Agricultura e Terras	Não houve informes	1940
México	CJRM (Clubes Juveniles Rurales de México)	Secretaria de Agricultura e Criação de Gado	Comitê de Ajuda aos Clubes Juvenis Rurais do México	1954
Nicarágua	4-S (Sentimento, Saúde, Saber, Serviço)	Ministério da Agricultura Y Ganaderia	Não houve informes	1957
Panamá	4-S (Saber, Sentimento, Serviço, Saúde)	Divulgação Agrícola do Ministério da Agricultura	Nenhum	1946
Paraguai	4-C (Cabeça, Coração, Capacidade, Cooperação)	Serviço Técnico Interamericano de Cooperação Agrícola – Serviço de Extensão Agrícola	Asociación Nacional para el Desarrollo de Clubes de la Juventud Rural de Paraguay	1949
Peru	CAJP (Club Agrícola Juvenil Peru) – (Carácter, Ação, Juízo, Pátria)	Ministério da Agricultura	Associação Nacional de CAJP	1945
Porto Rico	4-H (Cabeça, Coração, mãos ou capacidade, Saúde)	Servicio de Extensión Agrícola de la Universidad de Puerto Rico	Comitê Pró-Desenvolvimento dos Clubes 4-H	1934
Suriname	4-H (Cabeça, Coração, Mãos, Saúde)	Department of Agriculture, Animal	Não houve informes	1956

		Husbandry and Fisheries		
Uruguai	Clubes Agrários Juvenis – (Movimiento da Juventude Agrária – M.J.A)	Subsídio dado pelo Estado no valor de 50 mil pesos, mais apoio privado e comercial	Não houve informes	1954
Venezuela	5-V (Valor, Vigor, Verdade, Vergonha, Venezuela)	Ministério da Agricultura e Administração de Animais, bancos e a Sociedade Civil	Organizações comerciais e do governo	1938

*Desde 1931, Cuba contava com um programa de treinamento para clubes de juventude rural. A filiação não foi verificada em 1961. Cabe lembrar que neste ano as relações entre Cuba e Estados Unidos ficaram cada vez mais tensas devido ao alinhamento da Ilha ao espectro político da União Soviética. Cuba foi inclusive expulsa da Organização dos Estados Americanos – OEA.

FONTE: FORD MOTOR COMPANY. *Juventude Rural nas Américas*. Vol. II. São Paulo: Ford Motor do Brasil S.A., 1962, p.153-173.

ANEXO 8 – FOTOGRAFIAS DIVERSAS SOBRE ATIVIDADES DOS JOVENS 4-S

1 – Demonstração de técnica de preparação de solos para jovens – s.l., 1962.



Acervo: Centro de Documentação da EMATER-MG.

- 2 – Meninas 4-S nas acomodações da Escola Técnica de Minas Gerais em 1962 lendo o Relatório Anual da ACAR-MG.



Acervo: Centro de Documentação da EMATER-MG.

3 – Demonstração de técnicas agrícolas para jovens quatroessistas – s.l., s.d.



Acervo: Centro de Documentação da EMATER-MG.

4 – Demonstração de máquina de costura às jovens quatroessistas – s.l., s.d.



Acervo: Centro de Documentação da EMATER-MG.

5 – Demonstração de técnicas para cuidados com gado leiteiro. s.l., s.d.



Acervo: Centro de Documentação da EMATER-MG.

6 – Demonstração de técnicas agrícolas para meninas quatroessistas – Escritório Local de Machado – década de 1950.



Acervo: Centro de Documentação da EMATER-MG.